

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - CEA**

GERALDO ESTEVO PINTO

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROGRAMAS
PÚBLICOS DE HABITAÇÃO POPULAR: um estudo da
percepção ambiental dos moradores do Programa Minha
Casa Minha Vida do Jardim Bassoli em Campinas - SP.**

CAMPINAS

2019

GERALDO ESTEVO PINTO

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROGRAMAS
PÚBLICOS DE HABITAÇÃO POPULAR: um estudo da
percepção ambiental dos moradores do Programa Minha
Casa Minha Vida do Jardim Bassoli em Campinas - SP.**

Dissertação apresentada como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade, do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. André Pires

PUC-CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

339.5
P659s

Pinto, Geraldo Estevo

Desenvolvimento sustentável e os programas públicos de habitação popular: um estudo da percepção ambiental dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida do Jardim Bassoli em Campinas-SP / Geraldo Estevo Pinto. - Campinas: PUC-Campinas, 2019.

200 f.: il.

Orientador: André Pires.

Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Meio Ambiente. 3. Habitação. I. Pires, André. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade. III. Título.

CDD 339.5

GERALDO ESTEVO PINTO

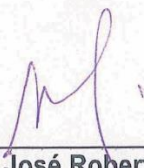
**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROGRAMAS PÚBLICOS DE
HABITAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS
MORADORES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA DO JARDIM BASSOLI
CAMPINAS- SP**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

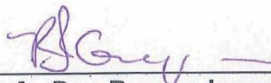
APROVADA: 13 de dezembro de 2019.



Prof. Dr. André Pires
(Orientador - PUC-CAMPINAS)



Prof. Dr. José Roberto Merlin
(PUC-CAMPINAS)



Profa. Dra. Rosana Icassatti Corazza
(UNICAMP)

Aos meus pais Geracy e Magdalena,
pelo dom da vida e pela doação que se cumpre.

À minha esposa Luciana,
pela ternura no silêncio dos dias.

Ao meu irmão Marcos José Pinto, *in memoriam*,
pelas estrelas que ouvimos no alto das montanhas.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. André Pires, orientador deste trabalho.

Ao Prof. Dr. José Merlin, componente da banca.

À Prof^ª. Dra. Rosana Corazza, componente da banca.

Aos profissionais e coordenadores do PROGEN.

Aos participantes das entrevistas pelo compartilhamento do saber.

RESUMO

PINTO, Geraldo Estevo. *Desenvolvimento sustentável e os programas públicos de habitação popular: um estudo da percepção ambiental dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida do Jardim Bassoli em Campinas - SP*. 2019. 200f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

Nossa civilização atravessa um momento crítico da história originado na ação humana e nos impactos causados ao planeta. Trata-se de uma crise da razão, no modo como pensamos a produção e reprodução da vida, e não meramente uma crise ecológica. A ideia de desenvolvimento sustentável resgata uma proposta ética que conflui para uma nova relação entre o homem e a natureza. A percepção do homem em seu ambiente torna-se um instrumento e um objeto de análise capazes de conduzir a uma nova racionalidade e forma de habitar o planeta. A pesquisa tem como objetivo investigar a percepção que os representantes dos condomínios do Jardim Bassoli, do Programa Minha Casa Minha Vida, localizados na região noroeste do Município de Campinas, São Paulo, têm das questões ambientais. Como método, buscou-se a fundamentação teórica na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa de campo, de cunho exploratório, compreendeu observação *in loco* e oito entrevistas semiestruturadas, as quais foram examinadas e interpretadas por meio da identificação das unidades de sentido. Como resultado, evidenciou-se que o direito à habitação é percebido como uma luta diária pela apropriação do lugar e do território. Os limites de habitabilidade do apartamento não obscurecem o sentido da conquista. A inadimplência e a privatização do espaço comum comprometem a vida condominial, imposta pelo modelo construtivo. A omissão do Estado é refletida na ausência de urbanização. Os entrevistados compreendem o meio ambiente sob dois enfoques: a presença do lixo e a ausência da arborização. Criticamente, o associa a uma realidade imaginária. Distante dos problemas globais, enfatizam os problemas ambientais concretos, do mundo vivido, que reproduz a ruptura e a desestabilização do ambiente no mundo.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Percepção ambiental. Sociedade urbana sustentável. Programa Minha Casa, Minha Vida.

ABSTRACT

PINTO, Geraldo Estevo. *Desenvolvimento sustentável e os programas públicos de habitação popular: um estudo da percepção ambiental dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida do Jardim Bassoli em Campinas - SP*. 2019. 200f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

Our civilization is going through a critical moment of history originated in human action and impacts on the planet. It is a crisis of reason, in the way we think of the production and reproduction of life, and not merely an ecological crisis. The idea of sustainable development rescues an ethical proposal that converges for a new relationship between man and nature. The perception of man in his environment becomes an instrument and an object of analysis capable of leading to a new rationality and way of inhabiting the planet. The research aims to investigate the perception that the condominium representatives of Jardim Bassoli, the Minha Casa Minha Vida Program, located in the northwest of Campinas, São Paulo, have about environmental issues. As a method, the theoretical basis was sought in the bibliographic and documentary research. The field research technique, of an exploratory nature, comprised on-site observation and eight semi-structured interviews, which were examined and interpreted by identifying the units of meaning. As a result, it was evidenced that the right to housing is perceived as a daily struggle for the appropriation of the place and the territory. The apartment's habitability limits do not obscure the sense of conquest. The default and the privatization of the common space compromise the condominium life, imposed by the constructive model. State omission is reflected in the absence of urbanization. The interviewees understand the environment from two approaches: the presence of garbage and the absence of afforestation. Critically, associates it with an imaginary reality. Far from global problems, they emphasize the concrete environmental problems of the lived world, which reproduces the rupture and destabilization of the environment in the world.

Keywords: Sustainable development. Environmental perception. Sustainable urban society. "Minha Casa, Minha Vida" Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Grande Aceleração: tendências socioeconômicas	28
Figura 2. Grande Aceleração: tendências do Sistema Terra	30
Figura 3. Fronteiras Planetárias	31
Figura 4. Os níveis da economia ecológica.....	42
Figura 5. Região do Campo Grande e o Jardim Bassoli.....	72
Figura 6. Jardim Bassoli.....	81
Figura 7. Número de pessoas por apartamento	82
Figura 8. Planta baixa pavimento tipo	84
Figura 9. Avaliação da estrutura do apartamento.....	88
Figura 10. Avaliação sobre a vida em condomínio	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Jardim Bassoli projetado e implantado	80
Tabela 2. Grau de escolaridade	83
Tabela 3. Perfil dos entrevistados	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	= Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	= Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
APG	= Áreas de Planejamento e Gestão
BNH	= Banco Nacional da Habitação
CAIXA	= Caixa Econômica Federal
CEI	= Centro de Educação Infantil
CEPAL	= Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMMAD	= Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COHAB-CP	= Companhia de Habitação Popular de Campinas
CRED	= <i>Centre for Research on the Epidemiology of Disasters</i>
DIST	= Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território
FGTS	= Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	= Fundo Monetário Internacional
IBGE	= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	= <i>International Commission on Stratigraphy</i>
IDH	= Índice de Desenvolvimento Humano
IPCC	= <i>Intergovernmental Panel for Climate Change</i>
IPEA	= Instituto de Pesquisa Aplicada
MCMV	= Minha Casa Minha Vida
OCDE	= Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	= Organização das Nações Unidas
PMCMV	= Programa Minha Casa Minha Vida
PNUD	= Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGEN	= Programa Gente Nova
RMC	= Região Metropolitana de Campinas
SETEC	= Serviços Técnicos Gerais
SindusCon-SP	= Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo
SNHIS	= Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUAS	= Sistema Único de Assistência Social
UN-HABITAT	= Conferência Global Habitat da Organização das Nações Unidas
UNESCO	= Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISDR	= <i>United Nations Office for Disaster Risk Reduction</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento.....	21
2.1.1 A degradação ambiental	21
2.1.2 A (in)sustentabilidade do subdesenvolvimento	36
2.1.3 Percepção e o ambiente	48
2.1.3.1 Conhecimento e percepção.....	50
2.1.3.2 Conhecimento e ambiente.....	55
2.2 A cidade e a habitação popular.....	57
2.2.1 O direito à cidade: o lugar da moradia.....	59
2.2.2 O direito à moradia: a habitação popular no Brasil.....	61
2.2.3 O Jardim Bassoli: o outro lado do direito à moradia e à cidade.....	70
2.2.3.1 Jardim Bassoli: a parte que lhe cabe desta cidade.....	79
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	92
4 RESULTADO DA PESQUISA E ANÁLISE.....	97
4.1 Análise das bases perceptivas.....	97
4.1.1 Identidade e a história de vida.....	98
4.1.1.1 Os sujeitos e a utilização dos serviços públicos.....	98
4.1.1.2 Trajetórias das vidas	107
4.1.1.3 Mobilidade e vulnerabilidade	113
4.1.2 O meio ambiente.....	119
4.1.2.1 A compreensão de meio ambiente	119
4.1.2.2 Principais preocupações e problemas ambientais.....	122
4.1.2.3 A perspectiva de futuro.....	132
4.2 Análise dos pilares constitutivos do ambiente habitado	137
4.2.1 O condomínio	138
4.2.1.1 A vida em condomínio.....	138
4.2.1.2 A segregação dentro da segregação	143
4.2.2 A área comum	149
4.2.3 O apartamento.....	157
4.2.3.1 A qualidade espacial	158
4.2.3.2 A qualidade ambiental	164
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: a insustentável leveza da sustentabilidade	171
6 REFERÊNCIAS.....	181
APÊNDICES	191
APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para entrevistas.....	191
APÊNDICE 2 – Carta de autorização do PROGEN.....	193
APÊNDICE 3 – Roteiro das entrevistas.....	195
APÊNDICE 4 – Aprovação do CEP.....	196

1 INTRODUÇÃO

Uma ativista sueca de 16 anos se dirigiu ao plenário da Cúpula da Ação Climática das Nações Unidas em Nova York, no dia 23 de setembro de 2019, e acusou os líderes mundiais de terem traído sua geração por meio da falta de ação diante do aquecimento global:

Está tudo errado. Eu não deveria estar aqui. Eu deveria estar de volta à escola do outro lado do oceano. No entanto, todos vocês vêm a mim em busca de esperança? Como você ousa! Você roubou meus sonhos e minha infância com suas palavras vazias. E ainda assim eu sou um dos que tem sorte. As pessoas estão sofrendo. As pessoas estão morrendo. Ecossistemas inteiros estão em colapso. Estamos no início de uma extinção em massa. E tudo o que você pode falar é sobre dinheiro e contos de fadas do eterno crescimento econômico. Como você ousa! (THUNBERG, 2019, tradução nossa).¹

Os movimentos sociais, sob a perspectiva de Martínez Alier (2012) e Leff (2002), têm tido um importante papel na explicitação dos conflitos ecológicos e na elaboração de uma nova racionalidade ambiental. Os movimentos estão em consonância com um amplo movimento da sociedade mundial, desde a segunda metade do Século XX quando a questão da sustentabilidade ambiental passou a ser um problema comum aos povos. Ganhou significado na sociedade, ampliou espaços nas agendas políticas e na pesquisa científica.

Entretanto, os sinais de alerta emitidos pela natureza e a sua não compreensão crítica por parte da humanidade transformaram o problema ambiental em crise socioambiental. A Carta da Terra, aprovada pela Unesco no ano 2000 (BOFF, 2015, p. 167-176), é um relevante pronunciamento deste contexto e é significativa por recolher amplas manifestações da sociedade mundial. Em seu preâmbulo, escrito há vinte e sete anos, encontra-se: “Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro.”.

¹ THUNBERG, G. E. If world leaders choose to fail us, my generation will never forgive them. **The Guardian**, London, U.K., 23 Sept. 2019. Available from: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/sep/23/world-leaders-generation-climate-breakdown-greta-thunberg>>. Cited: 24 Sept. 2019. Greta Ernman Thunberg, nasceu em 3 de janeiro de 2003 na Suécia. É uma ativista dos movimentos ambientais e climáticos. Thunberg tem liderado manifestações ao redor do mundo contra a inércia do governo e da sociedade e contra as políticas ambientais que dissimulam o problema das mudanças climáticas. A convite do Presidente da ONU, Greta proferiu um discurso na Cúpula da Ação Climática em que partes foram transcritas acima. Logo após seu discurso, Greta e mais 15 jovens de diferentes partes do mundo apresentaram uma denúncia na ONU contra cinco das maiores economias do mundo (Alemanha, França, Brasil, Argentina e Turquia), alegando que os países estão violando os direitos humanos dos jovens ao não adotarem medidas adequadas contra as mudanças climáticas.

Em 2002, o químico holandês Paul Crutzen (2002)² fez uma caracterização deste momento histórico:

Parece apropriado atribuir o termo '**Antropoceno**' ao presente, de muitas maneiras dominado pelo homem, como uma época complementando o Holoceno - o período quente dos últimos 10 a 12 milênios. Pode-se dizer que o Antropoceno começou na última parte do século XVIII, quando análises de ar retido no gelo polar mostraram o início de crescentes concentrações globais de dióxido de carbono e metano. (CRUTZEN, 2002, tradução nossa, grifo nosso).

O conceito de Antropoceno³ abarca a convergência de uma sequência de manifestações compreendidas pela ciência como crises ambientais. Steffen e cientistas (2015b) identificam que a partir da segunda metade do século XX, ocorre uma aceleração sem precedentes na história, nos sistemas socioeconômicos e biofísico da Terra. Um grupo de 29 cientistas (ROCKSTRÖN *et al.*, 2009a) propuseram um conjunto de fronteiras biofísicas globais com base no entendimento científico do Sistema Terra com o objetivo de estabelecer um “espaço operacional seguro” que permita à humanidade avançar para gerações futuras. Das nove “fronteiras planetárias” identificadas (STEFFEN *et al.* 2015b), há evidências de que três teriam sido ultrapassadas (mudanças climáticas, perda de biodiversidade e ciclo biogeoquímico de nitrogênio) causando danos irreversíveis à Terra.

A problemática ambiental - a degradação das florestas, a contaminação da água e do solo, a poluição industrial, a questão do lixo e dos efluentes, o uso crescente dos combustíveis fósseis, as mudanças climáticas e o colapso das biodiversidades (MARQUES, 2016) - emergiram na segunda metade do século XX com um forte questionamento ao modelo de desenvolvimento, gestado pelo mercado e fundado na ideia de progresso, com acentuado viés no crescimento econômico. Este modelo, não é uma consequência acidental ou lateral, mas a característica essencial do modo de produção e consumo contemporâneos, pautados pela lógica da exclusão socioeconômica (SACHS, 2008; BOFF, 2015; PERALTA; LEITE, 2012).

Os problemas ambientais ainda que caracterizados em dimensão global, afetam os grupos sociais de forma desigual. Existe uma estreita relação, afirmam

² CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. **Nature**, United Kingdom, *Nature Publishing Group*, v.415, n.23, 2002. Available from: <<http://dx.doi.org/10.1038/415023a>>. Cited: 13 June 2018.

³ A proposição de uma nova Época geológica foi formalizada em 2009, na Comissão Internacional de Estratigrafia, e para tanto foi formado um grupo de trabalho e pesquisa, cujo maior desafio é integrar cientificamente as ações humanas conhecidas na história com as evidências das pesquisas biogeológicas.

Peralta e Leite (2012, p. 17), entre a falta da qualidade ambiental e as situações como a discriminação e a pobreza e, concluem os pesquisadores, que “a degradação ambiental e a injustiça social caminham lado a lado, são duas caras da mesma moeda”. De acordo com Sachs (2008, grifo do autor), a maioria pobre está excluída do processo de desenvolvimento, pois “a fluência da sociedade do *Antropoceno* é muito restrita e discriminatória”, ou seja, a distribuição da renda e o acesso aos recursos naturais não são equitativos (PERALTA; LEITE, 2012, p.16). Deste modo, o subdesenvolvimento é parte do desenvolvimento e se apresentam como processos funcionais e indissociáveis (BIELSCHOWSKY, 1988 *apud* BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010). De tal relação sobressai a dependência econômica entre países centrais e periféricos, característica estrutural do sistema capitalista que resulta na geração de uma pobreza estrutural⁴ e na geração de uma degradação ambiental, também estrutural.

Nesse contexto, a ideia de sustentabilidade ganhou força e institucionalidade desde o Relatório de Brundtland, na década de 1980 (NASCIMENTO, 2012,). A realização das Conferências sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como as pesquisas científicas, reforçam o aspecto da urgência quanto à necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, o sustentável, abrangendo toda as dimensões da vida humana e do planeta (SACHS, 2008; BOFF 2015). No entanto, o referido processo tem originando conflitos e uma luta pela apropriação do conceito da sustentabilidade (MITCHAM, 1995, MARTÍNEZ ALIER, 2012; VEIGA, 2010), que envolvem na base interesses econômicos supranacionais das corporações e das indústrias de combustíveis fósseis (MARQUES, 2016; ORESKES, 2004; BENESTAD *et al.*, 2016).

Deste modo, a construção de uma racionalidade alternativa não depende somente da transformação das bases produtivas e econômicas, depende principalmente de uma nova teoria sobre as relações do homem com a sociedade e com a natureza. São necessárias novas bases epistemológicas, pois “a crise ambiental é uma crise do conhecimento” (LEFF, 2002, p.13). Trata-se de uma crise

⁴O Banco Mundial analisa, contraditoriamente que, apesar dos avanços econômicos no mundo, quase metade da população mundial, 3,4 bilhões de pessoas, ainda luta para satisfazer as necessidades básicas. Cf.: WORLD BANK. **Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle.** Washington, DC: World Bank. Available from: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf>>. Cited: 21 Aug. 2019.

da razão instrumental, no método como pensamos a produção e a reprodução da vida e não meramente uma crise ecológica.

A partir do Relatório do Clube de Roma em 1970 e da Conferência de Estocolmo em 1972, iniciou-se um período de disseminação de pesquisas sobre o meio ambiente, no campo técnico e acadêmico (MARIN, 2008). Foi sintomática a criação, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1973, do grupo *Man and Biosphere* – MAB 13, cujo foco era a *Environmental Perception Research* (WHYTE, 1977) destacando a importância da pesquisa e da categoria percepção no âmbito da questão ambiental.

Para Tuan (2013), a relação do homem com o espaço urbano e com o espaço físico da habitação é significativo em sua subjetividade e intersubjetividade. Yi-Fu Tuan (1980) amplia o sentido da topofilia⁵ para além da percepção do espaço vivido (BACHELARD, 2000) e associa tal percepção ao sentido geográfico de lugar, enquanto espaço da experiência humana, focalizando os aspectos da percepção ambiental em si, dos valores, das atitudes humanas e dos elos afetivos com relação ao ambiente que o circunda.

Os fundamentos modernos da teoria da percepção foram postos por Edmund Husserl. O filósofo apresenta a fenomenologia como um método de investigação com o propósito de apreender o fenômeno em si a partir de um distanciamento das teorias e racionalidades (HUSSERL, 1975; DARTIGUES, 2008; MOREIRA, 2002). Em Merleau-Ponty (1994), a percepção retorna ao mundo vivido, assume o significado de experiência primária e pré-discursiva.

Ao tomarmos a percepção como objeto de estudo, para analisar o ambiente percebido e como instrumento de análise, portanto como categoria analítica, para compreendermos o sujeito em sua relação com o ambiente, há necessidade de circunscrever o conceito de percepção ambiental no âmbito de uma nova racionalidade, no contexto de uma epistemologia ambiental (LEFF, 2002). O ambiente e a pobreza têm sido compreendidos pela racionalidade dominante como uma externalidade. Entretanto, desta racionalidade não podem advir instrumentos para compreender aquilo que é externo e excluído do próprio sistema. Logo, busca-se com a categoria da percepção ambiental “um trajeto para chegar a saber o que é ambiente” (LEFF, 2002, p. 17).

⁵ Tuan (1980, p. 5), assim define topofilia: “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.”.

O ambiente urbano é o espaço onde foi registrada a grande mudança ambiental e socioespacial a partir do último século. De acordo com o relatório *World Urbanization Prospects: the 2018 revision*, produzido pela Organização das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2018), a velocidade do processo de urbanização tem sido relevante: em 1950, 30% da população do mundo vivia nas cidades e em 2018 atingiu 55%. A projeção é de que no ano de 2050, 68% das pessoas irão viver no meio urbano. Segundo a mesma fonte, o Brasil em 2018 abrigava 86,6% da população nas cidades e em 2050 chegará a 92,4%. Neste sentido, a Conferência Habitat III, que integrou a dimensão da sustentabilidade nas suas metas, objetivou o acesso das pessoas empobrecidas às liberdades e aos direitos fundamentais tendo como base o direito imprescindível à habitação (UN-HABITAT, 2016).

O direito à cidade, preconizado pelo filósofo Lefebvre, extrapola o discurso teórico e tem se tornado nas últimas décadas, uma bandeira de reivindicação e uma diretriz para os processos de urbanização contemporâneos. A urbanista Ermínia Maricato ao considerar a importância do fenômeno da urbanização contemporânea, justifica a importância da política urbana como ordenadora do uso e apropriação da terra urbana, “porque não se mora na casa, simplesmente, se mora na cidade.”⁶. No Brasil, entretanto, o capital financeiro assume um papel preponderante na desconstrução do espaço físico e social das cidades e, ao mesmo tempo, na construção de uma cidade nova (UEDA; FRANCISCO; CASTRO, 2018), cujo espaço torna-se refém dos investimentos do capital excedente (HARVEY, 2009).

A sociedade urbana, entretanto, é o locus do consumo dos recursos naturais, do fluxo de energia e da produção de resíduos (MARTÍNEZ ALIER, 2012). Nela a dimensão dos assentamentos urbanos, na perspectiva da sustentabilidade, ganha relevo e importância estratégica. Deste modo, na articulação do urbano, o planejamento e as políticas públicas ganham significado como instrumentos capazes de intervir na cidade, seja nos processos de exclusão ou de inclusão das pessoas empobrecidas e da urbanização sustentável.

Em termos de inserção urbana no Brasil, reconhecidamente, o grande acontecimento deste início do Século XXI, ocorreu por conta do desenvolvimento do

⁶ AZEVEDO, W. F. de. Moradia urbana tem que levar em consideração a política urbana, principalmente de terra urbana. Entrevista especial com Ermínia Maricato. **IHU On-Line**, São Leopoldo, RS, 31 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/587974-moradia-urbana-tem-que-levar-em-consideracao-a-politica-urbana-principalmente-de-terra-urbana-entrevista-especial-com-erminia-maricato>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em março de 2009, objetivando enfrentar o problema do déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO, 2013). O Programa impactou a política habitacional do país (BALBIM; KRAUSE; NETO, 2014; ROLNIK *et al.*, 2015; BONDUKI, 2009), a economia (OPINIÃO, 2017) e mudou a paisagem das cidades brasileiras (MOREIRA; SILVEIRA; EUCLYDES, 2017). O programa ganhou proporção na provisão pública de habitação: 4,9 milhões de unidades habitacionais foram construídas até o ano de 2017 (OPINIÃO, 2017). Portanto, aproximadamente 8,9% da população brasileira, reside e vive em uma moradia do Programa⁷.

Nesse contexto, em 2011, foi entregue o primeiro projeto do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Campinas, precisamente no Jardim Bassoli, no extremo noroeste da cidade, para 2.380 famílias alocadas em dezenove condomínios (BRASIL, 2014). A “Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida” elaborada em pelo Sistema Nacional de Habitação em parceria com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), em 2014, identificou que os moradores vinham de áreas de risco e de comunidades carentes de diversos bairros de Campinas e também que nunca haviam residido em condomínios (BRASIL, 2014).

Este ambiente habitado, com suas semelhanças e especificidades a outros assentamentos do Programa, compõe o universo da presente pesquisa que tem como objetivo investigar a percepção que os representantes dos condomínios do Jardim Bassoli, do Programa Minha Casa Minha Vida, localizados na região noroeste do Município de Campinas, São Paulo, têm das questões ambientais. Ao objetivo geral somam-se os secundários: a) analisar as bases perceptivas dos sujeitos a partir da sua identificação, da trajetória de vida e a partir de sua percepção das questões do meio ambiente e de sua perspectiva do futuro; b) identificar a percepção ambiental dos sujeitos quanto aos pilares constitutivos do ambiente habitado: o condomínio, a área comum e o apartamento; c) indicar, a partir da realidade pesquisada, contribuições para o aprimoramento da política habitacional e urbana norteada numa base sustentável.

⁷ O cálculo contemplou a população estimada do Brasil em 2019, ou seja, 210.147.125 de habitantes (BRASIL, 2019). O número de moradores por domicílios é de 3,8, apurado por Alves (2015) na estimativa dos residentes do Jardim Bassoli, tomando como base os dados do IBGE na região. Importante ressaltar que o número estimado de pessoas atendidas pelo PMCMV até 2017, corresponderia a 18.600.000, o que significa uma vez e meia a população residente da cidade de São Paulo.

A pesquisa aqui proposta se justifica pela relevância e urgência que a temática do desenvolvimento sustentável vem adquirindo na atualidade, de modo transversal e interdisciplinar, em todas as áreas do saber humano. A problemática dos assentamentos humanos em situação vulnerabilidade social e ambiental exige uma reflexão que considere a realidade complexa do ambiente, espaço e lugar onde os sujeitos habitam. A percepção ambiental como objeto de estudo e como categoria analítica contribui para a ampliação do conhecimento humano e remete a solução dos problemas humanos: a busca da qualidade de vida, a promoção da dignidade humana e do desenvolvimento local sustentável.

Os novos empreendimentos do PMCMV impactam a estrutura urbana das cidades brasileiras assim como as condições de reprodução social das famílias atendidas. O Programa inovou ao promover o acesso à moradia da população que se encontra na base da pirâmide social, ou seja, possibilitando a formação de patrimônio a uma classe historicamente caracterizada pela ausência deste, o que consumia a precária renda familiar. Ainda incorporava um patrimônio que assumiu papel significativo no enfrentamento da pobreza intergeracional.

Neste sentido, a escolha do assentamento habitacional do Jardim Bassoli se justifica por algumas condições peculiares: foi o primeiro empreendimento do PMCMV no Município de Campinas. O contrato foi celebrado em dezembro de 2009, oito meses após o lançamento nacional do Programa (CAMPINAS, 2011a); localiza-se juntamente com o Residencial Sírios na região noroeste de Campinas, caracterizada pela pouca atividade econômica, escassa atividade industrial e precariedade habitacional. Os dois residenciais respondem por 56% das famílias beneficiadas do PMCMV, acentuando a ocupação extensiva da periferia densa e precária (INSTITUTO POLIS; DEMACAMP, 2014; CAMPINAS, 2011a; 2019). Como terceira razão, o residencial localiza-se na região extrema da cidade, na exata confluência com a zona rural. No percurso, a partir do centro da Cidade de Campinas, causam estranheza os imensos vazios urbanos. Também a tipologia multifamiliar e vertical do empreendimento, que responde por 60% das unidades do PMCMV da Região Metropolitana de Campinas (ROLNIK *et al.*, 2015) e, por fim, os beneficiários que são exclusivamente provenientes das áreas de risco de todas as regiões do município. É o único residencial do PMCMV com esta característica de homogeneidade dos beneficiários (CAMPINAS, 2011a; 2019).

A abordagem metodológica da pesquisa está estruturada em quatro etapas: a primeira, revisões bibliográfica e documental que buscam, na produção científica especializada e nos documentos institucionais e governamentais, informações e bases conceituais necessárias para uma aproximação dos objetos da investigação. Na segunda etapa, a estratégia de pesquisa escolhida foi o Estudo de Campo, por meio da observação e de oito entrevistas qualitativas e semiestruturadas objetivando a coleta de dados e informações. O universo de estudo compreendeu as famílias dos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida do Jardim Bassoli, Município de Campinas, Estado de São Paulo, e especificamente, os representantes desta comunidade, sujeitos da pesquisa.

A organização da análise e tratamento dos dados, terceira etapa, ocorreu em quatro fases: a) *leituras* dos dados coletados; b) *exploração* dos dados, na busca de identificação das unidades de significação temáticas (MOREIRA, 2002); c) o *confronto* e a partilha dos dados e reflexões com outros pesquisadores, e com o professor orientador; d) *a interpretação* dos resultados expostos em estrutura de temas e significados, para a elaboração de uma nova compreensão do objeto estudado, em diálogo com a revisão teórica. A quarta etapa, *conclusiva*, consistiu na composição dos resultados pela redação, ancorados na literatura referenciada, na aplicação dos conceitos desenvolvidos e nas verbalizações dos sujeitos.

Esse processo metodológico culminou na elaboração desta dissertação que foi dividida em três capítulos, além da introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo, por meio da revisão bibliográfica e documental será dedicado a aprofundar os seguintes temas: a sustentabilidade, o desenvolvimento, a cidade e a habitação popular. A partir dos alertas da natureza, investigados pela comunidade científica e vivenciada dramaticamente por grande parcela da população, surgem os questionamentos ao desenvolvimento e a racionalidade econômica subjacente. Emerge o conceito de desenvolvimento sustentável em meio aos sintomas reais da crise socioambiental, caracterizada pela degradação ambiental e pela pobreza estrutural. A percepção ambiental torna-se categoria de análise capaz de compreender o espaço de externalidade do ambiente e dos pobres, lugar esse onde foram postos pela razão hegemônica. Constitui um empreendimento que objetiva a construção de um saber ambiental. Compreende este capítulo que, a partir do direito à cidade, emerge o direito à moradia. O Programa Minha Casa Minha Vida surgiu em um preciso momento histórico e enfrentou o problema do déficit

habitacional. A implantação do projeto no Jardim Bassoli será compreendida a partir do movimento de dispersão e da segregação espacial, social e ambiental.

O segundo capítulo abordará o método utilizado na pesquisa, de característica exploratória e de natureza qualitativa. Descrever-se-á, principalmente, a estratégia do Estudo de Campo, os caminhos percorridos para se chegar até a coleta de dados obtidos por meio de oito entrevistas, gravadas e transcritas de forma literal que, em seguida, foram analisadas.

No terceiro capítulo, as evidências da pesquisa de campo serão reexaminadas e interpretadas em dois blocos. O primeiro analisará as bases perceptivas dos sujeitos: o perfil dos entrevistados e a trajetória de vida das pessoas seguido pela percepção dos sujeitos quanto ao meio ambiente e à prospecção de futuro. O segundo bloco abordará os pilares constitutivos do ambiente habitado: como são percebidos os ambientes do condomínio, da área comum e dos apartamentos onde residem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento

A problemática ambiental moderna é a confluência de uma crise da civilização que resulta do modelo atual de sociedade e de desenvolvimento. A crise materializada na degradação do meio ambiente, poluição, na limitação dos recursos naturais e energéticos e na falta de alimentos, questiona a racionalidade econômica e tecnologia dominante, pois “não é uma crise ecológica, mas crise da razão.” (LEFF, 2002, p. 217). O maior desafio do Século XXI será a construção de uma sustentabilidade ambiental radical, no sentido de questionar a racionalidade econômica que banuiu a natureza do âmbito da produção e de ir até as raízes dos problemas da humanidade, para então se estabelecer o equilíbrio ecológico e ambiental necessários à manutenção da vida humana e do planeta que habitamos. No entanto, faz-se necessário o conhecimento dos processos que envolvem a degradação ambiental e dos processos de desenvolvimento que conduzem à sua insustentabilidade.

2.1.1 A degradação ambiental

A percepção da problemática ambiental, a partir de suas manifestações, seguiu uma evolução particular sintetizada por Barbieri (2008). Na primeira etapa, o problema é percebido localmente e a responsabilidade é atribuída aos indivíduos, sejam eles produtores ou consumidores. Na seguinte, a degradação ambiental é percebida de modo mais abrangente, mas restrita a limites territoriais das nações e atribuída à gestão deficiente dos recursos naturais. Na terceira etapa, é observada como um problema planetário e remete à solução, não restrita ao ambiente físico e biológico, mas incorporando as dimensões social, econômica e cultural.

Após a Segunda Guerra Mundial, acentua-se a preocupação com o meio ambiente em perspectiva global, impulsionada pela reconstrução da Europa e pela potencial capacidade tecnológica de autodestruição do planeta⁸. Segundo Nascimento (2012), as chuvas ácidas sobre os países nórdicos levaram a Suécia, em

⁸ Informa Nascimento (2012) que entre os anos de 1945 e 1962, os países que detinham o poder atômico realizaram 423 detonações nucleares. Chuvas radioativas ocorreram a milhares de quilômetros dos lugares dos testes.

1968, a propor ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a realização de uma conferência mundial para debater os problemas das emissões de gases responsáveis pelo dano ambiental. De tal movimento resultou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no ano de 1972.

Nessa Conferência, houve grande influência dos debates originados no Clube de Roma, criado em 1968, na *Accademia dei Lincei*, que congregou cientistas de vários países com objetivo de propor soluções aos problemas complexos da explosão demográfica e dos recursos não renováveis (IPEA, 2010). Em 1971, diversos cientistas liderados por D. Meadows, submeteram ao Clube o relatório denominado *Os Limites do Crescimento*, baseado em um complexo modelo de projeção matemática que recomendava, na conclusão, a contenção do crescimento econômico visando atingir o equilíbrio ecológico e evitar uma catástrofe. Propunham a desaceleração do desenvolvimento industrial nos países desenvolvidos e do crescimento populacional nos países subdesenvolvidos. Os países subdesenvolvidos não aceitaram os resultados do modelo, nem sequer a proposta de “crescimento zero” (NASCIMENTO, 2012; IPEA, 2010)⁹. Desse modo, o debate impactou a Conferência de Estocolmo: de um lado, os países desenvolvidos priorizando a defesa do meio ambiente, e de outro, os demais países que priorizavam a superação da pobreza. Note-se que esta divisão atravessa não somente os países, mas os atores político-sociais, colocando em confronto ambientalistas e desenvolvimentistas (IPEA, 2010). O documento *Only One Earth*, considera o problema ambiental como decorrente de externalidades econômicas, próprias do excesso de desenvolvimento de um lado e a sua falta, de outro. Segundo Nascimento (2012, p. 53), “a questão ambiental deixava de ficar restrita ao meio natural e adentrava o espaço social. Graças a esse embate, o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia) é substituído por uma tríade, introduzindo-se a dimensão social.”.

Após a Conferência de Estocolmo, os estudos de Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) impactaram os debates sobre “os limites do crescimento”, trazendo uma formulação não convencional da economia sobre os problemas

⁹ Segundo Corazza (2005, p.443), “a ideia do “crescimento zero” não seria tão simples e ganhou sofisticação quando foi associada aos conceitos da termodinâmica, pelo economista norte-americano Herman Daly, antigo aluno de Georgescu-Roegen na Universidade Vanderbilt (Nashville, EUA), e que define o “steady state” pela manutenção de estoques físicos constantes de riqueza (artefatos) e de uma população também constante, num determinado nível escolhido.”.

ambientais (CORAZZA, 2005). Em 1971, o economista publicou a obra *The Entropy Law and the Economic Process* que se opôs a duas visões predominantes da economia do Século XX: a primeira crítica foi dirigida a compreensão da economia como um sistema fechado e circular, onde circulam o dinheiro e a produção da economia. Este entendimento contradiz a segunda lei da termodinâmica, a Lei da Entropia que rege o sistema termodinâmico da natureza para o qual toda transformação energética envolve produção de calor e tende a se dissipar de forma irreversível (CECHIN; VEIGA, 2010). De acordo com Cechin e Veiga (2010), Georgescu-Roegen entende que o planeta Terra é um sistema fechado pois troca apenas energia, de modo irreduzível e, portanto, a quantidade de matéria não muda.

A segunda maior crítica de Georgescu-Roegen (1966, 1971 *apud* CECHIN; VEIGA, 2010, p. 443) foi quanto à concepção mecânica do processo econômico:

O paradigma Mecânico na Economia tem como importante sintoma o não reconhecimento dos fluxos de matéria e energia que entram e saem do processo econômico, e muito menos reconhece a diferença qualitativa entre o que entra e o que sai do processo.

Neste sentido, o economista considerou a economia como um sistema aberto e rompeu com o paradigma da econômica convencional. Para ele, o crescimento “é sempre uma depleção e, portanto, encurtamento da expectativa de vida da espécie humana” (VEIGA, 2012, p. 121). Na perspectiva de Cechin e Veiga (2010), Georgescu-Roegen antecipou as questões da sustentabilidade ambiental ao focar na quantidade de material e energia processados, verifica-se uma preocupação com o meio ambiente e com as gerações futuras.

Corazza (2005), retoma outra importante obra, *Decrescimento: entropia, ecologia, economia* (GEORGESCU-ROEGEN, 2012), publicada em 1979, e conclui que o autor partilhou das crenças dos teóricos dos limites do crescimento:

Dentro de um ‘programa bioeconômico mínimo’ para um tal ‘decrescimento’, o autor sugere que ‘a humanidade deveria diminuir progressivamente sua população até o nível onde uma agricultura orgânica seria suficiente para nutri-la convenientemente’, sendo que países que vivenciam hoje taxas mais fortes de crescimento deveriam fazer esforços particulares rumo ao ‘decrescimento’. (CORAZZA, 2005, p. 456).

Tal posicionamento levou os economistas contemporâneos de Georgescu-Roegen a considerá-lo herege, pois propunha a absorção da economia pela ecologia (VEIGA, 2012).

Em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) foi formada com o objetivo de estabelecer uma agenda global para a mudança, objetivando conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Os trabalhos foram dirigidos pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland e concluídos com o relatório de 1987, *Nosso futuro comum*, cujo ponto alto foi a definição de desenvolvimento sustentável: “é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”¹⁰. Tal conceito introduziu a noção de intergeracionalidade associado primeiro à noção de justiça social, ou seja, à diminuição da desigualdade social e, segundo, associado aos valores éticos por meio de compromissos com as gerações futuras. O Relatório desta Comissão, assinado por Brundtland, difundiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que passou a figurar sistematicamente nas discussões internacionais, servindo como eixo orientador de pesquisas realizadas por organizações públicas e privadas¹¹.

De acordo com Nascimento (2012), o Relatório de Brundtland colocou-se contra os efeitos do liberalismo, que naquela época provocava o aumento da desigualdade social, consagrando a dimensão social como integrante da questão ambiental. Para os pesquisadores do IPEA (2010, p. 41), “o conceito de desenvolvimento sustentável redigido pelo *Relatório Brundtland* é um avanço do ponto de vista econômico neoclássico, pois enfoca que as futuras gerações têm os mesmos direitos das gerações presentes em suprir suas necessidades”. No entanto, para Leff (2015, p. 19-20), este discurso mostra-se ambivalente, pois propõe a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentado através do mecanismo do mercado “sem uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) deste processo.”.

Em 1992, no Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92. Um evento de proporções globais em que se reuniram, aproximadamente 40 mil pessoas, incluindo 106 chefes de estado. O evento resultou na elaboração da Agenda 21, na

¹⁰ NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. (Online). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹¹ Segundo Nascimento (2012), a força e a limitação desta conceituação repousam na fórmula vaga e mesmo aberta a múltiplas interpretações, como será abordado adiante.

qual cada país ficou responsável em programar ações para atingir os objetivos e as metas estabelecidas. A Conferência seguiu a mesma linha de Estocolmo, relacionando meio ambiente ao desenvolvimento por meio da gestão dos recursos, sem comprometer o modelo econômico. Segundo Leff (2015, p.21), a noção de sustentabilidade foi “divulgada e vulgarizada” sem gerar “um sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade.”

A Carta da Terra, proposta durante a Rio-92 e aprovada pela Unesco em 2000 (BOFF, 2015, p. 167-176), foi um relevante pronunciamento desse contexto de vigilância quanto às perturbações ambientais. Foi significativa por recolher manifestações amplas da sociedade mundial. Em seu preâmbulo, encontra-se: “Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro.”. E conclui: “Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente” (BOFF, 2015, p.167 e 169). Estes aspectos não encontrados nos encontros multilaterais.

Segundo Marques (2016), o multilateralismo surgiu em consonância com o processo de descolonização no período pós-guerra e buscou a governança global para consolidar a *Pax americana*. Entretanto, no final dos anos 1990, “o multilateralismo havia perdido o *élan* que lhe infundira a ECO-92 (...) reduzindo-se a um mero concerto de esforços para gerir crises do mercado financeiro.” (MARQUES, 2016, p. 40). Assim, a Rio+10, em Johannesburgo mostrou-se incapaz de implementar os compromissos firmados em 1992. A escassez de recursos naturais, agora chamadas de *commodities*, tornaram os Estado-Corporações¹² menos dispostos a respeitar os organismos multilaterais.

Estas contradições ficaram mais evidentes quando os Estados Unidos não assinaram o Protocolo de Kyoto, redigido em 1997, visando reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, “mesmo após o Intergovernmental Panel for Climate Change (IPCC), em 2007, lançar um comovente alerta sobre os riscos prementes do aquecimento global e a contribuição nesse processo da ação antrópica” (NASCIMENTO, 2012, p. 55).

¹² Para o pesquisador Luiz Marques (2016, p. 34), no final do Século XX surge uma nova fase do Capitalismo de Estado, “uma verdadeira mudança na natureza do Estado, com a emergência do que se poderia chamar o Estado-Corporação, um novo modelo de simbiose entre Estado e corporação.”. Segundo Marques (2016) há um *continuum* entre Estado e capital sendo por vezes difícil de precisar os limites entre ambos.

No início do Século XXI, o estudo sobre a ação antrópica na natureza ganhou relevo e foi capaz de orientar as pesquisas científicas. Assim, o impacto ambiental tem sido caracterizado e interpretado pela ciência como o resultado direto da ação humana: o Antropoceno. Para Luís Marques (2016), a formulação do conceito Antropoceno é pluriautorial surgindo de 1972 a 2002. Em parte, este percurso é descrito na publicação do *The International Geosphere–Biosphere Programme* (IGBP), no ano de 2000, que terminou por consolidar o termo por meio do artigo intitulado *The “Antropocene”*, assinado por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000). O referido artigo científico compreende que o conceito foi emergindo lentamente na ciência, a partir da publicação de G.P. Marsh em 1864, intitulado *The Earth as Modified by Human Action*, dos comentários de Stoppani em 1873 acentuando a grande força da atividade humana na Terra, designando-a como era Antropozóica e, finalmente, a partir do geologista russo Verndsky que, em 1926, ressaltava o poder da espécie humana como parte da biosfera. Por fim, relata o conceito de Noosfera que acentua o poder da razão e da técnica na formação do futuro e do meio ambiente, elaborados pelo Pe. Theillard Chardin e Le Roy em 1924. Cruzen e Stoermer (2000) propõem a data de 1784 como o ano de nascimento desta nova era geológica, quando ocorreu a invenção da máquina a vapor, marcando o início do aumento da emissão de dióxido de carbono e outros gases do efeito estufa na atmosfera, em grande parte devido ao consumo de combustível fóssil da indústria nascente. Deste modo, Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000) assim definem este momento histórico:

Considerando estes e muitos outros impactos importantes e ainda crescentes das atividades humanas na terra e na atmosfera, e em tudo, incluindo escalas globais, parece-nos mais do que apropriado para enfatizar o papel central da humanidade na geologia e ecologia, propondo a utilização o termo "**Antropoceno**" para a época geológica atual. Os impactos das atividades humanas atuais continuarão por longos períodos. De acordo com um estudo de Berger e Loutre, devido às emissões antropogênicas de CO₂, o clima pode afastar-se significativamente do comportamento natural durante os próximos 50.000 anos (grifo nosso, tradução nossa).

A *International Commission on Stratigraphy* (ICS) estuda a adoção oficial deste conceito na nomenclatura estratigráfica, na escala do tempo geológica. A estratigrafia é um ramo da Geologia que estuda a sucessão das camadas ou estratos que aparecem num corte geológico deixando marcas bioquímicas e geológicas em cada tempo de vida na Terra. Cabe portanto, a esta Comissão analisar os estudos e

homologar formalmente a proposição e as evidências nela contidas (SQS, 2009)¹³. Para tanto, organizou, em dezembro de 2009, o *Anthropocene Working Group*, da Subcomissão sobre Estratigrafia do Quaternário, que assim define o Antropoceno:

O 'Antropoceno' é um termo amplamente utilizado desde sua cunhagem, por Paul Crutzen e Eugene Stoermer em 2000, para indicar o intervalo de tempo presente, em que muitas condições e processos geologicamente significativos são profundamente alterados por atividades humanas. Estas incluem alterações em: erosão e transporte de sedimentos associados a uma variedade de processos antropogênicos, incluindo a colonização, agricultura, urbanização e aquecimento global, a composição química da atmosfera, dos oceanos e dos solos, com perturbações antropogênicas significativas dos ciclos de elementos como o carbono, o nitrogênio, o fósforo e vários metais. As condições ambientais geradas por estas perturbações incluem o aquecimento global, a acidificação dos oceanos e a propagação de 'zonas mortas' oceânicas, na biosfera tanto em terra como no mar, como resultado da perda de habitat, predação, invasões de espécies e as mudanças físicas e químicas observadas acima. (SQS, 2009, tradução nossa)¹⁴.

A humanidade da Idade Contemporânea vive na Era Cenozóica, no Período Quaternário, na Época Holoceno. Os defensores do Antropoceno afirmam que o seu impacto se intensificou significativamente desde o início da industrialização, levando nossa Idade para fora do estado do Sistema Terrestre típico da Época do Holoceno que ocorreu após a última glaciação, ou seja, há 12.000 mil anos atrás. Um dos desafios das pesquisas é verificar as alterações biológicas e químicas inscritas nos extratos geológicos e estabelecer uma correlação causal e evidente com o impacto das ações humanas, para assim ser caracterizada como uma nova Época geológica (STEFFEN *et al.*, 2011).

No estudo destas evidências, destacam-se as pesquisas de um grupo de cientistas do cenário mundial, coordenados por Will Steffen da Universidade Nacional da Austrália e Johan Rockström do Centro de Resiliência de Estocolmo.

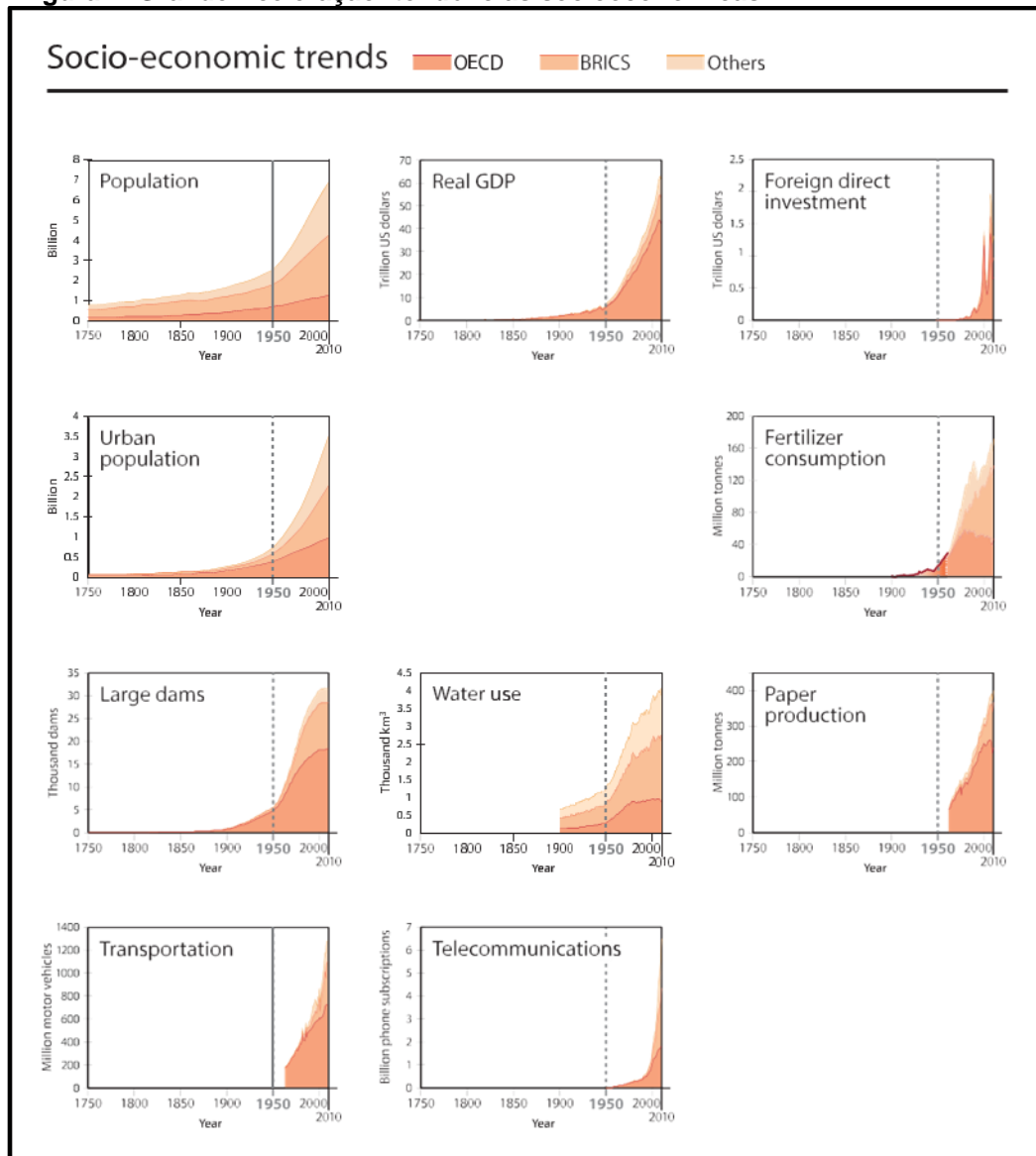
Steffen *et al.* (2011) confirmam que a marca humana no ambiente global proposta através do termo Antropoceno tem uma evidência de tamanha proporção que rivaliza com outras grandes forças e profundas mudanças da natureza observadas na história da humanidade. Para os pesquisadores, há uma evolução destas mudanças compreendidas no âmbito do Antropoceno. Em uma primeira fase, compreende-se que o Antropoceno se iniciou por volta de 1800, com o advento da

¹³ SUBCOMMISSION ON QUATERNARY STRATIGRAPHY (SQS). **Working Group on Anthropocene**. [online] 2009. Available from: <<http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>>. Cited: 26 Oct. 2018.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

Revolução Industrial. A concentração de dióxido de carbono na atmosfera tem mantido constante aumento desde então. Esta fase vai até o ano de 1945 ou 1950. A segunda fase, vai desta última data até o ano 2000 ou 2015, época da finalização dos estudos. Este período é denominado como “a Grande Aceleração”, pela evidência ampla de vários fatores que atestam uma alteração em grande escala e sem precedentes como, evidenciado nas Figuras 1 e 2. Nesta fase, a crise ecológica global, juntamente com a desigualdade socioeconômica, impacta sobremaneira a Terra. Na terceira fase, a partir do ano 2000 ou 2015, a humanidade toma consciência dos limites da ação humana através do Antropoceno, que coloca em risco sua existência.

Figura 1. Grande Aceleração: tendências socioeconômicas.



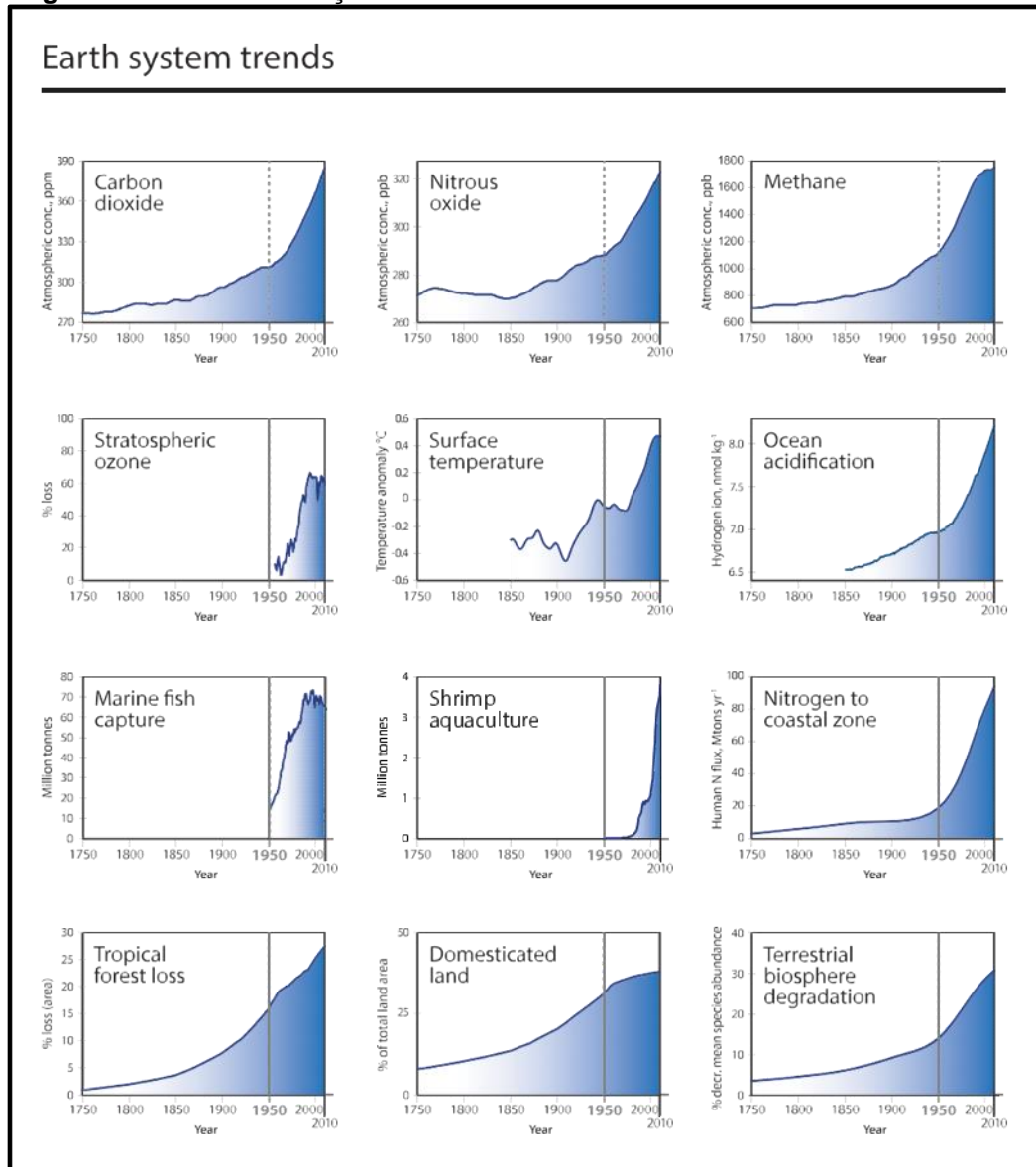
Fonte: Steffen *et al.*, 2015b.

Os gráficos de “A Grande Aceleração” (Figura 1) demonstram que há tendência clara de que a atividade socioeconômica cresceu rápida e abruptamente no período entre 1950 e 2010. A característica dominante relaciona-se a atividade econômica que cresce de forma contínua e acelerada associada a uma das tendências mais importantes que é a taxa da rápida urbanização. A mudança da área rural para a vida urbana começou a aumentar no final de 1800 e a sua taxa de crescimento, desde então, tem sido constante. Há uma extraordinária aceleração, no entanto, a partir de 1950. “Em 2008 a humanidade passou um marco histórico: mais de 50% da população mundial vive agora em áreas urbanas. Seguindo as trajetórias atuais, haverá mais áreas urbanas construídas durante as três primeiras décadas do século 21 do que em toda a história anterior combinada.” (SETO, 2010 *apud* STEFFEN *et al.*, 2015b, p.9, tradução nossa).

Os dez dados indicadores do desenvolvimento socioeconômico (Figura 1) foram divididos e apresentados em três grupos de países: os pertencentes a OCDE, os pertencentes aos BRICS, e os demais países. Steffen *et al.* (2015b) destacam que nos países que não fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), há um crescimento populacional acelerado a partir de 1950, ao passo que na economia, portanto nos dados relativos ao consumo e ao Produto Interno Bruto, é fortemente dominado pelos países componentes da OCDE. Há evidências, entretanto, de que nos países do BRICS a partir do início deste Século, com a emergência de uma classe média, há um aceleração de vários itens de produção industrial.

A aceleração pós-1950 nos indicadores do Sistema Terra (Figura 2) é bem nítida. Os 12 indicadores do Sistema Terrestre acompanham as alterações ocorridas nas principais características da estrutura e funcionamento do sistema, a saber (Figura 2): composição atmosférica, camada de ozônio estratosférico, sistema climático, água e ciclos de nitrogênio, ecossistemas marinhos, sistemas fundiários, florestas tropicais e degradação da biosfera terrestre. Os indicadores da estrutura e funcionamento do Sistema Terra apresentam as tendências do movimento de crescimento que compreendem desde o ano 1750 a 2010, acelerando os seus processos a partir de 1950.

Figura 2. Grande Aceleração: tendências do Sistema Terra.



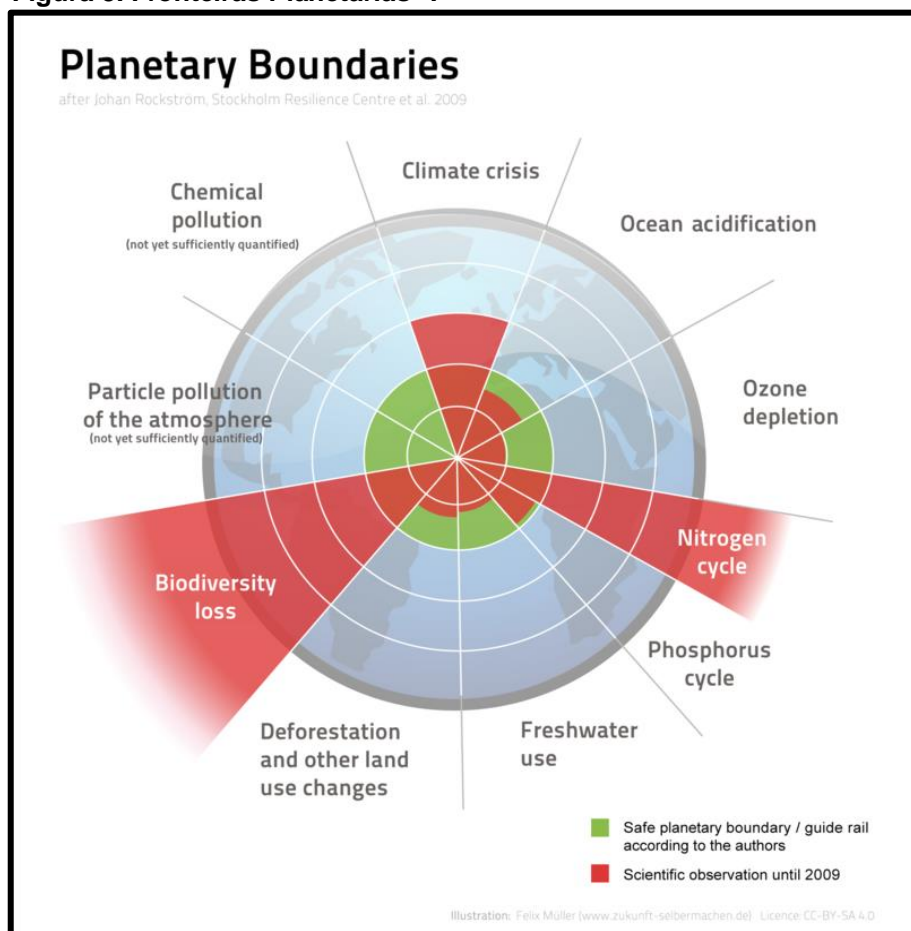
Fonte: Steffen *et al.*, 2015b.

A pesquisa de Steffen *et al.* (2015b, p. 12) apresenta uma importante conclusão, somente a partir da metade do Século XX há clara evidência de mudanças fundamentais nos indicadores do Sistema Terra que estão para além do intervalo de variabilidade ocorridas no Holoceno e, ainda, que tais mudanças são impulsionadas pela atividade humana:

As tendências da Grande Aceleração proporcionam uma visão dinâmica do emergente acoplamento em escala planetária, via globalização, entre o sistema socioeconômico e o sistema biofísico da Terra. Chegamos a um ponto onde muitos indicadores biofísicos ultrapassaram claramente os limites da variabilidade do Holoceno. Vivemos agora num mundo não análogo. (STEFFEN *et al.*, 2015b, p. 14, tradução nossa).

Em setembro 2009, Rockström *et al.*, em artigos publicados nas revistas *Ecology and Society* (2009a) e *Nature* (2009b), afirmaram que, no período conhecido como Holoceno, a Terra foi capaz de absorver perturbações internas e externas e que um novo período, o Antropoceno, vem emergindo desde a Revolução Industrial, decorrente da ação humana e das mudanças ambientais crescentes, ameaçando um longo período de estabilidade. Emergiu, a partir destes estudos, o conceito de “fronteiras planetárias” (Figura 3) em que descreveram os limites físicos que o planeta pode suportar relacionado à atividade humana.

Figura 3. Fronteiras Planetárias¹⁵.



Fonte: ROCKSTRÖN *et al.*, 2009b.

Um grupo de 29 cientistas (ROCKSTRÖN *et al.*, 2009a; 2009b) propuseram, portanto, as fronteiras biofísicas globais com base no entendimento científico do Sistema Terra, procurando estabelecer um “espaço operacional seguro”

¹⁵ Figura das fronteiras planetárias de acordo com o artigo de Rockström *et al.* (2009b) publicado na *Nature*. O círculo verde define as fronteiras biofísicas estimadas enquanto que as áreas em vermelho representam uma estimativa do estado atual de fronteiras que foram ultrapassadas além do espaço seguro.

que permitiria a humanidade avançar para gerações futuras. Foi identificado um conjunto de nove fronteiras planetárias (*planetary boundaries*) que foram revisadas no ano de 2015. São nove parâmetros relevantes (STEFFEN et. al. 2015b): mudanças climáticas; perda de ozônio estratosférico; acidificação dos oceanos; ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo; mudança na integridade da biosfera associadas à perda de biodiversidade; mudança no uso do solo; uso de recursos hídricos; carga de partículas de aerossóis na atmosfera; introdução de entidades novas e poluição química (Figura 3). São limites que uma vez cruzados, afirmam os cientistas, gerariam “mudanças abruptas e irreversíveis” (ROCKSTRÖN *et al.*, 2009a). As fronteiras podem estar conectadas em níveis diferenciados: cruzar uma fronteira poderá significar a alteração de outras.

De acordo com a pesquisa (STEFFEN et. al. 2015b; ROCKSTRÖN *et al.*, 2009b), há evidências de que três destas fronteiras teriam sido cruzadas: mudanças climáticas, perda de biodiversidade e o ciclo biogeoquímico de nitrogênio. Salientam os estudiosos que a abordagem não oferece um quadro completo para o desenvolvimento sustentável, mas podem ajudar a definir um espaço operacional seguro para o desenvolvimento humano, em segurança. Portanto, a pesquisa não determina como as sociedades devem se desenvolver, são as decisões políticas que devem incorporar os elementos humanos e as questões a serem efetivadas, como a equidade.

Depreende-se destes conceitos que a dinâmica da natureza tem sido impactada pela atividade humana, provocando desequilíbrios químicos, biológicos e geológicos no planeta. O conceito de Antropoceno abarca a convergência de uma sequência de manifestações compreendidas pela ciência como crises ambientais. Um dos sintomas desta crise é a mudança climática que, associada ao fenômeno do aquecimento global, ganhou foco e espaço nos meios de comunicação principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro (BARBIERI, 2008).

Existe um sólido consenso dos cientistas quanto ao impacto das emissões dos gases de efeito estufa na mudança climática. Para Graedel e Crutzen (1997), o clima e o tempo são as mais óbvias manifestações de todos os processos do Sistema Terra e as transformações recentes têm ocorrido de forma rápida, nunca observável anteriormente na história. Luiz Marques (2016) descreve onze estudos científicos

acerca das projeções climáticas, realizadas entre 2009 e 2015, por universidades e organismos científicos, para as próximas décadas e para 2100. Ainda de acordo com Marques (2016, p. 309), desde 2001 a 2015, 38 academias científicas elaboraram declarações oficiais “confirmando o caráter preponderantemente antrópico das mudanças climáticas”.

Apesar da facticidade dos fenômenos e das suas consequências irreversíveis na ultrapassagem dos limites da natureza, o que motiva os políticos e até mesmo cientistas a questionarem ou negarem as evidências? Segundo Benestad *et al.* (2016), de 97% a 98% das publicações científicas atestam a origem antrópica do fenômeno do aquecimento global e confirmam as conclusões científicas aprovadas no IPCC-2007. O estudo revisou quase 12.000 resumos e recebeu 1.200 autoavaliações dos autores de publicações sobre ciência do clima. Qual seria o argumento dos 2 ou 3% remanescentes? De acordo com Benestad *et al.* (2016) foi realizado um estudo de revisão dos 2% das publicações que rejeitaram a origem antrópica do aquecimento global. Foi desenvolvida uma ferramenta analítica para replicar e testar os resultados e os métodos utilizados naqueles artigos. A conclusão revelou falhas metodológicas, sobretudo por se aterem a um caso específico e isolado, ignorando informações colaterais e a ampliação do campo de pesquisa. Apontou também o uso de falsas dicotomias e de modelos estatísticos inapropriados (BENESTAD *et al.*, 2016).

Naomi Oreskes (2004) tem investigado nos últimos anos o consenso científico sobre o aquecimento global e a recepção deste consenso por parte do público leigo. A historiadora também vem analisando a natureza da oposição a este consenso por parte dos autointitulados “céticos do aquecimento global”, melhor descritos como ‘negacionistas’, grupos de indivíduos que questionam e atacam as conclusões do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC) sobre o assunto. Segundo Oreskes (2004), os relatórios e as declarações da comunidade científica contribuem para minimizar as opiniões discordantes. Para isto a pesquisadora relata que esta hipótese foi testada pela análise de 928 resumos de publicações científicas, efetuadas entre 1993 e 2003, com a palavra-chave “mudança climática”. O resultado foi que nenhuma publicação discordou da posição consensual:

Os 928 trabalhos foram divididos em seis categorias: endosso explícito da posição consensual, avaliação de impactos, propostas de mitigação, métodos, análise paleoclimática e rejeição da posição consensual. De todos os artigos, 75% foram incluídos nas três primeiras categorias, aceitando explícita ou implicitamente a visão de consenso. 25% lidaram com métodos

ou paleoclimatologias, não tomando posição sobre a atual mudança climática antropogênica. (ORESQUES, 2004, p. 1689, tradução nossa).

Pode haver uma impressão de discordância, o que não é correto dado a complexidade do estudo, argumenta Oreskes (2004, p. 1689), entretanto, “há um consenso científico sobre a realidade da mudança climática antropogênica. Cientistas do clima têm repetidamente tentado deixar isso claro.”

O aquecimento do planeta é o maior evento climático da história, é o que apontam três estudos publicados nas revistas científicas *Nature* e *Nature Geoscience*. Alguns cientistas (GEORGE, 2019; NEUKON *et al.*, 2019; BRÖNNIMANN, *et al.*, 2019)¹⁶ utilizam dados históricos extensos para mostrar que nunca houve um período, nos últimos dois milênios, em que as mudanças de temperatura foram tão rápidas e extensas como nas últimas décadas. Nem mesmo episódios históricos como a "Pequena Era do Gelo", resfriamento acentuado registrado entre os anos 1300 a 1850, se comparam ao que está acontecendo neste momento no mundo. Os estudos oferecem evidências de que o aquecimento global antropogênico não é apenas incomparável em termos de temperaturas absolutas, mas também sem igual na Terra nos últimos 2 mil anos.

A manifestação dos organismos internacionais na abordagem da questão da mudança climática requer o entendimento da sua complexidade e a precisão dos conceitos. De acordo com Maria Souza e Rosana Corazza (2017)¹⁷, são fenômenos de causalidade não unidirecionais, originados de fontes múltiplas e difusas, cumulativos e que transbordam as fronteiras dos países. Como exemplo, as emissões dos gases de efeito estufa, provenientes da indústria, do desmatamento, do derretimento dos glaciais e dos pergelissolos, “alteram a composição química da atmosfera e, em consequência disso, o equilíbrio entre radiação incidente na Terra e a radiação refletida por ela de volta para o espaço” (MARQUES, 2016, p. 311). Estes agentes que definem o clima são compreendidos “como uma média a longo prazo de

¹⁶ GEORGE, S. S. The aberrant global synchrony of present-day warming. *Nature*, v. 571, p. 483-484, 2019. Available from: <<https://www.nature.com/articles/d41586-019-02179-2>>. Cited: 1 Aug. 2019. NEUKON, R. *et al.* No evidence for globally coherent warm and cold periods over the preindustrial Common Era. *Nature*, v. 571, p. 550-554, 2019. Available from: <<https://www.nature.com/articles/s41586-019-1401-2>>. Cited: 1 Aug. 2019. BRÖNNIMANN, S. *et al.* Last phase of the Little Ice Age forced by volcanic eruptions. *Nature Geoscience* v. 12, p. 650–656, 2019. Available from: <<https://www.nature.com/articles/s41561-019-0402-y>>. Cited: 1 Aug. 2019.

¹⁷ SOUZA, M. C. O.; CORAZZA, R. I. Do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. *Desenvolvimento e Direito*, Curitiba, v. 42, p. 52-80, dez. 2017.

energia e água que flui na atmosfera e na Terra, seja na Terra como um todo ou em um local geográfico específico.” (GRAEDEL; CRUTZEN, 1997, p. 33, tradução nossa).

Se a natureza degradada, evidenciada cientificamente, está na origem das alterações climáticas, a mesma evidência está relacionada às consequências em curso deste processo, cujos dados apontam que os mais pobres são os principais afetados¹⁸. A Organização das Nações Unidas criou em 1999 a Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (United Nations Office for Disaster Risk Reduction - UNISDR) com o objetivo de agrupar sinergias com entidades e instituições de finalidades humanitárias. Este órgão, juntamente com o Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED), publicou o *The Human Cost of Weather-Related Disasters 1995-2015* (UNISDR; CRED, 2015), apresentando os desastres relacionados à mudança climática desde a Conferência das Partes em 1995. O prólogo do estudo faz um alerta:

As alterações climáticas, a variabilidade climática e os acontecimentos climáticos representam uma ameaça para a erradicação da extrema pobreza e devem servir de estímulo para acelerar os esforços não só para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, mas também para combater a outros fatores de risco subjacentes, tais como: desenvolvimento urbano não planejado, meios de subsistência vulneráveis, degradação ambiental e lacunas nos primeiros alertas. (UNISDR; CRED, 2015, p. 3, tradução nossa).

O relatório é uma análise dos dados compilados pelas instituições e estão diretamente relacionados às mudanças climáticas no período especificado. Seguem alguns dados (UNISDR; CRED, 2015): 90% dos grandes desastres foram causados por 6.457 registros de inundações e enchentes, tempestades, secas, ondas de calor, frio extremo e incêndios florestais. Os eventos de inundações e tempestades correspondem a 71% dos desastres naturais em geral. Descreve o relatório que, desde 1995, as inundações representaram 47 % de todas as catástrofes relacionadas com o clima, afetando 2,3 bilhões de pessoas. O número de inundações por ano aumentou para uma média de 171 no período 2005-2014, frente a uma média anual de 127 na década anterior. Tempestades, incluindo furacões, ciclones e ondas de

¹⁸ As pessoas mais pobres do mundo serão forçadas a "escolher entre fome e migração", é o alarme lançado pelo relator especial da Organização das Nações Unidas sobre a pobreza humana os direitos humanos, Philip Alston. Sua declaração mais relevante aponta que o fenômeno das mudanças climáticas "poderia levar mais de 120 milhões de pessoas a mais à pobreza até 2030". Cf.: KOTTASOVÁ, I. 'Climate apartheid' to push 120 million into poverty by 2030, UN says. **CNN**, 26 Jun. 2019. Available from: <<https://edition.cnn.com/2019/06/25/world/climate-apartheid-poverty-un-intl/index.html>>. Cited: 12 July 2019.

tempestade, mataram mais de 242.000 pessoas entre 1995 e 2015, constituindo o tipo mais mortal de desastres climáticos nos últimos 21 anos.

De modo trágico, desde a primeira Conferência das Partes (COP-1), realizada em 1995, até o ano de 2015, foram perdidas 606 mil vidas e 4,1 bilhões de pessoas ficaram feridas, desabrigadas ou precisaram de ajuda emergencial por eventos relacionados ao clima. Não obstante a população pobre ser a principal atingida nas fatalidades pelos desastres relacionados à mudança climática, há uma distribuição dos efeitos quando analisado o nível de renda no período pesquisado: 59% pertencem à faixa de baixa renda da população, 31% das pessoas atingidas possuem renda média e 10% possuem alta renda econômica. As perdas econômicas relacionadas à mudança climática, em 71% dos eventos analisados, representavam em valores econômicos U\$ 1,9 trilhão de dólares (UNISDR; CRED, 2015).

2.1.2 A (in)sustentabilidade do subdesenvolvimento¹⁹

Como já mencionado, a injustiça social, expressa nas condições de pobreza da maior parte da população mundial é a outra face da degradação ambiental do planeta. Leff (2002) fez a leitura da crise ambiental sob diferentes perspectivas:

A problemática ambiental – a poluição, a degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma **crise de civilização**, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Esta crise tem sido explicada a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado, é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem a padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vêm esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais. (LEFF, 2002, p. 59, grifo do autor).

Neste contexto, nas últimas décadas do Século XX emerge o conceito de “desenvolvimento sustentável”, procurando compatibilizar o crescimento econômico com o meio ambiente. Para Leff (2015, p.25), trata-se de um discurso político “que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a

¹⁹ De acordo com Leff (2015, p. 20), “a ambivalência do discurso da sustentabilidade surge da polissemia do termo *sustainability*, que integra dois significados: um... que implica a internalização das condições ecológicas de suporte do processo econômico; outro, que aduz a durabilidade do próprio processo econômico. Neste sentido, a sustentabilidade ecológica constitui uma condição da sustentabilidade do processo econômico.”

apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza.”. Deste modo, converte o sentido crítico do conceito ambiente e proclama uma ecologia generalizada, numa simulação de interesses e políticas neoliberais.

Ao tratar desta temática, outros pesquisadores e cientistas sustentam uma posição crítica e definida (BOFF, 2015; VEIGA, 2010, SACHS, 2008; ABRAMOVAY, 2012; MARQUES, 2016): o desenvolvimento vigente, pautado pela lógica do crescimento econômico contínuo, confronta-se radicalmente com a sustentabilidade ambiental e com os limites biofísicos do planeta. Reconhecem que os modelos de desenvolvimento garantiram ganhos importantes para a humanidade, entretanto desencadearam sintomas de crise e de alarmante exclusão social. Sachs (2008) reforça que dois problemas paradigmáticos persistem no mundo contemporâneo: o desemprego e a desigualdade crescente. Resta o entendimento de que o desenvolvimento pensado inicialmente como um projeto de emancipação da sociedade moderna deixou de ser o sinônimo de paz (MITCHAM, 1995)²⁰.

A reflexão sobre o desenvolvimento tem início nos anos 40, segundo Sachs (2008), com a reconstrução da Europa devastada na Segunda Guerra. As prioridades do pensamento econômico se orientavam para a criação do pleno emprego, do Estado de Bem-Estar Social, bem como para o planejamento e a intervenção do Estado na economia.

Na década de 1960 houve a equiparação do desenvolvimento com o crescimento econômico, pois as nações desenvolvidas haviam passado pelo processo de industrialização, enquanto que nos países subdesenvolvidos ainda era incipiente (VEIGA, 2010). No entanto, ainda na passagem do milênio, segundo Veiga (2010), para a grande maioria dos economistas, que denomina fundamentalistas de mercado, perdura a concepção de que o desenvolvimento é decorrência do crescimento econômico. Carl Mitcham (1995) constata um paradoxo neste debate pois, se de um lado há a real necessidade de limitar o crescimento econômico, por outro e ao mesmo tempo, existe a necessidade do desenvolvimento. Este dilema será retomado por Sachs (2008) que propôs a redução do crescimento econômico dos países ricos e industrializados para possibilitarem o desenvolvimento dos países pobres e o atendimento de suas necessidades básicas e estruturais.

²⁰ Carl Mitcham (1995, p. 324) faz uma alusão ao Papa Paulo VI, durante a sua primeira visita à América do Sul em 1977, quando declarou que “o nome da paz em nosso tempo é desenvolvimento”.

Os estudos de Georgescu-Roegen (2012), analisados anteriormente, impactam ao propor o decrescimento econômico e ao abordar a economia como um subsistema da ecologia, pois analisa que a economia age acima e não prioriza o meio ambiente, portanto se funda na crença do crescimento e progresso contínuo e ilimitado. Sob tal perspectiva, ao descrever os níveis da economia ecológica, Martínez Alier (2012, p. 45) vai compreendê-la como “um subsistema de um ecossistema físico global e finito”. Esta mesma linha de pensamento é entendida por Abramovay (2012) ao enfatizar que o limite do crescimento deve estar fundamentado nos limites dos ecossistemas e no bem-estar humano.

Na contramão do modelo econômico preponderante, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1998, criou o “Índice de Desenvolvimento Humano”²¹ visando evitar o reducionismo do desenvolvimento ao crescimento econômico. Aspectos qualitativos do desenvolvimento são realçados.

Há uma evidência de que a ideia de sustentabilidade ganhou força e institucionalidade desde o Relatório de Brundtland, na década de 1980, sendo capaz de gerar novas agendas entre as nações e novas políticas públicas nacionais (NASCIMENTO, 2012). No entanto, o conceito de sustentabilidade sofre disputas e tem angariado significativa contribuição acadêmica da economia neoclássica, hegemônica no entendimento político dos órgãos internacionais. Para Leff (2002, p. 16), “o ambiente se converte em um objeto de apropriação social que põe em jogo estratégias discursivas e significações culturais que entram em um debate de sentidos pela sustentabilidade”. Nesta perspectiva, Veiga (2010) identificou a diluição do conceito nos diversos enfoques da economia e, assim, a noção de equilíbrio adquiriu força nas análises econômicas, reforçando a ideia de continuidade do crescimento econômico, de compatibilização entre economia e meio ambiente, a partir do instrumental de novas tecnologias.

²¹ Segundo o PNUD, “o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. ”. **PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.** Desenvolvimento Humano e IDH. [Online]. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

A polissemia do termo sustentabilidade (ARRUDA; QUELHAS, 2010) no meio corporativo tem resultado em diferentes enfoques e opiniões sobre como lidar com os desafios ambientais, delegando ao Estado o poder de redimir a crise (MARQUES, 2016) e ignorando, segundo Fenker e Ferreira (2011, p. 7)²², que as corporações no mundo moderno se traduzem em centros de poder e controladores dos recursos naturais, pois “a estrutura de poder e controle social está concentrada nas mãos das grandes corporações”, exemplifica destacando que as 500 maiores corporações mundiais têm receita superior ao PIB de 185 países.

Mesmo diante dos antagonismos, de acordo com Ignacy Sachs (*apud* Veiga, 2010), a abordagem do desenvolvimento sustentável não sofre grandes alterações no período entre as Conferências Estocolmo-Rio, de 1972 a 1992, mantendo a tripla dimensão na compreensão do conceito: a preservação para a produção de recursos renováveis; a limitação do uso dos recursos não renováveis e a atenção ao processo de autodepuração dos ecossistemas. Sachs (2008) retoma as dimensões do “*triple bottom line*”, criado pelo britânico John Elkington²³, conferindo maior consistência ao propor o desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e economicamente sustentado. Ainda, considera a relevância de outras dimensões do desenvolvimento sustentável como aquelas complementadas posteriormente por Nascimento (2012), quais sejam, o poder e a cultura. O consumo e a produção não são alheios às estruturas e decisões políticas como também não são alheios às crenças e valores²⁴.

Por que a sustentabilidade é relevante para a humanidade? Para Peralta e Leite (2012) a degradação ambiental não é uma consequência acidental do modelo de desenvolvimento vigente, mas uma característica central, fundada na produção e no consumo. O crescimento econômico é vislumbrado como um fim em si mesmo, movido pela lógica do mercado, ou seja, a produção e o lucro. Arruda e Quelhas (2010,

²² Cf.: FENKER, E. A.; FERREIRA, E. Sustentabilidade: economia e ecologia sustentáveis? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXXV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPAD, 2011, p. 1-17.

²³ Elkington, em 2018, propôs um recall estratégico ao conceito que, segundo o autor, se tornou parte do vocabulário comercial e foi incapaz de “enterrar” o paradigma do *bottom line*. Cf.: ELKINGTON, J. 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line”. Here’s Why It’s Time to Rethink It. **Harvard Business Review. Sustainability**. 25 June 2018. Available from: <<https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>>. Cited: 12 June 2019.

²⁴ Para Bauman (2008, p. 111), o “ativismo de consumo” aparentemente apolítico é um sintoma do crescente desencanto com a política. Para o pensador, a síndrome consumista “envolve velocidade, excesso e desperdício”. In: BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

p.53) constatarem que “do liberalismo ao neoliberalismo econômico, o que temos presenciado é uma relação cada vez mais predatória do homem com a natureza”, com origem na racionalidade econômica interna do projeto de desenvolvimento dominante que ignora a entropia e confere à tecnologia uma função instrumental, como fator de produção que, por sua vez, exclui do processo a natureza e o homem. A natureza, segundo Leff, foi “externalizada e desnaturalizada”, ao ser reduzida a insumo (2002, p. 15).

Os problemas ambientais, ainda que caracterizados em dimensão global, afetam os grupos sociais de forma desigual. Existe uma estreita relação, avaliam Peralta e Leite (2012, p.17), entre a falta de qualidade ambiental e situações como a discriminação e a pobreza: “a degradação ambiental e a injustiça social caminham lado a lado, são duas caras da mesma moeda.”. A maioria dos países pobres está excluída do processo de desenvolvimento, como observa Sachs (2008), que entende este estado como resultado de uma armadilha da pobreza estrutural, em virtude do subdesenvolvimento de suas forças produtivas, somado ao ambiente econômico externo desfavorável. Os países pobres são orientados para uma economia de subsistência, possuem fraca capacidade de poupança e são vulneráveis às importações, artifício da armadilha. Referido aspecto estrutural da pobreza, quando relacionado à questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento e aos seus efeitos sobre o ambiente natural, assume contornos próprios, como veremos nas perspectivas de Alier (2012), Galeano (1990) e dos precursores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Martínez Alier (2012) traz uma importante contribuição a economia política ao entendê-la em sua dimensão ecológica. Sua obra, denominada *Ecologismo dos Pobres* (2012), descreve as linguagens de valorações que os diferentes segmentos sociais dão à natureza: um primeiro segmento insiste na ideia de que o crescimento econômico em si pode proporcionar a equalização da pobreza e do dano ambiental²⁵ e o segundo grupo defende uma valoração econômica das externalidades ocorridas no processo produtivo, ou seja, a internalização da natureza nos custos finais. Por último, um grupo social se inspira no modo como as populações marginalizadas, como

²⁵ O ministro do Meio Ambiente do Brasil sustenta que a pobreza é responsável pelo desmatamento no país e aponta, como solução, o desenvolvimento da Amazônia. Cf. PHILLIPS, D. Amazon deforestation is driven by criminal networks, report finds. **The Guardian**, 17 Sep. 2019. Available from: https://www.theguardian.com/environment/2019/sep/16/amazon-deforestation-brazil-crime-report-human-rights-watch?CMP=Share_iOSApp_Other. Cited: 17 Sep. 2019.

os povos indígenas e camponeses tradicionais, mantêm relações saudáveis com a natureza, ou seja, a ecologia dos pobres. Nesta abordagem, dois temas são relevantes: a ecologia política e a economia ecológica (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

De acordo com Martínez Alier (2012), existem determinantes na distribuição ecológica. De um lado subsistem fatores naturais como a água, o solo, o clima, as riquezas naturais e, por outro, existem os fatores sociais, culturais, tecnológicos que operam e distribuem estes bens naturais. Há uma desigual incidência dos danos materiais não só diante das outras espécies, mas quanto às futuras gerações. As fronteiras de expansão da extração dos recursos naturais aliada à exploração do trabalho, expande sobre novos territórios. Tal realidade proporciona confronto de interesses que Martínez Alier (2012, p. 110 e 113) denomina “conflitos ecológicos distributivos,”²⁶ entendidos como “os padrões sociais, espaciais e temporais de acessos aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida.”.

A ecologia política emerge destes conflitos²⁷, pois há uma transferência do dano ambiental para aqueles que compartilham seu modo de vida com a natureza. A contaminação, a poluição ambiental e a expropriação dos recursos naturais atingem a parte humana mais fraca deste sistema de exploração econômica. Para a resolução dos conflitos, a economia convencional e a política pública “solicitam uma redução ou simplificação forçada da complexidade” que envolve os impactos ambientais (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 209). Por fim, é coerente imaginar que o custo ambiental das cidades é transferido para longe em termos espaciais e também em termos temporais: depósitos de resíduos sólidos que demoram até milênios para serem absorvidos pela natureza. Nos termos de Leff (2015, p. 292), “a cidade transborda suas externalidades ambientais para seu entorno.”.

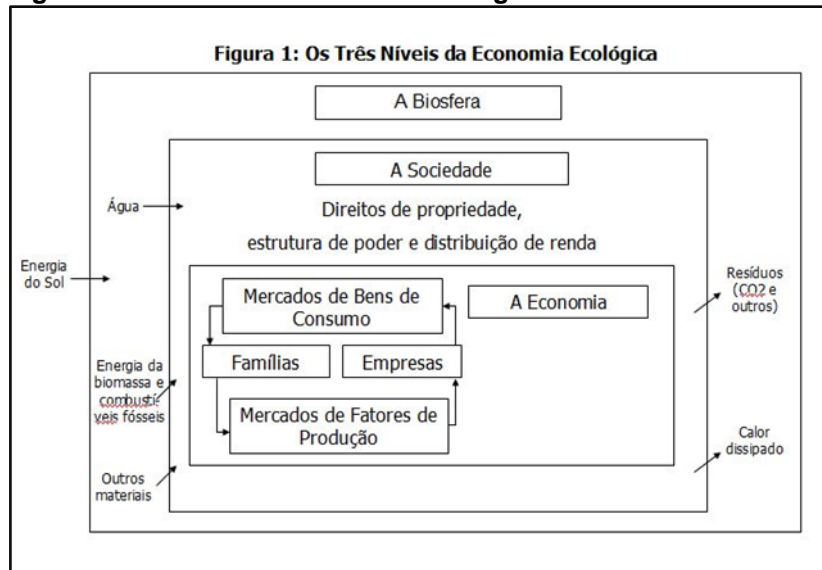
Para Martínez Alier (2012), a economia ecológica trata do enfrentamento constante entre o sistema econômico e o meio ambiente. Sua contribuição é desenvolver indicadores da sustentabilidade dos processos econômicos, visto que

²⁶ A valoração econômica dos mercados reais ou fictícios tem compreensão insuficiente da dimensão de valor dos impactos ambientais como aqueles elucidados por Martínez Alier (2012, p. 209): “o valor ecológico dos ecossistemas, o respeito ao sagrado, a urgência do sustento vital, a dignidade da vida humana, a demanda pela segurança ambiental, a necessidade da segurança alimentar, os direitos dos indígenas aos seus próprios territórios, o valor estético das paisagens, o valor da própria cultura, a injustiça de apropriar o espaço ambiental de cada um, a injustiça do sistema de castas e o valor dos direitos humanos.”.

²⁷ Para Martínez Alier (2012, p. 208), os conflitos “nascem da contradição entre o crescimento econômico e sustentabilidade ambiental”.

entende a Terra como um ecossistema global, um sistema fechado e finito. Há nesta visão uma crítica à economia convencional, que propõe a equivalência de crescimento econômico ao desenvolvimento econômico. Martínez Alier (2012, p. 47) compreende que o Relatório de Brundtland, ao abordar o desenvolvimento sustentável, segue esta perspectiva, por isto utiliza somente o termo “sustentabilidade”.

Figura 4. Os níveis da economia ecológica.



Fonte: Martínez Alier, 2012, p. 48.

Sob a ótica da economia ecológica, a organização do Sistema Terra ocorre em três níveis (Figura 4) nos quais está inserida a ação humana. Segundo Alier (2012), a economia convencional restringe a sua visão ao primeiro nível, um sistema fechado em si mesmo e autossuficiente. O mecanismo de precificação desta economia é insuficiente, pois não considera as fontes dos recursos, sua finitude e a degradação ambiental gerada, ou seja, as externalidades. Portanto, a economia ecológica é:

(...) um campo de estudos transdisciplinar estabelecido em data recente, que observa a economia como **um subsistema de um ecossistema físico global e finito**. Os economistas ecológicos questionam a sustentabilidade da economia devido aos impactos ambientais e as suas demandas energéticas e materiais, e igualmente devido ao crescimento demográfico. (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 45, grifo nosso).

A externalização na economia é compreendida, portanto, como uma transferência dos problemas ambientais gerados por um modelo de produção e reprodução da vida para as partes mais fracas do sistema, seja do ponto de vista

político ou econômico. Tal conceito impacta as relações comerciais internacionais como veremos adiante na perspectiva de Eduardo Galeano e dos precursores da CEPAL.

A dependência econômica dos países latino-americanos tem raízes históricas que remetem à colonização do continente pelos europeus e seus mecanismos de acumulação primitiva, o que ajuda a explicar o desenvolvimento de novos mecanismos de expropriação de riquezas, que se assentam em semelhantes relações de subordinação, poder e opressão. A icônica obra de Eduardo Galeano (1990), 'As Veias Abertas da América Latina', publicada em fins de 1970, é um retrato deste processo.

As descritas Potosi e Vila Rica de Ouro Preto, na primeira parte da obra, como sinônimos da febre da prata e do ouro no Século XVII (GALEANO, 1990), estão situadas na atualidade. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 13 dos países membros que representa figuram entre os 15 maiores supridores de recursos minerais do mundo. Considera ainda esta riqueza como peça-chave para o desenvolvimento²⁸. O título da primeira parte do estudo de Galeano (1990, p. 20), "A pobreza do homem como resultado da riqueza da terra", profetiza uma fatalidade, construída com esmero nas relações entre os países centrais e periféricos, caracterizadas por uma relação de dependência que "não é rompida, mas nula de qualidade."

Na segunda metade do Século XX, a América Latina recebeu investimentos para industrialização, porém voltada ao mercado interno e ao processamento dos recursos naturais para serem exportados. Para Galeano (1990) há neste processo uma estrutura de espoliação dos países. Sendo assim, os investimentos, quando direcionados a produção, visam o mercado local e não a exportação, portanto "tornam as fábricas latino-americanas meras peças da engrenagem mundial das gigantescas corporações, em absoluto não alteram a divisão internacional do trabalho" (GALEANO, 1990, p. 259) e não modificam os termos do comércio internacional quanto à equidade na relação de troca:

A América Latina continua exportando seu desemprego e sua miséria: as matérias-primas que o mercado mundial necessita, e de cuja venda depende a economia da região, e certos produtos industriais elaborados, com mão de

²⁸ Cf.: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. A governança dos recursos naturais é um peça-chave no desenvolvimento da região, diz a CEPAL. **Notas da CEPAL**, n. 72, jun. 2012. Disponível em: <https://www.cepal.org/notas_p/72/Titulares1.html>. Acesso em: 3 ago. 2019.

obra barata, por filiais das corporações internacionais. O intercâmbio desigual funciona como sempre: os salários de fome da América Latina contribuem para financiar os altos salários dos Estados Unidos e da Europa. (GALEANO, 1990, p. 229).

Como consequência deste período importante na estruturação da economia latino-americana, a industrialização dependente reforça a concentração de renda, do ponto de vista regional e do ponto de vista social, consolida os desníveis existentes e inclusive os aprofunda. Os extratos mais altos da pirâmide recolhem os resultados. O capitalista local, segundo Galeano (1990, p. 240), torna-se sócio minoritário “ou cobra o resgate de seus bens em ações da matriz estrangeira e termina seus dias regidamente, vivendo de rendas.”. Conclui que o Século XX não gerou uma burguesia industrial forte e criativa²⁹.

A exclusão e pobreza emergem, portanto, não como um processo lateral a estrutura econômica do desenvolvimento, mas é parte dela. Em tempos atuais, a expansão do mercado das *commodities*, no intuito de suprir as demandas do capitalismo, acaba gerando a pobreza e a fome, pois há um crescimento somente para fora (GALEANO, 1990). No Posfácio da obra, escrito em abril de 1978, Galeano (1990, p. 257) retoma em uma frase a importância de sua análise para a compreensão do fenômeno da pobreza estrutural, de forma contundente e precisa:

O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua alimentando-o. Impotente pela sua função de servidão internacional, moribundo desde que nasceu, o sistema tem pés de barro. (Grifo do autor).

Estas reflexões do escritor Galeano e de outros intelectuais latino-americanos ganham corpo no âmbito da teoria econômica, mais especificamente, na teoria estruturalista latino-americana. Segundo Bresser-Pereira e Gala (2010), esta teoria surgiu no âmbito da CEPAL, no final dos anos 1940, tendo entre os seus fundadores, Raul Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Aníbal Pinto. As novas ideias derivam da teoria econômica do desenvolvimento. Cumpre aqui retomar algumas proposições da teoria estruturalista (BIELSCHOWSKY, 1988 *apud* BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 666):

²⁹ Segundo Eduardo Galeano (1990, p. 230), “todas as tentativas ficaram na metade do caminho. Aconteceu com a burguesia industrial da América Latina o mesmo que acontece com os anões: chegou à decrepitude sem ter crescido.”.

(1) a tendência à **deterioração dos termos de intercâmbio**, da qual se deduziu a necessidade de intervenção do Estado na economia; (2) o papel central do **Estado** na promoção do desenvolvimento econômico; (3) o **caráter estrutural do desenvolvimento** que não ocorre com qualquer combinação de setores como pressupõe a teoria econômica neoclássica, mas da transferência de mão de obra para setores com valor adicionado *per capita* mais alto, o que justificou a política de industrialização; (4) o **entendimento do subdesenvolvimento não como um estágio atrasado de desenvolvimento, mas como um resultado da subordinação da periferia aos países que originariamente se industrializaram**, o que explica a tese da necessidade da construção de uma nação em cada país e a necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento para que o *catching up* fosse bem-sucedido. (Grifo nosso).

Estas proposições fazem parte do universo de pensamento do economista argentino Raul Prebisch³⁰ que foi secretário executivo da CEPAL desde a fundação, em 1948, até 1962. Ele se destacou na análise das relações de dominação entre as economias centrais, desenvolvidas e industrializadas, e as economia dos países periféricos, exportadores de matérias-primas (COUTO, 2007). O Manifesto³¹ de Prebisch significou um rompimento com a teoria neoclássica do comércio internacional ao propor a industrialização como caminho de desenvolvimento na América Latina. Para a teoria neoclássica, caberia a estes países periféricos a especialização na produção seguindo o modelo primário exportador. Ao contrário desta corrente, Presbish defendeu a seguinte tese:

(...) a especialização da Periferia, na produção de bens primários, produziria e produzia de fato, em primeiro lugar, um diferencial de produtividade a favor dos países industrializados e, em segundo lugar, uma tendência de não convergência entre os preços relativos, causando assim uma transferência involuntária de renda da Periferia em direção ao Centro. Este argumento se apoiava sobre o fato de que as economias primário-exportadoras eram desfavorecidas pela deterioração dos termos de troca (AMARAL, 2018, p. 39).

A ideia central dessa argumentação pode ser assim compreendida: na medida em que a indústria é um setor com maior capacidade de absorção de

³⁰ Segundo Paulo Sandroni, no período que Prebisch atuou na Universidade e no governo da Argentina, ele se “aproximou-se de outros economistas e cientistas sociais latino-americanos na primeira tentativa de formular uma teoria do desenvolvimento econômico que partisse da realidade continental e fornecesse os meios para superá-la, sem recorrer aos tradicionais modelos teóricos importados. Esse esforço conjunto conduziu à criação da Cepal, organismo ligado à ONU”. Cf. SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 674.

³¹ Os escritos de Prebisch, segundo Amaral Filho (2018), “O desenvolvimento econômico da América Latina” e “Introdução ao estudo econômico da América Latina”, foram apresentados na Conferência da CEPAL, em Havana, em 1949. Tal documento, abordado por Prebisch em discurso livre de leitura, foi considerado um “Manifesto”, ou um “Grito de Guerra”, a favor da industrialização dos países “periféricos” latino-americanos. Celso Furtado denominou o documento como “Manifesto dos periféricos”.

progresso tecnológico, o índice de produtividade por trabalhador industrial se torna maior do que na agricultura. Criam-se as condições, portanto, para que lucros e salários reais sejam aumentados, produzindo assim um aumento do padrão de vida da população. No entanto, por meio do diagnóstico histórico-estrutural da economia latino-americana, Prebisch identificou um modelo dual de desenvolvimento (AMARAL, 2018): um primeiro, atrasado e pré-capitalista, fonte de mão de obra, e o segundo modelo, industrializado e avançado. Este modelo retarda a produtividade como um todo e resultaria na diminuição da produção agrícola e de matéria prima nos países subdesenvolvidos.

Aprofundando a questão da deterioração do termo de troca, Prebisch concluiu que a incorporação do progresso técnico nos países subdesenvolvidos contribuiu para a redução do preço dos produtos produzidos, entretanto não se traduziu em aumento de salário ou do nível de vida do trabalhador. De modo contrário, a incorporação do progresso técnico nos países desenvolvidos pode promover o aumento de produtividade e o aumento de salário e dos níveis de vida dos seus trabalhadores. E ainda, isto não se traduz em preços mais baixos do produto a ser exportado e ofertado para os países subdesenvolvidos. O resultado é a deterioração dos termos de troca. Sendo assim, os benefícios da incorporação da tecnologia por parte dos países periféricos, seriam remetidos através do preço mais reduzido aos países ricos. Este fenômeno da economia, conhecido pelos cidadãos latino-americanos, vai se traduzir em problemas na balança comercial, pela relação de troca desfavorável (AMARAL, 2018; COUTO, 2007).

Segundo De Negri e Alvarenga (2011), os países periféricos, em especial os países da América Latina, possuem defasagem tecnológica entre os setores, não se diversificando e se tornando especialistas nas chamadas *commodities*, incorporando tecnologias nestes setores apenas com o objetivo de baixar o valor destes produtos para atender o mercado mundial. De acordo com Bresser-Pereira e Gala (2010, p. 671), outra deterioração nesta relação de troca de produtos naturais e abundantes ocorre com a sobreapreciação da moeda:

A doença holandesa³² ou **maldição dos recursos naturais** pode ser definida como a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio de um país causada por

³² A doença holandesa é um problema próprio de economias monetárias. Recebeu esse nome porque só foi identificada nos anos 1960, na Holanda, quando seus economistas verificaram que a descoberta de gás natural e sua exportação estavam apreciando a taxa de câmbio e ameaçavam destruir toda a sua indústria.

rendas ricardianas que o país obtém ao explorar recursos abundantes e baratos, cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio de equilíbrio corrente claramente mais apreciada do que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial - a taxa que viabiliza os demais setores econômicos produtores de bens comercializáveis que utilizam tecnologia no estado da arte mundial. (Grifo nosso).

Como afirma Bresser-Pereira e Gala (2010), esta é a razão estrutural que explica a apreciação artificial do câmbio nas relações comerciais, e quem sai ganhando são os consumidores dos países centrais. O país periférico arca com o ônus social da mão de obra barata e a degradação ou diminuição dos recursos naturais. Para Amaral e Carcanholo (2009), a crise estrutural do capitalismo potencializou a dependência latino-americana a partir da imposição da nova divisão internacional do trabalho, forçando um processo de reprimarização econômica destes países, agravando substancialmente a exploração sobre o trabalhador dos países periféricos.

Esta reprimarização da pauta de comércio do país tem uma interface com o meio ambiente por meio da flexibilização ambiental e pouco monitoramento do impacto, para a implantação de grandes projetos, intensivos no consumo de energia (IPEA, 2010), e outra interface com a flexibilização dos direitos trabalhistas que conta com a deterioração dos órgãos fiscalizadores. Os passivos ambientais compreendidos como externalidades, mesmos se “aprovados” pelos órgãos do meio ambiente, resultam em degradação do espaço ambiental. Fica evidenciado de forma explícita ou dissimulada o “conflito distributivo” (MARTÍNEZ ALIER, 2012) que deita raízes na história.

A história da inserção brasileira no comércio internacional está intimamente ligada à exploração de recursos naturais e às atividades poluidoras desde os tempos de colônia. Segundo o estudo técnico do IPEA (2010, p. 552):

Os principais produtos produzidos no Brasil, que caracterizaram **os ciclos econômicos** nas diversas regiões do país, foram ligados a exportação de bens intensivos em recursos naturais. Primeiro, no século XVI, o Pau-Brasil; depois, o ciclo da cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII, o ciclo do ouro nos séculos XVII e XVIII e o do café no século XIX e no início do século XX. A partir de meados do século XX, quando se intensificou a industrialização no país, a estrutura das **exportações brasileiras** migrou para um modelo não apenas focado na produção agrícola, mas também em produtos minerais e intermediários intensivos em energia e poluição, como os metalúrgicos e a celulose. (Grifo nosso).

Com o advento da globalização, mais especificamente com a abertura comercial, a demanda internacional gerou impulso aos setores exportadores dos países fornecedores de matéria-prima bruta, como o Brasil, reforçando o processo de

reprimarização da pauta de comércio. Deste modo, nas últimas décadas, na pauta exportadora do país verificou-se uma expansão das exportações dos setores tradicionais, dos produtos agrícolas e minerais intensivos no uso de água e energia³³, e pouca participação dos setores intensivos em tecnologia (IPEA, 2010).

O subdesenvolvimento é parte do desenvolvimento e ambos se apresentam como processos funcionais e indissociáveis numa relação dialética. Ou seja, as economias centrais se desenvolvem às custas do subdesenvolvimento das economias periféricas. A dependência econômica entre países centrais e periféricos é característica estrutural do sistema capitalista que resulta na geração de uma pobreza estrutural e de uma degradação ambiental estrutural. Como analisado anteriormente, uma série de impactos negativos do ponto de vista ambiental e social é geralmente menosprezada nas tomadas de decisões públicas e privadas que envolvem as políticas de desenvolvimento.

Para entender o vínculo do conceito de desenvolvimento sustentável com o comportamento humano, econômico e social, suas expectativas em uma sociedade em busca de segurança e liberdade, é necessário também compreender a percepção do homem moderno quanto ao meio ambiente e, mais especificamente, quanto ao lugar onde habita. Neste sentido, mesmo diante da “retração da percepção” (BAUMAN, 2017), a categoria analítica da percepção ambiental torna-se um instrumento epistemológico necessário para a busca de um lugar desenvolvido e sustentável.

2.1.3 Percepção e o ambiente

Desde o Relatório do Clube de Roma, em 1970, e a Conferência de Estocolmo, em 1972, a proteção do meio ambiente em sentido amplo, passou a ser compreendida como problema e objetivos mundiais (BOFF, 2015; BARBIERI, 2008). Foi um período de disseminação de pesquisas sobre a temática ambiental, no campo técnico e acadêmico (MARIN, 2008).

Segundo Tuan (1980), o movimento ecológico nos anos 1960 seguiu duas direções: a abordagem prática procurando compreender os efeitos do fenômeno

³³ Segundo os estudos do IPEA (2010, p. 576), “a intensidade energética pode servir como aproximação para a discussão dos impactos da extração e do beneficiamento de *commodities*. A produção de energia térmica ou elétrica, independentemente da tecnologia utilizada, resulta em uma série de impactos ambientais e sociais negativos.”

ambiental e a outra, a abordagem teórica e científica buscando compreender as forças complexas da natureza. O geógrafo propôs uma terceira direção, a pesquisa sobre as atitudes e os valores ambientais, ancorados na percepção e na estruturação do mundo ambiental. Neste sentido, foi sintomática a criação, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1973, do grupo *Man and Biosphere* – MAB 13, cujo foco era a *Environmental Perception Research* (WHYTE, 1977), destacando a importância da pesquisa e da categoria percepção no âmbito da questão ambiental.

Na obra de Tuan (1980) originalmente publicada em 1974 com o título *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*, fica evidente o conceito de percepção. Neste sentido, Tuan amplia o sentido da topofilia³⁴, a compreende para além da percepção do espaço vivido e a associa ao sentido geográfico de lugar, enquanto espaço da experiência humana, focalizando os aspectos da percepção ambiental em si, dos valores e das atitudes humanas na sua relação com o meio ambiente. Tuan problematiza a relação homem-natureza, que entende como um processo de subjetivação da experiência humana com o ambiente.

A Guideline for Field Studies in Environmental Perception, uma nota técnica solicitada pela UNESCO à geógrafa canadense Anne Whyte, constituiu uma relevante referência histórica neste processo de pesquisa ambiental, tendo a percepção ambiental como instrumento analítico das pesquisas. A publicação foi o resultado do painel entre cientistas ocorrido em Paris, no ano de 1973. A pesquisadora constituiu o grupo de trabalho identificado como Projeto 13 (WHYTE, 1977) que relata o seu objetivo:

Ao disponibilizar as Diretrizes como Notas Técnicas 5 do MAB, a Unesco e o ICSU esperam incentivar a inclusão de **estudos da percepção** como parte integrante da pesquisa interdisciplinar sobre as relações homem-biosfera e a gestão de ecossistemas. Outro objetivo é promover o intercâmbio e a divulgação de informações entre os cientistas que trabalham com **problemas de percepção ambiental** em diferentes contextos culturais e regiões geográficas. (WHITE, p. 6, tradução e grifo nosso)³⁵.

³⁴ O termo *topofilia* foi originalmente formulado por Gaston Bachelard (2008) na primeira edição de sua obra *A Poética do Espaço* publicada em 1951. O termo foi utilizado como atribuição de Bachelard aos espaços percebidos pela imaginação como felizes, amados e louvados.

³⁵ MAB, sigla em inglês que se refere ao grupo de estudos “Homem e Biosfera”, criado pela UNESCO em 1973. O MAB nº 13, ao qual se refere este parágrafo, tem o foco exclusivo nas pesquisas relacionadas a percepção ambiental. ICSU é a sigla em inglês do *International Council for Science*, o Conselho Internacional da Ciência que é uma organização não governamental internacional dedicada à cooperação internacional para o avanço da ciência.

A nota não faz uma conceituação precisa e delimitadora da percepção ambiental por considerar o envolvimento científico multidisciplinar. Sugere um método de aproximação básico: *obsevation, asking questions e listening*. É um documento prático e propõe critérios na seleção dos métodos e das variáveis. Whyte (1977, p.11, tradução nossa) salienta a significativa importância deste instrumental de estudo: “A percepção do homem sobre o meio ambiente é considerada tão fundamental que se torna o principal ponto de partida para qualquer análise das relações homem-ambiente.”.

O conhecimento da relação homem-meio ambiente proposto por Whyte (1977), a partir da percepção ambiental, não pode nascer da conjunção dos conhecimentos que externalizaram ou desnaturalizaram o ambiente. Insere-se em outro contexto de conhecimento, conforme a perspectiva do sociólogo mexicano Leff (2002), que propõe a construção de uma racionalidade ambiental fora do âmbito da racionalidade científica estabelecida, para gerar um novo saber, o saber ambiental. Conhecimento que se insere fora do âmbito da falsa compreensão cientificista das ciências levada a termo pelo positivismo (HABERMAS, 1987). Neste sentido, o estudo sobre a percepção e o ambiente, como categorias do conhecimento é substancial.

2.1.3.1 Conhecimento e percepção

A percepção é um princípio fundante da psicologia (CARVALHO; STEIL, 2013). O uso dos sentidos no conhecimento e a resposta aos estímulos vão ser a base conceitual desta ciência. Wilhelm Wundt, conhecido como pai da psicologia, criou o primeiro laboratório de psicologia experimental em 1879, com viés comportamentalista (MARIN, 2008), vindo a orientar as pesquisas posteriores.

No final do Século XIX, a psicologia não só gozava de grande prestígio, mas consistia na chave de explicação da teoria do conhecimento e da lógica. Para rejeitar essa tese e romper com o associativismo difuso no pensamento positivista, Husserl elaborou o método fenomenológico preparando o terreno para Gestalt³⁶.

O enfoque biofísico e comportamentalista serão superados pelos princípios da Gestalt nas décadas de 1920 e 1930. Somente com a percepção da totalidade, e não das partes, é que a razão pode assimilar um conceito ou imagem (CHAUI, 2002)³⁷.

³⁶ Cf.: JAPIASSU, H. **Introdução a epistemologia da psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

³⁷ Cf.: CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

Este movimento abriu as portas para a psicologia ambiental que passou a investigar a relações do ser humano com seu ambiente. Nesta esteira de aprofundamento teórico, os estudos de percepção ambiental ganharam espaço interdisciplinar, com forte enfoque da Psicologia e posteriormente, da Filosofia, resgatando a fenomenologia (MARIN, 2008).

Pela crítica ao psicologismo, Edmund Husserl pensa a propriedade dos atos de pensar, do ato de perceber, a partir do seu conteúdo de sentido, ou seja, do pensado e percebido. Os fundamentos modernos da teoria da percepção foram, portanto, postos pelo filósofo e matemático que apresenta a fenomenologia como um método de investigação com o propósito de apreender o fenômeno em si, a origem do conhecimento. Neste sentido, faz-se necessário conhecer os fundamentos básicos da fenomenologia e da percepção ambiental.

Apesar do termo aparecer nos escritos de Lambert, Kant e Hegel, a fenomenologia como movimento filosófico nasceu com a obra de Husserl, *Investigações Lógicas*, no ano de 1900 e 1901, no qual se exercitou uma nova maneira de pensar e de fazer filosofia como uma ciência rigorosa (HUSSERL, 1975³⁸; DARTIGUES, 2008; MOURA, 1989). Etimologicamente, fenomenologia é a ciência do fenômeno, sendo que *phainomenon* é tudo o que se mostra, o que se manifesta e revela a si mesmo. Para definir o termo fenômeno, recorreremos ao filósofo Husserl em sua aula inaugural em Freiburg, no ano de 1917, que assim o conceitua:

O primeiro e mais primitivo conceito do fenômeno referia-se à limitada esfera das realidades sensorialmente dadas, através das quais a natureza é evidenciada no perceber. O conceito foi estendido (...) para incluir qualquer espécie de coisa sensorialmente entendida ou objetivada. (...). Inclui então todas **as formas pelas quais as coisas são dadas a consciência**. (...). Que o conceito incluía todas as formas de estar consciente de algo quer dizer que ele inclui também qualquer espécie de sentimento, desejo e vontade, com seu comportamento imanente. (*apud* MOREIRA, 2001, p. 64).

Todas as formas de perceber, até mesmo o sentimento, são coisas dadas e percebidas pela consciência. Sob tal perspectiva, Moreira (2001, p.65) compreende que a percepção “indica um processo pelo qual a estimulação sensorial é transformada em experiência organizada”. Assim, o fenômeno é a percepção desse

³⁸ HUSSERL, E. **Investigações Lógicas**: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975.

objeto que captamos por meio dos sentidos, que se torna visível e que aparece à nossa consciência.

Merleau-Ponty vai destacar o primado da percepção no estudo da fenomenologia, como modalidade original da consciência, pois a considera como uma experiência primordial, pré-discursiva e exclusiva do homem (1990; 1994). A fenomenologia vai ser assim definida pelo filósofo francês no célebre prefácio da sua obra *Fenomenologia da Percepção*, publicada originalmente no ano de 1945:

O que é fenomenologia? (...) A fenomenologia **é o estudo das ciências**, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia **é também uma filosofia** que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade”. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas também é uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivididos”. É a tentativa de uma descrição direta da nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam oferecer...” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 1, grifo nosso).

Posto isto, a tarefa da fenomenologia será, como a máxima de Husserl (*apud* DARTIGUES, 2008, p. 18) proposta na obra *Investigações Lógicas*, Tomo segundo, “A volta às coisas mesmas”, ou seja, a volta ao fenômeno como ele se mostra à consciência, significa investigar como algo percebido se apresenta a consciência. Para Dartigues (2008), significa o retorno à intuição originária que Husserl chamava de princípio dos princípios, representa um recomeço entre o discurso especulativo da metafísica e o raciocínio das ciências positivas.

Para Merleau-Ponty (1994), a ordem de Husserl de retorno “às coisas mesmas”, refere-se a uma descrição do fenômeno, e não uma explicação ou análise. Trata-se de uma desaprovação da ciência que constrói todo o seu universo, sobre o mundo vivido, sobre o mundo percebido. Merleau-Ponty (1990, p. 86 e 18) reforça a crítica ao afirmar que “a experiência vivida só é interessante imediatamente para quem se interessa pelo homem” e ressalta a necessária junção entre a subjetividade e intersubjetividade: “o mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras.”.

A partir da conceituação do termo fenômeno e da fenomenologia emergem alguns elementos teóricos que são necessários como uma compreensão introdutória, pois não é objetivo deste estudo aprofundá-los. Compreender para relacioná-los à atitude e ao método científico em torno da categoria da percepção ambiental. São três conceitos: a essência, a intencionalidade e as reduções fenomenológicas e eidéticas.

Primeiro, a fenomenologia será entendida como a ciência das essências puras, sua tarefa primeira será elucidar o reino das essências (MOURA, 1989) e por isto, é aquela que retorna ao que é diretamente dado, o dado a priori. Logo, a essência não é o objeto, a coisa ou a qualidade, pois “pode haver tantas essências quantas significações nosso espírito é capaz de produzir, isto é, tantos quantos objetos nossa percepção, nossa memória, nossa imaginação, nosso pensamento podem se dar.” (DARTIGUES, 2001, p. 20). Portanto, o único ponto de partida possível é a experiência vivida, onde o fenômeno é percebido. Segundo Dartigues, isto significa que “as essências não têm existência alguma fora do ato da consciência que as visa e do modo sob o qual ela as apreende na intuição” (2008, p. 22). A partir das essências, se distinguem e se classificam os fatos (MOREIRA, 2002).

Segundo, a intencionalidade é a marca fundamental da consciência, pois sempre ela se dirige a algo, a um objeto e está voltada para fora de si. Deste modo:

(...) O princípio da intencionalidade é que a consciência é sempre “consciência de alguma coisa”, que ela **só é consciência estando dirigida a um objeto** (sentido de *intentio*). Por sua vez, o objeto só pode ser definido em sua relação à consciência, ele é sempre objeto-para-um-sujeito. (...). Isto não quer dizer que o objeto está contido na consciência como que dentro de uma caixa, mas que só tem seu sentido de objeto para uma consciência (DARTIGUES, 2002, p. 212, grifo nosso).

Para Moreira (2002), a consciência não é uma substância ou uma coisa, é uma atividade cujos atos podem ser a percepção, o sentimento, a memória e outras formas que visam algo e, portanto, o que dá sentido às coisas. “É a consciência intencional que faz o mundo aparecer como fenômeno, como significação, pelo fato de ser um *cogitatum*³⁹ intencionado pelo sujeito.” (MOREIRA, 2002, p. 85). É a consciência intencional que possibilita dar sentido e significado a aquilo que foi captado pelos sentidos.

³⁹ Husserl volta ao “cogito” de Descartes, mas com a ideia de intencionalidade da consciência, pois pensar, em sentido amplo, envolve a consciência e é sempre pensar em alguma coisa. A fórmula não será o “*cogito ergo sum*” (“penso, logo existo”), mas “*ego cogito cogitatum*” (“eu penso o pensado”). Cf.: COGITO. **Enciclopedia Garzanti di Filosofia**. Italy. Garzanti Editore, 1988, p. 148.

O terceiro conceito, a redução fenomenológica, é proposta por Husserl para excluir a dúvida da evidência dada na essência do fenômeno, é uma atitude fenomenológica (MOREIRA, 2002; DARTIGUES, 2008). Para propor a redução fenomenológica ou transcendental⁴⁰, Husserl toma emprestado o termo grego *epoché*, que os cétricos na filosofia grega traduziam por “suspensão” do juízo a respeito das coisas e das controvérsias filosóficas (MOREIRA, 2002). A *epoché* husserliana consistirá (MOURA, 1989; DARTIGUES, 2008) em “colocar entre parênteses” o mundo, no momento da apreensão ou percepção do fenômeno, deixa de lado todos os “pré-conceitos”, teorias, definições que nós utilizamos para conferir sentido ou para compreender algo. A redução fenomenológica, *epoché*, é uma forma de depurar o fenômeno para alcançar o objeto.

Sob tal perspectiva, a variação *eidética*⁴¹, também entendida como redução, visa atingir o *eidos* da coisa, “a estrutura essencial e invariável, separando de tudo o que lhe é contingente ou acidental” (MOREIRA, 2002, p. 89), ou seja, visa depurar o fenômeno de tudo o que não seja essencial ao fenômeno percebido. Por este ângulo, a atitude fenomenológica, balizada pelo rigor metodológico, busca o fenômeno em sua “pureza”, originalidade e transcende a atitude “natural”, o senso comum ou aquelas ciências que “partem de uma objetividade dada, sem questioná-la” (MOREIRA, 2002, p. 85; MOURA, 1989). Com isto, o mundo natural, a realidade, não é negada, e sim reduzida à forma pela qual ela se manifesta na consciência.

Entretanto, a experiência perceptiva, primordial do conhecimento, “não retira nada das formas de conhecimento mais complexas, mostra somente que elas remetem a esta experiência fundamental” (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 79) do mundo percebido. A fenomenologia supera dois problemas presentes na filosofia: primeiro a redução idealista do mundo, “a tradição racionalista” (MERLEAU-PONTY, 1990, p.70) que pensa o objeto como um fim em si mesmo e a consciência como algo dado, e segundo, a redução positivista que parte de um mecanismo objetivo e reduz todas as experiências sociais e humanas a leis científicas (DARTIGUES, 2008).

⁴⁰ Para Husserl, o “transcendente é o mundo exterior”, enquanto transcendental “é o mundo interior” da consciência. HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 18. Moreira (2002) retoma a origem latina do termo para designar aquilo que vai além ou ultrapassa.

⁴¹ A palavra *eidos* significa “forma” em grego. Na variação *eidética* há uma distinção entre o objeto percebido e os predicados e características dadas pela experiência. (MOREIRA, 2002, p. 89-90).

A abordagem da fenomenologia contribui para o melhor entendimento do conceito de percepção e sua complexidade no âmbito do conhecimento, possibilitando a percepção do ambiente a partir do retorno à experiência original e à vivência do homem.

2.1.3.2 Conhecimento e ambiente

O conceito de desenvolvimento sustentável é uma tentativa de estabelecer três vínculos do homem, segundo Veiga (2010): com a natureza, objeto das ciências sociais e econômicas; com a evolução da natureza, que são objetos da ciência da biologia, da física e da química e, por fim, o vínculo com a configuração social do território objeto da ciência da geografia e do urbanismo. Portanto, a solução da crise ambiental planetária não surgirá apenas da gestão racional dos recursos e dos riscos ambientais. Ela é mais ampla, sugere relações e denota uma crise no modo como conhecemos e pensamos o mundo, seus problemas, soluções e modos de reproduzir a vida.

Deste modo, “a crise ambiental leva-nos a interrogar o conhecimento do mundo” (LEFF, 2002, p. 194), o projeto epistemológico que subjaz ao projeto científico da modernidade, com o predomínio da economia mecanicista (GEORGESCU-ROEGEN, 2012) e da razão instrumental (HABERMAS, 1987) sobre as leis da natureza e os sentidos da cultura humana. Assim Leff (2002) analisa a origem da crise ambiental:

Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. (LEFF, 2002, p. 62).

A fenomenologia possibilitou, em termos epistemológicos, a ampliação dos horizontes de conhecimento e promoveu, por um lado, a possível ruptura epistemológica questionando a redução racionalista e a positivista e, por outro lado, o caminho da interdisciplinaridade necessária à construção do saber, mesmo do saber ambiental. Tais aspectos compartilham a perspectiva de Leff (2002) quanto à compreensão da epistemologia ambiental. No Prólogo de sua obra, assim define a epistemologia ambiental:

... **é um trajeto para chegar a saber o que é o ambiente**, este estranho objeto de desejo de saber que emerge do campo de externalidade e de extermínio para o qual foi enviado, expulso do logocentrismo e do círculo da racionalidade das ciências. O ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento. (LEFF, 2002, p. 17, grifo nosso).

A ecologização das ciências, de acordo com Leff (2002), internaliza a dimensão ambiental nas diversas áreas do conhecimento e constrói uma interdisciplinaridade circunscrita aos nexos entre as possíveis disciplinas científicas. A postura epistemológica proposta, evita este reducionismo que busca a unificação do saber, a totalização do objeto, como é o conceito de externalidade e as teorias sistêmicas e holísticas. Estas aproximações são insuficientes para compreender a complexidade do ambiente.

O ambiente, portanto, não é um objeto disperso na externalidade ou um espaço interdisciplinar como domínio da relação sociedade-natureza, mas sim a “falta insuperável de conhecimento, esse vazio onde se aninha o desejo de saber gerando uma tendência interminável para a completude das ciências, o equilíbrio ecológico e a justiça social.” (LEFF, 2002, p. 78). Logo, “a crise ambiental é uma crise do conhecimento: da dissociação entre o ser e o ente à lógica autocentrada da ciência e ao processo de racionalização da modernidade guiado pelos impactos da racionalidade econômica e instrumental” (LEFF, 2002, p.13) orientada pelos princípios do lucro, da eficiência e da produtividade imediatas.

Frente à racionalidade econômica, Leff (2002) propõe a racionalidade ambiental que parte da internalização da dimensão ambiental nos paradigmas do conhecimento. A esta racionalidade em construção, subjaz um conceito de “adaptação” que predomina sobre o conceito de “domínio” da natureza, no qual se apoiam a racionalidade capitalista e os paradigmas da ciência moderna. Há um reposicionamento da relação sujeito-objeto e do conceito do ambiente, compreendido até então como uma externalidade⁴², uma alteridade⁴³. Surge deste contexto a

⁴² As externalidades da racionalidade capitalista, caracterizadas pela espoliação dos recursos naturais e degradação ambiental, pela exploração da força de trabalho e deterioração da qualidade de vida, são problemas compreendidos como marginais que se tornaram críticos para o processo de acumulação e expansão do capital (LEFF, 2002). Por isto, há necessidade da racionalidade econômica “refuncionalizar” estas externalidades e traduzi-las em ações e projetos pretensamente sustentáveis.

⁴³ Para Enrique Leff “O ambiente é o Outro do pensamento metafísico, do *lógos* científico e da racionalidade econômica” (2002, p. 161). Para racionalidade científica, o ambiente é um meio, um campo externo, não internalizável.

necessidade de internalizar as condições de sustentabilidade no processo econômico, por meio de uma nova racionalidade:

A racionalidade ambiental não é a expressão de uma lógica (do mercado, da natureza) ou de uma lei (do valor, do equilíbrio ecológico); é a resultante de um conjunto de normas, interesses, valores, significações e ações que não se dão fora das leis da natureza e da sociedade, mas que não as imitam simplesmente. Trata-se de uma racionalidade conformada por processos sociais que ultrapassam suas atuais estruturas. (LEFF, 2002, p. 126).

Portanto, ao propor o saber ambiental, Enrique Leff (2002) indica um novo espaço social e epistêmico, posição compartilhada por Martinez Alier (2012), onde outros saberes, experiências e atores, como os movimentos ambientalistas, as populações indígenas e os povos tradicionais, são reconhecidos como interlocutores na construção da racionalidade ambiental. Um diálogo que incorpora valores e diversidades, inclusive àqueles que são os atingidos primeiros e imediatos da depredação ambiental: os pobres e marginalizados da sociedade. Neste ínterim, “o discurso da sustentabilidade se abre assim para um campo de estratégias teóricas e práticas pela apropriação da natureza, propondo a questão do poder no saber ambiental” (LEFF, 2002, p. 185).

Ao analisar as pesquisas científicas no âmbito da percepção ambiental, a pesquisadora Marin (2008, p. 204) afirma que o foco das investigações deve ser “a natureza e as formas de relação do ser humano com as realidades imediatas, onde se inserem a coletividade e o lugar habitado”. As pesquisas “deveriam ir à gênese da existência e descrever os múltiplos modos de vida reveladores do real sentido de inserção do ser humano em seu ambiente” (MARIN, 2008, p. 216).

O lugar habitado, espaço dos modos de viver e de se relacionar com a natureza e o ambiente, será o próximo objeto de estudo: o pensamento sobre a cidade, sua construção e desconstrução física e social, o espaço e o lugar do homem. No ambiente urbano, urbanizado ou não, inserem-se os projetos populares de habitação. Entre eles, aquele situado no Jardim Bassoli, em Campinas, Estado de São Paulo, que será o objeto específico e o lugar epistêmico da presente pesquisa.

2.2 A cidade e a habitação popular

De 17 a 20 de outubro de 2016 ocorreu em Quito, no Equador, um dos eventos mais relevantes mundialmente no campo do urbanismo e da habitação: a

Conferência Global Habitat III, convocada pela Organização das Nações Unidas, com a proposta de consolidar uma Nova Agenda Urbana.

A Conferência se realiza a cada vinte anos, sendo esta a terceira convocatória, com uma notável diferença: em Vancouver 1976 e em Istambul 1996 predominaram as agendas de moradias e assentamentos humanos. Na última incorporaram-se os temas de gestão, planejamento urbano e organização das cidades com enfoque no desenvolvimento urbano sustentável. A Nova Agenda Urbana adotou, como princípios inter-relacionados, a eliminação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, as economias sustentáveis e inclusivas e a sustentabilidade ambiental (UN-HABITAT, 2016).

Segundo Torres-Tovar (2017), este evento ocorreu em um contexto sócioinstitucional impactado negativamente pelas políticas neoliberais de desmatamento e redução do Estado como promotor de desenvolvimento local, da utilização de recursos endógenos e de estruturação de sistemas urbanos. A partir do Século XXI, David Harvey (2012, p. 73) confirmou esta análise e atestou que “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito.”

Quanto aos resultados da Conferência Global Habitat III e dos debates, o pesquisador Torres-Tovar analisa:

(...) nos permite reconocer el contexto actual en el que se debaten las sociedades urbanas y como se han fortalecido las lecturas compartidas en la actualidad sobre el reconocimiento del *Derecho a la Ciudad*, ya propuesto desde el texto clásico de Henry Lefebvre "*El Derecho a la Ciudad*" en los años 70s y más recientemente los textos del geógrafo David Harvey sobre la ciudad neoliberal y sus disputas entre los que se encuentra "Ciudades Rebeldes". David Harvey consideraba que uno de los retos del escenario en Quito, era llenar de contenido y actualizar el concepto de Derecho a la Ciudad. Sin embargo no hubo consenso sobre cuáles son estos contenidos. (TORRES-TOVAR, 2017).

Tal conclusão leva o professor da Universidade Nacional da Colômbia (TORRES-TOVAR, 2017) a indagar se o direito à cidade, no âmbito das mobilizações ocorridas para o Habitat III, constitui um eixo articulador e doador de sentido da cidadania contemporânea. Por outro lado, apesar de o evento mostrar fragilidades no que tange a metas e conteúdos concretos, retoma questões como o direito à cidade e o direito de nela habitar com dignidade e sustentabilidade.

Em 1968, Lefebvre (2011) descrevia os limites da filosofia, assim como das ciências parcelares, para compreender a vida urbana. Segundo o pensador, a vida

urbana vai além das funções da moradia, do trabalho e do lazer e se consolida em direitos que conflitam e, ao mesmo tempo, se integram ao processo de urbanização.

2.2.1 O direito à cidade: o lugar da moradia

De acordo com Lefebvre (2011, p. 28) os problemas do rápido crescimento das cidades têm origem no crescimento econômico e na produção industrial que “assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente”. Nos Séculos XIX e XX surge uma nova racionalidade, que “toma a forma de racionalidade organizadora, operacional nos diversos graus da realidade social.”. Se antes a industrialização produzia a urbanização, reivindicando a necessidade de moradia e infraestrutura para os operários, para Lefebvre (2011), a urbanização então em curso na Europa é mais importante do que a industrialização, pois orienta os processos de transformação social.

A miséria urbana descrita pelo filósofo em sua obra de 1968, *Direito à Cidade* (2011), não reside somente na precariedade da falta de moradia e trabalho, mas no tempo gasto com transporte pela classe operária, na ausência de espaço de lazer e convivência: em suma, na ausência da vida urbana. Em consequência, “o *direito à cidade* se afirma como um apelo, como exigência” que “só pode ser formulado como *direito a vida urbana* transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2011, p. 117-118, grifo do autor).

É sintomático que, a partir do século XXI, David Harvey fez leitura semelhante sobre o processo de urbanização, agora movido pela ética neoliberal: “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana” (HARVEY, 2012, p. 80).

David Harvey (2009; 2012) reconhece no processo de industrialização a construção de uma racionalidade capitalista que organiza e edifica a cidade. Neste sentido, entende que a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, pois o excedente capitalista é extraído de algum lugar e de alguém. Harvey (2012) vai identificar um paralelo entre a história de acumulação do capital e a atividade imobiliária, onde a grande questão em pauta é o que denomina “o problema do capital excedente” (2009, p. 9). Logo, a política do capitalismo é orientada pela necessidade

de encontrar terrenos lucrativos para absorver o capital excedente sob forma de reinvestimento. Conclui o geógrafo que a urbanização “é um veículo primordial para absorção do excedente em escalas geográficas sempre crescentes.” (HARVEY, 2009, p. 12).

Deste modo, a urbanização desempenhou um papel decisivo na absorção dos capitais excedentes e na financeirização da economia em escala geográfica global, mas com um alto custo para a vida urbana: os imensos contingentes de população pobre são alijados do direito à cidade (LEFEBVRE, 2011; MARICATO, 2011), a liberdade⁴⁴ das cidades foi apropriada por uma elite financeira em seu próprio interesse, tornando-as cidades “de fragmentos fortificados” (HARVEY, 2009, p. 16).

Dois grandes estudiosos do fenômeno da urbanização e do direito à cidade, Lefebvre, sob a ótica da industrialização, e David Harvey, sob a ótica do consumo, apontam para a prevalência do mercado. O primeiro, na perspectiva do trabalho e do processo de produção e o segundo, sob o entendimento do consumo e do resultado da produção.

Ueda, Francisco e Castro (2018) identificam, no contexto brasileiro, este processo de desconstrução e fragmentação do espaço social operado pelo capital. Em cada momento histórico, os pesquisadores identificam a correlação de três elementos: a ação do capital, as transformações na sociedade e a formação dos espaços urbanos.

A transformação do espaço é o meio pelo qual o homem vai adaptando o ambiente às suas necessidades, o que resulta no ambiente construído. Disto decorre que “toda construção é resultado de uma desconstrução” que vai ocorrendo “além do espaço físico, envolvendo também o campo social” (UEDA; FRANCISCO; CASTRO, 2018, p.75). Assim, segundo Ueda, Francisco e Castro, algumas desconstruções ocorrem em detrimento das ordens sociais e implicam “a formação de espacialidades e subjetividades alheias ao formato original da relação entre homem e espaço...” (2018, p. 80). Neste sentido, o controle do capital se concretiza na produção do espaço urbano (MARICATO, 2009) “tendo a periferia como um limite que deve ser constantemente ampliado para garantir a expansão do lucro” deixando vazios destinados a especulação (UEDA; FRANCISCO; CASTRO, 2018, p. 80). Dito

⁴⁴ Para David Harvey (2009) a liberdade se refere ao direito do cidadão de fazer e refazer a sua cidade de acordo com os seus desejos, ou seja, ir além de um direito de acesso àquilo que já existe na cidade, um direito a vida urbana renovada.

processo resulta em expulsão da população para as regiões mais distantes do centro, de forma reiterada.

Para Ueda, Francisco e Castro (2018) “a verticalização e o espraiamento excessivos, assim como a compartimentação do espaço em condomínios fechados e *shopping centers*” são sintomas da desconstrução do espaço social promovido pelo capital. Espaços e vínculos sociais são desconstruídos. O território individual deixa de ter as referências de lugares e passa a ser representado por outros espaços, agora localizados sem uma continuidade, mas de forma fragmentada pela cidade

A partir da “cidade deteriorada” (LEFEBVRE, 2001), o imaginário da cidade ideal entra em crise (TUAN, 1980). A crise, para o autor de *Topofilia*, coloca em cheque os simbolismos, os estilos de vida e a identificação da cidade. Em consequência, os laços afetivos que criaram corpo por meio dos símbolos serão diminuídos ou mesmo suprimidos podendo originar uma atitude de “desprazer e desamor” para com o lugar onde se habita (OKAMOTO, 2002, p. 235). Descreve o arquiteto Jun Okamoto que “os espaços externos se tornam impessoais e são tratados com indiferença, ficando, como consequência, cada vez mais tênue o sentido afetivo entre esses locais e a vida das pessoas” (2002, p.236). O lugar, o espaço em referência, pode assim ser percebido como hostil.

Outro sintoma desta desconstrução social refere-se à moradia que, em perspectiva abstrata com o espaço, agora “torna-se um abrigo hermético (...). O mundo individual centra-se na casa e vai encontrar fragmentos em locais espalhados pela cidade” acessíveis pelos meios de transporte. “Erguem-se muros entre a casa e o mundo, as famílias se individualizam e as cidades se adensam (...). Não faz sentido a relação com a rua nem a existência de espaços transitórios” (UEDA; FRANCISCO; CASTRO, 2018, p. 81).

Estes aspectos do ambiente urbano ou do lugar têm efeito sobre a percepção, afetam as formas de visão do mundo, de estruturação do espaço, a organização social, a arte e a religião (TUAN, 1980). Podem ser veículos de emoções, sentimentos e ter abrangência simbólica.

2.2.2 O direito à moradia: a habitação popular no Brasil

O direito à moradia está citado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada no ano de 1948, pela Assembleia Geral da ONU, tendo o Brasil

como um dos seus signatários. A Declaração, em seu artigo 25 e parágrafo primeiro, estabelece que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”. (UNIC Rio, 2009, p. 13).

O direito foi incorporado à Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988)⁴⁵, por meio da Emenda Constitucional n.º 26, de 10 de fevereiro de 2000, que estabelece no seu artigo 6º que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A Constituição estabelece ainda que é dever dos três poderes do Estado promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (artigo 23, inciso IX). O direito à moradia também faz parte das necessidades básicas dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, que devem ser atendidas pelo salário mínimo (artigo 7.º, seção IV). (BRASIL, 1988)⁴⁶.

Toda família tem direito a um lugar para morar, toda família necessita, portanto, de uma moradia. Como se materializa este direito? Segundo Ermínia Maricato (2009), a estrutura de provisão de moradia compreende a construção, manutenção e estoque que se formam a partir de quatro tipos de provisão⁴⁷: a promoção privada, a promoção pública, a autoconstrução no lote irregular ou na favela, loteamento irregular e a autopromoção da habitação da classe média, entre outros.

A ação do Estado brasileiro nas questões referentes à habitação ocorreu no final do Século XIX, sob uma perspectiva eminentemente sanitarista. Com o propósito de enfrentar a propagação de doenças e epidemias nas grandes cidades em crescimento, o Estado encarregou o sistema de saúde para visitar interiores das casas da população de baixa renda, em especial nas regiões centrais. Essa ação tinha como objetivo promover o controle sanitário das habitações (BONDUKI, 1998).

⁴⁵ Cf.: BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁴⁶ Idem, ibidem.

⁴⁷ Planejamento e políticas públicas são, no Estado moderno, instrumentos essenciais e privilegiados para a intervenção do Estado na vida pública. Há uma interpenetração dos interesses do capital com as ações públicas, seja na formulação de políticas públicas e, em particular, na elaboração do planejamento público. Cf.: SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul./dez. 2006; SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Paralelamente a tal política, ocorreram iniciativas regulatórias, através dos Códigos Sanitários e os de Posturas, que estabeleceram parâmetros para a construção de moradias operárias. A abordagem da habitação popular tinha o enfoque de espaço patológico a ser “tratado” do ponto de vista da salubridade. Por décadas, não existiu qualquer ação de promoção de habitação (BONDUKI, 1998).

A questão da provisão habitacional brasileira é postulada pela primeira vez durante a Ditadura Vargas, quando Estado e setores técnicos passaram a discutir a superação das condições precárias de moradia de aluguel, tendo como pressuposto a conquista da casa própria (BONDUKI, 1998). Neste sentido, as políticas públicas de habitação surgiram em um período de forte intervenção do Estado na política econômica. O período de 1930 a 1960 foi marcado pela aceleração do modelo urbano industrial na sociedade brasileira e seguiu tal perspectiva intervencionista (BONDUKI, 2011; CARIELLO, 2011). Houve o reconhecimento do problema habitacional como público e a moradia como direito, o que capacitou o Estado promover um número extraordinário de construções (MARICATO, 2009).

Entretanto, no Brasil, segundo Bonduki (2011), a provisão pública habitacional estava direcionada aos trabalhadores urbanos inseridos no mercado formal, ou seja, àqueles que possuíam carteira assinada, o que não era comum na época. Alguns destes projetos possuíam boa qualidade urbanística. Paradoxalmente, como consequência “se produce la creación de soluciones informales; la ciudad informal crece por todo el país con diferentes características.” (BONDUKI, 2011). Portanto, não havia política pública para aquilo que estava crescendo significativamente no Brasil, como as favelas no Rio de Janeiro e a autoconstrução.

Darcy Ribeiro (1995) recorda que o Brasil nasceu urbano e, no Século XX, sofreu uma urbanização caótica movida pela evasão rural. Segundo o antropólogo, o crescimento explosivo entrou em crise na década de 1980 diante dos impasses do crescimento econômico, condenando imensa maioria da população à marginalidade. Portanto, o fenômeno da urbanização acelerada do Brasil do Século XX, especialmente em sua segunda metade, paralelo ao processo de forte concentração de renda e de empobrecimento da população, teve um forte impacto na condução destas ações e políticas. Para Rolnik (2009), as políticas governamentais implementadas durante o período de urbanização mais intensa de 1960 a 1980, reforçaram de maneira perversa referido modelo de exclusão:

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos precários foram autoproduzidos por seus próprios moradores com os meios que se encontravam à sua disposição: salários baixos, insuficientes para cobrir o custo da moradia (OLIVEIRA, 1988; MARICATO, 1996 *apud* ROLNIK, 2009), sem acesso a recursos técnicos e profissionais e nas terras rejeitadas ou vetadas para o mercado formal, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além das vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais. Assim foi sendo produzida a cidade “fora da cidade”, eternamente desprovida das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade. (ROLNIK, 2009).

Por conta desta situação, a estruturação do sistema de habitação pública viria a ocorrer em 1964, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação, gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), voltado exclusivamente para a provisão habitacional, com o objetivo de dinamizar a economia e garantir o apoio político da população sem moradia (ROLNIK, 2009).

O modelo baseava-se no financiamento da produção privada e de companhias públicas, incorporando posteriormente a oferta de crédito bancário para o consumidor final (ROLNIK; KLINK, 2011). Os recursos eram oriundos da população, por meio da Caderneta de Poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O BNH torna-se o principal formulador de política urbana do país no período de 1964 a 1986, pautado pela lógica privada de autossustentação financeira (CARRIELO, 2011). De acordo com a urbanista Raquel Rolnik (2009):

O BNH passou então a concentrar não apenas o financiamento, mas também toda a atividade de planejamento do desenvolvimento urbano no âmbito do governo federal, consubstanciada em metas quantitativas de produção nos setores de habitação e saneamento.

Foram geradas 4,8 milhões de moradias, no período de 22 anos, sendo apenas 1,2 milhões de unidades destinadas à população de baixa renda. Rolnik e Klink (2011) avaliam que “nem na habitação nem no saneamento este modelo foi capaz de prover condições adequadas de moradia para a maior parte da população, cuja renda não a habilitava para a condição de “demanda” neste mercado de casas e infraestrutura”.

Em 1986, o BNH foi incorporado pela Caixa Econômica Federal e prevaleceu a ausência de recursos no setor (BALBIM, KRAUSE; NETO, 2014). As propostas alternativas, como a busca de recursos de outras fontes e foco na população de baixa renda, são inovações do período 1990, porém sem resultados práticos relevantes na provisão pública habitacional até a formulação do Estatuto da Cidade, em 2001.

Orlando Cariello (2011) analisa que o período de 20 anos da ditadura militar, de orientação e atuação centralista ou intervencionista, hegemônica a partir de 1964, foi seguida por outro período de 18 anos de redemocratização, de orientação liberal ou neoliberal, consolidadas na Constituição Federal de 1988. Os dois diferentes regimes políticos foram pautados pela dominação das elites locais aliadas ao capital financeiro internacional. Afirma ainda Cariello (2011) que estas políticas de financiamento e de produção de moradia estão vinculadas a políticas de compressão salarial e exclusão de direitos trabalhistas nestes períodos:

Ao mesmo tempo em que foram carreados mais de 140 bilhões de reais dos programas governamentais para a construção e a venda financiada de 8,5 milhões de moradias, o salário mínimo teve seu valor rebaixado em cerca de 70%, e o Brasil consolidou sua posição entre os países mais iníquos do mundo. (CARIELLO, 2011, p. 117).

Os dois regimes, o intervencionista e o neoliberal, marcaram a política habitacional e salarial do brasileiro. Se por um lado esta política habitacional utiliza os recursos do trabalhador, por outro, não inclui o item habitação no computo salarial sob compressão (CARIELLO, 2011; OLIVEIRA, 2006; MARICATO, 2000). O resultado é a retroalimentação da escassez da moradia dos trabalhadores e da desigualdade social (CARIELLO, 2011).

De acordo com Rolnik e Klink (2009), o resultado deste processo de provisão, em curso até a virada do Século, é a produção privada da cidade pelo mercado formal de habitação que atendeu às necessidades das classes média e alta. Para os demais brasileiros do campo e da cidade “restou uma inserção precária e ambígua no território: sem condições básicas de urbanidade, com vínculos frágeis com a terra que ocupam, vulneráveis a expulsões e remoções.” (ROLNIK; KLINK, 2009).

Nas cidades, o resultado foi uma urbanização sem infraestrutura básica, fosse pela omissão do poder local quanto à fiscalização do mercado formal que resultavam em loteamentos sem infraestrutura, fosse pela incapacidade do poder público em prover moradia e lotes à população de baixa renda. Assim, concluem Rolnik e Klink (2011), o mercado paralelo de baixa qualidade urbanística e habitacional se consolidou.

Se o resultado do modelo, do ponto de vista social e econômico, é inconsistente e desigual, o dano e a depredação ambiental, produzindo áreas urbanas de risco, são irreparáveis conforme descrição de Raquel Rolnik e Jeroen Klink:

Essa lógica impôs um padrão predatório que condenou as cidades como um todo a um modelo insustentável do ponto de vista ambiental e econômico, já que impõe perdas ambientais e externalidades negativas para seu conjunto muito difíceis de recuperar. Em primeiro lugar, **a espacialização da concentração das oportunidades em um fragmento da cidade, e a ocupação extensiva de suas periferias densas, precárias** e cada vez mais distantes, impõe um padrão de circulação e mobilidade dependente do transporte sobre pneus e, portanto, de alto consumo energético e alto potencial poluidor. Por outro lado, **a ocupação das áreas frágeis ou estratégicas** do ponto de vista ambiental - como são os mananciais de abastecimento de água, os complexos dunares ou mangues - são decorrentes da combinação de um padrão extensivo de crescimento por abertura de novas fronteiras e da "expulsão" permanente da população mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado. Por fim, **a engenharia urbana mecânica** que procurou transformar a cidade em máquina de produção e circulação tratou sua geografia natural - como rios, vales inundáveis e encostas - como obstáculo a ser superado, aterrando, terraplanando e caucionando as águas, num desenho que procura minimizar as perdas territoriais para o mercado de solos. (ROLNIK; KLINK, 2011, grifo nosso).

No início do Século XXI, decorridas quatro décadas desde a colocação da agenda habitacional no centro das políticas de governo, os resultados do Censo indicavam a necessidade de 6,5 milhões de moradias populares, 83% das quais para famílias com renda mensal de até três salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Em 2003 é criado o Ministério das Cidades, institucionalizando a política habitacional do Governo Lula e integrando as políticas ligadas à cidade. De acordo com Bonduki, são novas as perspectivas abertas e "... se creara, por primeira vez em el país, la posibilidad de planear y articular la actuación urbana" (2005, p. 665). No âmbito de tal processo político, a "agenda de reforma urbana" foi sendo formulada e institucionalizada por meio de legislação e da abertura à participação popular, como os Conselhos e as Conferências nas esferas de governo.

Segundo Rolnik (2009), a primeira Conferência Nacional, realizada em 2003, contou com 2.500 delegados, que elegeram o Conselho Nacional das Cidades. Este processo foi precedido por 1.427 conferências municipais, 185 conferências regionais e 27 estaduais, envolvendo 3.457 municípios. Os limites de implementação da agenda popular estavam na organização do Estado na área do desenvolvimento urbano e na sua relação com o sistema político e com as características da democracia brasileira (ROLNIK, 2009).

O contexto de crise econômica internacional, pano de fundo no início do programa de habitação popular, é descrito por Bonduki (2011):

El programa **Minha casa minha vida** surgió en la crisis de 2008- 2009 y la vivienda fue utilizada como mecanismo anticíclico dentro de una directriz, planteada en la relación entre la política de vivienda y la política económica y social, la cual es importante para generar empleos y activar la economía. (BONDUKI, 2011, grifo do autor).

O Governo Federal, além de expedir medidas de incentivo à liquidez na economia doméstica e de estabilização cambial, passa a criar estímulos diretos à atividade econômica interna. Parte dos investimentos públicos se concentra no setor da construção civil e infraestrutura, capazes de gerar emprego e impactar no crescimento e o poder aquisitivo do trabalhador. Surge o cenário, do ponto de vista da economia política, para a constituição do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV). Como afirma Maricato (2011), o Programa foi uma ação econômica acertada, ao remeter à construção civil o foco da tarefa de geração de postos de trabalho e instrumento de enfrentamento à crise internacional. Portanto, dois objetivos foram pautados: primeiro, uma política econômica anticíclica diante da conjuntura de crise internacional e, segundo, uma política social que atingiu a “pobreza estrutural” ao incorporar um patrimônio às famílias de mais baixa renda e da classe média baixa.

Através da Medida Provisória n.º 459, em março de 2009, o PMCMV foi lançado pelo Governo Federal “com a principal finalidade anunciada de contribuir para a redução do déficit habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais.” (ROLNIK, 2015). O programa passou a ser implementado assegurando, de forma inovadora, a utilização de recursos significativos do Orçamento Geral da União. Segundo Rolnik e Klink (2011), os dados sobre os repasses “para estados e municípios revelaram um salto de quase oito vezes entre 2001-2004 e 2005-2008. O crédito - especialmente para os beneficiários finais - elevou-se mais de dez vezes.”.

O Programa estava dirigido e estruturado em três principais variáveis: a habitação de interesse social, a habitação através do mercado corporativo e a urbanização pública.

A primeira faixa do PMCMV era destinada as famílias com renda de até no máximo três salários mínimos, responsável por cerca de 83% do déficit habitacional do país (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013; BALBIM; KRAUSE; NETO, 2014). O Programa deu continuidade ao modelo de intervenção e “fixou-se apenas na produção de unidades prontas, mais ao gosto do setor da construção civil”. (BONDUKI, 2009, p.13). A segunda faixa do PMCMV, segundo Balbim, Krause e Neto (2014), foi

destinada a famílias com renda até 6 salários mínimos e contemplava a habitação via mercado corporativo, por meio de duas iniciativas: a concessão de subsídios e a possibilidade de utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Famílias com renda até R\$ 5.400,00, fase terceira, foram atendidas pelo FGTS. De acordo com Balbim, Krause e Neto (2014), esta política atendeu a uma nova realidade do país, a chamada a classe C ou a “nova classe média”⁴⁸, que passava representar cerca de 52% das famílias brasileiras. O Programa, a partir de 2011, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizou intervenções em infraestrutura social e urbana.

Moreira, Silveira e Euclides (2017) elaboraram um estudo com o intuito de avaliar a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida no período 2009-2016. Quanto à abrangência territorial, concluíram que, após sete anos de atuação verificou-se o atendimento à quase totalidade dos municípios nacionais: “o *Minha Casa, Minha Vida* está presente (em maiores ou menores proporções) em 5.530 dos 5.570 municípios do Brasil, o que representa Grau de Cobertura (CG) geral de 96,1%.” (MOREIRA; SILVEIRA; EUCLIDES, 2017, p. 600-601, grifo do autor). Com base nos dados contratados, os pesquisadores arremataram que as unidades habitacionais (UH), por faixa do PMCMV, atingiram os seguintes números: Faixa 1, 1.740.711 UH, que corresponde a 38,7% das unidades totais. Faixa 2, 2.200.082 UH, que corresponde a 48,9%. Faixa 3, 562.438 UH, que corresponde a 12,5%. O total contratado e apurado por Moreira, Silveira e Euclides (2017) soma 4.503.231 unidades habitacionais.

Portanto, ocorreu a partir de 2009 uma grande transformação no panorama de produção habitacional de interesse social no Brasil. O PMCMV inova, enfrentou o

⁴⁸ De acordo com Kopper e Damo (2018), no período de 2001 e 2013, “o Brasil cresceu e redistribuiu renda. Fruto da estabilidade inflacionária, do aumento do salário mínimo, da expansão do crédito e das políticas sociais, esse período foi marcado pela mobilidade ascendente de milhões de brasileiros.”. Acadêmicos e políticos tiveram distintas análises quanto à ascensão econômica dessa população. Para uns significou a emergência de uma “**nova classe média**”, definida na releitura de estatísticas nacionais e tornada alvo de intervenções governamentais e de mercado. Marcelo Neri em sua obra, “*A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*” (Ed. Saraiva, 2011), seguiu esta perspectiva, ressaltando a combinação das virtudes do Estado com as virtudes dos mercados. Leitura frontalmente oposta feita por Marcio Pochmann em sua obra, “*Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*” (Ed. Boitempo, 2012), para o qual, mesmo com um processo de ascensão socioeconômica, a classe trabalhadora continua a fazer parte da base da pirâmide social. Ou seja, não houve mudança na estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade brasileira. Cf.: KOPPER, M.; DAMO, A. S. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 24, n. 50, p. 335-376, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832018000100335&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2019. (Grifo nosso).

problema do déficit habitacional e incluiu o Programa na órbita do investimento público. A intervenção estatal foi histórica e representativa. Em dezembro de 2017, o jornal O Estado de São Paulo⁴⁹, sob a ótica do mercado econômico, anunciava:

Entre 2008 e agosto de 2017, o *Programa Minha Casa, Minha Vida* (MCMV) respondeu **por 4,9 milhões (77,8%) de 6,3 milhões de unidades produzidas** no País, segundo a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe-USP). (...) o estudo mostra que 286,9 milhões de metros quadrados (m²) foram construídos entre 2010 e 2017. As atividades relacionadas à incorporação geraram, em média, 1,9 milhão de empregos por ano – o auge ocorreu em 2014 (2,5 milhões de vagas) e o mínimo (1,3 milhão), em 2017. (...) A receita de tributos foi em média de R\$ 19,7 bilhões anuais. (Grifo do autor).

Não obstante os avanços qualitativos e quantitativos o Programa recebeu críticas. Para Rolnik (2009), apesar de o governo Lula ser referência na institucionalização de canais democráticos, como Conferências e a criação de Conselhos, o Programa “Minha Casa, Minha Vida” além de atuar minimamente em parceria com os movimentos populares, não apresentou um canal de participação da sociedade.

O Programa afastou-se de diretrizes urbanísticas constantes na política habitacional apresentadas pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instituído pela Lei n.º 11.124/2005, e pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab) de 2009 (BONDUKI, 2009). Krause, Balbim e Lima Neto (2014) afirmam que as linhas que orientaram a sua implementação não foram pautadas pelas estratégias de enfrentamento do déficit habitacional, mas por uma agenda atrelada aos fatores macroeconômicos e setoriais.

Segundo Rolnik *et al.* (2015), os objetivos macroeconômicos por trás dos planos de execução exerceram influência determinante sobre o padrão de inserção urbana dos empreendimentos:

A convergência de interesses de construtoras, governos locais e o Governo Federal em fazer o programa "rodar" suplantou preocupações com aspectos como a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente, uma vez que considerações desse tipo afetariam a velocidade de sua implementação. (ROLNIK *et al.*, 2015).

⁴⁹ OPINIÃO. O peso da habitação social nas incorporações. **O Estado De São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2017. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-peso-da-habitacao-social-nas-incorporacoes,70002110947>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

O Programa estabeleceu um teto para o custo das unidades habitacionais. A urbanista Rolnik e pesquisadores (2015) constataram que a escolha dos terrenos pelas empresas tornou-se um fator determinante para a taxa de retorno do empreendimento. Nesta lógica, os aspectos como a qualidade da construção e os atributos urbanísticos do entorno dos empreendimentos são fatores dispensáveis. Deste modo:

Esse desenho favorece também a proliferação de megaempreendimentos. Embora tenham impactos urbanísticos muitas vezes desastrosos, os grandes conjuntos possibilitam ganhos de escala significativos para as construtoras, ampliando sua margem de lucro. (ROLNIK *et. al.*, 2015).

Na medida em que o lucro não se origina apenas das atividades produtivas, mas em maior parte das atividades especulativas fundiária e imobiliária, o primeiro aspecto, produção de moradias, perde relevância (MARICATO 2009 e ROLNIK; KLINK, 2011) e visa resolver o problema do capital excedente (HARVEY, 2009). Isto vai refletir na organização espacial da cidade e, deste modo, a dimensão territorial reproduziu as desigualdades socioespaciais urbanas (MARICATO, 2011).

Segundo Raquel Rolnik *et al.* (2015) o PMCMV na Região Metropolitana de Campinas (RMC) alcançou resultados expressivos do ponto de vista quantitativo pela existência de conjuntos habitacionais que podem ser caracterizados como megaempreendimentos. A pesquisadora salienta que aproximadamente 60% dos empreendimentos da RMC apresentam a tipologia de bloco, ou seja, edificações sem elevador com até cinco pavimentos, incluindo o térreo. A grande maioria destes projetos habitacionais foram implantados em grandes glebas, de uso exclusivamente residencial, sob a forma de condomínio (ROLNIK *et al.*, 2015). O Condomínio Jardim Bassoli, local de nossa pesquisa, se enquadra nesta especificação. Com 2.380 unidades habitacionais, foi o primeiro empreendimento do PMCMV em Campinas, entregue no período de 2011 a 2013.

2.2.3 O Jardim Bassoli: o outro lado do direito à moradia e à cidade

O senhor pode ir lá na Moraes Sales e pega o 212 e aí vai andar muito, muito mesmo, aí chega no terminal Campo Grande, lá o senhor pega o 215 que vem pra cá... ele passa no bairro e aí começa os bloco (de prédios), quando o ônibus virar e tiver só pasto e mato, aí o senhor desce no primeiro ponto. Eu moro no condomínio em frente assim, bem no fim da cidade. (Moradora orientando o pesquisador a como chegar no Jd. Bassoli).

“Bem no fim da cidade”. Esta é a localização precisa e conhecida pelos moradores do Jardim Bassoli que se situa na confluência do perímetro urbano com a zona rural, no extremo noroeste do Município de Campinas.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2019), Campinas, no Estado de São Paulo, conta com uma população estimada, em 2018, de 1.194.094 pessoas, o 14º município mais populoso do Brasil. Possui uma densidade demográfica de 1.359,60 hab/km², o 79º maior índice do país. Somente 15,8% da população residente é oriunda de regiões fora do Sudeste brasileiro.

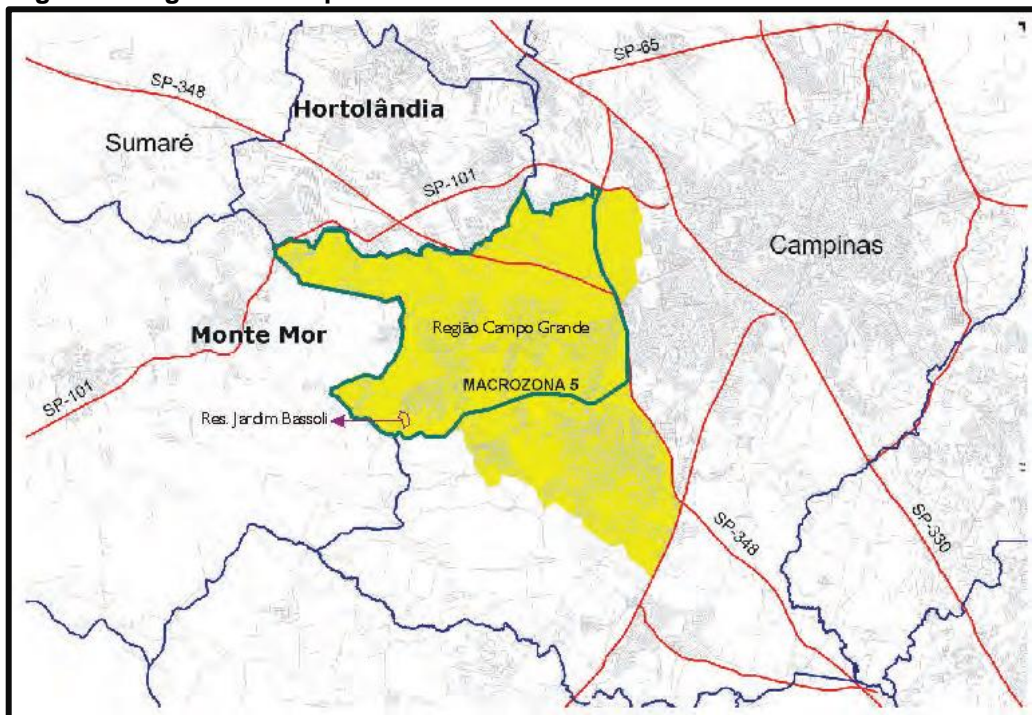
Ainda segundo o Instituto (BRASIL, 2019), quanto ao trabalho e rendimento, em 2016, o salário médio mensal era de 3.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 39.4%. Se considerados os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 30.2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 4.635 de 5.570 municípios do Brasil. Quanto à economia, o Produto Interno Bruto Municipal, a preços correntes do ano de 2016, representava R\$ 58.523.732,73, o 11º maior PIB dentre as cidades brasileiras. Por outro lado, quanto ao PIB *per capita* somava R\$ 49.876,62 em 2016 e ocupava a posição de número 292 dentre os 5.570 municípios brasileiros. Na saúde, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 8.13 para 1.000 nascidos vivos. Quando comparado a cidades do Brasil todo, esta posição é de número 3.639 do total de 5.570 municípios.

De acordo com o IBGE (BRASIL, 2019), quanto ao território e ambiente, Campinas possui 90.5% de domicílios com esgoto sanitário adequado, 87.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 55.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, com a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Quando comparado aos outros municípios do Brasil, sua posição é 416º de 5.570, 1.738º de 5.570 e 293º de 5.570, respectivamente. O último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) disponível, lançado em 2010, foi de 0,805.

O Jardim Bassoli localiza-se na região noroeste do Município de Campinas, na área de Planejamento e Gestão Campo Grande (APG), cuja unidade territorial é denominada “EU-35 Parque Valença/Parque Itajaí”, instituído pelo Plano Diretor

Municipal de Campinas⁵⁰. Este Plano de 2018 subdividiu o município em quatro macrozonas sendo a APG Campo Grande incluída na Macrozona de Estruturação Urbana, compreendida como área já integrada ao perímetro urbano consolidada ou em fase de consolidação. O referido Plano Diretor, no seu artigo oitavo, coloca entre os seus objetivos a promoção de ocupação de áreas vagas e a qualificação de áreas vulneráveis, a promoção do adensamento urbano e da produção de empreendimentos habitacionais de interesse social. Incentiva o uso misto o que flexibiliza o uso do solo. Sua diretriz, exposta no artigo nono, incentiva a ampliação de oferta de moradias. O Plano Diretor de 2006⁵¹ dividia o município em cinco macrorregiões, a denominada Macrozona 5, e abrangia as regiões de Campo Grande e Ouro Verde, conforme Figura 5, com destaque ao Jardim Bassoli.

Figura 5. Região do Campo Grande e o Jardim Bassoli.



Fonte: Campinas, Plano Local de Gestão Urbana da Macrozona 05, 2012.

Elaboração: INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014.

⁵⁰ CAMPINAS. Lei Complementar nº 189, de 08 de janeiro de 2018, dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Campinas, SP, 9 jan. 2018. Disponível em: <http://suplementos.campinas.sp.gov.br/admin/download/suplemento_2018-01-09_cod473_1.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

⁵¹ CAMPINAS. Lei Complementar nº 15, de 27 de dezembro de 2006, dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Campinas, SP, 29 dez. 2006. Disponível em: <http://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=http://sagl-portal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/9639_texto_integral.pdf?1557171141.97>. Acesso em: 05 maio 2019.

A história da região do Campo Grande (Figura 5), segundo órgão da Prefeitura Municipal (CAMPINAS, 2010), data das primeiras décadas do Século XX, com a exploração agrícola em pequenas glebas de terra e conseqüente intensificação do desmatamento. Na segunda e terceira décadas, a atividade econômica foi caracterizada pela extração mineral de areia e argila no vale do Rio Capivari. Nas décadas de 1940 e 1950 agricultores da região do Campo Grande abasteciam a cidade de Campinas com produtos hortifrutigranjeiros. A atividade estava limitada às condições das estradas rurais. “O esgotamento do solo acabou por determinar um uso menos intenso da terra, principalmente na forma de pastagens e reflorestamentos com *Eucalyptus* e *Pinus* de baixa produtividade.” (CAMPINAS, 2010, p. 2-3).

O diagnóstico do local, no ano de 2010, (CAMPINAS, 2010) detectou a presença de unidades habitacionais unifamiliares em áreas de uso industrial e em área de aterro sanitário. Sem infraestrutura de apoio, restava na região compreendida pelo Campo Grande e Ouro Verde, 986,64ha de remanescentes de vegetação natural, o que correspondia a 11,4% do total de vegetação do município.

O aumento populacional não foi a causa única da degradação ambiental da região, mas potencializou o processo, segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) que eram destinadas a compor os sistemas de áreas verdes e de lazer dos loteamentos foram ocupadas por invasões, que se generalizaram pela região, contribuindo com o aumento da supressão dos pequenos fragmentos de mata ciliares ainda existentes e colocando tal população na condição de risco de desabamentos e contaminação por despejo clandestino de esgotos, lixo doméstico e resíduos industriais. (CAMPINAS, 2010, p. 3).

O processo de espraiamento e periferação (MARICATO, 2009; CUNHA, 2004), a expansão e fragmentação urbana (UEDA; FRANCISCO; CASTRO, 2018) vão ser assim descritos pelos técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (CAMPINAS, 2010) ao descreverem o processo de ocupação das regiões do Campo Grande e do Ouro Verde:

...caracteriza-se pela **descontinuidade do tecido urbano e do sistema viário em decorrência da presença de grandes vazios**, do contraste entre loteamentos habitacionais densamente ocupados e loteamentos sem ocupação ou com ocupação rarefeita, bem como pela existência de grandes barreiras físicas, tais como: a linha férrea (Ferrovia Paulínia-Mairinque), a Rodovia dos Bandeirantes e o Rio Capivari. Existe ainda grande área de glebas não parceladas situadas ao longo do Rio Capivari (...).

A carência de infraestrutura e de equipamentos urbanos é grave em toda a região da macrozona, fruto da aprovação de loteamentos em um período anterior à vigência da Lei nº 6766/79, época de menores exigências do poder público quanto à implantação de equipamentos públicos.

O **uso do solo predominante é residencial**, caracterizado por loteamentos populares, conjuntos habitacionais e ocupações ilegais. Existem vários empreendimentos habitacionais de interesse social (EHIS) decorrentes da permissividade da Lei Municipal nº 10.417/2000, que autoriza a sua implantação em praticamente toda região. (CAMPINAS, 2010, p. 3-4, grifo nosso).

Todavia, a característica sempre em destaque de todas as análises da região do Campo Grande está relacionada ao aumento vertiginoso da população (ALVES, 2015; CAMPINAS, 2010; INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014). Segundo o órgão de meio ambiente da Prefeitura de Campinas (CAMPINAS, 2010), na década de 1970 a urbanização se intensificou e a população da região, que contava com 1.000 habitantes, passou a 32.147 habitantes em 1980. Na década seguinte, a taxa de crescimento populacional registrou a média de 16% ano. Na décadas de 1990 e 2000, as taxas de crescimento continuaram altas comparativamente a outras regiões de Campinas, porém mostraram mais sinais de consolidação do que de expansão. De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação (CAMPINAS, 2011a), as regiões do Campo Grande e Ouro Verde, com base no Censo do IBGE-2000, abrigavam uma população de quase 200 mil habitantes, o que correspondia a 20,26% da população de Campinas. A jornalista Cecília Polycarpo (2014) retratou este fenômeno, em 2014, de forma comparativa, assinalando o aspecto sócio econômico:

As regiões do Ouro Verde (Sudoeste) e Campo Grande (Noroeste) (...), são **mais populosas que 15 cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC)** (...). São 240 mil habitantes espalhados em 140 bairros do Ouro Verde e 190 mil em 90 bairros do Campo Grande — maiores que cidades como Santa Bárbara d'Oeste, Valinhos e Itatiba. A explosão populacional nas duas regiões é um fenômeno recente e a previsão é que elas cresçam ainda mais. A falta de espaço físico no Centro de Campinas e em outras áreas protegidas ambientalmente, combinada ao valor inacessível dos imóveis, força o deslocamento dos moradores aos bairros periféricos. Por isso, o Ouro Verde e o Campo Grande concentram os habitantes mais carentes de Campinas e, conseqüentemente, mais dependentes de serviços públicos. (...). As regiões têm ainda quase a metade dos **beneficiários do Bolsa Família** do município, programa de complementação de renda do governo federal. Segundo cadastro da Prefeitura, são 23.517 famílias inscritas na cidade, 5.486 na região Noroeste e 6.406 no Sudoeste. (POLYCARPO, 2014, grifo nosso).

O sistema viário da região do Campo Grande é deficitário e constitui uma das principais reclamações dos moradores (POLYCARPO, 2014, BRASIL, 2014): a uma única via que conduz ao centro é a Avenida John Boyd Dunlop (INSTITUTO

PÓLIS; DEMACAMP, 2014). Após realizar as passagens sobre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, ainda sobre a Ferrovia Paulínia-Mairinque e o Córrego do Piçarrão, a via desemboca em vias locais do centro de Campinas, o que causa constantes congestionamentos nos períodos de pico. A Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), construída em 1979, constitui-se um obstáculo concreto dificultando qualquer tipo de ligação da região do Campo Grande com o sistema viário urbano estrutural, “funciona como um elemento segregador no município.”. Situação similar ocorre com a ferrovia que “divide bairros, não possui transposições para pedestres, e a única via que atravessa a ferrovia é a Av. John Boyd Dunlop, que o faz precariamente por baixo do leito férreo.” (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014, p. 27).

A ausência de alternativas de ligação entre os bairros adjacentes e outras vias estruturais obriga a utilização exclusiva da Avenida John Boyd Dunlop e das articulações nela existentes, gerando conflitos de tráfego, insegurança viária e acidentes. Segundo a jornalista Polycarpo:

(...) levantamento da Prefeitura mostra que 650 mil pessoas que utilizam o transporte coletivo diariamente são das áreas, o equivalente a 48,62% de toda a demanda por ônibus na cidade. A quantidade de linhas de ônibus, porém, não é proporcional ao volume de usuários. São 1.169 veículos, 303 no Ouro Verde e 163 no Campo Grande, 39,83% das linhas de Campinas. (POLYCARPO, 2014).

Por meio do Terminal Campo Grande de transporte público, são transportados aproximadamente 2.700.000 passageiros por mês, sendo que cerca de 83% deles são transportados nos dias úteis. Isto corresponde a uma média de 90.000 passageiros por dia (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014). Para o morador do Jardim Bassoli, o percurso de ida ou volta do centro de Campinas ao bairro, através de transporte público, pode ter a duração de uma hora e 20 minutos a duas horas (BRASIL, 2014).

Os espaços para lazer no Jardim Bassoli e nos três residenciais próximos são quase inexistentes. Existem apenas dois espaços: o Ginásio Municipal de Esportes Jorge Mendonça, localizado entre o Parque Floresta e o Parque Itajaí e o Espaço de Cultura Campo Grande localizado no limite do Parque Itajaí e o Jardim Maracanã (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014).

Em relação aos serviços públicos de educação, saúde, assistência social e segurança pública, não há equipamentos novos construídos para o atendimento

específico da população do Residencial Jardim Bassoli. Estão sendo utilizados pelos moradores os equipamentos existentes anteriormente em bairros no seu entorno. Somente a Creche Nave Mãe, Centro de Educação Infantil “Elenice Aparecida de Moraes Ferrari”, foi inaugurada em 2015 e equipada para atender 240 crianças⁵².

Segundo estudo do Instituto Pólis e Demacamp (2014), o Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), disponível na região, destinado ao atendimento de crianças na faixa de idade de 0 a 6 anos, é insuficiente: mesmo em 2013 a lista de espera para a matrícula de uma criança na referida escola pública era de 981 crianças. O CEMEI Cláudia Maria Luz Xavier, localizado no Parque São Bento, é a única unidade que se situa no raio de 500 metros do Jardim Bassoli. Atende 378 crianças de 03 meses a 06 anos, porém aguardava uma lista de espera de 158 crianças. Existem duas escolas estaduais próximas, EE Antônio Carlos Lehman e EE Hugo Penteadó Teixeira, que atendem alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Mesmo com o único equipamento de educação básica construído após a vinda das famílias, existe uma lista de espera de atendimento. Segundo os técnicos do Projeto Gente Nova (PROGEN, 2018):

Os responsáveis que necessitam de cuidado para as crianças durante jornada de trabalho, contratam adolescentes, jovens e adultos que se intitulam como babás no mercado informal para cuidarem de seus filhos, ou mesmo quem fica responsável pelos cuidados é um (a) filha (o) mais velha (o).

A unidade de saúde que efetivamente atende ao Jardim Bassoli é o Centro de Saúde Parque Floresta, localizado a uma distância de 1,1km aproximadamente. O equipamento de saúde está instalado em uma edificação adaptada e ampliada, porém insuficiente, segundo o relatório do Instituto Pólis e Demacamp (2014). Sua capacidade de atendimento diário é de, no máximo, 300 pessoas. A pesquisa de satisfação dos beneficiários de 2014 apontava a ausência de estrutura no setor (BRASIL, 2014). Segundo o Progen (2018), o Centro de Saúde Parque Floresta, que atendia a população de aproximadamente 40 mil habitantes já dispunha de recursos humanos insuficientes. Após a chegada dos moradores do Jardim Bassoli, mais de 10

⁵² VERZIGNASSE, R. Creche alivia carência no Jardim Bassoli. **Correio Popular**. Campinas, 29 de julho de 2015. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/07/capa/campinas_e_rmc/305585-creche-alivia-carencia-no-jd-bassoli.html>. Acesso em: 7 maio 2018. O número de beneficiários direto do equipamento público, apresentado pela reportagem, de 2.566 é questionado prontamente pelo PROGEN que assegura que são 240 crianças de acordo com relatório: PROGEN, Projeto Gente Nova. **Diagnóstico – Jardim Bassoli**. Campinas, 2018.

mil moradores se somaram. O Pronto Atendimento “Doutor Sérgio Arouca”, localizado no centro da região Campo Grande, atende emergências de saúde.

Os equipamentos de assistência social também são insuficientes, de acordo com a descrição técnica do Instituto Pólis e Demacamp (2014). O Centro de Assistência de Referência Social (CRAS) Cidade Satélite Íris, indicado para atender a população do Jardim Bassoli, situa-se a mais de oito quilômetros dos condomínios.

O PROGEN, Projeto Gente Nova, é uma entidade sem fins lucrativos que atua há 33 anos na Região Noroeste de Campinas e, desde 2011, no Jardim Bassoli. No ano de 2016, como exemplo, atuava na comunidade por intermédio do Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional (CCII) atendendo 510 pessoas, e 240 crianças e adolescentes através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos⁵³. A única entidade de trabalho social que se situa no Jardim Bassoli, assim descreve a demanda de equipamentos e serviços sociais no território:

Historicamente esta é uma região que tem número insuficiente de espaços públicos de atendimento a criança, adolescente, jovem, adulto, idoso e famílias em situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal, conforme Relatórios de Informações Sociais de 2015, esta região possui o menor número de equipamentos públicos de todas as cinco macrorregiões, sendo 05 equipamentos públicos da Assistência Social para atender toda a região. (PROGEN, 2018).

“A região do Campo Grande caracteriza-se como uma região-dormitório, com grande incidência de assentamentos precários e concentração de população socioeconomicamente vulnerável”, assim o Instituto Pólis e Demacamp (2014, p. 79) introduziu a análise sobre a política habitacional local. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação (CAMPINAS, 2011), na virada do século, 44.891 pessoas habitavam em ambientes precários, e outras 60.000 residiram em conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público. Ainda de acordo com o Plano Municipal de Habitação (CAMPINAS, 2011), após a primeira década, as Regiões do Campo Grande e Ouro Verde possuíam 78 assentamentos habitacionais precários, não obstante a disponibilidade de estrutura básica de serviços.

Nas regiões do Campo Grande e Ouro Verde, o órgão da Prefeitura Municipal apontava a existência de 28 núcleos de favelas e 30 áreas de ocupação

⁵³ Os relatórios são assinados pelos técnicos Danilo Gomes de Melo, Camila Zaia e Angélica Gonçalves: PROGEN. **Perfil 2016**: Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional. Unidade IV – Jardim Bassoli. Campinas, 2016. PROGEN. Perfil 2016. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Unidade IV – Jardim Bassoli. Campinas, 2016.

(CAMPINAS, 2011, p.27) que se situavam em áreas de preservação permanente, ao longo de córregos e em áreas públicas de uso comum (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014). Os números de domicílios, nestas favelas e ocupações, foram assim apurados: a Fundação João Pinheiro, em 2005, indicava a existência de 31.532 unidades, para o CEM/CEBRAP⁵⁴, no ano de 2007, totalizava 37.898 unidades, enquanto que a Prefeitura Municipal apontava um total de 12.732 unidades habitacionais.

O levantamento da Secretaria Municipal de Habitação (CAMPINAS, 2011) apurava a existência de 23 loteamentos irregulares e clandestinos situados somente na região do Ouro Verde e Campo Grande. Tais loteamentos abrigavam 57.857 domicílios, segundo dados da Prefeitura Municipal. Ainda nestas regiões, a Fundação João Pinheiro levantou o número de 11.432 domicílios caracterizados como unidade de coabitação, com renda familiar inferior a cinco salários mínimos (CAMPINAS, 2011).

Na região de Campo Grande é possível identificar visualmente a existência de grandes áreas vazias e subutilizadas. O Plano Municipal de Habitação (CAMPINAS, 2011) compreende este fenômeno dentro do quadro de dispersão. Segundo o Instituto Pólis e Demacamp (2014), 53,30% das áreas públicas da Região do Campo Grande, até o ano de 2013, estavam vazias. Isto indica que grande parte dos equipamentos públicos que deveriam ter sido implantados para o atendimento da população não o foram. Apenas 12,22% das áreas foram utilizadas para fins de interesse coletivos. No relatório de 2014, o Instituto Pólis e Demacamp constatavam:

O Jardim Bassoli encontra-se atualmente com 100% de suas áreas públicas vazias. (...). Segundo compromisso firmado pela prefeitura com a CAIXA (Protocolo 2012/10/12954 Jardim Bassoli – Ofício 274/2012/GIDUR/CP e Protocolo 2012/10/22066 item 2 - Jd. Bassoli - Ofício 0098/2012/SR Campinas/SP), a Prefeitura Municipal de Campinas se comprometia a implantar dois equipamentos públicos no conjunto: uma Nave Mãe na área institucional nº01 no Jardim Bassoli e o Centro de Saúde Jardim Bassoli, além de doação da área institucional nº 05 do Jardim Bassoli para o FDE/Governo do Estado, para construção de uma escola de ensino fundamental. Vale a pena destacar que grande parte de seu sistema de lazer está situado em áreas de proteção permanente, contabilizando 102.137,29m² (dado do

⁵⁴ O Centro de Estudos da Metrópole (CEM) é uma instituição de pesquisa avançada em ciências sociais, criada em 2000 busca ser um centro de nível internacional que investiga temáticas relacionadas a desigualdades e à formulação de políticas públicas nas metrópoles contemporâneas. Está sediada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que é uma instituição de estudos e pesquisas em sociologia, política, filosofia, economia, antropologia e demografia.

loteamento aprovado na Prefeitura). (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014, p. 92).

Como relatado, o único equipamento instalado foi a Creche Nave Mãe, em 2015, para atender 240 crianças.

2.2.3.1 Jardim Bassoli: a parte que lhe cabe desta cidade

O loteamento do Jardim Bassoli, após a apresentação do Certificado GRAPROHAB⁵⁵, foi aprovado definitivamente pela Prefeitura de Campinas, por meio do Decreto Municipal n.º 16.695, de 08 de julho de 2009.

O loteamento era caracterizado como Empreendimento Habitacional de Interesse Social (EHIS), com base na Lei Municipal n.º 10.410/2000. O empreendimento de unidades unifamiliares de interesse social, continha no projeto um total de 796 lotes, sendo 790 deles destinados para residências e 6 para o comércio, conforme Protocolo n.º 2001/0/6108. O processo administrativo percorreu todos os trâmites legais até chegar à aprovação.

De acordo com o relatório do Instituto Pólis e Demacamp (2014, p.127), “o adensamento da área se deu sem a devida previsão e provimento de uma estrutura urbana e social capaz de garantir o devido acesso da população aos serviços básicos como saúde, educação e lazer.”. Mesmo assim, a análise municipal considerou a densidade final de 84,23 habitantes/hectare com base no loteamento previsto, assim como para o dimensionamento das ruas e a previsão do transporte público, dos lotes comerciais e das áreas públicas. A análise pública considerou, como atendimento às diretrizes ambientais, o abastecimento de água e o tratamento de esgoto. Em resumo, todo estudo de utilização da área foi dimensionado para tal densidade: para as 790 famílias residirem.

Decorridos apenas 166 dias da aprovação municipal do loteamento, o mesmo Empreendimento seria ampliado para comportar 2.380 famílias. Em dezembro de 2009, o loteamento Jardim Bassoli foi incluído pela Caixa Econômica Federal no Programa Minha Casa Minha Vida, conforme contrato assinado em 21 de dezembro

⁵⁵ Graprohab é o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais, órgão responsável pela aprovação de loteamentos e empreendimentos imobiliários habitacionais (conjuntos habitacionais, condomínios, etc.) no Estado de São Paulo.

de 2009 entre a Construtora Bairro Novo e a CAIXA, tendo a Prefeitura Municipal de Campinas como Interveniente Anuente (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014).

Assim, foi iniciada a construção de 119 edifícios, uma transformação total do empreendimento e do adensamento populacional original, que saltou de 84,23 para 264,11 habitantes/hectare, sem o estudo de impacto e dimensionamentos necessários. A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano elaborou o seguinte quadro comparativo, tabela 1, entre as diferenças de dimensionamento:

Tabela 1. Jardim Bassoli projetado e implantado.

	projetado	implantado	diferença (%)
unidade habitacional (UH)	790	2.380	301,27%
população estimada	2.657	8.330	313,51%
área média por UH (m ² /UH)	399,3	132,54	33,19%
área verde (m ² /hab)	118,48	39,33	33,20%
sistema de lazer (m ² /hab)	21,44	7,12	33,21%
área institucional (m ² /hab)	14,17	4,71	33,24%

**Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2013.
Elaboração: INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2004.**

O que seria um problema técnico de readequação das densidades pela alteração do projeto e do objetivo iniciais, resultou em um problema de outra grandeza para as famílias, conforme descreve o relatório do PROGEN (2018): “Em rodas de conversa, os usuários/familiares relataram a princípio que os profissionais da COHAB haviam informado que o Jardim Bassoli seria constituído por casas, e ao chegarem ao território, foram surpreendidos com os prédios”. A figura 6 mostra a dimensão e localização do empreendimento.

O Jardim Bassoli abriga aproximadamente 9.000 pessoas, de acordo com média apurada por Mônica Alves (2015)⁵⁶. Uma população superior ao número de

⁵⁶ “Estabelecemos este número considerando média de habitante por moradia dos bairros vizinhos ao Jardim Bassoli, como Campo Grande e Florence média 3,54; Residencial São Luiz, 4,08, identificados pelo censo IBGE/2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheet/pub?key=0Amj0mSYLXRsfde9RcGRfdmpOLVNZZW5yN1ZkRkVXeWc&output=html>>. Média calculada por nós: 3,81. Esse número também se confirma se considerarmos a pesquisa realizada pela COHAB - CP em que a maioria dos domicílios conta com a ocupação de 03 e 04 pessoas ou mais, sendo 22,5% com ocupação de 1 a 2 pessoas por unidade.”. (ALVES, 2015, p. 61).

habitantes de 2.277 municípios brasileiros⁵⁷. No grande bairro do Bassoli (Figura 6), todas as famílias são originárias de áreas de risco do Município de Campinas, segundo o relatório da Companhia de Habitação Popular de Campinas (CAMPINAS, 2011b; ALVES, 2015). Descreveram os técnicos do Instituto Pólis e Demacamp (2014, p. 129): “As famílias que moram no Jardim Bassoli fazem parte desse grupo de cidadãos, que vivem na cidade, em áreas de favela, de risco, locais com alta frequência de enchentes e desabamentos.”.

Figura 6. Jardim Bassoli.



Fonte: Google Earth Pro – 5 mar. 2019.

Segundo a COHAB Campinas⁵⁸, a amostragem de pesquisa de três condomínios, do total de dezenove, identifica a presença de famílias oriundas de 13 bairros do município, porém não houve critério para alocar famílias de um mesmo território por condomínios ou no edifício o que poderia favorecer os vínculos de vizinhança.

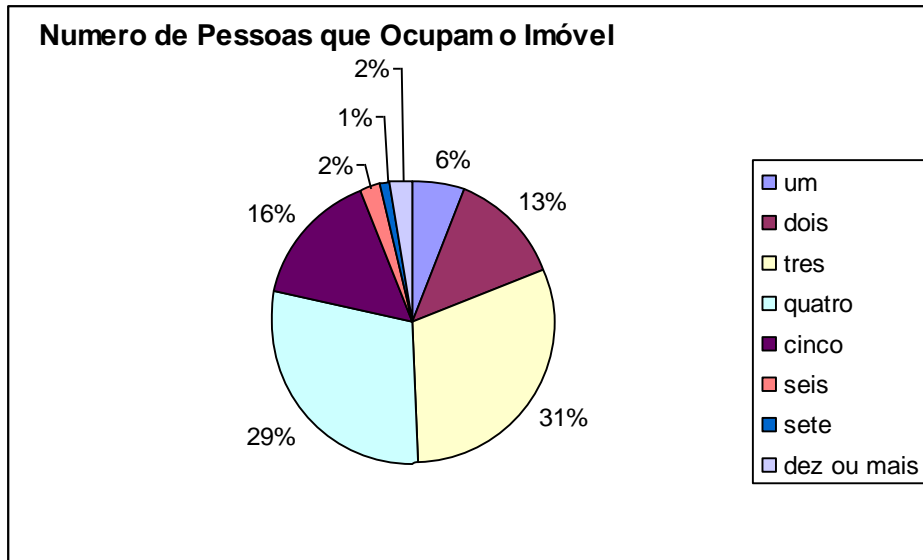
As famílias possuem uma média de 2,7 membros (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014), número menor daquele apurado por Alves (2015): média de 3,81 moradores por moradia. A ocupação dos apartamentos foi conferida pela COHAB

⁵⁷ A lista do ranking da população dos municípios brasileiros foi elaborada a partir da estimativa de população residente, em 1º de julho de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível no site do Wikipédia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 22 maio 2019.

⁵⁸ ROCHA, D. P. COHAB Campinas. “**Tabulação da pesquisa** “Mapeamento” / Por amostragem / Entrevistados 116 das 440 famílias”. 5º fase, abril 2013. 1 Pen Drive.

após a vinda das primeiras famílias, conforme Figura 7. A COHAB constatou ainda que 17% dos imóveis possuíam famílias agregadas e 10% utilizavam 3 cômodos para dormir, sendo que havia somente dois quartos por apartamento (CAMPINAS, 2011b).

Figura 7. Número de pessoas por apartamento.



Fonte: Companhia de Habitação Popular de Campinas, 2011 (CAMPINAS, 2011b).

De acordo com o relatório técnico do Instituto Pólis e Demacamp (2014), dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal, com base no CadÚnico de 2013, contribuíram para a descrição do perfil socioeconômico. Segundo estes dados, 81,3% das famílias são chefiadas por mulheres, sendo que 47% delas possuem trabalho remunerado; entretanto, 77,9% das mulheres chefes de família não têm segurança no trabalho ou carteira de trabalho assinada. Colacionou-se que 87% dos contratos formais com a Caixa Econômica, para o benefício do PMCMV, foram firmados por mulheres.

De acordo com a pesquisa da COHAB Campinas (ALVES, 2015), quanto ao estado civil, em 2013, 51% se declararam solteiros e 23 % com união formal ou consensual, 5% viúvos e 7% de divorciados. Ainda outro dado importante: 16% confirmaram a presença de pessoa portadora de deficiência na família.

Com relação à escolaridade, conforme Tabela 2, 66,2% possuem até 8 anos de estudo e apenas 28,8% têm ensino médio regular. De acordo com Alves (2015), há a prevalência do Ensino Fundamental incompleto. Cumpre destacar a existência de pessoas não alfabetizadas e a incidência de apenas um entrevistado com nível superior.

Tabela 2. Grau de escolaridade.

ESCOLARIDADE	TOTAL	PORCENTAGEM
Fundamental completo	17	15%
Fund. Incompleto	43	37%
Médio Incompleto	13	11%
Médio completo	21	18%
Superior incompleto		0%
Superior completo	1	1%
Não Alfabetizado	7	6%
Não responderam	14	12%

Fonte: COHAB CP, 2013. Elaboração: ALVES, 2015, p. 131.

A renda mensal do morador do Jardim Bassoli não ultrapassa três salários. As famílias que não têm nenhuma renda representam 29,2%; com até 1 salário mínimo, 37,5%, e com renda de 1 a 2 salários, 30,9%. Ainda segundo o Relatório da Caixa (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014), a renda média *per capita* era R\$ 280,30 reais mensais no ano de 2013, quando o salário mínimo correspondia a R\$ 678,00. Esta média de renda está de acordo com o apurado por Alves (2015), com base em pesquisa da COHAB Campinas, no ano de 2013, 64% das famílias possuíam renda de 0 a 1 salário mínimo. Ainda de acordo com a pesquisa da COHAB Campinas (ALVES, 2015), parte significativa da amostragem da pesquisa, em 2013, 29% dos grupos familiares, eram beneficiários da assistência social e, em especial, do Programa Bolsa Família. Dos entrevistados, 6% recebiam pensão alimentícia, 3% auxílio doença, 2% participavam do Programa Renda Mínima e 9% do Programa Prato Cheio.

O conjunto habitacional Jardim Bassoli é composto por uma população jovem, com 56,7% de crianças e jovens, sendo 26% crianças com idade entre 0 e 10 anos, 18,8% adolescentes entre 11 e 17 anos e, 11,9% eram jovens entre 18 e 24 anos. Já os adultos, com idades entre 25 e 60 anos, representavam 39,7% dos moradores (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014).

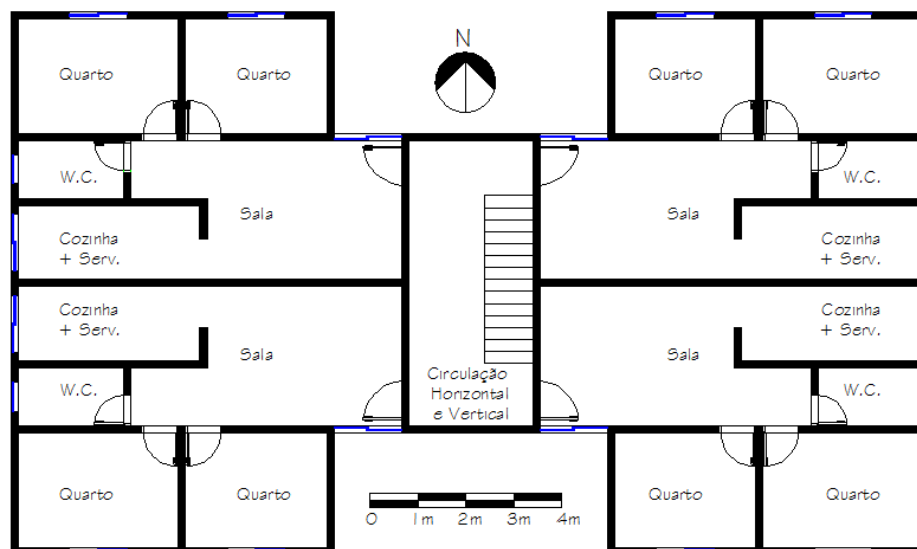
O Jardim Bassoli foi o primeiro empreendimento do PMCMV construído no Município de Campinas. O empreendimento possui 2.380 unidades habitacionais distribuídos em 119 edifícios de térreo mais quatro pavimentos, alocados em 19 condomínios. O projeto e a construção foram realizados pela Construtora Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S/A, empresa do grupo Odebrecht Realizações Imobiliárias.

O residencial dista 22 quilômetros aproximadamente do centro de Campinas. Algumas famílias foram removidas de uma distância próxima a 30 quilômetros, como do Jardim Santa Mônica e do Residencial Quilombo II, além de outras localidades como o Jardim Campos Elíseos, a Vila Aeroporto, DIC V e de outros bairros dispersos na cidade. Muitas famílias após sofrerem inundações e tipos diversos de situações de risco, foram removidas e permaneceram temporariamente recebendo o auxílio aluguel até serem alocadas. Conforme Alves (2015), em posição compartilhada com os técnicos do PROGEN (2015), a transposição de lugares díspares e distantes trouxe de imediato dois problemas significativos: o rompimento com os vínculos locais afetivos e de proteção, bem como o abandono das atividades econômicas informais e mesmo de empregos, estabelecidos nos locais de origem.

As entregas dos apartamentos ocorreram em sete fases, no período de abril de 2011 a janeiro de 2013.

Cada edifício possui 20 apartamentos, distribuídos no térreo e em quatro pavimentos superiores. Os apartamentos possuem área total de 41,36 m², contendo dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, além de uma vaga na garagem. Cada condomínio possui em sua área comum uma guarita para alojar botijão de gás, um salão de festas, área de lazer com churrasqueira e playground. Segue na Figura 8 a planta baixa do projeto:

Figura 8. Planta baixa pavimento tipo.



Fonte: MORAIS; LABAKI, 2017.

Observações técnicas relevantes a respeito da construção foram abordadas em três níveis no relatório do Instituto Pólis e Demacamp (2014): primeiro, para o terreno bastante acidentado foram necessários aterros e compactações para o início da construção. Desníveis internos foram resolvidos pelos próprios moradores por meio de escadas. O entorno do edifício não foi urbanizado, possuindo somente calçadas estreitas, sem adequação à mobilidade interna. Segundo, as paredes são de concreto armado, modelados em formas de alumínio, produzidas na própria construção, exigindo uma técnica apurada. Os resultados evidenciados, como problemas nos batentes, colocam em dúvida a existência da capacitação no processo produtivo das placas, produzidas em escala. Terceiro, evidências como rachaduras entre os pavimentos, vãos nas escadas, infiltrações nas janelas e mau funcionamento das mesmas, desnível do piso na entrada dos blocos, problemas de drenagem nos telhados, vazamentos nas prumadas de incêndio e nas tubulações de água e esgoto no interno do imóvel, apresentadas em um período curto de tempo após a entrega dos edifícios, delegaram grande inseguranças aos usuários.

O desabamento do salão de festas, ocorrido em janeiro de 2016, devido a falhas na estrutura do prédio e o depoimento de moradora que observou o bloco no qual está o seu apartamento ceder, por meio da comparação ao longo do tempo, com o andar do bloco em frente, são fatos que estão além de erro técnico e estrutural, propagando insegurança e ausência de proteção⁵⁹.

Os problemas relacionados a falhas de estrutura e de construção vieram à tona novamente durante a visita do Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, em 2 de fevereiro de 2016, à Cidade de Campinas. Naquela ocasião a declaração do Ministro foi divulgada em diversos meios de comunicação:

Eu imagino que daqui a uns 20, 25 anos nós tenhamos uma nova fase do programa, daqui quatro ou cinco governos, os primeiros prédios construídos sendo demolidos, sendo construídos prédios maiores, com elevadores, para que possam ser construídas na mesma área mais praças, mais equipamentos públicos, trazendo mais qualidade de vida e melhorias⁶⁰.

⁵⁹ Os fatos foram divulgados pelos meios de comunicação local. A moradora Sônia relata: “À noite você escuta as paredes rangerem. Antigamente, quando eu mudei aqui, o 4º andar fazia frente com o 4º andar da torre cinco. Hoje meu apartamento faz frente para o 3º andar da torre cinco”. Conferir em: G1 CAMPINAS E REGIÃO. Salão de festas de condomínio em área de risco desaba em Campinas. **G1 Globo**, 21 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/01/salao-de-festas-de-condominio-em-area-de-risco-desaba-em-campinas.html>>. Acesso em: 22 maio 2019.

⁶⁰ Cf.: ABDEL, G. Ministro dá 20 anos de vida útil a prédios populares. **Correio Popular**, 02 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/02/campinas_e_rmc/411407-ministro-da-20-anos-de-vida-util-a-predios-populares.html#>. Acesso em: 10 out. 2018.

De acordo com o relatório do PROGEN (2018), referida declaração do ministro das Cidades somou-se à expectativa inicial da destinação da área e da promessa de residências unifamiliares, gerando uma “expectativa de que os prédios do Jardim Bassoli sejam temporários, dificultando o sentimento de pertença a comunidade”.

Quando da vinda das famílias, a região não dispunha de estrutura de comércio e serviços para atender as necessidades básicas e imediatas. Essa realidade deu origem a um grande número de estabelecimentos de comércio informal, regularizados posteriormente pela Prefeitura, porém localizados e edificados de modo precário nas margens do bairro. Segundo os técnicos do Instituto Pólis e Demacamp (2014), o isolamento do conjunto e a monofuncionalidade do bairro deram origem às barracas improvisadas, concluindo:

A iniciativa dos próprios moradores em consolidar um espaço com maior funcionalidade e mistura de usos evidencia que apenas prover a moradia não basta. O conceito de moradia digna e segura prevê o acesso da população a rede de infraestrutura social e urbana com acesso aos serviços públicos básicos (saúde, educação, transporte, lazer), boas relações de vizinhança, segurança, comércios e serviços.” (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014, p. 162).

Segundo os dados de órgão da Prefeitura de Campinas, Serviços Técnicos Gerais (SETEC), existia um total de 62 barracas, nem todas regularizadas, segundo o Instituto Pólis e Demacamp (2014). Entretanto, há alguns anos, pequenos empreendimentos de comércio e de serviços informais se estabeleceram entre os condomínios, com o consentimento dos síndicos, e ocupam o espaço da área comum, chegando mesmo a desmembrar área de propriedade do condomínio. Enquanto isto, segundo o relatório do Instituto Pólis e Demacamp (2014), a área reservada ao comércio e serviços do Residencial Jardim Bassoli não está sendo utilizada, é propriedade da construtora⁶¹, que não fez nenhum acordo com a Prefeitura ou SETEC para que fosse utilizada.

Quanto aos equipamentos públicos, o relatório do PROGEN (2018) assegura que a região possui o menor número de equipamentos públicos comparada a outras do município. Os moradores do Jardim Bassoli utilizam os mesmos equipamentos de saúde, educação e lazer existentes anteriormente à sua vinda. As

⁶¹ Causa estranhamento o fato de as áreas destinadas ao comércio local serem de propriedade da empresa Construtora. Moradores desconhecem o motivo.

localizações de equipamentos públicos na região são distantes e requer deslocamento por meio de transporte, gerando despesas. Nesse sentido, segundo o Instituto Pólis e Demacamp (2014), a inexistência de equipamentos públicos voltados ao atendimento dos moradores do Jardim Bassoli demonstra que a Prefeitura de Campinas não cumpriu com os compromissos assumidos no contrato de adesão com o Programa Minha Casa, Minha Vida, sobrecarregando os equipamentos existentes.

A pesquisadora Mônica Alves (2015), ao estudar a vida cotidiana dos moradores do Jardim Bassoli, relatou que:

Os moradores apresentam diferentes opiniões, antagônicas inclusive, a respeito da percepção de como é a vida no Jardim Bassoli. Os relatos positivos indicam, sobretudo, a questão de ser ter um endereço, da casa ser própria, a segurança da propriedade do imóvel, a eliminação do risco de vida, e as melhorias em aspectos relacionados a infraestrutura de bairro como asfalto por exemplo. Estes relatos vêm acompanhados da expressão “apesar” das dificuldades com relação aos serviços básicos, de saúde, educação, etc, e “apesar” do tamanho do apartamento. (2015, p. 195).

Alves (2015) evidenciou em seu estudo a falta de integração e de relações de vizinhança entre os moradores, situação capaz de originar insegurança e conflitos. Relatou o preconceito percebido pelos moradores do Jardim Bassoli, principalmente quando na busca de colocação no trabalho formal. Existe a percepção do problema de drogadição e do aliamento de adolescentes, porém concordaram que tais fatos não interferem na vida interna do condomínio. Demandam e frisam a polícia “honestá”.

Quanto ao cotidiano, Alves (2015) relata que a vida dos trabalhadores do Jardim Bassoli consiste em ir e voltar do trabalho, seguido pelo recolhimento ao seu apartamento. Os finais de semana são dedicados para resolver problemas próprios e fazer compras. Há pouca estrutura e margem para o lazer.

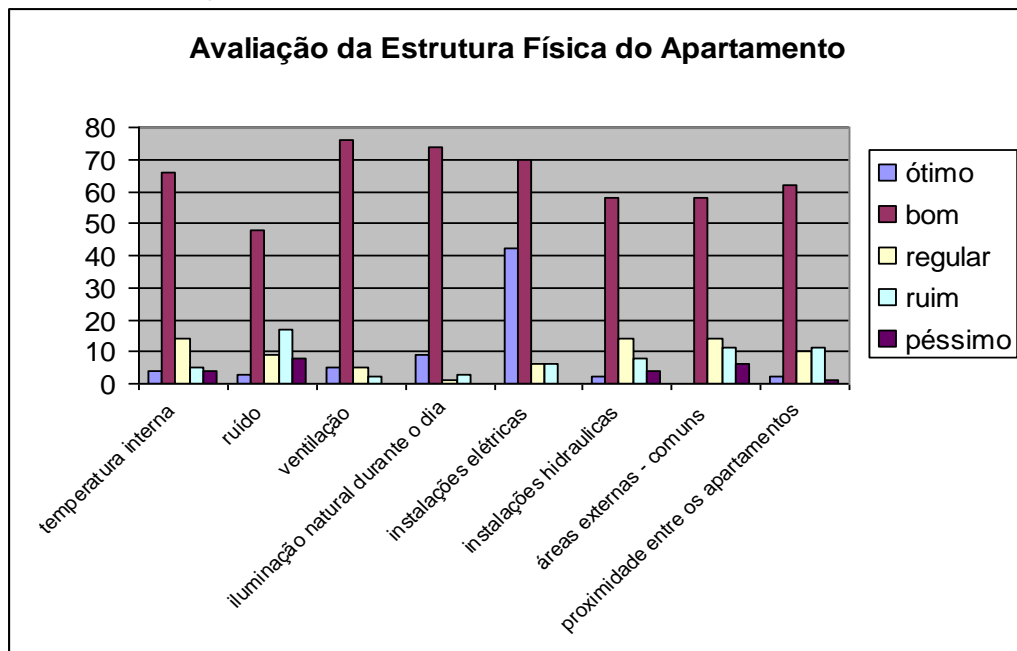
Os estudos de Mônica Alves (2015, p. 223) também detectaram a “presença de relações de solidariedade, indicando a possibilidade de coletivização”. Aponta a pesquisadora elementos de lutas sociais e resistência como uma forma de buscarem o pertencimento, seja por meio da participação nos conselhos públicos, nos movimentos reivindicatórios, no apoio organizativo externo, como o trabalho do PROGEN e no próprio trabalho dos síndicos que vão além da administração, buscando a organização da comunidade para melhor viver.

Duas pesquisas de satisfação dos beneficiários são importantes serem relatadas em seus aspectos gerais e relacionados ao presente estudo. A primeira resultou no Relatório de Pesquisa Pós-Ocupação (CAMPINAS, 2011b), realizada em

outubro de 2011, pela COHAB Campinas. A segunda, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (BRASIL, 2014), ocorreu no segundo semestre de 2013, em 6.241 unidades amostradas em todo o Brasil, incluindo o Jardim Bassoli.

O Relatório de Pesquisa Pós-Ocupação (CAMPINAS, 2011b)⁶², realizada seis meses após as primeiras famílias mudarem para o novo bairro, retrata este momento particular. Há uma aprovação incontestável dos serviços públicos básicos, como água e esgoto, coleta de lixo, limpeza pública, iluminação pública, serviço de energia elétrica e até mesmo transporte público, o que significava uma melhora comparativa ao lugar que residiam anteriormente, em áreas de risco. 62% dos novos moradores aprovam como “ótimo e bom” o aspecto da paisagem estética do lugar. Para três quartos dos moradores, o apartamento atende às necessidades da família e apenas 13% desaprovava a tipologia vertical da habitação. Em comparação com a área anterior, majoritariamente, os moradores aprovam as condições atuais com relação às vias, o acesso de carros e pedestres e os serviços e transporte público, que atinge a avaliação de ótimo e bom entre 60 e 70% dos entrevistados.

Figura 9. Avaliação da estrutura do apartamento.



Fonte: COHAB Campinas, outubro 2011 (CAMPINAS, 2011b).

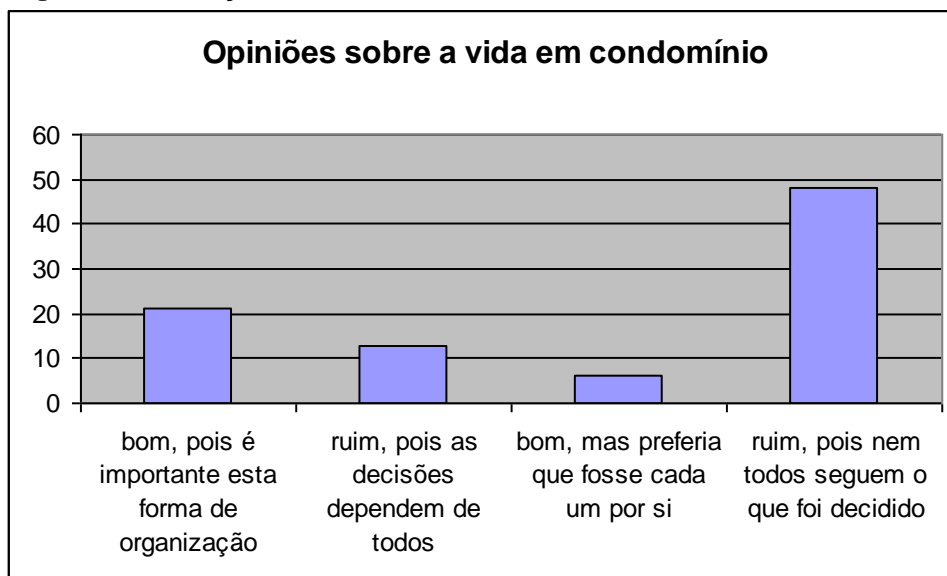
⁶² A pesquisa foi realizada em outubro de 2011, sete meses após a mudança das primeiras famílias. Foram entrevistadas 20% das 440 unidades habitacionais existentes, mais especificamente dos condomínios P, Q e R. A pesquisa fazia parte da atividade do “Plano de Intervenção de Trabalho Social – Jardim Bassoli – Fase 1” que integrava o PMCMV (CAMPINAS, 2011b).

No entanto, os primeiros sinais de desconforto e insatisfação começam a aparecer no lapso temporal entre a desterritorialização e reterritorialização: 47% dos entrevistados pela COHAB Campinas, manifestaram intenção de mudar dos apartamentos por dois motivos mais relevantes: os problemas de mau relacionamento entre vizinhos ou a falta de relacionamento no bairro e, segundo, a ausência de infraestrutura básica local. Mesmo assim, 60 % deles afirmam que o imóvel mudou a vida para melhor. A avaliação da estrutura interna do apartamento pode ser observada na Figura 9.

Na abordagem, 76% confirmaram que o imóvel atende as necessidades de sua família. As razões apontadas pelos demais 24% estão assim distribuídas: para 40% existiam poucos cômodos enquanto 19% indicaram gastos com a moradia como aspecto negativo. 13% desaprovaram a estrutura vertical e para 6% havia falta de vagas nos serviços públicos. Para 3% havia ausência de infraestrutura no local e 19% apontaram outras razões (CAMPINAS, 2011b).

Existe na avaliação do bairro, no entanto, a prevalência dos conceitos “regular”, “ruim” e “péssimo”. A explicação vem do próprio órgão responsável pelo projeto de habitação popular da Prefeitura Municipal: “Nem todas as questões foram solucionadas, algumas readequadas, outras permaneceram com problemas, pois as dificuldades são estruturais e dependem de obras a serem planejadas e realizadas nos próximos anos.” (CAMPINAS, 2011b, p. 22).

Figura 10. Avaliação sobre a vida em condomínio.



Fonte: COHAB Campinas (CAMPINAS, 2011b).

As famílias provenientes de área de risco viviam em casas. A nova moradia trouxe outra realidade, a alocação em apartamentos e a conseqüente vida em condomínio. A experiência inicial se mostra negativa. Sob este aspecto segue a avaliação dos usuários, na Figura 10, meio ano após a sua instalação.

A Pesquisa de satisfação dos beneficiários do PMCMV, realizada pelo IPEA (BRASIL, 2014), não especificou a amostra recolhida no Jardim Bassoli no dia 23 de janeiro de 2014⁶³. Baseou-se na percepção subjetiva dos entrevistados, mensurada por meio de escalas tipo Likert, sendo a distância de 1, para a discordância plena, e 7 para a concordância total com o tema abordado.

O estudo constatou a falta de infraestrutura de serviços públicos e privados no local para atender às 9 mil pessoas residentes. Sobressaiu a questão da distância física e a dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos. Quanto à educação, foi constatada a falta de vagas nas escolas públicas e o recebimento da nota média 3,07, menor que a média nacional e estadual. A média reduzida foi também atribuída aos serviços de saúde: 4,43. A média conferida ao item trabalho e assistência social resultou muito baixa na pesquisa de campo, 2,19, comparada à média estadual (4,06) e à média nacional (3,29) (BRASIL, 2014).

Segundo a pesquisa de campo do IPEA (BRASIL, 2014), a mobilidade urbana por transporte público foi mal avaliada, principalmente pela demora do percurso até o centro da cidade, podendo atingir até duas horas. Deste modo, o transporte recebeu média inferior (3,23) do que aquela atribuída no Estado (4,45) e no Brasil (3,87). Quanto aos estabelecimentos comerciais, os moradores do Jardim Bassoli mencionaram a existência de apenas um pequeno comércio para o abastecimento diário e reclamavam dos preços abusivos. Os moradores referiram à sensação de insegurança no condomínio e ao sentimento de estigmatização relacionando o bairro à criminalidade. Mesmo assim, a nota média para este item (4,43) foi próxima à nota conferida em dimensão estadual e nacional.

A partir da revisão teórica e das descrições até aqui realizadas, emergem as bases para uma aproximação e compreensão do significado de morar ou habitar que implica uma relação de sentidos entre o homem e o seu ambiente, neste estudo, entre os moradores do Jardim Bassoli e aquela parte da cidade que lhes coube viver.

⁶³ As últimas 280 famílias mudaram para os condomínios A, B, C e D em janeiro de 2013. Portanto, por ocasião desta “segunda” Pesquisa de satisfação, como parte de uma pesquisa em âmbito nacional, ocorreu em janeiro de 2014, quando o Jardim Bassoli já estava totalmente constituído havia um ano.

Um confronto, em escala peculiar, entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. Para tanto, é necessário descrever o caminho metodológico e em seguida, a partir daquele lugar epistêmico, buscar novos conhecimentos, novos saberes.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa proposta caracteriza-se, segundo seus objetivos, como exploratória, uma vez que procura proporcionar uma visão geral e aproximativa de um determinado fenômeno social (GIL, 1999) e, neste estudo específico, os condomínios de habitação popular, com ênfase na percepção ambiental dos sujeitos a partir do ambiente em que vivem.

Constatada a necessidade de aprofundamento do conhecimento quanto à percepção ambiental dos sujeitos em ambiente construído, propõe-se uma estratégia metodológica que se desenvolve em quatro etapas:

a) *Revisão bibliográfica.* Os levantamentos bibliográfico e documental fornecerão informações e diretrizes científicas quanto à questão da sustentabilidade e desenvolvimento, da percepção ambiental, do direito à cidade e à moradia e dos projetos públicos de habitação popular, capazes de indagar e interpretar os resultados da pesquisa. Estes estudos contribuirão para elaborar um quadro de referências teóricas capazes de fundamentar, esclarecer a problemática e os objetivos da pesquisa. Parte maior da revisão teórica está no capítulo 2 desta dissertação.

b) *Pesquisa de campo.* O procedimento prevê duas fontes de evidências (RICHARDSON, 2007; GIL, 1999): a observação e a série sistemática de entrevistas, semiestruturadas, seguindo um conjunto de procedimentos pré-especificados, tais como a suspensão de julgamentos e o foco na essência dos fenômenos percebidos ou vividos pelos sujeitos.

A técnica e o método da fenomenologia na pesquisa em pauta são consoantes com a utilização da “percepção ambiental” como objeto de pesquisa e como categoria analítica, conforme abordado no capítulo segundo deste estudo. De acordo com Daniel Moreira (2002), Husserl, considerado o pai da filosofia fenomenológica, nunca especificou rigorosamente um método fenomenológico de pesquisa empírica, no entanto; há variantes com dados comuns, principalmente relacionados à coleta de dados e à apresentação dos resultados.

Sob tal perspectiva, as estratégias de coleta adotadas foram as seguintes:

a) A entrevista na qual o sujeito compartilha com o pesquisador e descreve oralmente a sua experiência vivida, as suas percepções e avaliações sobre os assuntos indagados por meio do roteiro de perguntas semiestruturadas. São experiências que tem sentido e significado para quem as vivenciou. É algo não perceptível pela

observação externa, ou seja, como são os comportamentos físicos ou verbais, visíveis e identificáveis. São fenômenos experienciáveis e vividos em um determinado ambiente, e não oriundos da natureza. Sendo experiência, há a descrição do que se sente, do que se vê, a partir de emoções, intuições, pensamentos e sensações. b) O relato autobiográfico da trajetória de vida do entrevistado, de forma oral. Este relato permite um conhecimento mais aprofundado de natureza qualitativa concernente às características da população entrevistada, seus locais de origem, migrações e experiências vivida. c) A observação pelo pesquisador do ambiente social e físico dos participantes.

O universo de estudo é o dos moradores dos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida no Jardim Bassoli, município de Campinas/SP e, especificamente, os representantes da comunidade, sujeitos da pesquisa.

No ano de 2018, em 14 de março, 06 de abril, 20 de abril, 11 de maio, 08 de junho, 25 de julho, 14 de setembro e 05 de outubro foram realizadas reuniões e visitas preliminares à comunidade local, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Campinas e ao Projeto Gente Nova (PROGEN), entidade sem fins lucrativos que atua na assistência social e educacional, desde a origem daquele assentamento habitacional. Referidas reuniões e debates, em conjunto com pesquisadores e professores da Universidade Estadual de Campinas e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, objetivaram para a pesquisa a aproximação daquele contexto do social e do ambiente a ser pesquisado. As observações dos aspectos históricos, constitutivos e vivenciais daquele assentamento urbano serviram para indicar diretrizes para a presente investigação.

Os dados do Projeto de Pesquisa foram apresentados ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob o número CAAE: 97863018.3.0000.5481, sendo aprovado no dia 26 de outubro de 2018 (Apêndice 4).

Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas, de natureza predominantemente qualitativa. O tipo de amostragem foi intencional e o procedimento não probabilístico, ou seja, a seleção dos representantes da comunidade para compor a amostra dependeu, em parte, da escolha do pesquisador

(OLIVEIRA, 2001)⁶⁴. Na pesquisa, o critério de escolha das pessoas entrevistadas seguiram as orientações dos técnicos do Projeto Gente Nova (PROGEN)⁶⁵ que atua há 33 anos na região noroeste de Campinas e está presente desde o início da implantação do PMCMV no Jardim Bassoli, em 2011. Além do acompanhamento neste bairro, de aproximadamente 800 pessoas, de crianças a idosos, a entidade tem sido um centro de referência e apoio para a comunidade (PROGEN, 2018). A escolha dos entrevistados, feita pelo coletivo de técnicos, seguiu os critérios de participação e representação dos indivíduos na comunidade. A entidade emitiu a carta de autorização e colaboração na data de 03 de agosto de 2018 (Apêndice 2). Em 13 de fevereiro de 2019, data anterior à definição dos entrevistados, foi realizada uma reunião com os técnicos do PROGEN com a finalidade de detalhar os objetivos e os procedimentos éticos e práticos da entrevista.

Em 20 de fevereiro de 2019, foi realizado um encontro com os potenciais entrevistados para exposição dos objetivos da pesquisa e explicação do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” – TCLE (Apêndice 1). Naquela ocasião, as entrevistas foram agendadas.

As entrevistas ocorreram no período de 28 de fevereiro a 03 de abril de 2019. Foram momentos importantes para observação do espaço, do ambiente e do cotidiano das famílias. Neste intuito, foi utilizado o meio de transporte público em onze percursos que ensejaram as entrevistas. O tempo total dispensado na utilização do transporte público foi de vinte e nove horas, nos trajetos do bairro ao centro da cidade de Campinas, e vice-versa.

As temáticas abordadas nas entrevistas seguiram um roteiro através do formulário de questões semiestruturadas (Apêndice 3) e versaram, além do perfil social dos entrevistados, sobre outros quatro blocos de conteúdo: 1) O conhecimento sobre o meio ambiente, os problemas ambientais e a perspectiva de futuro. Na sequência, as percepções dos entrevistados quanto aos espaços onde residem: 2) o condomínio, 3) a área comum e 4) o apartamento.

Quatro entrevistas ocorreram no apartamento dos moradores. Uma foi realizada no salão de festas do condomínio e três entrevistas ocorreram na sede do

⁶⁴ Cf.: OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração On Line**, São Paulo, v.2, n.3, jul./set. 2001.

⁶⁵ Informações gerais e sobre o trabalho do Projeto Gente Nova – PROGEN, pode ser acessada através do sítio: <<http://www.progen.org.br/>>.

Progen. Esta diversificação de local foi importante, pois permitiu que as considerações dos entrevistados fossem feitas com distâncias diferenciadas do principal objeto da investigação, o ambiente da moradia e seu contexto. O pesquisador utilizou um diário de campo para anotar as ocorrências físicas, sociais, as manifestações comportamentais e linguísticas. Os entrevistados terão suas identidades preservadas, nos termos do TCLE. Os dados foram gravados e transcritos de forma literal, ou seja, foram grafados de acordo com a pronúncia e, em seguida, foram analisados.

c) *Análise dos resultados.* Gaskell e Bauer (2015) consideram a confiabilidade dos dados aferidos e a relevância que incorpora utilidade e importância ao conhecimento, como critérios fundantes para a investigação qualitativa. Destarte, o procedimento de exame e interpretação dos dados observou os seguintes pressupostos: as questões advindas do problema de pesquisa, os parâmetros científicos, as bases conceituais referenciadas, a própria evidência obtida nos dados da entrevista, e a observação em campo.

A organização do tratamento e análise dos resultados ocorreu em quatro fases, observando a técnica fenomenológica (MOREIRA, 2002): 1) a *descrição* dos dados a partir da narrativa dos entrevistados, sem codificação. Em seguida, a compreensão dos dados coletados, onde se procura, após várias leituras, selecionar o conteúdo essencial e as referências significativas; 2) a *exploração* dos dados, na busca da originalidade e da essência do fenômeno, identificando as unidades de significação temáticas. Os dados coletados foram diversificados pelas peculiaridades das verbalizações de cada entrevistado; no entanto, estes dados foram agrupados em núcleos temáticos⁶⁶ ou unidades de sentido do fenômeno estudado. Todos os constituintes relevantes comuns foram juntados em um núcleo temático comum. As frases ou sentenças extraídas dizem respeito ao fenômeno investigado. Estas unidades de sentido são constituintes, isto é, fazem parte do contexto do fenômeno e não são elementos independentes; 3) o *confronto* e a partilha dos dados e reflexões com outros pesquisadores e com o professor orientador; 4) a *interpretação* dos resultados. Os núcleos temáticos ou de sentido, ambientados numa estrutura de experiências, percepções e significados, foram confrontados com o conhecimento e a revisão teórica, buscando as explicações e uma nova compreensão dos fenômenos,

⁶⁶ Toma-se aqui a conceituação e não a proposta metodológica de análise de Bardin (2011, p. 135): “O tema é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado (...) em redor do qual o discurso se organiza”. Cf.: BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

suas inter-relações, dependências ou não, identificando as visões, os valores e as atitudes dos moradores em relação ao meio ambiente e ao seu ambiente habitado.

d) *Etapa conclusiva*. Consiste na composição dos resultados pela redação, ancorados na literatura referenciada, na aplicação dos conceitos desenvolvidos e nas verbalizações dos sujeitos. Os resultados conclusivos objetivam identificar os processos estruturais que degradam o ambiente e as pessoas, gerando a insustentabilidade socioeconômica e ambiental. Por fim, busca identificar os valores e as atitudes necessárias para a apropriação sustentável do espaço urbano visando à emancipação. Elementos restam assim dispostos para uma prestação de contas pública, espaço onde opera a ciência (GASKELL; BAUER, 2015).

4 RESULTADO DA PESQUISA E ANÁLISE

A apresentação dos resultados da pesquisa neste capítulo é acompanhada pela análise dos temas relacionados ao fenômeno estudado. A aproximação teórica e interpretação ressaltam a essência do fenômeno e a sua importância para a compreensão do conjunto da realidade.

Neste sentido, a percepção emerge como um instrumento significativo para a análise das relações do homem com o ambiente (WHYTE, 1977), conforme abordagem em capítulo anterior. A percepção como experiência primordial e pré-discursiva (MERLEAU-PONTY, 1990, 1994), é um trajeto para conhecer como o homem compreende o meio ambiente, como se relaciona e como se apropria do ambiente que o circunda. No presente estudo, entretanto, analisa-se um discurso que emerge do campo da externalidade urbana e da racionalidade econômica (LEFF, 2002; MARTÍNEZ ALIER, 2012). Narrativas e vivências necessárias à construção do saber, mais especificamente, do saber ambiental.

Os resultados serão abordados na sequência temática do roteiro de entrevistas. O capítulo foi dividido em duas partes maiores: a primeira está relacionada ao conjunto de questões que dizem respeito às bases perceptivas do sujeito da pesquisa e, a segunda, aos pilares constitutivos do ambiente habitado pelo mesmo sujeito.

4.1 Análise das bases perceptivas

As bases perceptivas constituem o lugar epistêmico a partir do qual o sujeito elabora a sua percepção e explica o mundo e o seu ambiente (MERLEAU-PONTY, 1994; TUAN, 1980). No presente estudo, torna-se meio de pensar a complexidade ambiental a partir da relação dialógica.

Nesta investigação, as bases constitutivas da percepção referem-se às experiências humanas e as vivências. Estes fenômenos se manifestam, ao longo da vida, na consciência do sujeito. É a partir desta base humana de vida que ocorre a identificação de si mesmo, a construção da narrativa de sua trajetória vida, a sua percepção do meio ambiente e dos problemas ambientais, bem como as suas expectativas de futuro. Estes serão os próximos temas abordados.

4.1.1 Identidade e a história de vida

4.1.1.1 Os sujeitos e a utilização dos serviços públicos

O perfil socioeconômico dos sujeitos da presente pesquisa pode ser compreendido a partir de dois recortes presentes no processo que os conduziram a constar entre os 2.380 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, efetivado no Jardim Bassoli, Município de Campinas.

Como já mencionado, primeiramente por estar enquadrado no critério de rendimento familiar daquele projeto que abrangeu famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos (BRASIL, 2014; ALVES, 2015; INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014). Com base no perfil socioeconômico de 2013, cujos dados foram disponibilizados pela Caixa Econômica Federal através do CadÚnico⁶⁷ (INSTITUTO PÓLIS, DEMACAMP, 2014), pode-se concluir que a renda *per capita* dos moradores do Jardim Bassoli correspondia a 41,3% do valor de um salário mínimo.

A segunda característica consta do relatório da Companhia de Habitação Popular de Campinas: nele, consta que as 2.380 unidades habitacionais do Residencial Jardim Bassoli foram destinadas às famílias oriundas de áreas de risco (CAMPINAS, 2019)⁶⁸. A especificidade da seleção dos beneficiários do PMCMV veio por meio do Conselho Municipal de Habitação, através da Deliberação n.º 01/2010⁶⁹, que dita no seu artigo 3º:

(...) **fica dispensada da aplicabilidade dos critérios** de hierarquização e seleção... quando a indicação recair sobre um grupo de famílias provenientes de um mesmo assentamento irregular, em razão de estarem em **área de risco, terem sido desabrigadas por motivo de risco** ou outros motivos justificados em projetos de regularização fundiária e que tiverem que ser realocadas. (CAMPINAS, 2010, grifo nosso)⁷⁰.

O relatório Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território (DIST 1)⁷¹ que enfatizou que as famílias que moram no Jardim Bassoli já habitavam no

⁶⁷Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

⁶⁸ Cf.: CAMPINAS. Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). **Programas habitacionais**. (Online). Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/habitacao/programas-habitacionais.php>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

⁶⁹ CAMPINAS. Conselho Municipal de Habitação. **Deliberação** n. 01/2010. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/Resolucao_01_2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

⁷⁰ Idem, ibidem.

⁷¹ O Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal através de seleção pública, contrata organizações do terceiro setor com o objetivo de prestar “assistência técnica para mobilização e

Município de Campinas, residindo “em áreas de favela, de risco, locais com alta frequência de enchentes e desabamentos” (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014, p. 129).

Estas duas situações fáticas, das famílias beneficiárias, relacionadas à renda familiar e ao contexto precarizado da habitação, estão caracterizadas no âmbito da vulnerabilidade social, ou seja, um estado de fragilidade no acesso aos direitos básicos do cidadão⁷² e na capacidade de proteger-se e responder aos perigos⁷³.

Vulnerabilidade se tornou então uma categoria analítica para se referir à identificação de grupos de pessoas submetidas a situações de risco. O documento Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, de modo normativo, identifica assim aquela população:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em **situações de vulnerabilidade e riscos**, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2005, p. 34).

Decorridos 8 anos, após o acesso ao bem de maior valor aquisitivo do trabalhador brasileiro, a moradia, em que sentido este conceito poderia ainda ser característico ou não daquela população? Tem-se que a percepção da auto identificação, da trajetória da própria vida e do seu meio ambiente, pode contribuir

organização comunitária”. Este procedimento e trabalho é parte integrante do PMCMV. Conferir em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/interesse-social/assistencia-tecnica/Paginas/default.aspx>>. O Instituto Elos em parceria com a Demacamp desenvolveu atividades dentro da estratégia Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos Territórios (DIST) que resultaram no “Relatório 1 – Projeto DIST – Jardim Bassoli” (INSTITUTO PÓLIS, DEMACAMP, 2014).

⁷² Estudos de Carmo e Guizardi (2018) apontam para uma imprecisão do termo vulnerabilidade, inicialmente utilizado nas políticas públicas de saúde e, posteriormente, na assistência social. No entanto, afirmam que a literatura sobre o assunto revelou pontos de convergência no conceito que “representa as múltiplas determinações que incidem sobre os contextos de cidadãos que vivenciam frágil ou nulo acesso a direitos”. Cf.: CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2018. p. 10.

⁷³ Para Marandola Junior (2009, p. 39), o tema da vulnerabilidade tem sido amplamente difundido no meio acadêmico e utilizado pelos poderes públicos e conclui: “Ser vulnerável não é simplesmente a suscetibilidade de perdas, mas é o conjunto dinâmico que compõe tudo que se tem disponível e se é para dar resposta aos perigos. Vulnerabilidade é o advérbio de modo que implica a qualidade própria de proteger-se, sendo mais ou menos eficiente.”. Cf.: MARANDOLA JR., E. Tangenciando a vulnerabilidade. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Orgs.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: Nepo/UNFPA, 2009, p. 29-52.

para a compreensão da questão ambiental bem como para a formulação de políticas de produção de cidadania.

Tabela 3. Perfil dos entrevistados⁷⁴.

Entrevistado	Giovana	Joana	Manoel	Estela	Emília	Clara	Ivone	Natália
Idade	36	30	23	37	42	23	43	45
Raça	branca	parda	negra	negra	parda	negra	negra	branca
Naturalidade	São Paulo (SP)	Campinas (SP)	Osasco (SP)	Amparo (SP)	Campinas (SP)	Feira de Santana (BA)	Feira de Santana (BA)	Urandi (BA)
Escolaridade	2º ano Médio	2º ano Médio	Médio	Fundamental	Médio	Médio	5º ano Fundamental	6º ano Fundamental
Ocupação	Dona de casa	Do lar	Desempregado	Manicure Pedicure Em casa	Lava e passa roupa Manicure e pedicure	Em casa Acompanha filho com doença crônica	Faz e vende pão Dona do lar; Vendedora da Avon	Trabalha em casa
Atividade comunitária	Com o Progen	Subsindica e limpeza do condomínio	Projeto social com jovens	Síndica; Fórum A. Social; Economia Solidária; Grupo de Mulheres	Síndica	Do Progen (Programa Vivaleite, zumba e artesanato)	Do Progen (Programa Vivaleite e zumba)	Do Progen (Programa Vivaleite e zumba); Voluntária
Composição Familiar (residente)	Esposo Enteada um filho	Dois filhos	Amigo	Esposo Quatro filhos	Filho Esposo	Filho	Dois filhos	Ex-marido Filha neta
Residência no Bassoli	3 anos e meio	Abril 2011 (início)	Dois anos	Março de 2012 (início)	12 maio de 2011 (início)	Novembro de 2012 (início)	29 de novembro de 2012 (início)	Novembro de 2012 (início)
Migração	Não-migrante	Não-migrante	Não-migrante	Não-migrante	Não-migrante	Externo (BA)	Externo (BA)	Intrametropolitano

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 apresenta, de forma sumária, os dados extraídos da caracterização dos entrevistados.

As pessoas entrevistadas compreendem uma faixa etária que varia da juventude, aos 23 anos, até a vida adulta, aos 46 anos. Foram sete mulheres e um homem entrevistados. Os critérios de escolha⁷⁵ dos sujeitos, com a participação do PROGEN, conforme relatado no capítulo terceiro, referiam-se à representação e à

⁷⁴ O nome do entrevistado é fictício, em atendimento ao disposto no TCLE (Apêndice 01). Quanto ao quadro migração: a classificação “não-migrante” refere-se ao indivíduo natural do município e ao migrante antigo (com mais de 10 anos de residência); a classificação “externo” refere-se, excepcionalmente, àqueles que residiam em Campinas nos últimos nove anos; a classificação “intrametropolitano” refere-se ao indivíduo oriundo de outro município da RMC há menos de 10 anos. As classificações de modalidades de migração são tomadas do pesquisador José Cunha – NEPO (CUNHA, 2017).

⁷⁵ Conferir os critérios no capítulo 3 sobre a Metodologia da pesquisa.

participação em atividades na comunidade. Três deles têm atuação direta na gestão sindical dos próprios condomínios, sempre aliada à necessidade prática de ajudarem na limpeza do condomínio. Quatro entrevistados participam de atividades de encontro da comunidade como, por exemplo, aulas de zumba, duas vezes por semana, ou na organização e distribuição semanal do Programa do Leite⁷⁶.

Todos participam das atividades dos respectivos condomínios ou quando solicitados pelo PROGEN ou por alguma organização, para ações que envolvam interesses da comunidade. Este motivo é assinalado por Giovana, que assim descreve sua participação: *“comecei me interessar até por causa dos problemas que o Bassoli tem”*⁷⁷.

Manuel e um grupo de jovens estão criando uma Associação de Cultura, Lazer e Arte cujos primeiros projetos serão a brinquedoteca e a oficina para aprender *“como fazer cinema”* com a finalidade de *“gravar um pouco sobre a comunidade, falar não só as coisas ruins que acontece, mas falar que tem muita coisa boa aqui na comunidade”*.

Conforme descrito anteriormente, 81,3% das famílias do condomínio são chefiadas por mulheres. Este percentual mostra-se bem superior à amostragem da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança - PNDS 2006 (BRASIL, 2008), na qual apenas 23,9% mulheres entrevistadas declararam ser responsáveis pelo domicílio no meio urbano. Na perspectiva das políticas sociais, o Sistema Único de Assistência Social institui como um dos seus eixos estruturantes a matricialidade familiar, ou seja, toma a família como unidade de intervenção da política pública (BRASIL, 2005, p. 41).

⁷⁶ O Projeto Vivaleite é um Programa “criado pelo Governo do Estado de São Paulo em 1999, distribui anualmente 75 milhões de litros de leite enriquecido, beneficiando mais de 420 mil famílias em todo o estado. Participam do programa crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses. Na Capital e Região Metropolitana, idosos acima de 60 anos também podem se cadastrar no projeto. A prioridade é atender famílias com renda mensal de até 1/4 de salário mínimo *per capita*. (...). No interior são 2.047 postos de distribuição por meio das prefeituras.”. Uma entrevistada relata que desde o ano de 2018 o leite foi racionado, foi diminuída a quantidade para cada família atendida e houve a exclusão do atendimento aos idosos. Cf.: ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Desenvolvimento Social. **Vivaleite**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/vivaleite>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

⁷⁷ As falas dos entrevistados estão destacadas em itálico e foram grafadas de acordo com a pronúncia, mantendo fidelidade à transcrição e resguardando a identificação dos participantes, conforme descrito no capítulo terceiro.

Para Castilho e Carloto (2010)⁷⁸, a diretriz à matricialidade familiar na política de assistência social brasileira⁷⁹ é um modelo que compreende que a proteção social cabe preferencialmente à família, e que o Estado pode reduzir os serviços públicos enquanto proteção. Referido modelo protetivo passa a ser denominado de “neo-liberalismo familiarista” por De Martino (2001 *apud* CASTILHO; CARLOTO, 2010) e de “familismo” por Mioto (2008 *apud* CASTILHO; CARLOTO, 2010). Segundo Solange Teixeira (2009). Se promove avanços no sentido de sair da setorialização e segmentação de atendimentos sociais, o faz às custas da responsabilização das mulheres nos cuidados familiares e na proteção da família, especialmente no caso das famílias pobres⁸⁰. De acordo com Pereira (2006 *apud* CASTILHO; CARLOTO, 2010)⁸¹, há uma dificuldade na elaboração e na operacionalização de uma política social com centralidade na família devido ao fenômeno de pluralidade crescente nas famílias brasileiras.

Na presente pesquisa, das 07 mulheres entrevistadas, quatro conduzem as famílias sozinhas. Em uma perspectiva histórica local, referindo a formação da região de Campo Grande nas décadas de 1970 a 1990, o historiador Jose Oscar Beozzo ressalta dois elementos fundantes: a articulação em rede das Comunidades Eclesiais de Base e o papel de protagonismo da mulher nas mobilizações populares⁸². Tal aspecto é observado nas ações sociais do Projeto Gente Nova (PROGEN), onde é notória a participação majoritária das mulheres, o mesmo ocorrendo na atividade

⁷⁸ Cf.: CASTILHO, C. de F. V.; CARLOTO, C. M. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero? In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 1., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010, v. 1, p. 13-21.

⁷⁹ A Política de Assistência Social no Brasil tem a família como pilar do modelo protetivo (NOB/SUAS/2005, p.90): “A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência.”. Cf.: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005b. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2019.

⁸⁰ O Programa Minha Casa Minha Vida (Lei 11.977/2009), por meio do art. 3, inciso IV, apresenta um rol de beneficiários que devem ser contemplados por esta política habitacional, dentre eles estão famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Estevo Pinto e Marcos Georges (2018) realizam pesquisa a partir da leitura e análise de trinta e oito artigos científicos, indexados na base de dados do *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, sobre o PMCMV. Constataram que não ocorreu nenhuma publicação ou mesmo menção a questão de gênero e ao papel da mulher no âmbito do Programa. PINTO, G. E.; GEORGES. M. R. R. A produção científica sobre o Programa Minha Casa Minha Vida: o que se tem pesquisado e perspectivas para novos estudos. In: ENGEMA, XX, 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Engema, 2018. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/20/anais/arquivos/160.pdf>>. Acesso em 12 maio 2019.

⁸¹ CASTILHO; CARLOTO. *Ibidem*.

⁸² ROLDÃO, I. C. do C (Org.). **Memórias de Campo Grande**: uma história de lutas e religiosidade na região às margens da John Boyd Dunlop. Aparecida: Ideias e Letras, 2011.

sindical dos condomínios do Jardim Bassoli: dos 19 condomínios, 12 são geridos atualmente por mulheres. Estela, síndica de um condomínio, representa este protagonismo: “*Eu participo no Fórum de Assistência Social, eu participo da Economia Solidária, eu participo de um grupo de mulheres que luta pelo bairro (...) onde tiver luta eu estou indo (...) lá na Prefeitura, na Câmara...*”.

Quanto à questão racial, dois entrevistados se autodeclararam brancos, dois pardos e quatro como negros. A partir dos relatos da entrevista e em reunião prévia com o grupo, fica evidenciado que a atuação social na comunidade não está motivada pela diferença racial, mas pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade pobre e periférica. Ortegá (2018) compreende que:

Assim como é equivocada a ideia (...) de que o racismo é meramente uma expressão ou um subproduto das desigualdades sociais capitalistas, é também insuficiente a tentativa de compreensão da dinâmica do racismo no Brasil ignorando a tarefa de situar as relações raciais na estrutura social e econômica em que estão inseridas. (ORTEGAL, 2018, p. 425).

Deste modo, a caracterização da segregação socioespacial referindo-se à inserção da habitação popular no modelo de urbanização excludente (ROLNIK *et al*, 2015) tem que ser complementada pela análise de Ermínia Maricato (2019)⁸³, ao recordar que esta estratégia de segregação tem raízes históricas, fundadas na escravidão e posterior exclusão dos negros e negras. No entanto, a participação dos entrevistados, a partir de sua atuação na comunidade, não está demarcada pela compreensão de conflitividade no interior da própria classe social.

Quanto à ocupação profissional e trabalho, todos entrevistados declararam exercer atividade doméstica autodenominadas como “dona do lar”, “do lar” ou “cuida da casa”. Giovanna especificou: “*sou dona de casa, não doméstica*”. Três pessoas associaram estas atividades a outras atividades informais remuneradas: manicure e pedicure, lavagem de roupa, venda de produtos da “Avon” e panificação. Quatro entrevistados associaram o trabalho a atividades não remuneradas: na gestão sindical dos condomínios ou em projeto social. Uma pessoa apenas se declarou ser desempregada. Para Maricato (2000), “a cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho. Desde sempre, essa reprodução, entre nós, não se deu totalmente

⁸³ BARBOSA, M. Ermínia Maricato: As vítimas da falta de moradia têm cor no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 mar. 2019, Edição 88. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/25/ermينيا-maricato-as-vitimas-da-falta-de-moradia-tem-cor-no-brasil/>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

pelas vias formais, e sim pelos expedientes de subsistência”. As expressões, “*faço de tudo um pouquinho*” (Emília) ou “*sempre tô vendendo alguma coisa*” (Ivone) refletem métodos tradicionais e criatividade das famílias para sobreviverem. Entretanto, estruturalmente, persiste a precarização do modo de reprodução social. De acordo com Antunes (2011, p. 411)⁸⁴, estamos diante de um intenso e significativo processo de informalização e precarização do trabalho, uma tendência estrutural em que os “os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho.”.

Analisando as transformações ocorridas no mundo do trabalho, Guimarães (2011) afirma que estas são resultantes da desregulamentação e da flexibilização das relações de trabalho, transformadas como justificativas para redução dos empregos. Muda o papel do trabalho como dimensão histórica e estruturante da vida social e “na ausência ou na presença precária (do trabalho e da proteção social) na atualidade, os trabalhadores retornam ao ‘mundo da integração social’, composto pelos vínculos sociais imediatos – ainda que contem, também, com as instituições assistenciais.” (GUIMARÃES, 2011, p. 90). A preocupação da autora reside na combinação entre os processos de desassalariamento e de desestabilização do sistema de proteção social que pode trazer, entre as suas consequências, uma perda do caráter comunitário capaz de resultar em diferentes formas de precariedade, como o isolamento e a exclusão social e, em proporção abrangente, pode constituir-se em “território de precariedade” (GUIMARÃES, 2011, p. 90). As integrações primárias capazes de compensar este processo, conforme evidenciado nas entrevistas, ocorrem sob formas de trabalhos sazonais, atividade informais, trabalho por conta própria e rede de proteção próxima.

Quanto à educação formal, com base no CadÚnico de 2013, no Jardim Bassoli, “66,2% possuem até 08 anos de estudo (baixa escolaridade) e apenas 28,8% tem ensino médio regular” (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014, p. 130). Estes percentuais, no entanto, apesar dos períodos diferentes de pesquisa, são ainda

⁸⁴ Antunes (2011, p. 411) descreve as modalidades de trabalhadores operando na informalidade, os tradicionais subdivididos em “menos e mais instáveis”, os informais assalariados e àqueles por conta própria. Todas resultam das transformações e metamorfoses ocorridas nos países capitalistas e visam “aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho”. Cf. ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2019.

superiores àqueles apurados pelo PNDS 2006 (BRASIL, 2008) no meio urbano, para os quais 49,9% dos homens e 46,6% das mulheres possuíam até 08 anos de estudo enquanto que 22,6% dos homens e 25,1% das mulheres tinham entre 09 e 11 anos de estudo, o que corresponderia ao Ensino Médio regular. Na presente pesquisa, quatro entrevistados declararam ter concluído o ensino médio. Dois concluíram o Ensino Fundamental e outros dois frequentaram a escola até o 5º ou 6º ano. Uma entrevistada manifestou o desejo de complementar os estudos até o Ensino Médio. Duas ensejavam fazer um curso profissionalizante. Um dos entrevistados se preparava para o Ensino Superior. Apesar do status dos entrevistados apresentarem um maior e significativo acesso à educação, possivelmente devido ao critério de seleção da amostra, outras reflexões são necessárias.

A educação brasileira, no entendimento de Marcio Pochmann e Elisa Ferreira (2016)⁸⁵, tem reforçado não somente a reprodução social, mas colocado um efeito negativo sobre a coesão social. Segundo os autores, a escolaridade atua como um mecanismo de individuação do problema da desigualdade:

(...) a democratização da escolarização a partir da Constituição de 1988 se revelou muito mais uma expansão quantitativa de matrículas em contextos escolares desiguais e empobrecidos, com trabalhadores desvalorizados como categoria profissional (...) que não reduziu significativamente as desigualdades intra e extraescolares e nem eliminou as hierarquias sociais. (POCHMAN; FERREIRA, 2016, p. 1243)⁸⁶.

Entretanto, este aspecto social e político da educação brasileira, nos quais nossos entrevistados fizeram seu percurso, pode ser mais bem compreendido sob a dinâmica da história. Para Romualdo Portela (2007), desde a década de 1930 expandiram-se as oportunidades de acesso e permanência no ensino escolar, com maior impulso nos anos 1970, chegando ao final do século com o ensino fundamental praticamente universalizado. Reporta dois detalhes: “com um atraso de quase um século em relação aos países desenvolvidos”, e ainda, o “processo reduziu a desigualdade de acesso à educação e não a aumentou” (PORTELA DE OLIVEIRA, 2007, p. 666 e 686). Na década de 1980 houve certa identidade entre a qualidade e a ampliação de oportunidade, entretanto, na década de 1990 “esses princípios serão

⁸⁵ POCHMANN, M.; FERREIRA, E. B. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1267, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401241&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁸⁶ Idem, ibidem.

preteridos por aqueles ligados a uma lógica eminentemente empresarial, que enfatizam as ideias de maior produtividade, com menor custo e controle do produto” (PORTELA DE OLIVEIRA; ARAUJO, 2005, p. 6-7). Portanto, de acordo com o pesquisador da Universidade de São Paulo, a universalização do Ensino Fundamental gerou duas novas demandas: aquela que garante o maior número de pessoas por maior tempo nas escolas e aquela que se refere à qualidade da educação (PORTELA DE OLIVEIRA, 2007). Para isto, menciona a pesquisa do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada para o qual apenas 57% terminam o ensino fundamental e 28% saem com diploma do ensino médio (IPEA, 2006, p. 129 *apud* PORTELA DE OLIVEIRA, 2007). Conclui Portela de Oliveira (2007, p. 686): “A superação da exclusão por falta de escola e pelas múltiplas reprovações tende a visibilizar a exclusão gerada pelo não aprendizado ou pelo aprendizado insuficiente, remetendo ao debate acerca da qualidade do ensino”.

Quando indagados sobre o uso pelas famílias dos equipamentos públicos de saúde e de educação, de forma contrastante, as respostas manifestaram uma adequação e adaptação das necessidades aos equipamentos disponíveis na região. Não houve, nos depoimentos, postura crítica que questionasse a estrutura ou a ausência de atendimento.

Todos estão referenciados no Posto de Saúde do Parque Floresta, distante 1,5 km do Bassoli, havendo crítica, por quatro entrevistados, quanto à demora e ao “*atendimento precário*” (Estela). São utilizadas alternativamente a Unidade de Pronto Atendimento Sérgio Arouca, no Bairro Campo Grande. Pessoas fazem tratamento especializado no Hospital Municipal Ouro Verde, Hospital Mario Gatti, Hospital de Clínicas da Unicamp e no Centro Infantil Boldrini. Aprovam com reverência o atendimento nestas clínicas. “*Muito bom mesmo*”, afirma Emília, que faz acompanhamento médico há 24 anos e recentemente foi submetida a uma cirurgia.

Quanto aos equipamentos de ensino, os filhos dos entrevistados são atendidos pela CEI Nave Mãe, do Jardim Bassoli, e pela Escola Estadual Antônio Carlos Lehman, do vizinho Parque São Bento. Três famílias escolheram matricular os filhos na EMEF Leão Valerie, no Parque Valença ou na Escola Estadual Rui Rodrigues, no Campo Grande, distante aproximadamente 3 quilômetros, reprovando a qualidade do ensino da escola local. Emília relata os motivos: “... *aqui próximo da gente a escola não é muito boa... quase nunca tem aula. (...) Lá o aprendizado é diferente*”. Ivone acentua o aspecto disciplinar: “*Lá tem mais atitude com o jovem (...)*

tem que cumprir regras... Eu queria um lugar que fosse mais severo para ela aprender mais (...). Ter uma jovem no nono ano, não sabe ler e não fazer uma conta direito”.

A posição reivindicatória de um equipamento de saúde e educação, com Posto de Saúde e Escola locais, somente surge em outro momento da pesquisa, quando abordada a questão do morar no condomínio. Somente um equipamento público, a CEI Nave Mãe, foi construída e entregue à população após o assentamento das famílias, em 2015. “*A gente lutou tanto que conseguiu*”, afirma Estela. Os demais equipamentos todos, de saúde e educação, são anteriores ao ano de 2011. Fica também evidente, a partir do perfil socioeconômico, que todas as 2.380 famílias são dependentes da oferta de serviços públicos de saúde, educação e de proteção social.

4.1.1.2 Trajetórias das vidas

Como visto, cinco dos entrevistados são naturais do Estado de São Paulo, sendo dois da cidade de Campinas e os demais oriundos de São Paulo, Amparo e Osasco. Três são originários do Estado da Bahia, dois de Feira de Santana e um do Município de Urandi. Ao serem indagados para descreverem a trajetória de suas vidas até chegarem ao Jardim Bassoli, há uma longa descrição de locais, cidades e bairros.

Giovana viveu em outras cinco cidades e em outras localidades dentro do Município de Campinas até vir residir no bairro vizinho, São Bento.

Joana, natural de Campinas, mudou três vezes de bairro. “*Com minha mãe, com o meu pai a gente sempre viveu na região do Ouro Verde... Uma infância muito gostosa, um lugar muito gostoso, por mais que era favela, era um lugar. Todo fácil acesso você tinha.*”. Compara com a realidade atual, ressaltando a proteção familiar próxima e as estruturas que dispunha mesmo em área de risco, pois havia Posto de Saúde próximo e melhores mercados, argumenta.

Manuel veio do Jardim Santo Antônio, atual Distrito Ouro Verde, uma antiga área de ocupação onde residiu por vinte anos até chegar ao condomínio no Jardim Bassoli.

Estela narra que dois anos após o seu nascimento foi para Itatiba,

...depois fui pra Jundiaí, aí fui pra muito lugar, nem recordo” até vir morar no Ouro Verde onde “fiz a minha vida lá. (...) Casei... e a gente ao longo do tempo, em quatro anos, conseguimos comprar uma casinha lá na invasão... era uma rua sem saída (...) no Igarapé. (...) A gente parcelou mil reais por mês e conseguimos pagar.

Emília conta que “*quando tava com minha família, a gente morou em vários lugares*” e veio para o Itajaí logo que o bairro iniciou. Morou próximo, no Jardim Lisa antes de vir morar no Jardim Bassoli. “*Era uma área de ocupação... Comprei uma casinha porque não tinha onde ir, pagava aluguel... consegui arrumar dois mil reais na época que era um dinheirão... Aí a gente foi morar lá.*”.

Ivone veio da Bahia com 10 anos, em 1985, para morar com o pai em Campinas. Retornou a Bahia em 1991 e após treze anos, retornou pra Campinas, ao Bairro Santa Lucia já com a filha Clara, também entrevistada. Relata a filha, “*Meu pai, quando minha mãe ficou grávida, ele veio pra São Paulo. A primeira vez que falei com ele (...) eu tinha quatro anos, falava com ele pelo telefone.*”. Ivone mudou para o bairro Vida Nova, comprando uma casa nesta área de ocupação, localizada na região do Ouro Verde, onde residiu de 2003 a 2012. Clara relata que a mãe foi morar lá “*porque achou casa mais barato porque era começo de bairro também, lá todo mundo falava que era perigoso, então não era caro.*”.

Natália saiu da Bahia para Minas Gerais e então para Campinas em 1988, na região do Ouro Verde. “*De lá a gente veio pro Satélite Iris (...). De lá casei e fui pra Vinhedo, pra Valinhos, mudei muito tempo, mudei muitas casas, mudei dezesseis vezes depois de casada*”. Antes de vir ao Jardim Bassoli morou em área ocupada no Jardim Maracanã e posteriormente no bairro vizinho, no Parque Floresta durante seis meses.

Uma vez ausente a provisão privada de habitação ou de terreno acessível às condições socioeconômicas das famílias, uma vez ausente a promoção pública de moradia, resta ao brasileiro a autoconstrução, normalmente em loteamentos ilegais ou ainda, a autopromoção habitacional (MARICATO, 2009) por meio de ocupações em áreas de risco. “O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) em certas áreas das cidades convive com sua *flexibilidade*” (MARICATO, 2000, grifo do autor).

As motivações para as mudanças e migrações estão diretamente ligadas à necessidade do trabalho e subsistência, porém nem sempre relatadas expressamente. Giovana narra que, mesmo tendo uma casa do CDHU cedida para a mãe, em Santo Anastácio, no extremo oeste do Estado de São Paulo,

(...) lá era ruim, escasso de serviço, de emprego não tinha, não tinha mesmo nada, nem roça. (...) ...fui pra Americana, para São Paulo, mas eu não gostei

das cidades (...) a gente gostou e se identificou com Campinas (...). Eu vim também pra trabalhar, empregada doméstica.

Natalia relata que os pais vieram de Minas Gerais “*atrás de emprego, atrás de uma vida melhor, de poder sobreviver...*”. Na mesma perspectiva recorda Estela: “*o meu pai viajava muito, ele era meio cigano e nunca gostava de ficar parado no mesmo lugar... eles pagavam aluguel. Então onde tinha serviço ele ia, onde tinha oportunidade de emprego pra melhor financiamento, ele ia*”.

A autoconstrução, nas décadas de 1970 e 1980, foi um mecanismo importante de provisão habitacional não mercantilizada, possibilitou o acesso à moradia, à propriedade e à estabilidade familiar, apesar da vinculada à forma precária de trabalho (MARICATO, 1982)⁸⁷. Entretanto, a valorização da terra e a apropriação privada têm ocupado um papel preponderante na especulação imobiliária. Segundo Harvey (1982)⁸⁸, existem dois tipos do capital no imobiliário: o setor improdutivo, que lucra com a renda de aluguel e o setor produtivo representados pelas construtoras e incorporadoras. A especulação, por meio destes mecanismos, determina uma valoração desigual do espaço urbano, seja no valor do aluguel como da terra ou da moradia. Ademais, o capital “excedente” tem sido o grande agente da urbanização (HARVEY, 2009). Neste cenário, de acordo com Maricato (2000), o processo de industrialização brasileira, fundado em baixos salários, determinou muito do ambiente construído nas cidades. Posição compartilhada pelo sociólogo Francisco de Oliveira (2006) para o qual:

(...) o capital se reproduz com o rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras, com o rebaixamento do salário. Desse ponto de vista, a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva, pois a casa construída daquela forma não se transformava em capital.

Segundo Oliveira (2006), o barateamento através da autopromoção nas periferias, resultou do fruto do rebaixamento dos custos de produção apropriada pela industrialização brasileira. De forma contundente, o sociólogo afirma: “nas pesquisas

⁸⁷ Cf.: MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93. Importante observar que, quanto ao aspecto da autoconstrução individual ou coletiva, as políticas públicas estão distantes de promover a autonomia dos moradores para que possam efetivamente participar dos processos de decisão da produção habitacional. (MARICATO, 2009; 2011).

⁸⁸ Cf.: HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, a. 2, n. 6, p. 6-35, 1982.

sobre o custo de vida (...) o item habitação desaparece.” (OLIVEIRA, 2006). Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos⁸⁹, ao elaborar o Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) a faixa de renda inferior, cuja renda média é R\$ 377,49, destina 24,24% ao grupo de despesa habitação. Para o extrato de renda intermediária, cujo valor médio é R\$ 934,17, são destinados 22,42% ao item habitação⁹⁰. Segundo Cariello (2011), a política habitacional da segunda metade do Século XX, utilizou recursos do trabalhador, os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mas não incluiu o item habitação no cômputo do salário. Logo, para muitos brasileiros com o salário sob compressão, como as famílias dos entrevistados, o “sonho da casa própria” tornava-se impossível somente advindo do trabalho.

Quanto às motivações imediatas para a inscrição no benefício do Programa Minha Casa Minha Vida, seis entrevistados relataram a situação de ameaça e perigo das moradias, situadas em locais de risco e de ocupação. Estela relata:

(...) dia 20 de março de 2011, eu morava na Rua Igarapé, no Jardim Ouro Verde, aí houve um temporal muito forte, as cinco horas da tarde... a chuva só parou as 8 ou 9 horas da noite, onde... (pessoas) faleceu, perdemos tudo. (...). Foi devastador porque na época não era casa, era tudo barraco...

Joana conta que “no Ouro Verde, o alicerce da (casa da) minha mãe era bem alto... a água lá não entrava”. Porém as casas vizinhas foram retiradas devido à inundação e a casa ficou isolada “à mercê do ladrão... começaram a roubar, aí começou a ficar perigoso”.

Clara, que morava com a mãe Ivone, relata que “(...) morava perto do ‘córrego’, então quando o ‘córrego’ enchia, enchia as casas (...) os barraquinhos. (...) Quando deu uma chuva muito forte, como lá era descida, então a água desceu tudo e aí entrou.”.

⁸⁹ DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Índice do Custo de Vida no Município de São Paulo – ICV-DIEESE**. Abril de 2019. Acessível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseicv/2019/201904analiseicv.html>>. Acesso em: 18 maio 2019.

⁹⁰ Rocha e Magalhães (2013) realizaram um estudo sobre o custo habitação para as regiões metropolitanas do Brasil a partir das diferenças salariais. Utilizam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios e o Índice de Qualidade de Vida do matemático Matthew Kahn (IQV-Kahn) e, ao tomar a Região Metropolitana de São Paulo como referência, chegam às seguintes conclusões: com base no salário real e aluguel real o índice é de 56% e ao adicionar o filtro para os trabalhadores com 40 horas ou mais de trabalho, chega-se a 26%. ROCHA, R. de M.; MAGALHAES, A. Valoração das amenidades urbanas: uma estimação a partir dos diferenciais salariais e do custo de habitação para as regiões metropolitanas brasileiras. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 69-98, abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2019.

A casa de Emília na ocupação do Jardim Lisa “*nunca encheu não, mas desbarrancava. A frente da casa onde a gente morava, ela foi desbarrancando e por isso a gente saiu de lá.*”. Natália conta com pesar que, em época de chuva, uma casa da vizinha “*desmoronou e caiu o peso todo na parede do quarto dos filhos. Aí houve rachadura nas paredes, aí a Defesa Civil veio e falou que não podia morar mais.*”. Natália morava em área de risco no Jardim Maracanã.

Nos casos acima, as moradias que sobraram foram interditadas pela Defesa Civil e pela Prefeitura. Aos moradores foi concedido o auxílio aluguel e solicitado que aguardassem a comunicação para a inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida, coordenada pelo CDHU Campinas.

Importante observar que todas as narrativas estão associadas a um quadro de vulnerabilidade do meio ambiente. Para Ermínia Maricato (2011), o recuo das políticas públicas durante as décadas de 1980 e 1990 “*conduziu nossas metrópoles a um destino de banalização das tragédias urbanas*”. Tal situação, entendida pela urbanista como significativa falta de governo, resultou no seguinte quadro: “a ocupação irregular de beira de córregos, encostas instáveis desmatadas, mangues, dunas, áreas de proteção de mananciais testemunha o abandono de uma grande parcela da população ao seu próprio engenho e recursos precários.” (MARICATO, 2011). Quadro situacional é bem semelhante às tragédias vivenciadas e relatadas pelos entrevistados.

Três motivos para o ingresso no PMCMV são diferentes do relato anterior por se tratar de outra fase da vida dos moradores. Giovana relata que veio morar de aluguel no bairro São Bento, porém “*não estava dando para pagar*”, então procuraram “*um lugar mais barato*”. Residem no apartamento do PMCMV há três anos e meio. Clara morava com a mãe no Condomínio e necessitava dispor de mais espaço para acompanhar o filho, que possui anemia falciforme, uma doença hereditária mais comum em indivíduos de cor negra. Há seis meses ela mora em apartamento locado, no mesmo condomínio. “*Peguei um pouco mais de independência*”, foi a motivação que levou Manoel, então com 20 anos, a vir morar no Jardim Bassoli enquanto a mãe se mudava para outra casa com o marido.

Para os entrevistados que foram contemplados pelo PMCMV, a data de entrada na nova morada foi um evento digno de registro na sua história de vida. Joana não precisou a data, recorda que foi “*desde quando fundou*” e com certa perplexidade: “*Quando a gente mudou aqui não tinha piso... total caos, não tinha nada. Pra quem*

não tem nada, tinha um barraco... inundado tudo, foi uma alegria né, foi imensa alegria!".

Ao referir-se à data da mudança para o Jardim Bassoli, com expressão de orgulho, Estela afirma: "*Desde o início, eu sou a proprietária do meu apartamento.*". Conta, porém, o desapontamento meses antes da entrega, ao saber que não havia a opção prometida de ser casa ou apartamento, conforme critério de quantidade de filhos.

Emília recorda: "*A gente mudou dia 12 de maio de 2011. Desde o começo...*". Assim como Ivone, "*Eu moro (...) desde o dia 10 do 02 de 2012*". Após registrar as idas e vindas de sua história pessoal, quanto à moradia e em busca de melhores condições de vida, Ivone exclama: "*Fiquei andando até chegar no lugar certo pra me apoiar, agora criei raízes aqui no Bassoli.*".

Para Natália, que mudou dezesseis vezes após o casamento, o curto período desde a saída da sua casa em área de risco, por determinação da Defesa Civil, foi sucedido pela residência intermediária de "*menos de seis meses*", graças ao auxílio aluguel, no bairro ao lado do Condomínio. Em sua narrativa, Natália recorda com insistência que o fato de ter vindo ao Jardim Bassoli teve origem quando "*Eu estava dormindo, era época de chuvas... uma casa da vizinha caiu...*".

Na história das famílias em busca do trabalho e moradia, quatro entrevistados fizeram referências aos pais, como unidade familiar, no processo de decisão. Três fizeram referências unicamente à figura materna. Atualmente, dos oito entrevistados, dois estão solteiros, sendo uma mãe solteira. Apenas uma pessoa tem união registrada, duas têm união consensual e outras três entrevistadas são chefes de família sem união.

A consciência e a lógica de reprodução da vida estão presentes nas narrativas relacionadas às decisões que levaram os entrevistados a buscar moradias nas áreas de risco e em bairros gradualmente mais distantes do centro urbano. Giovana relata que, quando veio do interior do Estado, residiu com a mãe em "*um quartinho que ela pagava passando roupa*". "*Um lugar mais barato (...)*" de aluguel, foi a decisão que moveu Giovana e esposo a optarem pelo apartamento no Jardim Bassoli.

Emília, nascida na Maternidade Campinas, aos 42 anos recorda que os pais "*moraram em vários lugares até... o Itajaí*". Sente orgulho de sua trajetória e por

continuar morando na mesma região, mas com a ressalva: “*só vou aprofundando mais pra dentro assim*”. Ou seja, acompanha a dispersão da cidade.

Quando solicitada sobre a trajetória de sua vida, com forte acento da pronúncia baiana e rindo, Ivone indaga: “*Eu fiquei andando, será?*”. O demógrafo Maria (2019)⁹¹, ao analisar o que tem sido pesquisado nas relações entre migração e pobreza nas últimas quatro décadas, a partir de um levantamento bibliográfico, conclui que não há uma definição a respeito da causalidade existente entre pobreza e migração, ou seja, não há um claro consenso a respeito. Se por um lado, a partir de uma construção ideológica, é possível considerar a migração como principal causa da pobreza na cidade, por outro lado, a própria dinâmica migratória decorre de busca pela diminuição da pobreza.

A partir do perfil e do histórico de vida dos entrevistados, duas questões emergem necessitando aprofundamento: a mobilidade populacional e a situação de vulnerabilidade.

4.1.1.3 Mobilidade e vulnerabilidade

Estudiosos da mobilidade populacional tradicionalmente têm analisado o fenômeno dos fluxos migratórios. Lima e Braga (2013), com a utilização de dados da migração intermunicipal, analisaram 27 aglomerações urbanas, entre elas Campinas, com características rotativas, ou seja, que apresentavam simultaneamente valores altos de imigração e emigração. Dentre as características deste novo padrão de fluxo migratório, cita a “diminuição das distâncias percorridas pelos migrantes; (...) esgotamento do êxodo rural; predominância dos fluxos urbano-urbano” (LIMA; BRAGA, 2013, p. 57), elementos capazes de elucidar a intensa mobilidade das famílias dos entrevistados.

A partir da atualização dos dados do atlas “Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais”⁹², Jose da Cunha e Camila Falcão (2017) identificaram

⁹¹ MARIA, P. F. de. Mapeando relações em pesquisas sobre pobreza e migração (1980-2017). **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 18, e18003, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012019000100203&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2019. O pesquisador realiza um mapeamento sistemático da literatura (MSL) sobre as relações entre pobreza e migrações no período de 1980 a 2017 com o objetivo de identificar as principais preocupações acadêmicas na abordagem do tema. Conclui que se observa o caráter multifacetado, multidirecional e multidimensional no tratamento destes fenômenos.

⁹² O Atlas “Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais” foi produzido em 2007 pelo Núcleo de Estudos da População “Elza Berguó” (NEPO) e pelo Núcleo de Economia, Social, Urbana e Regional

a preponderância de um fluxo intrametropolitano caracterizado também pela mobilidade pendular entre os municípios da RMC. Os dados apontam, portanto, para uma menor redução no volume da migração intrametropolitana.

Para Caiado e Pires (2006), nesta nova organização intra-urbana é importante o fenômeno recente da criação de “novas centralidades”. Para os entrevistados, a região central do Campo Grande é um referencial quanto aos serviços públicos, ao comércio em geral e serviços bancários. É onde está localizado do terminal regional de transporte público. Não sendo necessário o transporte diário por motivo de trabalho, muito raramente os moradores do Jardim Bassoli vão ao centro da metrópole. Deste modo, a migração tem um papel central na formação das periferias e na produção da cidade.

É indispensável conhecer melhor a população em movimento e compreender o modo como os migrantes fazem suas escolhas. Para Dota (2013), a habitação tem um peso grande no condicionamento a migração, porém ressalta que o fator renda e trabalho tem sido o motivador para a população de baixa renda. A atividade produtiva é um fator importante neste processo. No entanto Cunha (2016), que não se opõe a conclusão anterior, ressalta a solução dos problemas principais desses indivíduos, quais sejam, o trabalho e a habitação, para a população de baixa renda, com a migração seria mais difícil de ser obtida. Mesmo assim, o fator habitacional mostra-se relevante enquanto motivação para a mobilização intrametropolitana (CUNHA, 2016).

Os estudos de Jose da Cunha (2016) permitem concluir que a migração é ainda maior nas áreas mais vulneráveis, especificamente, nas zonas vulneráveis 1 e 2, que caracterizam a região de Campo Grande e Ouro Verde⁹³ (2016, p. 106), locais de origem da maior parte de nossos entrevistados. Ao dividir progressivamente em

(NESUR) da Unicamp a partir dos Censos de 1980, 1991 e 2000 (CUNHA; FALCÃO, 2017) contribuindo com a análise mais precisa do fluxo migratório na Região Metropolitana de Campinas a partir de suas dinâmicas e especificidades locais e no cenário nacional.

⁹³ O estudo que vincula as questões socioeconômicas e o acesso à rede pública ou familiar de proteção social faz parte de um projeto desenvolvido no Núcleo de Estudos da População (NEPO) entre 2004 e 2009, e apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e denominado “Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”. O conceito de vulnerabilidade neste estudo e também em nossa referência é uma construção categórica que permitiu aplicar esta categoria a partir de uma perspectiva ecológica. Conferir em: <<https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/1117/dinamica-intrametropolitana-e-vulnerabilidade-socio-demografica-nas-metropoles-do-interior-paulista/>>. Os primeiros estudos estão disponibilizados em: CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Novas metrópoles paulistas**: Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO/Unicamp, 2006.

quatro zonas de vulnerabilidades a RMC⁹⁴, sendo a primeira a mais vulnerável, esta pesquisa particulariza ainda mais a diversidade socioespacial. As zonas de vulnerabilidade 01 e 02 são aquelas com maior proporção de migrantes e, portanto, com menor número dos denominados “não migrantes”, indivíduos naturais do município e àqueles com mais de dez anos de residência. No estudo em pauta, identificamos que cinco de oito entrevistados são caracterizados como “não migrantes”, segundo o mesmo critério apontado acima, no entanto isto não nos permite uma ponderação científica. Todavia, estas “periferias sociais” (CUNHA, 2016, p. 112) são as mais procuradas por migrantes, inclusive por aqueles com origem em outros Estados do Brasil. O presente estudo, portanto, reforça o papel das periferias tradicionais ou sociais no processo de migração regional e, ainda, permite evidenciar que a migração tem um papel central na formação das periferias e na produção da cidade.

Os resultados dos estudos do pesquisador do Núcleo de Estudos da População (CUNHA, 2016), indicam que o processo migratório na RMC está sobremaneira condicionado ao fator econômico e à posição da RMC no cenário nacional, mas também, de modo específico, à dinâmica local da produção do espaço habitado, por meio da expansão da periferia tradicional, reforçada pela migração

⁹⁴ As áreas que compõem cada uma das “Zonas de Vulnerabilidade” foram construídas a partir de três categorias (capital físico/financeiro, capital humano e capital social) e não apresentam necessariamente uma contiguidade espacial e podem ser descritas da seguinte forma: “**Zona de Vulnerabilidade do tipo 1** (ZV1): abrange, de maneira geral, as áreas mais periféricas (tanto social e geograficamente) da região metropolitana, menos consolidadas do ponto de vista urbanístico; são caracterizadas pela pior infraestrutura da região, cujos habitantes apresentam grandes carências em termos de econômicos e educacionais: abriga a população da região com o mais alto grau de desproteção social relativa; **Zona de Vulnerabilidade do tipo 2** (ZV2): também contempla áreas predominantemente localizadas nas franjas municipais, mais distantes do centro, muito embora, do ponto de vista urbanístico, mais consolidadas e, portanto, com melhor infraestrutura e acesso a serviços públicos. Apresenta, no entanto, grandes concentrações de população de baixa renda, sendo que se diferencia da ZV1 não apenas pela maior escolaridade de seus habitantes, mas também pelos níveis mais elevados de proteção social destes; **Zonas de Vulnerabilidade do tipo 3** (ZV3): inclui áreas de localização intermediária entre os centros e a periferias municipais, com boa infraestrutura urbana e amplo acesso aos serviços públicos, baixa carência de capital humano, níveis socioeconômicos médios e com população apresentando, no geral, um dos mais elevados graus de proteção social da região; **Zonas de Vulnerabilidade do tipo 4** (ZV4): basicamente localizada em áreas mais centrais do Município de Campinas, com boa infraestrutura e maior autonomia relativa com relação à proteção social, e elevado capital humano. Tratam-se de áreas onde se registram as maiores concentrações de riqueza da região e onde são mais prevalentes os domicílios menores, habitados por pessoas idosas, ou mesmo se tratando de domicílios unipessoais.”. (NEPO/UNICAMP, 2009, p. 8, grifo nosso). Cf.: NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (NEPO), UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Vulnerabilidade**: Sumário de Dados da Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/sumario/sumario_final_RMC/index.html>. Acesso em: 9 maio 2019.

externa do Estado de São Paulo, bem como pela periferia elitizada, reforçada pela migração intrametropolitana e pela originada no Estado de São Paulo.

Não obstante a importância dos estudos migratórios, eles explicam em parte e de modo insuficiente a dinâmica da mobilidade urbana no interior da metrópole. Como atua a seletividade dos migrantes do fluxo urbano-urbano para as áreas de destino?

O fazer, refazer (HARVEY, 2009) e produzir a cidade (MARICATO, 2009) adquirem características e impactos que vão além da alteração da paisagem natural em um contexto de flagrante desigualdade socioeconômica. Para Ueda, Francisco e Castro (2018, p. 74), a ação do capital interfere na conformação de espaços e induz a reorganização das relações sociais capazes de produzir na cidade “sucessivos processos de desconstrução operados sobre os estados físicos e social”. Esta desconstrução social impacta a estrutura familiar, a composição familiar, os sistemas de proteção e conduz à intensa mobilidade migratória, como evidenciado nos sujeitos entrevistados.

Conceitos como a segregação socioespacial (ROLNIK *et al.*, 2015), a organização social de poder (BATISTA, 2015), a periferização (CUNHA, 2004), o espraiamento que dilui a cidade (MARICATO, 2009), a expansão e fragmentação urbana (UEDA; FRANCISCO; CASTRO, 2018), surgiram para interpretar o processo dinâmico da configuração socioespacial das cidades, fenômeno acentuado a partir da década de 1980 (MARICATO, 2009) que criou novas centralidades nos territórios das metrópoles. Jose da Cunha (2004) vai assim interpretar este fenômeno de desconstrução do espaço social e físico:

A desigualdade social nelas encontrada, bastante acirrada nas duas últimas décadas, tem como expressão o que se têm chamado de **segregação socioespacial da população** de baixa renda. Assim, como se não bastassem as condições precárias da moradia, em termos de infraestrutura, ambientais e de propriedade, o estigma e as grandes chances de desagregação social impõem aos “periferizados” um ônus ainda maior. É nesse sentido que a abordagem da **vulnerabilidade**, apesar da íntima relação com o progresso de segmentação (ou segregação) socioespacial, cria novas alternativas na identificação e análise das estratégias utilizadas pela população para dirimir ou mitigar a acumulação de carência urbana. (CUNHA, 2004, p. 344 – grifo nosso).

Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁹⁵, vulnerabilidade seria a incapacidade para dar respostas ou adaptar-se frente a uma situação de risco, gerando menos condições de usufruir de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade.

A vulnerabilidade social tem um potencial de análise para “abordar a problemática social no espaço intra-urbano perante outros conceitos (...) como, por exemplo, a pobreza” (CUNHA, 2004, p. 345), a exclusão, a marginalização e a segregação. Por outro lado, ao se pensar em tais situações, de imediato a questão social é correlacionada à vulnerabilidade, assim como a questão econômica. O acesso aos bens da cidadania, como emprego, e aos serviços da proteção social, é essencial para sair do risco da exclusão e do processo de precarização socioeconômica (GUIMARÃES, 2011). Segundo a socióloga Guimarães (2011) o desenraizamento social, associado às formas de emprego sazonal, informal, ou mesmo o desemprego, fragilizam a sociabilidade primária, ou seja, laços com a família, parentes, comunidade e com o mundo do trabalho, trazendo riscos à cidadania.

A constatação de que a renda média *per capita* dos moradores do Jardim Bassoli corresponde a 41,3% do salário mínimo (INSTITUTO POLIS; DEMACAMP, 2014) é um forte indicador que aponta para precarização e vulnerabilidade socioeconômica. Afeta, portanto, as condições de bem-estar (CUNHA, 2004) e, primordialmente, as condições de infraestrutura, como a moradia, promovendo a diminuição da capacidade de as pessoas decidirem e organizarem suas vidas: “(...) *eu estava dormindo... a casa da vizinha caiu. Ela desmoronou (...) aí da Defesa Civil veio e falou que não podia mais morar*” (Natália). Os laços sociais e humanos com o lugar são desconstruídos: “(...) *porque anos você mora e de repente você tem uma mudança, querendo ou não é trágico, uma mudança assim repentina*” (Joana). Ou ainda, ser induzido a tomar uma decisão que precede imediatamente àquela de ir morar em uma área de risco: “(...) *vamos arrumar um lugar mais barato*” (Giovana).

Lugar diz respeito a espaço e à vulnerabilidade socioespacial, além da dimensão de renda ou do conjunto de necessidades básicas atendidas, remetendo “para o entendimento da diferenciação socioespacial existente no plano intra-urbano”

⁹⁵ CEPAL. **Vulnerabilidad sociodemográfica**: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas. Brasília: CEPAL/ECLAC, 2002. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13051/S2002632_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>CLAC, 2002>. Acesso em: 20 mar. 2019.

(CUNHA, 2004, p. 345). Decorre do espaço que é reservado para determinada classe social no território periférico, ocupado por autoconstrução ou autopromoção habitacional em lote irregular ou favela (MARICATO, 2009). Na produção da cidade o pobre tem o seu lugar determinado. Para Clara, o lugar era barato porque “*era começo de bairro*” ou porque “*todo mundo falava que era perigoso, então não era caro*”. Morando na região limite da cidade, Emília, sobre suas itinerâncias, afirma: “*eu continuo na mesma região, só vou aprofundando mais pra dentro assim*”.

A disparidade no acesso a condições urbanas de vida é expressa na desigualdade ambiental, espaço onde se situam as populações de baixa renda: em área de risco, insalubres e inseguras. É o contexto da vulnerabilidade, onde as pessoas são expostas aos riscos ambientais como deslizamentos, inundações e intempéries. Sob esta perspectiva analítica, Francisco Mendonça (2004)⁹⁶ ressalta que “a constatação da degradação ambiental e da qualidade/condições de vida compõe um só mosaico, sobre o qual a aplicação da perspectiva da vulnerabilidade socioambiental pode em muito contribuir para realçar a gênese e evolução dos problemas atinentes.”.

Os fenômenos de risco vivenciados pelos entrevistados, como as enchentes, fortes chuvas, desmoronamentos e deslizamentos, chamam a atenção dos meios de comunicação e da sociedade, que associam imediatamente a “catástrofe” à problemática ambiental e, mesmo, como um evento isolado. Manifestam a dissociação entre as causas estruturais e os efeitos pontuais (MARQUES, 2016). Elaboram o discurso tranquilizante capaz de dissociar as dimensões ambientais das questões espaciais e sociais. A partir dos eventos mencionados, no entanto, para a ciência não há como negar a relação existente entre os riscos ambientais e o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas. Esta relação marca a vulnerabilidade socioambiental. É o espaço onde a sociedade se relaciona com o meio ambiente e vice-versa (TUAN, 1980).

As diferentes abordagens do termo “vulnerabilidade” propiciam uma compreensão mais densa desta categoria de análise e permite compreender que as pessoas e as áreas vulneráveis, sejam do ponto de vista social, econômico ou espacial, são também vulneráveis quanto à dimensão ambiental. Estas dimensões

⁹⁶ MENDONÇA, F.A. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 139-148., Ed. UFPR, 2004.

conjuntas da vulnerabilidade, a partir das vivências dos entrevistados, deixam de ser consideradas coincidências ou adjetivos qualitativos. Tal premissa ficou evidenciada na presente pesquisa, portanto, é a partir deste contexto basilar que compreenderemos a percepção dos entrevistados. A partir deste quadro, as percepções quanto ao meio ambiente e ao ambiente em que residem ficarão mais evidenciadas.

4.1.2 O meio ambiente

A vulnerabilidade social, espacial e ambiental são características do período de vida que antecedeu à chegada das famílias ao Jardim Bassoli. Soma-se a esta experiência o processo de assentamento nas unidades habitacionais e a vivência ao longo dos sete ou oito anos, em um ambiente construído para recebê-los. São elementos necessários para compreender a percepção dos entrevistados sobre o meio ambiente. São histórias que produzem sentido à consciência dos sujeitos e possibilitam a percepção do que é o meio ambiente, a identificação das principais preocupações e problemas ambientais assim como a sua perspectiva de futuro.

4.1.2.1 A compreensão de meio ambiente

Ao indagar os entrevistados sobre o entendimento do conceito meio ambiente, obtivemos três grupos de respostas reunidas em núcleos de sentido. O primeiro, em maior número de apontamentos, referiu-se aos problemas ambientais concretos, vividos e, em parte, a busca por uma solução:

Lixo. ...porém tem muita gente (no condomínio) que recicla... a latinha, o papelão, o plástico (Joana);

É muito lixo... não tem lugar para descarte... muito descaso da Prefeitura... A população joga no meio ambiente (Estela);

E arborização quase não tem... prejudica o condomínio na visão, fica feio, se você olhar não vê sombra... tá muito devastado (Estela);

Só vejo os rios sujos⁹⁷ (Natália);

“Aqui no condomínio a gente tenta... reciclar as coisas” (Natália).

⁹⁷ O condomínio da entrevistada localiza-se a 400 metros do Rio Piçarrão que desagua no Rio Capivari, local onde afirma ser encontrados lixo e até corpos de pessoas.

O segundo grupo apontou a ideia de um lugar imaginário:

Ah, é um lugar cheio de árvore, de flores, um lugar limpo né..., um ar puro que aqui é muito difícil encontrar. Mas eu vejo um lugar assim, gostoso de se viver, um lugar que você chega e se sente bem. (Ivone);

Árvore, tudo verde, planta, flores, frutas... (Clara);

Um lugar bonito... cheio de árvore..., sem desmatamento. Uma coisa mais bonita do que a gente vive hoje (Emília).

Lugar com mais árvores, mais frutas... flores... ar mais fresco para respirar, nada de queimação. (...) Meio ambiente é um lugar melhor pra viver⁹⁸ (Giovana).

Um dos entrevistados difere dos demais e assim se refere ao meio ambiente:

É a natureza..., não só a natureza, mas tudo aquilo que está no território onde a gente está, as casas, as pessoas que convivem, a área onde a gente está, o terreno, o bairro em si. (Manoel).

Esta última definição não dissocia o meio ambiente da presença humana e da configuração urbana do espaço onde habita. A percepção do meio ambiente, a partir da visão de Manuel, é capaz de integrar as concepções a seguir que se contrapõem entre a dura realidade ambiental do ambiente vivido com o ambiente utópico. Os dois grupos de sentido se equilibram em número de entrevistados.

O primeiro visualiza o meio ambiente a partir de suas problemáticas: a produção do lixo doméstico pela própria comunidade, o problema do descarte de lixos recicláveis e a questão da reciclagem como atividade capaz de gerar renda e mitigar o problema ambiental. Abordam o problema da arborização local, seja do ponto de vista estético como aquele relacionado à qualidade do ar. O rio, uma presença não distante da paisagem dos condomínios, é lembrado. Aqui o conceito de meio ambiente é vinculado à experiência fática (MERLEAU PONTY, 1944) da comunidade, é uma percepção de problemas que não se confunde com a realidade, mas se apresenta à consciência e, a partir desta, os sujeitos são capazes inclusive de apontar soluções, como o processo de reciclagem, a não responsabilidade por parte do governo municipal quanto ao descarte dos entulhos e móveis e, por fim, a ausência de arborização no espaço. O meio ambiente é entendido não como uma realidade

⁹⁸ A entrevistada explica que a queimação se refere ao descarte de móveis e outros objetos maiores ao qual os moradores ateam fogo gerando poluição nos arredores.

alienada e fora do contexto histórico local (Leff, 2002), mas compreende a paisagem local: a ausência de arborização em um projeto de alta densidade demográfica⁹⁹ e a presença do Rio Piçarrão que contorna visualmente, a média distância, o Jardim Bassoli, como algo externo e alheio ao ambiente local.

O segundo grupo tem uma percepção imaginária do conceito de meio ambiente. Husserl (1917 *apud* MOREIRA, 2001) compreende que o conceito de fenômeno inclui o sentimento, desejo e vontade e, portanto, são formas originárias de conhecimento. A expressão “lugar” encontra aqui o significado de desejo e utopia¹⁰⁰. O geógrafo Tuan (1980) reforça o papel do lugar como produtor de imagens para uma relação afetiva entre o homem e o meio ambiente material. Deste modo, o meio ambiente tem figurado nos sonhos do homem em um lugar ou mundo ideal: a floresta, a praia, o vale ou a ilha, espaços cujos defeitos do mundo real parecem removidos e, mesmo sob diferentes perspectivas, são imagens do paraíso (TUAN, 1980). Para Mannheim (1976, p. 228), “quando a imaginação não encontra sua satisfação na realidade existente, busca refúgio em lugares e épocas desiderativamente construídos”. São retratos críticos da realidade e daquilo que está faltando na vida real. Neste sentido compreende-se que, em relação ao lugar imaginado, com árvores, flores, ar puro e um espaço limpo, há observações antagônicas sobre a realidade vivida: “*que aqui é muito difícil encontrar*” (Ivone); “*uma coisa mais bonita do que a gente vive hoje*” (Emília); o ar puro sem “*nada de queimação*” (Giovana).

A ideia referida de lugar com elementos ausentes na realidade do Jardim Bassoli, árvores, flores, ar puro e um bairro limpo, ainda é complementada pela necessidade da estética (Emília: “*Um lugar bonito...*”) e pela necessidade da qualidade de vida (Giovana: “*...um lugar melhor pra viver*”; Ivone: “*...um lugar assim, gostoso de se viver, um lugar que você chega e se sente bem.*”). O sentir bem tem relação com o sentido da vida, com a qualidade do consumo e do trabalho produtivo que estão além dos problemas estruturais imediatos, como o desemprego, a disparidade econômica e a baixa renda. Estes últimos são elementos da economia convencional do bem-estar que podem sugerir demandas simbólicas e materiais com a imposição de modelos de satisfação e desejos através propaganda (LEFF, 2002). Recorda Leff (2002, p. 149) que “a qualidade de vida está necessariamente conectada com a qualidade do

⁹⁹ O empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida do Jardim Bassoli dimensionou o adensamento populacional em 264,11 habitantes/hectare (INSTITUTO PÓLIS, DEMACAMP, 2014).

¹⁰⁰ O tema da utopia e mentalidade utópica será tratado ainda nesta seção.

ambiente” e sugere “uma complexização do processo de produção e satisfação das necessidades, superando a divisão simplista de necessidades objetivas e subjetivas ou a determinação cultural das necessidades”.

Relevante nesta análise, quanto à percepção da noção de meio ambiente pelos entrevistados do Jardim Bassoli, é considerar que a ênfase nos aspectos qualitativos das condições de vida representa, por outro lado, a percepção da degradação do bem-estar gerada pela crescente produção de mercadorias, pela deteriorização dos ambientes naturais ou construídos e pela insuficiência dos serviços públicos básicos. São aspectos e indicadores que se relacionam ao sentido da existência, ou seja, ao viver melhor e sentir-se bem em um espaço limpo e bonito.

4.1.2.2. Principais preocupações e problemas ambientais

A segunda questão dirigida aos entrevistados procurou perscrutar suas preocupações com relação às questões ambientais, ou seja, como percebiam os problemas ambientais, em nível global ou nacional. As respostas se direcionaram aos problemas em si e as suas causas ou consequências. Duas questões apareceram de modo mais significativas: o tratamento do lixo e o desmatamento ou arborização. O binômio “lixo/árvore” aparece como dois problemas concretos e vivenciados: de um lado a presença incômoda e de outro, a ausência percebida.

Houve uma homogeneidade em todas as respostas quanto ao principal problema percebido: o lixo, o acúmulo e o descarte inadequado. Referida questão foi recordada em outros momentos da entrevista. Assim se pronunciaram:

Lixo nas ruas (Giovana);

Lixo... é o humano mesmo que geram toda esta carga, esse lixo vai acabando com tudo, a humanidade veio só para destruir (...). É no Brasil inteiro porque você vê a catástrofe (Joana);

É a sujeira (...) ...e muita poluição. (Manoel, relacionado a queima do lixo);

Tem muito lixo (...). Os moradores não têm onde jogar (Estela);

As pessoas não jogam lixo no devido lugar (Clara);

O descarte de sujeira... de material... de lixo (Emília);

A sujeira, o lixo que as pessoas não têm o cuidado de jogar no lixo (Ivone);

Só vejo os rios sujos (...). Tudo sujo... (Natália).

O segundo problema apontado é o corte de árvores, o desmatamento:

Tem mais árvore derrubada, de anos, tá derrubando para construir (Giovanna referindo-se a obras como a da Av. John Boyd Dunlop);

O desmatamento (Estela);

Eu acho que nós temos muito pouca árvore..., o espaço pra natureza está sendo cada dia menor (Ivone);

O verde no Brasil parece que está sumindo, então... vai ser muito difícil encontrar uma árvore. (Clara).

Há uma notória preocupação dos entrevistados em relacionar o problema do lixo a causas e consequências de outros problemas: para quatro entrevistados (Giovana, Ivone, Clara, Joana) o fator “lixo” seria responsável pelas enchentes e catástrofes, para Natália e Clara seria a causa da poluição dos rios e oceano e, ainda, fator capaz de prejudicar a saúde (Clara). Para Estela, a origem do problema está na omissão do órgão público municipal, pois “os moradores não têm onde jogar (o lixo)”. Todavia, a confluência de todos os entrevistados para o problema do lixo pode ser explicada por três aspectos que integram o cotidiano das famílias do Jardim Bassoli¹⁰¹:

O primeiro refere-se ao processamento do lixo produzido nos condomínios, algo que é notório visualmente e afeta o espaço local. Em cada condomínio conforme relatado por Estela, Joana e Emília, há uma ou mais pessoas responsáveis por colocar o lixo na parte externa do condomínio, três vezes por semana, para a coleta que é realizada pelo órgão municipal de limpeza pública. Estes responsáveis também mantêm a limpeza do local de depósito do lixo do condomínio, geralmente localizados próximo à portaria, e separam o material passível de reciclagem. Em cada condomínio há um espaço onde a pessoa encarregada deposita o material reciclável para, posteriormente, comercializá-lo. Este local às vezes ocupa o espaço de uma garagem disponível a cada morador. A exclusividade para utilizar o material reciclado é concedida pelo condomínio ao morador como forma de remuneração parcial pelo serviço de coleta e limpeza realizados. Portanto, o lixo orgânico e reciclável, o volume

¹⁰¹ Segundo a pesquisa IPSOS 2019, o tratamento do lixo ocupa o terceiro lugar no ranking dos problemas ambientais e preocupa 36% dos brasileiros. Este problema é precedido pelo desmatamento (53%) e pela poluição da água (44%). (IPSOS GLOBAL ADVISOR, 2019).

gerado pelo conjunto dos moradores são referências significativas da paisagem diária dos moradores¹⁰².

O segundo aspecto está relacionado à disposição inadequada dos resíduos nas calçadas que, por sua vez, não são coletados pelo serviço público: resíduos de construção civil, móveis e aparelhos ou utensílios de dimensões maiores. Também há um controle da comunidade e dos moradores das zonas rurais adjacentes para que aquele resíduo não seja disposto nas áreas adjuntas ou no depósito de lixo do condomínio, conforme relato da síndica Estela. Este material acaba por fim sendo depositado nas calçadas e, eventualmente, sendo queimado pelos próprios moradores. Manoel, Estela e Giovanna enfatizaram a questão da qualidade do ar provocados pelas “queimadas” que também afetam esteticamente, ao deixar a calçada e muros com marcas da incineração. Ocasionalmente, devido às chuvas, os resíduos dispostos nas calçadas e não recolhidos pelo órgão municipal se espalham pela rua. É uma imagem não rara no Jardim Bassoli.

Ainda quanto ao segundo aspecto, dois entrevistados mencionaram o comportamento das pessoas que dispensam o lixo no ambiente e a importância do cuidado (Clara e Ivone). Quase a totalidade dos entrevistados vincularam o problema do lixo a uma proposta de solução no qual às vezes se associa a separação dos resíduos com o processo de reciclagem:

... Se as pessoas se conscientizassem e fizessem a reciclagem, ... o meio ambiente iria sofrer menos (...). Agora tem muita gente que recicla o lixo, latinha, o papelão, o plástico, recicla mesmo. (Joana);

Lixo, eu costumo separar... e tem uma pessoa que vai separar a reciclagem (Manoel);

No meu condomínio tem reciclagem... (tem) a pessoa que faz a limpeza... a reciclagem (Estela);

E a pessoa não sabe reutilizar, se todo mundo reciclasse não teria tanto desmatamento (Clara);

Aqui próximo da gente tem muita gente que mexe com reciclagem, mas a maioria não recicla (separa) dentro de casa (Emília);

¹⁰² A produção de lixo estimada por pessoa no Brasil, segundo a ABRELPE (2018), foi de 1,03 kg *per capita* no ano de 2017. Comparando estes dados com a média de moradores (cf. ALVES, 2015), mencionado no subcapítulo 2.3.3.1 e tomando condomínio “O” do Jardim Bassoli, que corresponde à média de blocos por condomínio, chegaríamos a uma produção estimada de 460 quilos diários de resíduos sólidos dispostos geralmente próximos à portaria. ABRELPE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos 2017**. 25 nov. 2018. Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/download-panorama-2017/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

A maioria não separa... A senhorinha que separa porque às vezes vem o pessoal pra pegar, moradores daqui. (Giovana);

Aqui em casa e no condomínio a gente tenta... reciclar as coisas (Natália).

O terceiro aspecto, portanto, está relacionado à presença dos catadores de materiais recicláveis, não restrita somente àqueles encarregados nos condomínios, ou seja, está relacionado aos residentes que realizam a atividade inicial do processo de reciclagem: a coleta, o reconhecimento do material, a separação, a acomodação e o transporte. Ao caminhar, no final de tarde no Jardim Bassoli, é bastante provável avistar veículos e pequenos caminhões, bastante desgastados, transportando material reciclável. Há uma movimentação perceptível que sugere que esta atividade laboral envolve muitos moradores do condomínio, nas diversas fases da reciclagem dos resíduos sólidos.

O lixo, nas três condições relacionadas acima, constitui uma presença incômoda à consciência. Deste modo, a percepção do lixo como o principal problema ambiental, e a solução por meio da reciclagem, é algo que faz parte sensível da paisagem local e do universo cotidiano de vida dos moradores. Yi-Fu Tuan (1980, p.86) enfatiza que o meio ambiente físico, assim como aparece à consciência, a paisagem local e as suas atividades, exercem um efeito na percepção, nas atitudes e na visão do mundo, “procedendo do simples para o complexo: do impacto do meio ambiente, na interpretação dos indícios visuais até a estruturação do mundo, baseada nas principais características físicas do habitat.”. Portanto, é possível compreender o modo hegemônico como apontam o problema do lixo e o processo de reciclagem na ordem dos problemas ambientais, quer sejam locais ou em caráter mais amplo na sociedade.

Ferraz, Gomes e Busato (2012) identificam que a reciclagem no Brasil vem sendo sustentada pelo trabalho informal do catador, a quem designam como “agente ambiental” cujo trabalho não é mera inclusão precária no mundo trabalho, possuindo identidade no âmbito do desenvolvimento sustentável e da sociedade moderna consumidora de produtos industrializáveis e descartáveis¹⁰³. Segundo o Sistema

¹⁰³ Enquanto Ferraz, Gomes e Busato (2012) mencionam que 90% dos materiais recicláveis que chegam às indústrias de reciclagem advêm do trabalho de catadores, devido a uma habilidade de identificar e processar o material, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) – 2017 registra que somente 35,9% da massa de resíduos sólidos para reciclagem são realizados por catadores com apoio da prefeitura. No entanto, o SNIS reconhece a precariedade destes números: “parece relevante comentar que embora às empresas contratadas pelas prefeituras seja atribuída a maior parte da massa coletada seletivamente em 2017, julga-se haver uma significativa

Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS-RS 2017)¹⁰⁴, 30% dos resíduos sólidos são potencialmente recicláveis e, deste total, apenas 4% são coletados, o que corresponde a uma média de 9,9 kg/habitante/ano na região Sudeste do país. O relatório não menciona os catadores avulsos e individuais, aqueles que revendem a intermediários ou às empresas do setor¹⁰⁵. Em suma, os catadores e catadoras são ignorados enquanto trabalhadores e operadores do processo produtivo. Segundo Ferraz, Gomes e Busato (2012, p.763)¹⁰⁶, a tarefa de coleta, separação e posterior comercialização constitui “o modo de sobrevivência do novo agente, que, ao se expor a diversos riscos de acidentes e de saúde, também se encontra socialmente vulnerável”, a mercê da própria sorte, fruto de uma forma precária de ocupação.

O lixo é percebido pelos entrevistados como algo que não tem mais utilidade e, portanto, deve ser descartado adequadamente para posteriormente ser reciclado, por motivo econômico e/ou ecológico. Esta consciência é relevante se considerarmos que a pesquisa de caráter nacional, realizada pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos, revelou que 75% da população não separa seus resíduos em casa, e 66% dos entrevistados afirmaram saber pouco ou nada a respeito de coleta seletiva¹⁰⁷.

“subnotificação” das quantidades coletadas pelas organizações de catadores, haja vista, sobretudo, dificuldades operacionais de pesagem dos materiais recolhidos por elas, ausência de controle e registros rotineiros por um grande contingente dessas organizações e até um possível desinteresse de parte delas no repasse de seus números às prefeituras”. Cf. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2017**. Brasília: MDR.SNS, 2019, p. 91. Segundo o levantamento do órgão público, 46,7% dos recicláveis são coletados pelas empresas contratadas pela prefeitura. Denota-se que seriam estas mesmas empresas as compradoras dos produtos dos inúmeros catadores individuais e não abrangidos pelas organizações.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁵ O Ministério Público do Estado de São Paulo, em 21 de novembro de 2018, faz uma recomendação ao Município de Campinas propondo a suspensão do processo licitatório de Concorrência Pública para concessão administrativa da prestação dos serviços integrados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (PPP-resíduos sólidos) por não esclarecer, no edital, a forma e um maior detalhamento do auxílio financeiro que as concessionárias farão às cooperativas e associações de catadores. Menciona o documento que grupos de catadores e catadoras estão ainda se organizando no Jardim Bassoli e Jardim São Marcos. ESTADO DE SÃO PAULO. Ministério Público do Estado de São Paulo. Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA). **Recomendação**. 21 nov. 2018. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2639515.PDF>. Acesso em: 5 ago. 2019.

¹⁰⁶ Segundo a Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), “especialmente no caso das associações/cooperativas de catadores (...) se reconhece que o material coletado por estes agentes geralmente conta com uma pré-triagem e um maior apoio popular, implicando, portanto, em menor índice de rejeitos e, conseqüentemente, em maior aproveitamento do material coletado.”. Cf. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2017**. – Brasília: MDR.SNS, 2019, p. 92.

¹⁰⁷ ABRELPE, *op. cit.*

Em algumas respostas do presente estudo o lixo foi vinculado à sujeira e à poluição e, portanto, como algo prejudicial à natureza e à saúde. Existe a consciência de que o lixo causa impactos negativos no ambiente urbano, também esteticamente, como nas margens de ruas, nas margens do bairro e em leitos de rios, pela inexistência de hábitos racionais de disposição final de resíduos. Os entrevistados manifestaram preocupação com o processo educativo da comunidade para a incorporação das práticas sustentáveis no que se refere à disposição dos resíduos. Entretanto, o lixo também foi percebido e considerado como um objeto de valor econômico agregado. Não há coleta seletiva no bairro, como não há apoio governamental para a atividade de reciclagem.

Martínez Alier (2012) servir-se-á do marco teórico que denomina “Ecologismo dos Pobres” para analisar o impacto do crescimento econômico sobre o planeta e, especialmente, o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos, seguindo um fluxo dos países ricos para os países pobres¹⁰⁸. A expressão do título da obra refere-se não apenas à ótica sobre o meio ambiente desenvolvida a partir dos países pobres, mas também ao modo como populações locais em determinados contextos mantêm relações sustentáveis com a natureza. Disciplinas como a ecologia política contribuem na compreensão, mesmo em nível local, de como a contaminação e o acúmulo de lixos descartados poderiam beneficiar uma classe em detrimento de outra. O conceito de economia ecológica, segundo Alier (2012), traz à tona o aspecto dos custos gerados pela contaminação e pelo desgaste das fontes de recursos que são entendidos como externalidades, não considerados na conta final.

Em proporção menor pode-se afirmar, na perspectiva de Martínez Alier (2012), que ocorre no Jardim Bassoli o deslocamento geográfico dos resíduos sólidos vindo dos bairros mais ricos para a periferia social, para o primeiro processamento da reciclagem, onde operam os ecologistas não identificados que são geralmente idosos. O conflito ecológico distributivo está configurado pela exposição dos trabalhadores, sem equipamentos de proteção individual apropriados, pela forma precária de trabalho e pela baixíssima remuneração. Nesta perspectiva, a chamada externalização (MARTÍNEZ ALIER, 2012) é na verdade uma transferência do problema ambiental

¹⁰⁸ Marques (2016, p. 232-233) observa que o tratamento do lixo aparece como um ramo da “nova *dark economy*”, assim denominadas as chamadas “máfias do lixo” que operam desde o desaparecimento de produtos tóxicos até a exportação ilegal de determinados tipos de lixo.

para as partes dos sistemas mais débeis da sociedade, política e economicamente. Em consonância, o *locus* do pobre é a área degradada ambientalmente, desde o aspecto da urbanização ao ambiente natural.

O instituto IPSOS¹⁰⁹, em junho de 2019, publicou o resultado da pesquisa quanto às preocupações ambientais. Resultou que o desmatamento é a preocupação de 53% dos brasileiros, seguido pela poluição da água, para 44%, e o tratamento do lixo apontado por 36% dos entrevistados. Na presente pesquisa qualitativa, a questão do lixo e dos resíduos sólidos liderou a preocupação ambiental dos moradores do Jardim Bassoli e sempre esteve relacionada, aos problemas da saúde, da poluição do ar e dos rios. Em segundo plano, a questão do desmatamento ou corte de árvore foi apontado por quatro pesquisados.

A degradação e a diminuição das florestas, para Luiz Marques (2016, p. 75, grifo do autor), “representa uma das maiores forças da degradação ambiental e o principal propulsor da perda da biodiversidade” e, para asseverar este fato, conclui que “o futuro das florestas mundiais e o futuro da humanidade *como um todo* estão inextricavelmente ligados”¹¹⁰. A percepção dos entrevistados quanto a esta preocupação ambiental, está mais presente naqueles originários das regiões rurais do Estado da Bahia (Clara, Ivone e Natália) e menos presente nos demais, de origem preponderantemente urbanas do Estado de São Paulo. Por outro lado, o foco e preocupação, com relação ao espaço verde é uma crítica ao próprio espaço onde habitam, com notória ausência de arborização e urbanismo local.

A observação do cotidiano dos moradores permite concluir que preferem andar no leito do asfalto a caminhar nas calçadas, pelos seguintes motivos: os postes, os resíduos da construção civil ou móveis não coletados e os pequenos espaços retangulares vazios, em quantidade considerável, para o suposto plantio de árvores, constituem muitos obstáculos aos pedestres. As calçadas e as ruas foram projetadas sem que se pensasse na realidade social das famílias e no espaço público para os

¹⁰⁹ A pesquisa do instituto IPSOS teve sua base em 27 países, coletando os dados online de 19.519 adultos, de 16 a 74 anos, no período de 22 de fevereiro a 22 de março de 2019. Informa que os dados do Brasil e demais 11 países atingiram o público urbano e de maior nível educacional, portanto não necessariamente representativo. Em termos mundiais, a questão do aquecimento global e mudança climática situa-se em primeiro lugar, como problema ambiental, com 37%, seguidos pela preocupação com poluição do ar, para 35% e tratamento do lixo para 34% dos entrevistados. (IPSOS GLOBAL ADVISOR, 2019).

¹¹⁰ Estima-se que 8 milhões de km² de florestas no mundo foram perdidas desde a grande última idade do gelo até o ano 1800. E deste ano até 2010 o mundo perdeu 10 milhões de km². Há uma evidente aceleração em curso. (MARQUES, 2016).

transeuntes que circulam prioritariamente a pé pelo bairro, visto que poucos moradores dispõem de veículos, e a notável maioria utilizam os transportes públicos. Não foram projetadas praças, áreas verdes ou um ambiente urbano simbólico e central no bairro.

A execução da arborização nas calçadas do bairro, segundo a entrevistada Estela, foi malconduzida por Departamento de Praças e Jardins (DPJ) do município. Relata que, no início da atividade, logo após a mudança das famílias, acabaram por entregar as mudas para moradores mesmos plantarem onde considerassem apropriado. Ocorre que mesmo as árvores transplantadas não receberam nutrição e água suficientes para o seu desenvolvimento.

Dentro do reduzido espaço interno do condomínio não houve planejamento e execução de arborização. A vegetação gramínea foi assentada sobre o solo argiloso, resultado de aterro e compactação, portanto sem nutrientes necessários ao desenvolvimento. O resultado desta realidade é a ausência de dois fatores essenciais no projeto urbanísticos, segundo Monteiro (2007)¹¹¹: o conforto ambiental e a qualidade da paisagem. Portanto, a qualidade de vida, no que tange ao espaço público e também ao espaço interno do condomínio, foi negligenciada nos projetos e na execução. A observação que se tem do bairro em estudo é a de um local sem vegetação e sem árvores, predominando de forma absoluta o concreto dos edifícios. Não houve estudo de impacto ambiental na alteração do projeto, que previa o assentamento de 790 famílias para, posteriormente, destinar o mesmo a 2.380 famílias.

Para o arquiteto norte americano Douglas Farr¹¹², há uma tendência de todos os assentamentos urbanos de suprimir a natureza e os sistemas naturais. Esta falta de conexão com a natureza pode provocar problemas psicológicos como o estresse, o transtorno de déficit de atenção e a hiperatividade. De acordo com o

¹¹¹ Evandro Monteiro (2007) ao pesquisar a autoconstrução no Residencial São José, na periferia do município de Campinas, observa que os moradores podem ter um papel ativo na melhoria do ambiente local e propõe uma metodologia de inserção do verde, como catalisador de melhorias, tanto no aspecto do conforto interno como da paisagem. Propõe a autoconstrução do verde através do método prospectivo e participativo da comunidade. Cf.: MONTEIRO, E. Z. **Verdes-dentro e verdes-fora: visões prospectivas para espaços abertos urbanos - privados e públicos - em área habitacional de interesse social.** 2007. 258f f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2017.

¹¹² O arquiteto e desenhista urbano Farr (2013, p.35) propõe a implementação da “biofilia” para o projeto de urbanismo sustentável como forma de conectar os seres humanos à natureza “com base na interdependência intrínseca entre os seres vivos humanos e os outros sistemas vivos.”. Cf.: FARR, D. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

arquiteto, a cobertura de árvores adultas nas ruas oportuniza atividades cotidianas ao ar livre e pode reduzir as temperaturas de verão nas ruas, de três a seis graus Celsius, em média. Neste sentido, é importante compreender a relação intrínseca da qualidade de vida com a qualidade do ambiente.

Por fim, três constatações puderam ser observadas nas colocações dos entrevistados relacionadas ao meio ambiente. A primeira é de que há uma preocupação dos entrevistados com o meio ambiente. As abordagens, no entanto, seguiram diferentes perspectivas: apesar de a pergunta se referir aos problemas em nível global ou nacional, sem delimitar o número de problemas a serem identificados, o enfoque restringiu-se à situação local e referiu-se, mais propriamente, à experiência imediata vivida pela comunidade. Não houve manifestação de um discurso articulado sobre as grandes temáticas e causalidades, ou mesmo abordagens sob influência dos meios de comunicação. Portanto, o entendimento das preocupações quanto a questões ambientais foi relacionado diretamente aos problemas locais vivenciados. Nota-se ainda que há uma compreensão dos efeitos e impactos dos fenômenos naturais sobre a vida das pessoas e dos mais pobres, como evidenciamos na análise sobre o perfil e trajetória de vida dos entrevistados. Esta perspectiva da fala a partir do lugar vivenciado, é compreendida por Leff (2015, p.340) como “o *locus* das demandas e das reivindicações das pessoas pela degradação ambiental, assim como suas capacidades de reconstruir seus mundos de vida”.

A segunda constatação é o entendimento de que as questões e os problemas ambientais têm origem na intervenção do homem no meio ambiente ao priorizar a construção em detrimento da natureza (Ivone), ao não cuidar e zelar da natureza (Giovana e Clara) e ao eximir-se da conscientização (Ivone). Não houve nenhuma manifestação de negação, de negacionismo dos problemas ambientais ou, mesmo, o entendimento de que estes sejam apenas um processo natural da terra. Da mesma forma, não houve a manifestação de uma visão fatalista vinculando o fenômeno das alterações do ambiente natural a desígnio de forças superiores ou a conspiração. Prevalece uma perspectiva de responsabilidade comum por referir-se sempre a comunidade e ao coletivo.

A terceira constatação refere-se ao caráter distintivo de ausências e presenças de temas nas respostas dos entrevistados. A percepção não significa reduzir a existência dos fenômenos naturais à dimensão cognitiva, conforme abordamos no referencial teórico. Os fenômenos evidenciados, por exemplo, na

perspectiva do Antropoceno, não são uma construção social, mas a constatação a partir de manifestações físicas, biológicas e químicas identificáveis no passado recente da história, em maior proporção e aceleração comparativamente ao período anterior, do Holoceno. A percepção dos sujeitos situados no local físico e epistêmico de externalidade é complexa. Expõe a contradição da época na qual o homem domina a existência de todos os seres vivos, representada na transformação e mudança da paisagem natural e urbana e na transformação das realidades sociais, culturais e econômicas. Há aqui uma inversão da ordem sistêmica,

(...) isto significa que a clássica premissa das relações de apropriação, enunciada sob a figura sujeito-objeto (onde a natureza seria objeto de manipulação, consumo e domínio), dá lugar a uma premissa constitutiva e estruturante das relações entre o sujeito e sua realidade, cuja mútua mediação leva tal realidade e sujeito a formar-se na prática e através da experiência. (LEÓN, E. *apud* LEFF, 2015, p. 153).

Neste sentido, o contexto a partir de onde se articula a fala afeta a percepção, a compreensão e o relacionamento com o ambiente, com as instituições e com os meios de comunicação. Há uma percepção convergente originada na partilha do mesmo espaço vivencial. Existe uma relevante percepção dos problemas ambientais, apesar da natureza “imperceptível” dos riscos relacionados com a saúde e dos demais efeitos sobre a sua vida.

É relevante a ausência da abordagem de temas, nas repostas dos entrevistados, tais como a mudança climática ou o aquecimento global, bem como a responsabilização socioambiental dos governos, as emissões das indústrias ou do excessivo consumismo moderno. Como abordado anteriormente, há uma tendência quanto às mudanças climáticas de que os extratos mais pobres da sociedade são os mais vulneráveis aos desastres ambientais. Tal efeito imediato esteve presente na vida dos entrevistados em passado recente. Mesmo não se sentindo hoje diretamente exposto ao risco ambiental dos desastres naturais, existe o sentimento de vulnerabilidade, de insegurança e incerteza, vinculados ao seu contexto: o espaço onde vivem e o seu cotidiano de luta pela reprodução da vida. Sentimentos que estão externalizados em elementos que afetam e estão presentes nas suas vidas: há uma relevante uniformidade na percepção da presença constante do lixo no ambiente local, do ambiente que tampouco os acolhe, representado na esterilidade do espaço, na ausência de urbanização e de arborização.

Tanto a ausência como a presença de questões na abordagem do tema meio ambiente denotam a visão de mundo dos entrevistados e, por sua vez, refletem os ritmos e as limitações do ambiente físico e social da comunidade do Jardim Bassoli (TUAN, 1980). Não houve incidência de não resposta. Todos se pronunciaram sobre a questão do meio ambiente. Evidencia-se que há uma preocupação com o tema como algo que afeta diretamente suas vidas. Não há dissociação.

4.1.2.3 A perspectiva de futuro

As respostas quanto à perspectiva de futuro, relacionadas à temática do meio ambiente, são as seguintes:

Não tem me agradado, eu acho que a cada dia que passa a natureza está sendo mais afetada (...). Falta lugar para a natureza, eu acho que daqui a 20 anos isto aqui vai estar muito triste. (Ivone);

Melhor... vai ser bem difícil (Natália, referindo ao diálogo entre as pessoas);

Vai ser muito difícil porque a tendência do mundo é piorar (Emília, referindo-se a falta de segurança e de estrutura familiar);

Será precário, será um caos (Estela, referindo-se à preservação do espaço local);

Antigamente você sabia o que era outono, o inverno, o verão (...). Tem a ver com o meio ambiente (...). Tem alguns projetos que tentam amenizar, mas não é o suficiente porque a população é muito grande (...). Falo para o meu filho, o futuro não é bom. (Joana);

Eu só imagino o presente... (Manoel);

Vai ser muito difícil você encontrar uma árvore... (Clara);

Com mais tecnologia, menos árvore, mais celular... TV. (Giovana).

As afirmações concernentes à prospecção do futuro estão relacionadas, cinco delas, a situações do meio ambiente natural: a degradação da natureza e a diminuição de arborização, a pouca preservação do ambiente local e a alteração do clima. Dois entrevistados mencionam o ambiente social: a falta de relacionamento entre as pessoas, a falta de segurança e de estrutura familiar. Um entrevistado manifestou não ter sequer uma imaginação quanto ao futuro. As perspectivas de futuro receberam também caracterizações e qualificações por meio de adjetivos: triste, pior (duas vezes) e difícil (três vezes). Foi utilizado o advérbio “menos” para designar

quantidade de arborização, e proferido o substantivo “caos” para descrever um cenário futuro.

Distante de evocar uma visão de futuro ou cenário puramente pessimista, as respostas encontram respaldo em uma gama de sentimentos difusos, nas últimas décadas, a partir da constatação de que vivemos um momento crítico da história da humanidade, caracterizado pela crise socioambiental e pelo consoante sentimento de mal-estar. O futuro, deste modo, passa a ter uma relação inequívoca com o tempo presente a partir de um legado social e ambiental que atemoriza.

O próprio conceito e paradigma de modernidade apresenta contradições a partir de temas como a questão do meio ambiente e a possibilidade de colapso ambiental. As questões da insegurança e do medo (BAUMAN, 2008)¹¹³, da reflexividade (BECK, GIDDENS, LASH, 1997)¹¹⁴ e da mudança cultural (HARVEY, 2008)¹¹⁵ são temas frequentes no debate sobre a modernidade e a pós-modernidade. Dunker (2015, p.188) descreve a modernidade como “um movimento alternado de expectativas de determinação, racionalização e impessoalização seguidas por um contramovimento de anomia, de indeterminação e de ambiguidade.”. Para o psicanalista, a importante obra de Freud, “O mal-estar da civilização” (1930), contribui para entender a civilização ocidental a partir da cultura, “ (...) o mal-estar não é apenas uma sensação desagradável ou um destino circunstancial, mas o sentimento existencial de perda de lugar, a experiência real de estar fora de lugar”. É um sentimento compartilhado de “ausência de lugar... a impossibilidade de ‘uma clareira’ no caminhar pela floresta da vida” (DUNKER, 2015, p. 196 e 192).

Esta alusão ao espaço é relevante para nossa análise. As famílias do Jardim Bassoli viveram em uma situação de vulnerabilidade socioespacial, como analisado anteriormente, podendo naquela situação serem caracterizados como “sem casa”. No presente, residindo em apartamentos e em condições de infraestrutura urbana mais adequadas, persiste ainda o sentimento de ausência de pertencimento, o que sugere uma “indeterminação e ambiguidade” quanto ao futuro, a partir do seu lugar observado e qualificado, pelos entrevistados, como *difícil, triste, pior* comparativamente e um caos, um não-lugar. Como já analisado, ao manifestar sua

¹¹³ BAUMAN, Z. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

¹¹⁴ BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Orgs). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

¹¹⁵ HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

compreensão sobre o meio ambiente, os entrevistados relacionam o conceito a uma ideia de lugar, um lugar ideal que entendem ainda não possuir.

Zupelari e Zuki (2015, p. 450) ao pesquisar como a sociedade se organiza perante a passagem do tempo, verificam que a constante mudança presente na modernidade, desencadeia “nos indivíduos um sentimento de rompimento com a tradição, e por sua vez, de desamparo, de não pertencimento, de insegurança.”. No entanto, a tradição não se extingue, reinventa-se dentro de uma nova ordem globalmente organizada, porém com a perda gradual de sua identidade em relação à comunidade e a si mesmo. Assim, “o sentimento de não pertencer a um determinado grupo ou à determinada sociedade, faz imperar o individualismo e a importância do presente”.

Na reunião do pesquisador com os entrevistados, no dia 20 de fevereiro de 2019, na sede do Projeto Gente Nova, as lideranças estenderam a pauta para debater a necessidade de se organizarem a partir de suas experiências de lutas, mesmo anteriores ao assentamento, para assim estabelecerem uma pauta de reivindicações comuns. Acentuavam de forma consensual a presença do individualismo, do sentimento de não pertença e da paralisia das pessoas, fenômenos que podem ser explicados pela indeterminação do próprio lugar e pelo distanciamento da tradição, agora reinventada com ênfase no individualismo e no consumismo. Para os mais jovens, a fala de Manoel, manifestando a ausência de perspectiva de futuro, é sintomática: “*Eu só imagino o presente...*”. Assim, o elemento do meio ambiente natural é compreendido como algo do passado (tradição) que existia e que não cabe no futuro, conforme as falas de Ivone, Estela, Joana, Clara e Giovana. As posições sinalizam, portanto, a uma ruptura em curso da relação do homem com a natureza.

A entrevistada Joana, ao falar dos projetos que tentam amenizar a degradação ambiental, reconhece-os frágeis e insuficientes, denotando sentimento de impotência e paralisia. O fato levanta um problema mais profundo da modernidade: “a desaparecimento da utopia ocasiona um estado de coisas estático em que o próprio homem se transforma em coisa”. O obstáculo “é que cada indivíduo se acha preso a um sistema de relações estabelecidas que, em grande parte, entrava a sua vontade” e conduz à não ação (MANNHEIM, 1976, p. 285 e 284).

Ao predizer os acontecimentos ambientais (a natureza afetada e a diminuição do espaço verde, o caos a partir da não preservação e as alterações ambientais) e sociais (ausências do diálogo, de segurança e de estrutura familiar) em

perspectiva do futuro, os sujeitos do Jardim Bassoli procuram, primeiro, entender o mundo em que vivem e, segundo, manifestar o seu desejo de viver num “lugar” estável e harmonioso. Um lugar imaginário, diferente da realidade “difícil, triste, caótica...” presente e futura. Rubem Alves (2002, p. 41)¹¹⁶ compreendeu que os desejos são expressões do indivíduo, pois “o mundo humano se organiza em torno de desejos”. No entanto, eles partem do senso comum¹¹⁷ e possuem significação apenas epistemológica, não comunicam conhecimento objetivo da realidade. É no âmbito do desejo que emerge a ilusão, inclusive da modernidade, quanto aos projetos e soluções dos problemas humanos. Para Mannheim (1976), o pensamento desiderativo reflete uma crítica à própria realidade existente.

A ideia e mentalidade utópica são “situacionalmente transcendententes (não apenas projeções de desejos) que, de alguma forma, possuam um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente” (MANNHEIM, 1976, p. 229), por meio dos objetivos coletivos¹¹⁸. Nesta perspectiva, de acordo com Leff (2002, p. 67), situa-se o ambientalismo como utopia¹¹⁹:

¹¹⁶ ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. Para o autor “é do desejo que surgem a música, a literatura, a pintura, a religião, a ciência e tudo o que se poderia denominar criatividade. Mas é também do desejo que surgem as ilusões e os preconceitos. Esta é a razão por que a ciência, desde os seus primórdios, tratou de inventar métodos para impedir que os desejos corrompessem o *conhecimento* objetivo da realidade.” (2002, p. 41, grifo do autor).

¹¹⁷ Para a compreensão e a comunicação de ideias se faz necessário referir ao senso comum. Este senso é uma disposição de todos os seres humanos para se adaptar as circunstâncias da existência e da vida. No entanto, o conhecimento científico só é possível mediante o rompimento com o conhecimento vulgar “e para isto dispõe de três atos epistemológicos fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação”. Cf.: SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 31.

¹¹⁸ Para Mannheim (1976, p. 216-217) a mentalidade utópica mantém uma incongruência com a realidade presente e passa a uma conduta efetiva de rompimento da ordem existente diferentemente da mentalidade ideológica que, mesmo estando em incongruência com realidade, são socialmente impotentes, são “confinadas em um mundo além da história e da sociedade, onde não pudessem afetar o *status quo*”, não rompem com a ordem existente. Para Mannheim, a utopia tem como obstáculo determinada estrutura social. No entanto, trata-se de uma ideologia revolucionária que objetiva transcender a situação histórica e, por meio da ação efetiva de grupos sociais, visa atingir um status de organização social que as instituições da época não abarcam. Karl Mannheim, bem como Ernst Bloch, a partir de sua clássica obra “O princípio esperança”, finalizada em 1947, acreditam no potencial transformador das utopias, alimentam o desejo de mudanças sociais e assim oferecem supostas alternativas para a organização político-social.

¹¹⁹ Foi Thomas More que cunhou o termo “utopia” com a publicação, no ano de 1516, de *A Utopia*, cujo título em latim é mais longo: *De Optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia* (Sobre o melhor estado de uma República e sobre a nova ilha da Utopia). A Utopia é uma ilha imaginada distante no oceano. Utopia tem sua origem etimológica no grego: *u* significa não, e *tópos* tem o significado de lugar. Portanto, Utopia é um não-lugar, mas que na obra adquire significado de uma forma de sociedade ideal, uma república perfeita, com o livre uso dos bens e a abolição da propriedade. MORO, TOMMASO. In: **Enciclopedia Garzanti di Filosofia**. Italy. Garzanti Editore, 1988, p. 621-622 e 960.

...como crenças que mobilizam uma ação política contra os interesses estabelecidos e para a construção de uma racionalidade social alternativa. Assim, o discurso ambientalista insere-se numa estratégia de mudanças tecnológicas e sociais, que estimula uma produção de conhecimentos capazes de ser aplicados a formas alternativas de organização social e produtiva.

Se não são evidenciadas, no conteúdo das entrevistas, as perspectivas do pensamento utópico na compreensão de Mannheim (1976) e Leff (2002), também se constata que não há a presença do pensamento distópico. Para Andityas Matos (2013, p. 353)¹²⁰ “as sociedades distópicas se caracterizam pela inexistência de direitos e garantias fundamentais, sendo altamente autoritárias”. Entretanto, para Bauman (2001, p. 36), esta visão de distopia¹²¹, também presente nas obras “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley e “1984” de George Orwell, não tem sintonia com as “aflições, agonias e pesadelos” da modernidade líquida.

Segundo Bauman (2017), as utopias foram amarradas a um “*topos*”, um lugar fixo e posteriormente desamarradas de todo e qualquer lugar, sendo elas “individualizadas, privatizadas e personalizadas” por meio da “ideia de progresso” presente tanto no sistema capitalista como no socialista. “Hoje estão emergindo ‘retrotopias’: visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado” na esperança de reconciliar segurança e liberdade (BAUMAN, 2017, p.10). Movimento presente na aspiração e volta histórica ao nacionalismo, reabilitando o modelo tribal de comunidade, o retorno do eu primordial imune à cultura, a retração quanto às características da ordem civilizada, inclusive a volta à desigualdade.

¹²⁰ Sugere o autor que o termo “distopia” foi utilizado pela primeira vez em 1868 por Greg Webber e John Stuart Mill em um discurso no Parlamento Britânico. MATOS, A. S. de M. C. Direito, técnica e distopia: uma leitura crítica. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 345-366, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322013000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 jul. 2019.

¹²¹ A utopia supõe a distopia (também do grego: *dys*, que significa mau, duro: portanto, um mau lugar, o oposto a utopia). Na primeira parte da obra Utopia, Thomas More descreve a condição miserável, do ponto de vista social e político que atravessa a sociedade inglesa. MORO, TOMMASO. In: op. cit., p. 621-622. Na atualidade a visão distópica permeia nossa cultura ao confrontar o presente e o futuro a partir da questão ambiental. A jornalista Steve Rose comenta este fenômeno presente nos filmes de ficção: “[...] o futuro distópico desempenha uma função. Eles são os canários da mina de carvão da humanidade. Eles nos mostram onde estamos saindo do curso e do que temos medo - não no futuro, mas no presente. Da mesma forma, estamos fadados a repetir a história se não a entendermos. (...) ... Blade Runner nos deu um mundo onde tudo que podia dar errado tinha dado errado: **degradação ambiental, poluição, expansão urbana, domínio corporativo, tecnologia descontrolada - é a soma de todas as distopias.**”. ROSE, S. I’ve seen things you people wouldn’t believe’: what Blade Runner 2049’s dystopia tells us about 2017. **The Guardian**, 6 Oct. 2017. Culture. Available from: <<https://www.theguardian.com/film/2017/oct/06/blade-runner-2049-dystopian-vision-seen-things-wouldnt-believe>>. Cited: 21 Apr. 2018. (Grifo e tradução nossa).

Não são evidenciadas nas falas dos entrevistados a perspectiva consolidada de vinculação ou retorno às utopias e às ideias de progresso do passado, conforme o fenômeno da “retrotopia” pensado por Bauman, mesmo porque, conforme relatos da trajetória de vida e passado recentes, estavam excluídos totalmente daquelas esperanças de progresso. As lembranças do meio ambiente natural, com ar puro, arborização e rios limpos (Ivone, Clara e Natália), colocam-se como referência, como nostalgia de um passado não presente na realidade da periferia da grande Campinas. Por outro lado, o clamor por uma educação escolar mais rígida e disciplinar (Ivone) encontra eco em ideais do passado, incompletos, mas “que não morreu” (BAUMAN, 2017, p. 10). Entretanto, prevalecem os sintomas de mal-estar, a ausência de lugar.

Os sintomas do mal-estar civilizatório oriundos da modernidade, não desaparecem, mas se redimensionam, refazendo-se em novas angústias e percepções evidenciadas nas falas dos entrevistados quanto à perspectiva de futuro. Todavia, há um traço comum entre os moradores do Jardim Bassoli, a certeza de que o futuro não está dado em seu presente. Esta percepção é, no entanto, um ambiente que potencialmente pode emergir como esperança e se consolidar em utopias daqueles que são os primeiros e mais atingidos pela degradação ambiental natural e urbana.

4.2 Análise dos pilares constitutivos do ambiente habitado

O estudo de campo da presente pesquisa ocorre em um espaço físico e social, no Jardim Bassoli em Campinas/SP, onde as transformações sociais e da paisagem refletem, em microescala, um universo de ruptura e desestabilização do ambiente refletidos na revisão teórica. Analisa-se ao ambiente compreendido como “uma visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural” (LEFF, 2015, p. 282). O lugar habitado, em específico aquele espaço geográfico dos moradores do Jardim Bassoli, é onde eles inscrevem a sua vida e a sua cultura. A partir do citado lugar epistemológico que surgem as demandas e os sintomas da degradação ambiental, bem como os sinais de esperança. Será analisada a relação dos moradores entrevistados com o seu ambiente habitado: o condomínio, a área comum e o apartamento.

4.2.1 O condomínio

Ao tomar o ônibus “215 Jardim Bassoli” no Terminal Campo Grande, o trajeto rápido foi o tempo suficiente para conhecer, de forma voluntária, o Sr. Francisco que morava há sete anos no “Condomínio M, bloco 6, apartamento 2”, nestes termos¹²². Naquele condomínio residem aproximadamente 650 pessoas. A identidade do morar e do “seu lugar” requer apenas a alteração dos Algarismos Numéricos. A letra “M” é comum a todos daquela comunidade condominial que mudaram para o Jardim Bassoli em julho e agosto de 2012.

Conforme relatado anteriormente, o Jardim Bassoli nasceu como loteamento para 790 unidades habitacionais, em julho de 2009. Em dezembro do mesmo ano, o mesmo espaço se tornaria a moradia para 2.380 famílias, distribuídas em dezenove condomínios de unidades verticais (INSTITUTO PÓLIS, DEMACAMP, 2014). No Jardim Bassoli, os condomínios são caracterizados por um conjunto de prédios de quatro andares e o térreo, com quatro apartamentos por andar. O maior condomínio possui nove blocos, e o menor, três edifícios.

O presente subcapítulo será dividido em duas partes: a primeira descreverá a vida em condomínio e a segunda analisará o aspecto da segregação decorrente.

4.2.1.1 A vida em condomínio

Dois aspectos no ambiente do condomínio serão analisados: o cotidiano da vida em condomínio e a gestão do espaço coletivo. Quanto ao primeiro aspecto, a análise compreenderá três partes: o viver em condomínio, as vantagens e as suas desvantagens. A primeira questão versa sobre o sentimento de morar em um condomínio. As respostas foram as seguintes:

Nunca morei num condomínio, é a minha primeira vez, (...) aonde eu moro não é bom. (Giovana);

Numa caixinha de sapato. Este sentimento, numa gaiola. (...) (desejo) era ter uma casa, porque o meu quintal de brincar (das crianças) é minha sala. (Joana);

Ah, presa! Da porta para fora (...) tem que conviver com pessoas (...) tem lugar de convivência boa e outros não (...) não respeita a limpeza, (...) a

¹²² A identificação e as indicações numéricas foram alteradas.

privacidade, a sua hora de descanso (...) quando você mora em casa é melhor, você tem o quintal e solta os teus filhos... (Estela);

Preso (...) preso, eu não vejo a hora de morar numa casa porque eu sempre tive um quintal... Hoje eu tenho um filho e não tenho um quintal. (Emília);

Olha, eu me sinto preso porque você não tem um quintal né... me sinto preso num lugar (Ivone);

É estranho, é apertado, muito barulho (...) falta respeito. (...). Eu moraria numa casa. (Clara);

Péssima, muito péssima. Morar pra mim é um obstáculo grande... (Natália, relacionando a convivência);

É uma experiência bacana. (...). Aqui tem mais união do que no bairro... eu conheço todo mundo da torre (...). As pessoas são mais comunicativas, mais juntas (Manoel).

Evidencia-se uma percepção negativa quando ao viver ou morar no condomínio a partir da experiência dos entrevistados. A metade manifesta sentimento de restrição da própria liberdade, com utilização de termos comuns (“preso”) e analogias (caixinha de sapato e gaiola). Outros três entrevistados afirmaram que a experiência não é boa, é estranho e péssimo. Apenas um entrevistado ressaltou os aspectos positivos, referindo-se à interação social e a comunicação entre as pessoas.

As narrativas, quatro delas, relacionaram sua análise negativa aos problemas de convivência entre os moradores, como a existência de barulho e a falta de privacidade, a ausência de respeito e a questão da limpeza no espaço comum. Quatro entrevistadas relacionaram a sua percepção negativa do condomínio à preferência e desejo pela modalidade de habitação unifamiliar: a casa e o quintal.

Três questões principais, inter-relacionadas, devem ser consideradas: a primeira refere-se ao fato significativo de que os moradores do Jardim Bassoli, em sua grande maioria, nunca residiram em condomínio. Entretanto, o confronto com esta realidade não se inscreve somente no âmbito do aprendizado como ensejou a Pesquisa do IPEA (BRASIL, 2014, p.50). Trata-se do sentimento de fazer parte, em todas as etapas do processo, como sujeitos beneficiários.

A segunda questão está relacionada ao nível da realização de desejos e necessidades, de algo que está ausente na vida real: a casa e o quintal. Fatores subjetivos relacionados à experiência de vida anterior e percepções, criam uma imagem estruturada a respeito daquilo que é compreendido como casa. São experiências distintas daquelas da família classe média, que pode decidir escolher

uma residência no mercado imobiliário, onde planeja e avalia a localização, o tamanho, a planta, as potencialidades e as limitações, o preço, entre outras características. Em tal contexto da pesquisa, a necessidade e a situação de emergência é maior do que o poder ou o desejo de decidir, o que, por sua vez, foi terceirizado ao Estado. Por uma situação de vulnerabilidade e em nome do sonho da casa própria, as famílias se dispõem a morar em lugares muitas vezes nunca desejados, ajustando-se às circunstâncias que lhes são postas.

A terceira questão está relacionada ao sentimento de mal-estar, caracterizado na expressão de não se sentir bem onde mora. É o fenômeno oposto ao que Tuan (1980, p. 5) define como topofilia, aquele “elo efetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. As descrições dos sentimentos e adjetivações são curtas e sem grande precisão: estranhamento, aprisionamento, insuportável, não desejável. São sentimentos indeterminados, ainda não nomeados. Há tentativa de identificar este mal-estar apontando para as causas, amparadas nos comportamentos difusos dos outros e também na busca do desejo de uma casa com quintal. Alguns ressentimentos são evidenciados nas falas: a degradação daquilo que designam como respeito na vida de comunidade, o déficit de autoridade na comunidade e de um poder aglutinador, e a ausência de recursos financeiros para lidar com os problemas do espaço comum. Ainda, subjaz em algumas falas o sentimento de não relação com o lugar, de isolamento e não pertencimento. Dos oito entrevistados, três manifestam o desejo de deixar o condomínio e seu apartamento assim que houver oportunidade. Uma representante ressaltou que faltariam dois anos e dois meses, o exato período para quitar o apartamento.

A percepção positiva quanto à experiência de viver em condomínio partiu do mais jovem entrevistado, Manoel, que reside há dois anos no condomínio. Sua fala valoriza o aspecto da convivência social. Dito aspecto também citado por uma jovem, Clara, como a vantagem principal. Dois entrevistados manifestaram um sentimento de relativa segurança e de proteção social, por meio de vizinhos que acompanham o cotidiano da comunidade:

Tenho muita amizade... quando tenho que sair as pessoas olham os filhos, dá um pouquinho mais de segurança. (Giovana);

Sempre tem alguém olhando pra minha casa. (Estela).

Quatro entrevistados não encontraram absolutamente nenhuma vantagem na experiência de morar em condomínio, fato que reforça as percepções predominante dos entrevistados.

Quanto às desvantagens experienciadas no viver em condomínio, as respostas circularam em torno de dois temas principais: a convivência interna e a segurança, esta última associada ao problema da violência. Seis entrevistados mencionaram problemas no relacionamento interno, na vida em condomínio, devido a questões de convivência, como o barulho de aparelhos de som e o descarte de lixo em local inapropriado. Duas narrativas:

É os conflitos com moradores, os vizinhos por causa de briga de crianças... e com o síndico, porque ele é uma imagem superior a nós... Não acontece assembleias no condomínio pra decidir as coisas (Manoel, relata a rampa para deficiente que foi retirada arbitrariamente);

É muito barulho... devido ao som que vem aqui dentro... (relata briga de vizinhos por causa de limpeza e do local do lixo). Aqui não tem respiro, não tem uma janelinha no corredor... não tem ventilação na verdade (...). Aqui é 10 quer melhora e 100 quer piora. (Emília).

A questão da violência e da segurança tem um destaque especial nas declarações sobre as desvantagens de residir em condomínio. Há relato de arrombamento e pequenos furtos:

... teve apartamento arrombado.... Sai pra trabalhar quando volta não tem as coisas... até o tapete da porta. O ruim é esta convivência. Sempre acontece. (Estela).

Ou ainda, a percepção de coação:

A convivência na verdade. Você não tem espaço para nada, você é coagido de um lado ou de outro (...). É assim se você não gosta de algumas coisas que você vê, então você volta pra dentro de casa. (Estela).

É constatado pelos moradores o comércio e uso de entorpecentes. Uma das entrevistadas, para reforçar o relato, mostrou alguns lugares utilizados para o consumo, bem como para a comercialização:

A gente encontra biqueira, não tem segurança (Giovana);

Falta de respeito com o outro... aí fora tem um monte de gente usando drogas (Natália).

Foi indagada uma entrevistada sobre o motivo pelo qual o vizinho não tinha fechadura da porta do apartamento e sim uma corrente de aço. Relatou que a polícia tinha estado lá e arrombado a porta por terem sido denunciados por porte de entorpecentes. Outros relatos:

(O consumidor ou comercializante) nos respeita nos limites deles (...) prejudica porque passa a polícia (...) sai atirando (Giovana);

Você não tem segurança. Assim, como é um bairro novo, tem muito preconceito (...) policiais, não vão com mandato, eles arrombam a sua porta, não tem mandato e entra lá, se você falar alguma coisa você ainda acaba sendo agredida. (...). Não sei se você tem medo da polícia ou medo do ladrão. Então a segurança é muito precária. (...) tenho mais medo da polícia invadir a minha casa sem um mandato só por questão de uma denúncia... do que de um ladrão que sai de lá na paulada. Porque quando pega alguma coisa do tipo, junta todo mundo né e chama atenção... Aconteceu de pessoas roubar gás, a gente pegou e fez pagar, os parentes pagou, então quando é caso na comunidade a gente consegue resolver (Clara).

No relato sobre as desvantagens, foram apontados outros problemas relacionados e emergidos na gestão dos conflitos e da violência: as barracas de pequenos comércios, a inadimplência quanto à taxa condominial e a construção do muro.

Conforme anteriormente mencionado, além das denominadas “barracas” localizadas nas margens do conjunto de condomínios, surgiram, nos últimos três anos, outras “barracas” ocupando o espaço físico dos condomínios. Segundo relato dos moradores, estas decisões foram tomadas por alguns síndicos como forma de obter retorno financeiro para a gestão do condomínio. No entanto, sobre esta situação há desconhecimentos dos detalhes e procedimentos. Há caso evidenciado de desmembramento de uma parte do espaço físico do condomínio para estes comércios, por meio da alteração do limite do muro. Estes fatos repousam como um conflito latente. Há relatos de “*muito barulho*” (Giovana) nas “barracas”, mesmo à noite. Ivone observa: “... *o que mais vejo vender é pinga, bebida alcoólica, cigarro, verdura é uma ou outra... tem confusão, uma brigaiada...*”.

A inadimplência da taxa de condomínio gera dois problemas, segundo os relatos: a dificuldade real de assegurar a manutenção e os serviços básicos da gestão condominial e, segundo, o sentimento de que “os outros” se beneficiam dos adimplentes. Segundo Giovana, houve mês no seu condomínio em que apenas treze moradores, do total de cem, pagaram a taxa de R\$ 70,00. Para Natália, somente 30 a 35% pagam o condomínio. Observa-se que em alguns condomínios existem

problemas críticos de manutenção sendo adiados por falta de recursos. Espaços comuns como os salões de festa, os parques infantis e a jardinagem são os primeiros a resultarem em abandono. Neste sentido, a gestão do condomínio restringe-se a manutenções essenciais como troca de lâmpadas das escadas, absolutamente sem iluminação natural, reparos no motor que envia a água ao reservatório principal do condomínio, e a limpeza dos espaços comuns.

Como resposta à violência e à falta de segurança, a solução escolhida foi a construção do muro. Originalmente, todos os condomínios estavam cercados por telas de arame. Além do desgaste natural, foram abertos vários “buracos” para facilitar o acesso aos blocos de apartamento. A maioria dos condomínios iniciou a construção de muros, que se encontram parados devido à falta de recursos. Tal solução para fornecer mais segurança por meio do controle de acesso, traz conflitos de opiniões, exemplificadas em três relatos:

Nunca me vi murado e nem cercado... é me sentir preso. (Manoel);

... No condomínio é alternado muro e grade (diferente da tela de arame)... pra ter visibilidade para ver lá fora... pra polícia... saber o que está acontecendo. (Estela);

Mas o meu sonho no futuro é murar tudo, murar e se puder passar aquele (concertina) lá em cima... (Emília).

4.2.1.2 A segregação dentro da segregação

O processo urbano de produção de habitação popular no Brasil recente, como abordado anteriormente, mesmo atendendo uma demanda social e integrando o patrimônio às famílias pobres, priorizou a mediação do mercado. Portanto, a explicação para a relação tensa e contraditória entre os sujeitos e os condomínios do Jardim Bassoli, entre outros e em grande medida, repousa na aglomeração técnica da população, ou seja, na produção do espaço urbano: a segregação socioespacial, o projeto arquitetônico e a internalização do processo segregacionista. São três aspectos que analisaremos em sequência.

O primeiro elemento de análise, a segregação socioespacial, repousa na constatação de que o processo de produção e reprodução do espaço urbano está intimamente conectado à dinâmica de produção e reprodução da sociedade capitalista. Ao analisar a segregação, Lefebvre (2011) entende este processo como estrutural na produção do espaço urbano e se concretiza de três modos: de forma

espontânea, observando a renda ou a ideologia; de forma voluntária, estabelecendo espaços separados; de modo programado, empreendido pelo Estado com o pretexto de plano. Assim a “sociedade pratica a segregação (...). Ela projeta a separação na prática...” pois, “na representação urbanística, o termo zoneamento já implica separação, segregação, isolamento nos guetos arranjados. O fato torna-se realidade no projeto.” (LEFEBVRE, 2001, p. 103). A importância e relevância desta análise está em que ela espelha o “planejamento”, seja urbano ou arquitetônico do empreendimento do Jardim Bassoli, que conduz à indagação de Lefebvre (2011, p. 103-104, grifo do autor): “Que resulta disso? Sem nenhuma dúvida, fenômenos paradoxais de *integração desintegrante* que incidem especialmente sobre a realidade urbana” e se faz “acompanhar por um enorme mal-estar.”.

O Jardim Bassoli é um exemplo da “*integração desintegrante*”. É um processo de segregação que ocorre dentro de um espaço já segregado, pois a região do Campo Grande, conforme abordado anteriormente, é caracterizada por uma população de baixa renda residindo em moradias e condições precarizadas. O Jardim Bassoli está situado em região onde a atividade econômica é quase inexistente, distante das forças produtivas da cidade, em função de estratégias sociais.

A segregação induzida pelo Estado¹²³, no presente estudo, concentrou o projeto habitacional popular em um único espaço, gerando uma homogeneidade social e espacial. Segundo Souza (2003, p. 84),

A segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder. A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades (retroalimentação positiva), ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerâncias e conflitos.

Deste modo, o distanciamento espacial cada vez maior da cidade, ao invés de diminuir o conflito entre as classes e intraclasse, os intensifica. São contradições expostas nas narrativas dos entrevistados Estela, Giovana e Clara, no tocante ao problema da violência e dos conflitos sociais na vida em condomínio do Jardim Bassoli. A estigmatização das pessoas, em função do local de moradia, não somente

¹²³ O processo de segregação socioespacial das camadas pobres da sociedade é induzido e não autônomo, com características diferentes do novo padrão de segregação urbana que, segundo Teresa Caldeira (2000, p. 9), é promovido por “diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas”, retirando-se dos bairros tradicionais para os “enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo”, justificado e amparado socialmente pelo discurso do medo e da violência. “Constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos” dividindo o mundo entre o bem e o mal (CALDEIRA, 2000, p. 10).

ocorre na relação com a cidade, conforme expôs Estela, narrando as dificuldades de conquistar o emprego pelo fato de residir no Jardim Bassoli¹²⁴, mas geram também “... problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de autoestima coletiva” (SOUZA, 2003, p. 69).

De acordo com Caldeira (2000, p. 9), as elites adotam este discurso do medo para reconfigurar a segregação espacial das suas cidades, proporcionando estruturas de narrativas de crime e violência que “incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados”. Este mesmo discurso serve também para segregar, agora por um processo indutivo, “outras cidades” como a do Jardim Bassoli. A gramática da violência e as ameaças de “certos grupos (...) perigosos” reforçam e valorizam a desigualdade e as separações (CALDEIRA, 2000, p. 10).

A desigualdade passa a ter um valor estruturante na segregação. Neste sentido, o acesso à moradia nos padrões da habitação popular sugere a sua imbricação com o discurso da violência. Ao analisar os condomínios horizontais do interior do país, Batista (2015) percebe que a lógica condominial, seja nos seus aspectos físicos ou organizativos, impõe uma relação de controle e disciplina dos pobres. Isto irá refletir no fenômeno de estranhamento com relação ao outro, de destruição da relação de vizinhança e de desvalorização do espaço público e comum, originando uma luta pelos espaços internos. Um ambiente propício para o tráfico e uso de drogas ilícitas ou lícitas, como mediadoras de uma socialização juvenil, pode estar na origem de pequenos furtos dentro do condomínio.

O segundo aspecto a ser analisado refere-se ao empreendimento arquitetônico do Jardim Bassoli, que representa uma tipologia *sui generis*. Os blocos verticais foram implantados em quarteirões que se assemelham àqueles destinados à construção de unidades habitacionais unifamiliares, comparado aos do bairro vizinho, Parque São Bento¹²⁵. Estes espaços retangulares possibilitam menor flexibilidade para localização não somente dos edifícios em blocos, mas também dos espaços

¹²⁴ Conforme relato dos técnicos do Projeto Gente Nova, em reuniões que antecederam a pesquisa, nos primeiros anos logo após o assentamento das famílias, em 2009, as crianças, que frequentavam as mesmas escolas de ensino básico das crianças das proximidades, eram chamadas provocativamente e com conotação pejorativa pelo derivativo “bassolentos”.

¹²⁵ Segundo os técnicos do PROGEN, em reuniões que antecederam a realização da pesquisa, o formato dos quarteirões obedeceu à destinação inicial do projeto, de julho de 2009, nos quais seriam construídas as unidades unifamiliares de habitação.

comuns internos, dificultando o acesso ao condomínio e a intercomunicação entre os blocos.

O formato de produção habitacional do PMCMV segundo Rolnik *et al.* (2015) consolidou o protagonismo histórico do mercado imobiliário na política habitacional, priorizando a quantidade de unidades habitacionais dentro de um espaço, uma tipologia padronizada e linear, de forma contígua, caracterizada como “megaempreendimento” a partir de uma perspectiva unifuncional, não observando a tipologia das famílias e as suas necessidades relacionais.

Os grupos familiares de classe média que residem em condomínio caracterizam-se pelo distanciamento e autonomia quanto à interação social (CALDEIRA, 2000), pois suas relações sociais estão dispersas nas diversas centralidades da cidade (CAIADO; PIRES, 2006). O contrário acontece com as famílias das classes populares que têm a necessidade de uma relação de vizinhança mais próxima e marcada pela ajuda mútua, como o fato de cuidar da casa ou dos filhos dos vizinhos, relatados anteriormente por Giovana e Estela. Os empréstimos de alimentos e mesmo de utensílios domésticos são uma prática comum nos bairros populares. Estabelecem o que Guimarães (2011) compreende como uma rede de proteção social.

Constata-se que o projeto e planejamento arquitetônico, enquanto visando apenas construção de unidades habitacionais, promove a desconstrução das relações sociais. Assim, o acesso pela portaria, em pontos do extremo do espaço retangular do condomínio, “permite” a construção de atalhos no muro de tela. As escadarias sem ventilação e com iluminação artificial necessária permanentemente, proporcionam a criação de um espaço de disputa e atritos. Não existe nos condomínios um espaço de integração social e simbólico (TUAN, 1980), capaz de promover a sociabilidade. Mesmo no conjunto dos dezenove condomínios, o projeto não previu um espaço central urbanístico para abarcar os serviços públicos, praça, espaço de lazer, igrejas, escola e creche. Todos estão situados distantes ou às margens do conjunto do bairro. A inexistência de espaço para o comércio e serviços locais denota que foi subestimado o item consumo para este setor da baixa renda. Estes consumidores foram assim contemplados pela instalação das “barracas”, de modo precário, que promovem uma depreciação urbanística e estética e corroboram para a diminuição do sentimento de “topofilia” (TUAN, 1980). Como relatado por Ivone: “é uma coisa favelada”.

O projeto arquitetônico previu a gestão condominial, a forma organizacional de administrar e coordenar a vivência e o uso das unidades habitacionais e do espaço comum¹²⁶. Isto implica, necessariamente, uma gestão compartilhada dos recursos, oriunda de todos os moradores, para arcar com todas as despesas comuns¹²⁷. O relatório da Caixa Econômica dá conhecimento de que a renda média dos beneficiários do Jardim Bassoli era baixíssima, sendo que 29,2% das famílias não possuíam nenhuma renda (INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP, 2014). A conclusão necessária é de que o empreendimento partiu da estimativa de que haveria um altíssimo nível de inadimplência. Como consequência, há insuficiência de recursos para gerir o condomínio. A situação da inadimplência pode originar outro problema de irregularidade: aqueles que, pelo não pagamento da taxa de condomínio, decidem se mudar e comercializam, de forma clandestina, o próprio imóvel¹²⁸. Com a inadimplência e as dificuldades na gestão condominial surgem também conflitos. A situação impacta nas relações de vizinhança dentro do condomínio e coloca a figura do síndico em suspenso.

O terceiro aspecto a ser analisado refere-se ao processo de segregação na subjetividade dos moradores. Diversos termos têm sido utilizados pelos teóricos para a compreensão do fenômeno da segregação enquanto fato socioespacial: intolerância, estigmatização, preconceito, conflito, baixa autoestima coletiva e “guetização”, entre outros. São termos que remetem à ideia de separação, isolamento, “tribos” e “muro”. O psicanalista Dunker (2015) reconstrói esta experiência a luz do fenômeno que denomina a “vida em forma de condomínio” do qual decorre uma lógica de exclusão.

Tanto os estudos de Caldeira (2000) como os de Dunker (2015), partem de uma realidade de observação da classe alta e nova classe média em ascensão,

¹²⁶ O relatório da pesquisa de satisfação do IPEA (BRASIL, 2014, p. 50), realizado dois a três anos após o assentamento, menciona que as famílias teriam que “aprender” e “se ajustar” ao novo modo de vida. O relato da entrevistada Natália menciona que as reuniões preparatórias, anteriores à mudança, ficaram restritas a formalidades legais e administrativas, além de informações gerais. É permitido, portanto, supor que o projeto previa que a adaptação e a aprendizagem ao novo modo de vida compartilhada, ocorreriam como um processo “natural”, assimilável no cotidiano.

¹²⁷ Algumas despesas foram enumeradas pelos entrevistados: manutenção da bomba d’água, reparos de encanamentos, pagamento do fornecimento de água e energia elétrica, a conservação da limpeza e produtos de limpeza, a ajuda de custo do porteiro e do encarregado do lixo, a troca de lâmpadas e a manutenção do salão de festas, da jardinagem e do parque infantil.

¹²⁸ Em momentos de crise econômica, a experiência de reprodução de vida das classes de baixa renda exige que disponham mesmo do bem maior que possuem, conforme relatado por Natália: a doença de um membro da família exigiu a saída da habitação popular para garantir a medicação e o atendimento médico.

preconizada nas propagandas que abordam os condomínios fechados como geradores de felicidade e liberdade. Fenômeno este frontalmente oposto àqueles que são convocados à vida condominial como única solução à situação emergente de vulnerabilidade socioambiental. No entanto, em suas drásticas singularidades, de forma optativa ou não, as personagens revivem a montagem de “uma fantasia” em três tempos (DUNKER, 2015). Primeiro, a lógica do condomínio¹²⁹ tem a premissa de excluir os que estão fora, portanto há segregação como princípio, em nome da insegurança e da indeterminação do próprio mal-estar coletivo. Nestes espaços protegidos, os conflitos podem, em tese, ser administrados. No segundo tempo, é preciso estabelecer muros, demarcar o lugar dentro e o lugar fora. Por outro lado, o espaço produtivo interno passa a requerer uma série de cuidados, encargos, taxas e obrigações. Num terceiro tempo surge a função do síndico, que “deve gerir o sofrimento da vida em espaço reprodutivo para transformá-lo em formas palpáveis de insatisfação, que ele poderá administrar” (DUNKER, 2015, p. 55) ou não.

Assim, exemplarmente, o processo de internalização subjetiva do movimento segregatório ocorre na projeção da construção do muro, proposto como solução aos problemas internos, procurando resgatar a unidade na gestão dos problemas. Ocorre, portanto, uma reprodução do processo de segregação no espaço já segregado.

Entretanto, a vida cotidiana e a convivência trouxeram novos desafios e subsiste nova nomeação do mal-estar no ambiente vivido: a vida em condomínio. Isto dá origem a sentimentos contraditórios, não somente presente nos grupos de famílias, mas às vezes coexistindo nos próprios sujeitos: o condomínio configura para alguns o lugar transitório, um “passo para algo melhor”, o que buscarão ao mudar para um novo recomeço. Outros enxergam ali um lugar de permanência, símbolo de uma conquista e de uma segurança.

¹²⁹ Existem poucas literatura e pesquisas relativas ao fenômeno da vida condominial nos condomínios de habitação popular. Estes possuem particularidades e aspectos necessários para serem aprofundados, principalmente objetivando a implementação e gestão de políticas públicas sociais e habitacional. Segundo Rolnik *et al.* (2015), cerca de 60% das unidades do PMCMV na Região Metropolitana de Campinas apresentam esta tipologia organizacional.

4.2.2 A área comum

De acordo com a Portaria n.º 465/2011¹³⁰, os empreendimentos do PMCMV na forma de condomínio, com mais de sessenta unidades habitacionais, deverão conter equipamentos de uso comum, no mínimo correspondente a 1% do valor da edificação e infraestrutura, obrigatoriamente na seguinte ordem: “espaço coberto para uso comunitário, espaço descoberto para lazer e recreação infantil e quadra de esportes”. No Jardim Bassoli, os dois primeiros, prédio e equipamento, foram alocados em todos os dezenove condomínios.

As duas quadras abertas estão localizadas nas laterais do empreendimento, fora do espaço específico dos condomínios e, portanto, sem gestão e controle por parte dos Condomínios quanto ao uso e manutenção, conforme relatado por Estela.

A percepção sobre a vida em condomínio conflui com a percepção sobre a área comum, estão inter-relacionadas: organização e espaço se mesclam em muitas declarações e também na vida cotidiana. Ao se falar em área comum, as falas estão relacionadas, em sua maioria, ao espaço destinado às crianças e ao salão de festas, como segue:

O “espaço descoberto para lazer e recreação infantil” é caracterizado por equipamentos de *playground*. Poucos equipamentos ainda funcionam e alguns parcialmente. Seis entrevistados relatam que inicialmente o equipamento funcionava, porém passaram a ser utilizados por adultos e mesmo por dependentes de entorpecentes e “... *destruíram tudo*”, relata Joana. A mesma afirmação feita por Ivone: “*Tinha um parquinho, mas (...) as pessoas que usa droga, quebraram todo (...). Não tem uma área de lazer para as crianças*”.

Não havendo área para as crianças, os entrevistados comentaram as alternativas: “...*as crianças tentam brincar no espaço que dá*” (Giovana). Para Manoel e Ivone, as crianças utilizam os passeios de pedestres e os estacionamentos. Há, no entanto, iniciativas como no condomínio de Estela onde “*as crianças gostam de brincar lá na portaria... a graminha é macia... ali (o condomínio) disponibiliza wi-fi pras crianças brincar de jogar, eles fazem dali a área de lazer.*”.

¹³⁰ BRASIL. Portaria nº 465, de 03 de outubro de 2011. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 out. 2011, Secção 1, p. 31.

Joana evita as opções alternativas para a recreação das crianças: “*não dá pra mim pegar e ir com o meu filho lá embaixo. (...) É assim, o que eu ensino para as crianças, o outro não ensina*”. Dona Natália fala da difícil tarefa de levar a neta ao playground, pois “*... moleques que mora num e noutra condomínio se ajunta ali para usar droga*”. “*E hoje, quando você quer levar as crianças pra brincar você tem que sair (do condomínio), né? Dessa maneira.*”, conclui Ivone.

Este espaço de recreação infantil é significativo e importante na vida da comunidade. Emília argumenta: “*Eu penso muito nas crianças, eu queria fazer um campinho de futebol, um parquinho para crianças*”. A mesma proposta de Estela e Joana, agregada com as ponderações, pois que as crianças são impedidas pelos maiores e adultos de utilizarem as quadras esportivas, o campo como os parques infantis deveriam ser exclusivos para as crianças, com o uso de tela para delimitar os espaços.

O “espaço coberto para uso comunitário” é reconhecido pelos moradores do Jardim Bassoli como o salão de festas e possuem a estrutura de banheiros, cozinha e churrasqueira, além de mesas e cadeiras. Em janeiro de 2016, um salão de festas desabou¹³¹ e todos os demais dezoito espaços foram interditados nos condomínios, vindo a ser liberados gradualmente até 2018. As falas a respeito do salão de festas manifestam uma variedade de opiniões quanto ao uso, refletindo as situações peculiares dos condomínios:

Onde eu moro não tem... o salão está sem condição de uso porque não entra dinheiro para ela poder arrumar. (Giovana);

É utilizado por todos... a gente abre as portas para o morador aprender artesanato, pra progredir, ter renda. (Estela);

Salão de festa... guarda mais as coisas do síndico. (Natália);

Serve prá guardar as coisas do condomínio. (Giovana);

Utiliza para os projetos sociais. (Manoel);

O espaço é utilizado pra fazer oficina... (Clara);

Agora está voltando a usar mais (...) a gente tá dando uma arrumada. (Emília).

¹³¹ Conferir em: G1 CAMPINAS E REGIÃO. **Salão de festas de condomínio em área de risco desaba em Campinas**. Globo G1. 21 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/01/salao-de-festas-de-condominio-em-area-de-risco-desaba-em-campinas.html>>. Acesso em: 22 maio 2019. O mesmo salão permanecia inutilizado até o período das entrevistas.

Quanto à utilização do espaço por parte das famílias, houve ênfase dos entrevistados a respeito da norma do condomínio que restringe o uso unicamente aos adimplentes, segundo Joana, Manoel, Estela e Emília. O uso é livre, no entanto, para as reuniões, atividades sociais e para as atividades em parcerias com o PROGEN. Clara menciona que a utilização para as festas em família traz embarços, visto que não convidados e crianças podem entrar: “*Se for pra mim fazer festa no condomínio eu não faço...*”.

No atinente à interação social e lazer no espaço compreendido pela área comum, há uma variedade de opiniões que revelam as particularidades do condomínio e a visão dos entrevistados:

Tem um pouco de dificuldade (...). A maioria fica presa dentro de casa pra evitar estes tipo de conflito com as pessoas. (Ivone);

As pessoas descem e fica sentado lá na frente conversando, batendo papo. (Clara);

As pessoas ficam bastante lá fora, faz reunião lá. (Giovana);

Aqui (no condomínio) é mais liberal, por ter vindo de área de risco a gente torna mais à vontade, não aquela coisa de muita regra, não pode sentar em tal lugar, não pode fazer isto ou aquilo (...). Alguns não querem utilizar o salão de festa ou não pagam o condomínio.... (...). Eles viveram tanto tempo jogado, para eles tanto faz. Faz um churrasquinho na janela da casa deles, faz uma rodinha e bebem a cervejinha... (Estela);

Aqui na minha torre a gente conversa com todos os moradores, a gente fica lá embaixo de tardezinha.... Tem morador que faz churrasco lá embaixo... põe a churrasqueira, as vezes no salão de festa. (Emília).

A importância dos espaços de uso comum em conjuntos residenciais verticalizados está no fato de funcionarem como uma extensão da habitação, seja no sentido de suprir algumas necessidades da própria família, seja com relação à socialização dos indivíduos, ou ainda, ao fortalecimento de uma rede proteção social. No entanto, estes objetivos são colocados em suspensão a partir da avaliação geral que Ivone faz da área comum: “*Não vejo muito o que fazer porque o espaço é muito pouco*”. A falta de área comum destinada às manifestações culturais e às atividades de esporte e lazer, somada a má conservação dos equipamentos para recreação das crianças, levantam a questão: qual espaço seria necessário?

A identidade e a relação dos moradores com os espaços em comum, mesmo no período em que residiam em áreas de risco, eram muito fortes. Ocorre o processo de identificação com o lugar que desperta sentido ao cotidiano (TUAN,

1980), e mesmo os becos e as vielas das áreas vulneráveis tornam-se áreas de lazer e convívio, restando como essenciais para a integração social, conforme relatos da trajetória de vida dos entrevistados.

A portaria do condomínio e as áreas de circulação, como a entrada e as escadas de cada bloco, são espaços onde as pessoas se dirigem cotidianamente ao apartamento ou ao trabalho, espaços de encontro, determinantes para a vida de relação da família. A relação entre a vizinhança assume um papel significativo na reprodução social das famílias de baixa renda, são sinônimos de acolhimento e segurança. Entretanto, no Jardim Bassoli, estes sistemas de acessos e circulação apresentam-se precários e, como tais, podem induzir a conflituosidade.

A área comum, sob a análise teórica, emerge como um espaço de transição que realiza a passagem entre o espaço público e o espaço privado. Segundo o Relatório elaborado pelo IPEA (BRASIL, 2014), para aprender a compartilhar deste espaço de transição, é necessária aprendizagem e ajuste à nova forma de morar. Trata-se de um objetivo difícil para a maioria dos moradores que nunca experienciaram esta forma de morar e mesmo não optaram por esta tipologia de residência. Por outro lado, este aprendizado supõe uma experiência de cidadania e democracia, onde as relações sociais e de poder transpareçam de modo aproximado a relação entre o público e o privado. Como analisado anteriormente, mesmo entre os moradores de classe média e alta, a vida em condomínio e a utilização destes espaços de transição não são ausentes de conflitos (DUNKER, 2015; CALDEIRA, 2000).

Baptista (2011, p. 86-87), ao analisar as Habitações de Interesse Social na periferia de Belo Horizonte, MG, propõe a identificação da área comum como local de integração, de apropriação e de transformação produzidos na convivência. O primeiro espaço permite a integração de pessoas para reuniões, lazer, manifestações culturais e sociais. Ocorre uma privatização do espaço relacionada ao tempo de duração daquelas atividades, compreendido também como espaço público. A segunda identificação, como espaço de apropriação, seria aquela relacionada à formação de identidade do indivíduo ou do grupo com o local. Portanto, são espaços “apropriados pelas pessoas para a realização de suas atividades cotidianas”. Por fim, os “espaços de transformação são aqueles caracterizados pela alteração física do local”, sendo estas realizadas por um coletivo que se organiza para aquela finalidade. Para Baptista (2011), esta privatização estrutural do espaço, nos três modos, corresponde à construção da responsabilidade e da identidade do usuário com sua moradia.

A análise anterior decorre de uma apropriação ideal do espaço transitório. No entanto, no Jardim Bassoli, há uma delimitação dos espaços e seus âmbitos já presente na unifuncionalidade do empreendimento e no modo não dialógico de sua implantação. Ao experimentar esta transitoriedade do espaço, entre aquilo que é público e o que é privado, em um ambiente de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, emergem distorções, relacionadas primeiramente à própria gestão do espaço comum, depois, decorrentes do uso do espaço e a sua conservação e, por fim, aquelas oriundas do ambiente construído. Abordaremos os três aspectos a seguir.

Quanto à gestão do espaço comum, há uma evidente confluência política e administrativa com a gestão do condomínio. A limpeza tem sido a tarefa prioritária da gestão do condomínio que procura solucionar os conflitos por parte de moradores desfazerem-se habitualmente dos resíduos de forma inadequada, seja no espaço comum ou nas calçadas.

Como analisado anteriormente, o acesso à moradia em si não garantiu a isenção da situação de vulnerabilidade socioeconômica. A existência de um grande percentual de famílias em dívida e inadimplência com o condomínio gera um estado de insatisfação. Para as famílias de baixa renda, ficar em dívida significa não cumprir um compromisso, como uma obrigação. Por outro lado, este quadro, quase que generalizadamente, provoca uma diminuição significativa na capacidade de manutenção do espaço comum, além de gerar dívidas com as instituições, como a empresa de fornecimento de energia elétrica.

Decorrente desta situação, a figura do síndico, a autoridade constituída para resolver os problemas, exerce a sua administração sob constante pressão e críticas, procedentes ou não. Manoel expõe sua opinião: *“Eu mudaria o síndico. Manteria uma assembleia por mês.... para saber o que as pessoas pensam do condomínio, o que elas querem, quais são os seus objetivos e porque aqui é uma casa né?”*. A respeito da síndica, Giovana revela suas limitações: *“não entra dinheiro para ela poder arrumar”* as pendências. Por não ver os problemas comuns e imediatos resolvidos, e pelo sentimento de estar em débito com o condomínio, há afastamento e diminuição na participação e nas decisões coletivas.

As normatizações e regulamentos perdem sua eficácia e terminam por gerar uma indefinição quanto aos espaços entre o que é comum e o que é privado. Neste intermédio, surgem outras questões que irão aprofundar o conflito interno, como

as questões de pequenos furtos¹³², da utilização de drogas e da violência. Diferentemente da visão ideal de apropriação, analisada acima (BAPTISTA, 2011), o espaço comum ou parcela dele pode ser apropriado por pequenos grupos de usuários de entorpecentes e, em extremo, pelo crime organizado¹³³. Apesar de não interferirem na vida das famílias locais, há um clima de tensão e silêncio, percebido nas entrevistas, a respeito dessa convivência no mesmo espaço.

O segundo aspecto, relativo ao uso e conservação dos espaços de lazer e do salão de festas, conforme relatado pelos entrevistados, encontram-se deteriorados apesar do pouco tempo de implantação. Observam-se modificações de uso do espaço comum: os salões de festas transformam-se em depósitos do condomínio ou mesmo da comunidade, o espaço para estacionamento passa a ser utilizado como depósito de produtos recicláveis, ou ainda, são edificados de forma precária e servem para abrigar estabelecimentos de comércio que ficam voltados para a rua. No entanto, a grande transformação, diferentemente do que propunha Baptista (2011), tem ocorrido pela subtração do espaço da área comum e destinação deste ao interesse privado, ou seja, às estruturas precárias de pequenos comércios. O desvio de utilidade da área comum, a degradação dos espaços e a transformações físicas da área geram um ambiente de insegurança e anomia.

A partir do estudo das famílias beneficiadas pelo PMCMV no Município de São Leopoldo, MG, Marques (2015) faz uma leitura inversa daquela preconizada por Baptista (2011) quanto ao fenômeno da privatização dos espaços comuns. Para o pesquisador (MARQUES, 2015, p. 128), a privatização destes espaços decorre da “instituição dos empreendimentos multiprediais sob a forma de condomínio, tornando privados espaços que nos loteamentos poderiam ser públicos”, como os parques infantis, áreas de lazer, praças e associações de moradores. Estes espaços poderiam

¹³² Conforme o relato da entrevistada Natália, o espaço destinado ao botijão de GLP, localizado na lateral do bloco, tem sido utilizado como depósito de pequenos materiais das famílias que passaram a utilizar o equipamento de GLP dentro do próprio apartamento, com o temor de que seja roubado. Clara relata que quando isto ocorre, os moradores solicitam à família do autor do esbulho a devolução do objeto, utilizando a força das pessoas da comunidade.

¹³³ O crime organizado tem expulsado famílias dos conjuntos habitacionais do PMCMV e se apropriam indevidamente para venda, aluguel ou mesmo para colocarem outra família no lugar. Este fato tem ocorrido em diversos Estados. Cf.: GRILLO, M.; BASTOS, C. Casas populares são alvo do crime organizado. **Jornal O Globo**. 09 set. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/casas-populares-sao-novo-alvo-do-crime-organizado-23935469>>. Acesso em: 09 set. 2019. ADEPEP, Associação dos Defensores Públicos do Estado do Para. **Facções criminosas despejam cerca de 75 famílias de comunidades habitacionais**. 26 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.adpep.org.br/2019/03/26/faccoes-criminosas-despejam-cerca-de-75-familias-de-comunidades-habitacionais/>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ser geridos pelo poder público no que tange à limpeza pública, à manutenção dos equipamentos, a segurança. A administração destes espaços é repassada para o Condomínio, com suas restrições de conhecimento e de recursos financeiros. As medidas de gestão acabam gerando “conflitos entre usuários com a ‘imposição’ de uma convivência grupal, com regras comuns”, além de promover o distanciamento entre a população de baixa renda e os espaços ou serviços públicos (MARQUES, 2015, p. 129). Esta análise explica em grande medida as questões dos moradores do Jardim Bassoli relacionadas ao espaço comum.

Conclui o estudo acima afirmando que a privatização de áreas comuns tem trazido um cenário de insegurança e de conflito entre moradores, a evasão de beneficiários (MARQUES, 2015) e o conseqüente fenômeno da rotatividade de moradores. Nesta pesquisa, por este motivo ou não, dos oito entrevistados, três não eram originalmente os beneficiários do programa.

O terceiro aspecto a ser analisado, quanto ao espaço comum, refere-se à qualidade técnica e o projeto do ambiente construído. Os equipamentos e espaços destinados ao lazer das crianças e o salão de festas são subdimensionados e alocados no limite extremo do espaço do condomínio. Não foi previsto e contemplado no projeto uma área para o tratamento e secagem de roupas na área comum, visto que os aproximadamente 38m² de área interna dos apartamentos são insuficientes para esta necessidade.

O conforto ambiental tem um significado importante no uso do espaço comum. Constata-se, entretanto, que há ausência de cobertura vegetal e de arborização, conforme constatado por Giovana e Estela. Relatam as entrevistadas que as árvores existentes foram plantadas pelos moradores “*sobre os encanamentos ou muito próximo do muro*”. A planilha de obras não contemplou o preparo adequado do solo para o plantio de gramíneas e árvores, dado que o solo argiloso tem utilidade somente para o aterro e posterior compactação. Após alguns meses da inauguração, a vegetação sem nutrição e sem irrigação fenece. Um morador idoso, indagado pelo pesquisador, apresentou o resultado técnico de sua análise: “*nesta terra lavada não nasce nem praga*”. Neste sentido, a arborização foi relativizada na execução do projeto.

A este espaço, sem arborização e com parques sinais de gramado, soma-se o estado precário do asfalto dos estacionamentos, com sinais de desgaste e buracos, o que resulta em um ambiente árido. Todavia, existem pequenas ilhas de jardinagem:

algumas famílias que residem nos andares térreos, aproveitam o pequeno espaço que distancia o prédio do passeio, um intervalo de aproximadamente dois metros, e cultivam ali um pequeno jardim. É percebida a distância na paisagem interna, caracterizada pela presença do lixo e ausência de árvores, conforme analisado anteriormente.

O espaço comum produzido no Jardim Bassoli e a estrutura organizacional do condomínio é o resultado de uma produção padronizada e objetiva a quantidade (BAPTISTA, 2011) sem o conhecimento das necessidades e cultura dos futuros beneficiários. Este fato dificulta a possibilidade de integração social, a criação de vínculos sociais e a apropriação dos espaços, ou seja, a criação de vínculo afetivo com o lugar (TUAN, 1980).

A área pública do Jardim Bassoli é restrita a ruas e calçadas somente. Para Carlos (2018, p. 68), o capitalismo, ao realizar a generalização do espaço como propriedade privada, cria contradição no espaço produzido e resulta na “separação radical entre espaço público e privado, e aprofundamento da segregação.”. Sob outra ótica, a privatização do espaço comum nos condomínios de habitação popular impede o processo de urbanidade. Segundo Holanda (2010), para a emergência da urbanidade, são necessários alguns atributos, dentre eles o espaço público bem definido e frágeis fronteiras entre espaço interno e externo. O muro em andamento, como construção física e social, isola fortemente e definitivamente o espaço público, impossibilita a urbanidade arquitetônica e social¹³⁴.

A qualidade espacial, nesta pesquisa, é resultado de um processo que considera os beneficiários do PMCMV no Jardim Bassoli como “clientes” de um produto habitação, incluso a área comum. Milton Santos (2002, p. 328)¹³⁵ compreendeu bem este fenômeno: “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”. Neste sentido, o resgate histórico e a compreensão do espaço comum no Jardim Bassoli, como um espaço de relações entre o homem e o ambiente, abre perspectivas para a busca de compartilhamento

¹³⁴ Para Holanda (2010, p. 3) “podemos falar de urbanidade social – quando os atributos estiverem relacionados a modos de interação social – e urbanidade arquitetônica - quando os atributos estiverem relacionados ao lugar.”.

¹³⁵ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. Para o geógrafo o espaço sem a ação humana, seria paisagem cujo espaço é morfológico e vinculado a funcionalidade, pois é o homem quem anima as formas espaciais, conferindo-lhes conteúdo.

de espaços e a solução dos conflitos com base em consensos, edificados e conquistados coletivamente.

4.2.3 O apartamento

“*Aqui é um apartamento, não é uma casa*”, nestes termos, Emília argumenta a necessidade de conscientização dos moradores do condomínio. A entrevistada qualifica o aspecto da negação para exercer a função reificante: é um apartamento.

O apartamento caracteriza-se por ser uma habitação multifamiliar de tipologia construtiva vertical. De acordo com Schweizer e Junior (1997)¹³⁶, o apartamento é identificado como um produto sempre impessoal, padronizado e portador de uma necessidade de identificação arquitetônica. No entanto, para compreender as diferenças e peculiaridades, principalmente em programas de habitação popular, se faz necessário compreender o conceito de casa, enraizados em nossa cultura.

A palavra casa tem origem na língua latina com o significado de abrigo. No entanto, é um conceito (TOURINHO; SILVA, 2016) que supera o aspecto social, arquitetônico e suas tipologias. Para Gaston Bachelard (2000, p. 23), a casa vai além do espaço geométrico, pois “é o nosso canto do mundo. Ela é um verdadeiro cosmos.”. Para o filósofo, “há um sentido em torno da casa como um *instrumento de análise* para a alma humana” (BACHELARD, 2000, p. 20)¹³⁷. Ressalta, deste modo, as questões da subjetividade e transubjetividade humana. O aspecto da intimidade é compreendido por Rolnik (2009 *apud* TOURINHO; SILVA, 2016, p. 634) sob a perspectiva da casa denominada como lar, o “domínio de vida privada do núcleo familiar e de sua vida social exclusiva ... sob a égide da intimidade”.

¹³⁶ Para os pesquisadores Schweizer e Junior (1997, p. 58-57), “não importa a cultura, o nível de renda das pessoas, o tamanho das famílias que irão ocupá-los. O produto é sempre impessoal, padronizado, restando aos de maiores condições financeiras contratar profissionais para a arquitetura de interiores visando a diferenciar o “seu” espaço do das demais unidades físicas, e, ao mesmo tempo, promover uma identificação mútua. Esse, na verdade, é um ponto crucial, embora quase sempre ignorado pelos que concebem as políticas habitacionais e mesmo pelos que elaboram os projetos para a construção.”. SCHWEIZER, P. J.; JUNIOR, W. P. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 54 a 69, abr. 1997. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7839/6490>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹³⁷ Bachelard (2000, p.28) sugere, em torno do conceito de casa, o que denomina “topoanálise”, ou seja, “o estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima”. Para o filósofo, somente a fenomenologia, por compreender a percepção da imagem da consciência, pode reconstituir a subjetividade das imagens e a amplitude da transubjetividade da imagem da casa.

A casa, portanto, não é somente um abrigo físico, é parte da vida social urbana, um lugar a partir do qual exerce a interação social e afetiva da família. Para Tourinho e Silva (2016, p. 635), “é no campo do pertencimento, da proteção, da convivência familiar, do exercício do seu modo de vida, das tradições e do atendimento de necessidades, dentre outros, que deve ser pensada a casa.”. Para a arquiteta Camargo (2007), em suas dimensões físicas, funcionais e simbólicas, as expressões casa, moradia e habitação são consideradas sinônimas.

A análise será dividida em duas partes inter-relacionadas, compreendidas no âmbito da qualidade de vida: a qualidade espacial e a qualidade ambiental. Neste último aspecto serão analisados os fatores do conforto ambiental e da qualidade técnica da construção.

4.2.3.1 A qualidade espacial

Aos entrevistados foi perguntado quais as vantagens eram percebidas na experiência de morar em um apartamento. Três respostas evocaram o sentimento de conquista e a experiência do passado, relatadas na trajetória de vida:

Hoje em dia não alaga, não chove dentro, tem uma estrutura que assim, eles não vão perder as coisas deles, por mais que... destroem, né. (Joana);

A minha vantagem é porque é meu, né, hoje é meu, hoje eu posso falar, é a minha casa, quando a gente mora em invasão a gente não pode falar isso né, pode ser retirado a qualquer momento e não ter pra onde ir, agora aqui não, aqui é meu. Qualquer um pode bater na porta e falar é minha casa né... foi o que Deus me deu. (Estela);

Ah, aqui é meu, tem dois quarto, sala, cozinha, banheiro, não é ruim o lugar, prá minha família tá ideal. (Emília).

Sob a perspectiva das vantagens de viver no apartamento, outras declarações enfatizam o aspecto da segurança (Clara) e a disponibilidade de espaço capaz de oferecer suporte, como escritório e depósito, à associação e projetos comunitários (Manoel). Natália acentua a distinção entre casa e apartamento: “A vantagem? Nenhuma, seria a minha casa pra morar” (Natália). Opinião diversa, Giovana criou um vínculo de acolhimento com o lugar: “Onde eu moro, eu gosto porque é aconchegante.”.

O relato de Ivone, migrante da Bahia, 43 anos, exprime a identificação com o seu espaço, enfatiza a importância da interação social e o valor da conquista:

Ah, o meu apartamento é muito gostoso, não tá arrumadinho, mas é gostoso. Eu me sinto bem, eu me sinto em paz lá dentro... Eu gosto, eu me sinto bem onde eu moro, esta é a verdade. Eu saio ali na porta, converso com meus vizinho, graças a Deus tenho boa convivência com meus vizinho. (...). Eu sei que ali é meu, eu sei que vou pagar, o governo deu pra gente ali, deu na maneira de falar né. Mas a gente não vai achar uma casa pra pagar 26 reais por mês, né? Então eu falo assim, Deus ele é bom, porque tem pessoas que luta, tem pessoa que tá com 60, 70 ano, tem pessoa que morre almejando ter uma casa própria e não tem e a gente que tem. ...eu dou muito valor ao que eu tenho porque eu me esforcei, eu sofri muito pra chegar onde cheguei, eu me ralei bastante. ...Deus é muito bom, é sempre muito bom e continua sendo. (Ivone).

Quanto às desvantagens do morar em apartamento, houve uma declaração que enfatizou a falha técnica da construção, o contínuo surgimento de vazamentos hidráulicos (Clara). Dois entrevistados apontaram o problema do ruído nos apartamentos: o som alto (Clara e Emília) e a conversa de vizinhos em horários inapropriados (Emília). Um entrevistado, Manoel, não percebeu nenhuma desvantagem em viver no apartamento. Cinco entrevistados, no entanto, apontaram a questão do reduzido espaço do ambiente, como uma desvantagem significativa do apartamento:

Não gosto porque é apertado, (...) muita gente no espaço, a cozinha é junto com a lavanderia, você não sabe onde coloca os armários, você não sabe onde coloca a máquina, porque não tem espaço. (Giovana);

Não tem liberdade (...). Tem famílias aí que tem quatro, cinco. Como é que fica dentro do apartamento? (Joana);

É os cômodos é apertado. (...) Como eu tenho meninos e menina, não dá pra abranger os quatro num quarto só... (...) O meu marido mesmo fala, assim que quitar esse apartamento, a gente vai vender, vai trocar a troco de uma casa. Porque o meu marido... não consegue ficar dentro do apartamento, sem fazer nada... De marcenaria, estas coisas, ele faz de tudo um pouco. (Estela);

A única desvantagem é que você não tem espaço, só isso. (Ivone);

Pra mim é muito pequenininho, eu não tenho espaço pra nada, tudo aqui é assim improvisado, você não tem o direito de ter nada aqui. Eu tinha meu quintal, tinha minha área de serviço, tinha minha cozinha, tinha a minha mesa, teve que se desfazer de tudo. Olha a mesa (tamanho 72 x 58 cm), a mesa que eu tenho hoje? Aí eu olho na loja e tenho até vontade de comprar uma mesa pro apartamento mas ai vou ter que desfazer desse aí rack... pra poder ter uma mesa. (Natalia).

A primeira conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Habitat (UN-HABITAT, 1976)¹³⁸ foi realizada em Vancouver, Canadá, no ano de 1976. A

¹³⁸ A conferência que reuniu representantes de 120 países, foi realizada entre os dias 31 de maio e 11 de junho de 1976, resultou em sessenta e quatro recomendações aos países, divididas em seis

conferência definiu a moradia como uma unidade física capaz de abrigar uma família, mencionou a importância do espaço e mobiliário interno, os aspectos individuais e sociais envolvidos e a relação privado e público inerentes da habitação, de acordo com a cultura local. O documento enfatiza os aspectos da infraestrutura e dos serviços urbanos e, portanto, o objetivo de atendimento das necessidades subjetivas e objetivas dos povos, sob a perspectiva de aperfeiçoamento da qualidade de vida e desenvolvimento (UN-HABITAT, 1976).

Ao estudar a Conferência de Vancouver, Marengo e Elorza (2010, p. 91) ressaltam o conceito de qualidade de vida que compreendem “como a possibilidade das pessoas de enfrentar a satisfação de suas necessidades objetivas e subjetivas de maneira autônoma.”. Reforçam a ideia de que não pode existir um único modelo de qualidade de vida, visto que se constroem em sociedade e no seu tempo histórico¹³⁹. Complementa esta conceituação a observação de Leff (2015, p. 326) para o qual:

A qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. Os valores culturais intervêm como mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da população. Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa.

Para Hernández e Velásquez (2014) melhorar a habitabilidade significa incrementar a qualidade de vida em seus aspectos físico espacial, ou seja, as condições físico-espaciais que satisfazem as necessidades objetivas como a questão do espaço, da forma, da infraestrutura, dos serviços e dos equipamentos. A qualidade de vida em sua dimensão psicossocial, segundo os pesquisadores, visa satisfazer as necessidades subjetivas como a significação, a funcionalidade, o prazer, a privacidade e a operacionalidade. Portanto, os programas de habitação popular transcendem a dimensão da moradia como um produto, isto é, transcendem a ótica particularmente física e econômica das unidades construídas. A partir desta perspectiva é possível compreender a demanda recorrente dos entrevistados quanto a preferência pela unidade habitacional unifamiliar capaz de atender os objetivos mencionados.

agendas: a) política e estratégia pública, b) planejamento, c) habitação, infraestrutura e serviços, d) terra, e) participação, instituições e gestão. (UN-HABITAT, 1976).

¹³⁹ A Nova Agenda Urbana (UN-HABITAT, 2016, p. 4-5), fruto da terceira Conferência Habitat, reforça esta perspectiva: a “cultura e diversidade cultural são fontes de enriquecimento para a humanidade e provê uma contribuição importante para o desenvolvimento sustentável das cidades, assentamentos humanos e cidadãos, empoderando-os a exercer um papel ativo e único em iniciativas de desenvolvimento.”.

Nos apartamentos, a dinâmica espacial limita alguns aspectos da vida cotidiana. Por outro lado, a proximidade física da moradia coletiva e verticalizada pode ser motivo de maior convivência social e incentivo a interação, conforme depoimentos de Ivone e outros entrevistados nas análises anteriores. O que por um lado pode ser um cotidiano sujeito a regras, por outro pode possibilitar uma rede de solidariedade e apoio, ou seja, de proteção social, elementos imprescindíveis para evitar o isolamento social e a exclusão (GUIMARÃES, 2011). Ao enumerar as vantagens de morar em apartamentos, os entrevistados relataram valores e experiências como aquelas da conquista de um espaço próprio, do acolhimento que gera segurança, do espaço para trabalho na comunidade. Se por um lado o espaço restringe a privacidade e intimidade, por outro lado não anula a consciência da sua importância e necessidade.

O espaço doméstico, em alguns depoimentos, por meio das relações sociais cotidianas adquire o significado de lugar enquanto pertencimento e sentimento de bem-estar, capaz de gerar a autoconsciência. Para Camargo (2007, p. 262),

(...) ao transformar a casa física em um espaço habitado, passamos a percebê-la como uma entidade única que acolhe nossa subjetividade, que nos apoia não apenas física, mas também, emocionalmente (...). Projetamos em nossa casa os nossos valores pessoais, necessidades, aspirações e desejos, ela passa a falar de nós, da dinâmica de nossas vidas; e nós passamos a nos ver refletidos nela.

O ambiente habitado pode gerar a consciência capaz de refletir e identificar as desvantagens, não como uma “reclamação”, mas como consciência das limitações do processo de viver em apartamento. Nesta perspectiva, compreende-se a percepção significativa dos entrevistados quanto ao aspecto do tamanho do apartamento, da sua qualidade espacial. Para Camargo (2015, p. 262) é a fisicalidade da casa que pode permitir às pessoas a prática do habitar doméstico¹⁴⁰ da forma mais adequada, “é a proteção em relação ao mundo e o meio através do qual estabelecemos vínculos com este mundo.”. Em que medida a qualidade espacial dos apartamentos prejudica a habitabilidade?

O fenômeno da minimização de apartamentos é uma realidade que abrange um número expressivo de imóveis comercializados no Brasil, segundo

¹⁴⁰ A análise do habitar doméstico, para a arquiteta Camargo (2007, p. 261), conceitualmente se desenvolve em cinco dimensões no plano da percepção e vivência: “a casa física, usos objetivo e subjetivo da casa, privacidade e intimidade domésticas, o cotidiano doméstico e o lugar do habitar doméstico.”.

Mendonça e Villa (2016)¹⁴¹. A pesquisa analisou o conceito do uso de um apartamento com área útil de 66,95m², incluído o seu conjunto de mobiliário e equipamentos que fazem parte de um processo variável e dinâmico da vida cotidiana. Concluem os pesquisadores que a minimização gera inadequações e efeitos sobre o modo de morar, e o resultado confere evidências de que o ciclo e sistema de produção imobiliária são insustentáveis.

Ao estudar a população da cidade de Guadalajara, México, residente em habitações sociais acima de 33,5 m², Hernández e Velásquez (2014) afirmam que o pouco espaço impossibilita o desenvolvimento da vida cotidiana, gerando uma improvisação para mitigar os espaços internos. Concluem os pesquisadores que “as dimensões das habitações sociais não atingem a satisfação das necessidades espaciais de uma família e muito menos satisfazem as necessidades subjetivas.” (HERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ, 2014, p. 34, tradução nossa).

Moreira e Silveira (2017)¹⁴², ao pesquisarem os beneficiários do PMCMV em oito cidades do interior de Minas Gerais, concluíram que a densidade habitacional promovida através da tipologia vertical prejudica a habitabilidade das famílias. Os aspectos que mais destacaram foram: “a adequação ao mobiliário; privacidade; ruídos/barulhos; tamanho da cozinha, tamanho da sala, tamanho do banheiro, tamanho dos quartos (...); e estrutura da construção” (MOREIRA; SILVEIRA, 2017, p. 118)¹⁴³. São qualidades espaciais coincidentes às observações feitas pelos residentes do Jardim Bassoli no conjunto das entrevistas.

Saramago, Villa e Portilho (2016)¹⁴⁴ estudaram o residencial desenvolvido pelo PMCMV em Uberlândia, MG, cuja área útil das unidades compreende 34,48 m². Do mesmo desenho arquitetônico que os apartamentos do Jardim Bassoli, o imóvel é

¹⁴¹ O estudo de caso dos apartamentos destinados à classe média de Uberlândia, MG, concluiu pela necessidade de área recomendável e ideal superior ao ofertado pelo mercado. Para o apartamento de dois quartos a área útil ofertada era de 66,95m². Cf.: MENDONÇA, R. N.; VILLA, S. B. Apartamento mínimo contemporâneo: desenvolvimento do conceito de uso como chave para obtenção de sua qualidade. **Ambient. constr.**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 251-270, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212016000400251&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹⁴² Cf.: MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. de F. R. Estariam satisfeitos os beneficiários do programa minha casa, minha vida? Evidências empíricas em municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 106-126, ago. 2017. ISSN 1677-7387. Disponível em: <<http://periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2345>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

¹⁴³ Idem, ibidem.

¹⁴⁴ Cf.: SARAMAGO, R.C.P.; VILLA, S.B.; PORTILHO, G.B. Avaliação funcional e ambiental do PMCMV: o caso do residencial Jardim Sucupira. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, n. 16., 2016, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ENTAC, p. 3321-3336, 2016.

organizado em modelo tripartido: área íntima (dois quartos), social (sala) e de serviços (cozinha, banheiro e área de serviço). Constatam na pesquisa que os termos “pequena”, “maior”, “espaço” aparecem com frequência significativa. Conclui o estudo que as dimensões reduzidas no modelo habitacional comprometem o fluxo dos ambientes e acabam gerando sobreposição de atividades em determinados espaços, dificultando tanto a instalação dos equipamentos e mobiliários, quanto a privacidade dos moradores. A sobreposição de usos e atividades nos cômodos é observável nos apartamentos do Jardim Bassoli, ao não se dispor de espaço adequado para a secagem de roupas, para o estudo e para mesa das refeições, conforme os relatos de Emília e Estela. Os móveis oriundos da moradia anterior não couberam e houve dificuldade de encontrar mobiliário adequado, conforme relato de Natália.

Boueri, Branco Pedro e Scoaris (2012), realizam a um estudo específico sobre a qualidade espacial das áreas aplicáveis do PMCMV e concluem que as dimensões do mobiliário considerado no programa são inferiores às encontradas nas lojas de varejo. Os relatos dos entrevistados, acima, focalizando as dimensões do apartamento compartilham desta conclusão. A segunda análise conclusiva sugere um aumento de 15% da área útil estabelecida no programa, considerando as dimensões do mobiliário e equipamentos, bem como do espaço para o desempenho das atividades. Os estudos de Boueri, Branco Pedro e Scoaris (2012) têm como base a modalidade de casa unifamiliar do PMCMV que compreende 37,70 m² de área construída e 32,97m² de área útil, excluindo do cálculo a área de tratamento de roupa.

O termo de Proposta Global de Trabalho Técnico Social do PMCMV do Jardim Bassoli¹⁴⁵ descreve a área do apartamento da seguinte forma: “os apartamentos possuem a metragem de 41,36 m², sendo dois dormitórios, sala, cozinha/lavanderia, banheiro e uma vaga de garagem.”. A cartilha de divulgação do PMCMV¹⁴⁶, não mais disponível no sítio do governo federal, menciona e especifica a tipologia 2, que compreende apartamento com área de unidade de 42 m² e área interna de 37 m², mensurações que parecem ser semelhantes aos apartamentos do Jardim Bassoli.

¹⁴⁵ CAMPINAS. Secretaria Municipal de Habitação. **Programa Minha Casa, Minha Vida**: proposta global de trabalho técnico social, empreendimento Jardim Bassoli. 03 maio 2012. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/convenio%2071_2012.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018

¹⁴⁶ CAIXA ECONOMICA FEDERAL; GOVERNO FEDERAL. **Minha casa minha vida**. S.d. Disponível em: <<http://www.ademi.org.br/docs/CartilhaCaixa.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

Segundo os pesquisadores Boueri, Branco Pedro e Scoaris (2012), no PMCMV prevaleceu a estratégia de alojar o maior número de famílias ao menor custo possível, de modo a maximizar o número de habitações. Neste sentido, concluem que a tipologia de dois quartos não garante o atendimento das necessidades das famílias, tais como: de privacidade em determinadas fases de crescimento das crianças, da incompatibilidade entre irmãos de sexos diferentes coabitarem, da inserção de atividade de trabalho no interior da habitação, e das famílias com três ou mais filhos. Concluem os pesquisadores a respeito da qualidade espacial:

(...) se a redução conduzir a soluções habitacionais pouco adequadas às necessidades dos moradores, poderão emergir problemas sociais com custos a médio e a longo prazo para a sociedade, sendo possível que esses custos superem o financiamento público que seria necessário para apoiar a construção de raiz de habitações condignas. (BOUERI; BRANCO PEDRO; SCOARIS, 2012).

“Não *tem liberdade...*”, exclama Joana ao falar sobre as dimensões do apartamento do Jardim Bassoli. Tuan (2013, p. 70) analisa que a espaciosidade está associada a sensação de estar livre: “liberdade implica espaço, significa ter poder e espaço suficiente em que atuar”, significa ter poder de locomover-se. Apesar da evidência negativa quanto à qualidade espacial do apartamento, persiste a percepção da conquista daquele espaço, além da propriedade, como algo aconchegante e próprio.

4.2.3.2 A qualidade ambiental

A qualidade do ambiente construído está relacionada ao aspecto físico construtivo e ao conforto ambiental que, por sua vez, manifesta a relação dos moradores com o ambiente habitado. Quanto à qualidade do ambiente interno, analisaremos as categorias acústica, térmica, visual e do ar.

O desempenho da “acústica” se destacou no presente estudo por ser fator de conflitos, conforme relatado nas análises do espaço comum e do condomínio. Esta categoria apresentou insatisfação dos moradores, mencionando a percepção de ruído e barulhos:

De dia é muito barulho, é criança, é avião, é ônibus. (Manoel);

Muito, muito, a gente até escuta os vizinhos conversando. Quando tem briga dentro do apartamento, de casal..., parece que a torre inteira vai cair. Som também, aparelho de som (...) parece que treme, tem terremoto... (Estela);

Você não pode escutar o som muito alto porque tem um vizinho acima, um vizinho embaixo, dependendo do jeito que você anda dentro do apartamento você atrapalha o vizinho de baixo. (Emília);

É péssimo, péssimo... você vê ouvindo aquelas músicas bem zoada lá, ... você não desejaria pra uma netinha sua ouvir, mas é obrigado ouvir e porque ela tem ouvidos... É péssimo porque aqui ninguém respeita um ao outro. (Natália).

O ruído oriundo de aparelhos de som dos vizinhos e o barulho gerado pelo caminhar e atividades no andar superior, são temas recorrentes em diversas ocasiões da entrevista. Por deficiência do ambiente construído que, em tese, deve ser capaz de evitar ou minimizar barulhos vindos de fora e entre cômodos ou por descumprimento de norma coletiva de convivência, o fato é que o fenômeno causa desconforto à família, causa constrangimento e interfere na privacidade dos moradores. A sucessão dos efeitos da má qualidade acústica termina por originar conflito entre vizinhos, construindo mais barreiras na convivência condominial.

Outro fator relevante quanto à qualidade acústica é o fato de o Jardim Bassoli situar-se a 6.500 metros do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas, SP¹⁴⁷, e estar em sua rota de voo. As entrevistas foram interrompidas em algumas ocasiões devido ao fato de as aeronaves estarem ainda em baixa altitude. Decorre, destes relatos e observações, que a comunidade local almeja viver em um ambiente de sossego, não obstante os padrões dinâmicos e ruidosos da sociedade atual.

O desempenho da qualidade térmica apresentou também níveis preocupantes de insatisfação, que foram assim percebidos:

(...) bate bastante sol na parte da... tarde, eu fecho todas as janelas, cortinas porque o calor é intenso. (Joana);

Aqui se tem choque térmico, se tá frio lá fora, aqui pega fogo, se tá calor aqui continua calor, a gente só sente frio se sai pra fora mesmo... (Estela);

(As famílias descem para a área comum) porque como é placa pré-moldada, parece que ela segura o calor e aqui dentro fica um forno e quando é frio, gela de uma tal maneira ... (Emília);

Lá é assim, quando é calor é calor mesmo, lá você pinga porque o negócio é feio ... A noite ele (o apartamento) está fervendo... E no tempo frio ele

¹⁴⁷ O Aeroporto Internacional de Viracopos realizou 112.772 movimentos aéreos no ano de 2017, o que resulta uma média diária de 309 decolagens ou aterrissagens. Cf.: DECEA, Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **Os 7 aeroportos brasileiros de maior movimento aéreo em 2017**. Blog Sobrevoos, 03/05/2018. Disponível em: <<https://www.decea.gov.br/blog/?p=1207>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

realmente é frio porque as parede... de cimento, aquele concreto gelado, ele é bastante frio. (Ivone);

É fresquinho. Este apartamento aqui é fresco, mais por causa desta chácara aí do lado. (Natália).

Em apenas uma extensão do perímetro do Jardim Bassoli, um condomínio faz fronteira com uma chácara que possui ciprestes e cerca viva em toda a extensão da divisa, objetivando a sua privacidade. Por esta razão, o relato da entrevistada Natália é um contraponto quanto à qualidade térmica observada em comparação com as demais evidências dos entrevistados. Outros relatos, no entanto, confirmam que a temperatura aquecida no interior do apartamento, continua no período noturno: “*No meu quarto o ventilador é ligado, se vai dormir alguém tem que ligar o ventilador, porque frio, calor, tem que ligar*” (Giovana). Em outra perspectiva, a percepção de desconforto térmico manifesta o desejo dos moradores de habitarem um espaço que permita mitigar ou atenuar os efeitos da temperatura obtendo um mínimo estágio de conforto térmico.

Com respeito à qualidade do ar e à ventilação natural, os relatos foram os seguintes:

O meu quarto não tem ventilação... Eu vivo com o ventilador ligado no frio e no calor. (...) porque o meu apartamento é térreo e fica bem em frente do salão, e o salão tampa todo este vento que vem. ...a sala venta bastante. (Giovana);

Se for conversar com todo mundo eu acho que as dificuldades é a mesma. Porque se você fuma um cigarro na escada, na hora que você abre a sua porta, a primeira coisa que entra pra dentro é a fumaça que, como ela não tem para onde sair, então na hora que abre a porta ela vem junto né. Não só o cigarro, qualquer coisa que tiver cheirando na escada vem. (Emília).

A qualidade do ambiente interno no que concerne à ventilação natural diz respeito à posição das janelas. As pesquisadoras Moraes e Labaki (2017) realizaram um estudo específico sobre a ventilação na tipologia vertical de edificação do PMCMV. São apresentados resultados quantitativos (velocidade média do vento em cada ambiente interno) e qualitativos (imagens do fluxo de ar externo e interno). Os resultados indicaram melhor desempenho de ventilação na tipologia do Jardim Bassoli, com planta do tipo "H", na qual a abertura localizada na grande reentrância representou um papel determinante. O estudo comparou os resultados com o Residencial Cosmos e outro Residencial situado nas margens da Rodovia Anhanguera. Quanto aos ambientes, o estudo da ventilação natural do Jardim Bassoli

apresentou maiores velocidades médias do ar em quase todos ambientes, exceto nos quartos. Entretanto as pesquisadoras alertaram quanto à posição do edifício no lote: “nesta pesquisa constatou-se que a posição de implantação oblíqua (ou diagonal) do edifício em relação ao vento dominante forneceu os melhores resultados de velocidades médias internas nas três tipologias estudadas.” (MORAIS; LABAKI, 2017, p. 242).

A observação da moradora Giovana não contradiz a pesquisa acima, devido à questão da localização específica daquele apartamento e a proximidade do salão de festas. No entanto, a observação de Emília retrata um aspecto não abrangido pela pesquisa. A área comum, relacionada às escadarias e o hall de entrada nos apartamentos, são desprovidos totalmente de ventilação natural, o que prejudica, em certa medida, todos os moradores dos andares, ou seja, as 1.904 famílias. Não podemos desconsiderar que isto pode constituir, conforme relato dos entrevistados, em fator de conflitos entre a vizinhança.

Não houve manifestação dos entrevistados quanto à qualidade visual, ou seja, quanto a iluminação dentro do apartamento. A insatisfação refere-se, conforme mencionado, ao espaço contíguo e às escadarias que não dispõem, absolutamente, de qualquer iluminação natural, impossibilitando até mesmo a ornamentação com plantas¹⁴⁸. Visando economia de despesas, o condomínio utiliza lâmpadas econômicas que, por sua vez, não garantem uma adequada iluminação daquele espaço que funciona como uma extensão dos apartamentos, resultando em um ambiente escuro e, não raro, causando acidentes.

A qualidade do ambiente construído está relacionada ao aspecto físico construtivo e à qualidade técnica empregada na edificação¹⁴⁹. Os relatos dos entrevistados abordam diferentes aspectos:

Os condomínios foi bem mal construído também, tem condomínio aí que está sendo escorado à escada, né. (...) A única coisa que o povo tá reclamando é questão da janela... antes a janela abria e fechava normal, agora prá abrir tem que ficar puxando... A da vizinha aqui do lado, ela trincou... A da vizinha

¹⁴⁸ Do ponto de vista cultural, as famílias brasileiras de baixa renda possuem um costume bastante comum que é o cultivo de plantas ornamentais em vasos, cultivam também pequenas hortaliças que são utilizadas como temperos e remédio. Este detalhe, significativo culturalmente, é ignorado na produção de moradias populares.

¹⁴⁹ Não é escopo deste estudo o levantamento e o exame da questão técnica das edificações. Os problemas estruturais e de construção aqui relatados, como aqueles abordados anteriormente, necessitam de um tratamento técnico e científico adequado.

de baixo, pra abrir a janela tem que pegar com as duas mãos pra conseguir abrir... Tem janela que entra água..., é bem mal feitinho. (Emília);

A umidade é muito, vai muito no guarda-roupa aí ela fica... mofa. Já joguei roupa minha fora. Até o terceiro andar mofa tudo. O síndico fala que é... umidade que vem de baixo, vem da terra. (Natália);

A desvantagem é problema de... vazamento (...). Se você tiver um vazamento no seu banheiro, tem que mexer em todos os banheiros de cima ... A construtora arrumava. Arrumou, mas começou a vazar tudo de novo..., o encanamento lá nunca para de vazar, arruma e quando é determinado tempo começa, aí começa a voltar de novo o vazamento. (Clara);

“O fato de você morar numa casa você põe o varal, você põe a sua roupa lá fora, você faz o que quer desde que você esteja dentro do seu quintal. Aqui é um condomínio pra 180 moradores, não existe quintal de um só. Então ultimamente o povo estava indo e pondo roupa no alambrado, agora a gente conseguiu dar uma maneira nisto, mas fica uma coisa muito feia. (...). Tem apartamento que você vai é varal dentro da sala..., no quarto, porque não tem realmente onde por. Tem família que tem quatro, cinco criança, como é que lava a roupa? Por numa cozinha deste tamanho? (Emília).

Os problemas estruturais e de construção, denominados “vícios construtivos”, estavam segurados consoante contrato do beneficiário com a Caixa Econômica Federal e eram de responsabilidade da Construtora por um período de 60 meses (5 anos), conforme Cartilha de direitos e deveres¹⁵⁰. Sobre essa assistência técnica, Emília assim relata um caso específico:

A Caixa Econômica, no começo que a gente mudou aqui, ela dava uma assistência. Assistência assim, teve muito problema no forro do banheiro porque o banheiro vem todinho de fora a fora, aí foi dando problema, gesso foi caindo, então eles vinham e arrumavam isso. Agora depois de certo ponto, já num mexe mais em nada, só o morador mesmo tem que está se virando com isso. Mas foi muito mal feito...

Persistem atualmente os mesmos problemas construtivos recorrentes, conforme relato acima da moradora Emília. O resultado final é que findaram os 60 meses contratuais e os moradores do Jardim Bassoli estão “jogados à própria sorte”, segundo uma entrevistada, com os problemas anteriormente relatados (escadas com

¹⁵⁰ “PROBLEMAS NA CONSTRUÇÃO - O imóvel é escolhido diretamente pelo(s) devedor(es), a responsabilidade pelos vícios construtivos é da construtora e não da CAIXA. Caso você entre em contato com a construtora e não obtenha resposta, procure a CAIXA. Em casos assim, você também pode procurar o PROCON, seu advogado ou a Defensoria Pública da União ou dos Estados. O seu imóvel tem cobertura do seguro Responsabilidade Civil, Profissional e Material – RCPM. Este seguro foi contratado pelo VENDEDOR, no momento da contratação do seu financiamento e cobre vícios no imóvel, relacionados a danos materiais e corporais, decorrentes de ações ou omissões culposas do responsável pela prestação de serviços (execução das obras e/ou materiais de construção utilizados), pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, a partir da expedição do ‘Habite-se.’” Cf.: CEF, Caixa Econômica Federal. **Cartilha Minha Casa Minha Vida**: direitos e deveres do seu contrato. S.d. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Cartilha_Direitos_e_Deberes_Anexo_I_minutas.pdf>. Acesso em 21 abr. 2019.

problema estrutural, janelas, infiltração e problemas hidráulicos) e outros a serem levantados. Conforme conclui a moradora Emília: “*Aqui não tem pra onde correr*”.

Esta última declaração retrata não somente uma reclamação, mas é a expressão de um limite de desamparo e abandono. A tipologia de construção, utilizando placas pré-moldadas de cimento nas paredes do edifício, objetivando a redução do custo da construção, traz um sentimento de insegurança, conforme relata a moradora Emília, cujo esposo é pedreiro da construção civil há 20 anos: “*Com placa pré-moldada, aqui não tem alicerce nenhum pra isto estar de pé. Isto aqui acho que foi feito amarração lá embaixo... e constrói em cima e pronto.*”.

O espaço para a secagem e tratamento das roupas, nas unidades habitacionais, foi ignorado no projeto arquitetônico, inobstante ter sido destinado a famílias numerosas. Existindo o problema do espaço exíguo e contíguo à cozinha destinado ao tratamento das roupas, a criatividade sugere a sobreposição de uso do espaço, estendendo o varal dentro da sala ou dos quartos. A questão torna-se outro problema maior quando os moradores passam a utilizar o muro de alambado do condomínio para a secagem das roupas, ocasionando conflitos com síndico e outras famílias.

Em 19 de julho de 2013, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)¹⁵¹ publicou a norma da ABNT NBR 15575 que estabelece os requisitos e critérios de desempenho aplicáveis à edificações habitacionais, como um todo integrado. São normas técnicas que estipulam padrões mínimos de conforto ambiental até então inexistentes. Constitui uma ferramenta importante para evitar os descasos que havia nos dimensionamentos, visando somente baratear o custo da obra e produzir construções com baixo conforto ambiental. No entanto, somente em 09 de janeiro de 2017 entrou em vigor o regimento do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) que estipulou um prazo de seis meses nos quais “obrigam incorporadoras e construtoras a adequarem seus projetos à Norma de Desempenho (ABNT NBR 15575)”. O informe

¹⁵¹ A ABNT NBR 15575 especificou os responsáveis e os parâmetros mínimos de edificabilidade e conforto ambiental. A Norma contém seis partes: 1: Requisitos gerais; 2: Requisitos para os sistemas estruturais; 3: Requisitos para os sistemas de pisos; 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas – SVVIE; 5: Requisitos para os sistemas de coberturas; 6: Requisitos para os sistemas hidrossanitários. Todos os participantes do processo de construção, compra e utilização estão inseridos e têm suas responsabilidades: projetistas, fornecedores de material, construtores, incorporadores e clientes. Cf.: ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **A responsabilidade na Construção civil**. 19 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/imprensa/releases/6275-a-responsabilidade-na-construcao-civil>>. Acesso em 02 ago. 2019.

de imprensa faz um adendo: “O novo regimento abrange também as construtoras que atuam no Minha Casa Minha Vida.”¹⁵².

Fato relevante é que Fábio Villas Bôas, coordenador adjunto do Comitê de Tecnologia e Qualidade do SindusCon-SP, ao mediar o debate sobre o tema no 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção, em 17 de maio de 2019, no Rio de Janeiro, fez a seguinte declaração a respeito da NBR 15575¹⁵³:

A norma foi feita baseada na necessidade das pessoas. Por isso, precisa ter um mínimo. **Abaixo do mínimo, não há condições adequadas à saúde humana.** E cabe lembrar que as condições que ela estabelece já estão muito abaixo do que se faz fora do Brasil. (grifo nosso).

É possível concluir que os questionamentos dos entrevistados quanto ao conforto ambiental ganham solidez a partir da declaração acima. O empreendimento do Residencial Jardim Bassoli foi construído entre os anos de 2010 e 2012.

¹⁵² Cf.: SANTOS, A. **Norma de Desempenho fecha o cerco às construtoras.** 22 fev. 2017. Cimento Itambé. Disponível em: <<https://www.cimentoitambe.com.br/norma-de-desempenho-construtoras/>>. Acesso em 02 ago. 2019.

¹⁵³ Cf.: MARKO, R. **Revisão da Norma de Desempenho é tema de debate.** 20 maio 2019. SindusCon SP. Disponível em: <<https://sindusconsp.com.br/revisao-da-norma-de-desempenho-e-tema-de-debate/>>. Acesso em 02 ago. 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: a insustentável leveza da sustentabilidade¹⁵⁴

Na Idade Média, os homens livres viviam dentro dos muros da cidade. As fortificações dominavam a paisagem das cidades medievais e com o passar do tempo, os muros foram se tornando mais elaborados e altos. Os senhores feudais mantinham a liberdade internamente e o cerceamento extramuros. A referida estrutura física e simbólica perdeu significado e os muros foram substituídos por formas de organização social, novos padrões de segregação e controle, capazes de isolar determinadas classes no território do ponto de vista social, econômico e ambiental.

A crise socioambiental e a emergência do debate da sustentabilidade e do desenvolvimento têm movido paixões e interesses econômicos na apropriação e desenho do conceito e suas viabilizações. Em meio a uma disputa de significados, a presente pesquisa optou por ouvir a outra face da moeda da degradação ambiental: os pobres que habitam no fim da cidade. Para tanto, foi necessário romper os “muros” de Campinas (Rodovias Anhanguera e Bandeirantes), SP, que separam a pobreza da riqueza, e conhecer o Jardim Bassoli, bairro situado no extremo noroeste da cidade. Os instrumentos científicos para esta investigação não poderiam ser aqueles mesmos que externalizaram aquele ambiente e aqueles sujeitos em determinada estrutura e organização. Indagamos assim, pela percepção que os representantes daquela comunidade poderiam conceber a respeito do próprio ambiente, bem como do ambiente problematizado nos estudos e nos meios de comunicação. O instrumento epistêmico da percepção ambiental é utilizado como um trajeto para saber o que é o ambiente, a partir do Outro.

O estudo de campo da presente pesquisa ocorre, portanto, em um espaço físico e social onde as transformações sociais e da paisagem refletem, em microescala, este universo de ruptura e desestabilização do ambiente, que é compreendido em uma perspectiva de relações complexas dos processos de ordem física, biológica, econômica, cultural e política. Assim, a urbanização como símbolo de civilização e lugar da modernidade passa a ser questionada quanto à

¹⁵⁴ Referência a obra de Milan Kundera que tematiza a dinâmica ontológica “leveza/peso” frente aos compromissos da vida que, por analogia neste estudo, se reporta ao conceito de sustentabilidade. O fragmento: “Quanto mais pesado o fardo, mais próxima da terra está a nossa vida, e mais ela é real e verdadeira. Por outro lado, a ausência total de fardo faz com que o ser humano se torne mais leve do que o ar, com que ele voe, se distancie da terra, do ser terrestre, faz com que ele se torne semirreal, que seus movimentos sejam tão livres quanto insignificantes. Então, o que escolher? O peso ou a leveza?”. KUNDERA, M. **A insustentável leveza de ser**. 22. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 11.

sustentabilidade das cidades, o lugar onde ocorre e se acelera o fluxo de matéria e de energia, o lugar que transborda a suas externalidades ao seu entorno e à Terra. No entanto, o lugar habitado, em específico aquele do Jardim Bassoli, é o espaço geográfico onde os moradores inscrevem sua vida, a sua cultura e o seu cotidiano. É a partir deste lugar epistemológico que surgem as demandas e os sintomas da degradação ambiental, bem como os sinais de esperança.

Para tal empreendimento, por meio da categoria da percepção ambiental, adentramos no território da subjetividade: as narrativas e as oralidades foram vias de acesso a um conjunto de sentidos que faziam referências ao passado, projeções ao futuro e ao presente, o ambiente percebido na sua consciência. Elementos importantes na análise do desenvolvimento que anseia por ser sustentável.

O Jardim Bassoli é a realização de um projeto do PMCMV. O Programa representa uma intervenção no ambiente urbano, sem precedentes na história brasileira. Em menos de uma década, mais de 18 milhões de pessoas incorporaram um patrimônio à sua vida, e a grande maioria, pela primeira vez. Mas mora-se não somente nas casas, mas também na cidade. O direito à moradia é também o direito à cidade e à urbanização plena. São elementos indissociáveis. Na história brasileira, para a base da pirâmide social, estes direitos são conquistados em uma luta diária pela apropriação do lugar e do território. É neste ambiente que a análise da percepção ambiental dos representantes dos condomínios é agora revista por meio de algumas considerações finais:

Antes do PMCMV, todos os beneficiários residiam em áreas de risco em situação de vulnerabilidade socioeconômica, espacial e também ambiental, dimensões estas não dissociadas das causas estruturais de pobreza e degradação ambiental, posto que, a partir das vivências dos ouvidos, deixam de ser coincidências ou adjetivos qualitativos do passado. É a partir deste contexto basilar de vida que compreenderemos a percepção dos entrevistados.

Como falar de meio ambiente a partir de uma situação de vulnerabilidade ambiental? A compreensão do meio ambiente dos entrevistados vinculou o conceito à presença do homem no território, portanto no âmbito do comportamento humano, da realidade social e econômica como também da ordenação do território. Há dois enfoques distintos: o primeiro parte da realidade local e indica a presença do lixo no seu ambiente e a ausência da arborização. O segundo vincula o meio ambiente a realidade utópica, um lugar diferente do mundo real, com ar puro, limpo e bonito. As

principais preocupações ambientais em termos nacionais e globais restaram vinculadas aos problemas diretamente percebidos no seu habitat: a presença incômoda do lixo e a ausência de arborização.

Constata-se inicialmente, que há uma preocupação dos entrevistados com o meio ambiente, referindo-se aos problemas concretos vivenciados pela comunidade, assim como há compreensão e assimilação dos impactos ambientais sofridos no período em que habitavam áreas de risco. Após, há o entendimento de que os problemas ambientais têm origem na intervenção do homem no meio ambiente e afetam a suas vidas. Não ocorre uma visão fatalista ou negacionista: prevalece uma perspectiva de responsabilidade comum. Finalmente, as abordagens de temas mais amplos e globais, como a mudança climática, a responsabilização socioambiental dos governos, as emissões das indústrias ou excessivo consumismo moderno dão lugar à percepção da presença constante do lixo no ambiente local e da ausência de urbanização e arborização, em suma, do ambiente que não acolhe, refletido na aridez do espaço.

Referidas observações relacionadas ao conceito de meio ambiente denotam os ritmos e limitações do ambiente físico e social da comunidade do Jardim Bassoli. As percepções analisadas superam a visão antropocêntrica da ideia de meio ambiente, aquela que coloca a centralidade no ser humano que possui, no seu entorno, o mundo natural e o ambiente onde vive. Para os entrevistados, o ambiente não o circunda, mas juntos formam um mesmo mundo, um mesmo ambiente urbano e natural. Tal concepção é próxima à experiência das populações tradicionais, com a diferença de que, no contexto urbano das populações empobrecidas, o ambiente é tornado hostil.

Quanto ao futuro sobre o cenário ambiental, há sentimentos difusos relacionados à degradação ambiental e à corrosão do ambiente social, entretanto não assumem perspectivas de novas utopias ou distopias, tampouco do retorno (retrotopia) a um passado não vivido. A temporalidade deixa de se organizar em torno do futuro, da ideia de progresso. Reflete criticamente as contradições e angústia do empobrecimento e da degradação do ambiente de “externalidade” em que vivem. Logo, prospectam um lugar imaginário, diferente da realidade “*difícil, triste, caótica*” do presente e futuro. Há um sentimento de anomia e indeterminação diante dos problemas do cotidiano, ou seja, um mal-estar originado por um ambiente de ruptura da relação do homem com a natureza.

As narrativas quanto ao modo de vida em condomínio se concentraram nas desvantagens. Enfatizaram a difícil convivência interna e a insegurança, associadas ao problema da violência. Outros problemas latentes emergiram: a proliferação de barracas de comércio informal, a questão das inadimplências e a construção do muro. Houve percepção negativa quanto ao viver em condomínio, manifestada no sentimento de restrição da própria liberdade, de estranheza, insatisfatório. Entrevistados manifestaram o desejo de deixar o condomínio e seu apartamento assim que possível. Por outro lado, os mais jovens possuíam uma percepção positiva motivada pela interação e sentimento de proteção social.

O acesso à habitação popular tem significado uma reprodução induzida do processo segregador de classes e poder. Em adição, dentro do processo de segregação socioespacial, ocorre uma outra: a vida em condomínio. O projeto arquitetônico impôs a forma organizacional de convivência aqui caracterizada também pela unifuncionalidade e homogeneidade dos beneficiários. Um modo de vida que requer comportamentos e obrigações muito distantes da tradição cultural das famílias quanto ao habitar.

Como consequência, os moradores vivenciam sintomas que interferem na vida reprodutiva e transformam o lugar em um ambiente delimitado: pelo muro em construção, pelo papel conflituoso do síndico, pelos regulamentos sempre insuficientes, pela inadimplência e pela insegurança. O resultado é o fenômeno paradoxal da “integração desintegrante” que gera um mal-estar. O processo de construção do muro, de iniciativa dos condomínios e ainda inacabados, constitui uma resposta a este mal-estar, nomeado nos problemas de insegurança e nas dificuldades da gestão condominial. É a internalização da segregação que separa, agora, os de dentro e os de fora.

A área comum dos condomínios do Jardim Bassoli é compreendida pelos equipamentos de salão de festas e parque infantil. Há pouco espaço destinado à área de circulação e de vegetação necessários à interação social e ao conforto ambiental. Deste modo, existe delimitação de espaços e seus âmbitos já presentes na unifuncionalidade do empreendimento, e no modo não dialógico de sua implantação. Ao experimentar a transitoriedade entre o espaço público e o espaço privado, em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, emergem três distorções relacionadas.

Primeiro, a imbricação entre a gestão do espaço comum e a gestão condominial. A inadimplência compreende aproximadamente 70% dos condôminos e disto resulta um processo de controle e autocontrole na apropriação do espaço que, por sua vez, reflete na não participação. A normatização perde eficácia diante da indefinição do que é comum e do que é público, refletida na apropriação do espaço pelos usuários de entorpecentes e no surgimento de “novas” barracas de comércio informal. Segundo, a ausência de espaço destinado às manifestações culturais e às atividades de esporte e lazer, bem como a ausência de um projeto de arborização, evidenciam os limites da qualidade técnica do ambiente construído. O resultado é um ambiente de pequenas dimensões dominado por garagens pouco utilizadas. Terceiro, há pouco uso dos equipamentos comunitários devido à ausência de manutenção. As áreas de circulação, em especial as escadas de acesso, sem iluminação e ventilação naturais, terminam por constituir espaços de possíveis conflitos.

A área pública do Jardim Bassoli é composta somente de ruas e calçadas. O espaço público é privatizado e passa ser a área comum do condomínio. Estes locais deveriam ser geridos pelo poder público no que se refere à limpeza pública, manutenção dos equipamentos, arborização e jardinagem, áreas de lazer e segurança. Ocorre ali, um processo de privatização de viés neoliberal que traduz os espaços em propriedade, ao passo que delega às famílias pobres sua manutenção. Tal processo resulta no aprofundamento da separação entre espaço público e privado, o enraizamento da segregação. O muro reforça a privatização.

O apartamento caracteriza-se por ser uma habitação sempre impessoal, padronizada e originada na tipologia construtiva multifamiliar vertical. A identificação e a “topofilia” com relação ao apartamento requerem um processo de vivência e devem ser construídas, num espaço de interação social e afetivo da família, vinculadas às suas qualidades espaciais e ambientais. Neste sentido, o espaço construído passa a ter significação ímpar.

Quanto à qualidade espacial há uma constatação unânime: o exíguo espaço do apartamento capaz de comprometer a habitabilidade. Problemas como a sobreposição de atividades nos ambientes, a falta de privacidade, a inadequação do mobiliário, o espaço diminuto dos quartos e a ausência de um espaço adequado para o tratamento das roupas, confluem para um sentimento de inadequação da vida cotidiana com o espaço. “*Não tem liberdade*”, exclama uma entrevistada ao referir-se à espacialidade. Para alguns, este sentimento dá vida ao desejo constante da casa

associada ao quintal. Portanto, justifica a função reificante nas questões do condomínio: “*aqui é um apartamento, não é uma casa*” (Emília). Por outro lado, constata-se que, para outros, há o entendimento de o apartamento ser um lugar próprio, um patrimônio nunca possuído antes, capaz de gerar principalmente segurança e confiança de não estar exposto a riscos. O símbolo de uma conquista.

Quanto à qualidade ambiental, os entrevistados denunciam a limitação acústica e térmica dos ambientes, comprometendo o conforto e bem-estar. As escadarias de acesso são desprovidas totalmente de ventilação e iluminação naturais. Os conflitos cotidianos decorrentes destas limitações findam por comprometer o aspecto da sociabilidade, essencial para o sentimento de pertencimento e o estabelecimento de uma relação afetiva com o lugar. A qualidade do ambiente construído tem sido, desde o início do assentamento, seriamente questionada pelos moradores no aspecto construtivo e estrutural. Findo o período de garantia da obra, fica evidenciado um sentimento de desamparo e abandono. Atesta a preocupação das famílias a provável inadequação da construção com os padrões e normatizações técnicas de conforto ambiental.

O lugar é um sentido adquirido com o tempo a partir do espaço. A ideia de segmentar a história de uma comunidade em períodos ou momentos, constitui uma busca de inter-relacionar o espaço e o tempo. Este último possui uma dimensão humana: as marcas da história das vidas são deixadas no tempo. O Jardim Bassoli é um tempo tornado visível. Do ponto de vista temporal, destacam-se três momentos distintos desde a sua constituição.

O primeiro é caracterizado pela unidade entre o ideal possível e a realidade segregada. As famílias originárias de uma situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental chegam ao ambiente especificamente construído para elas. A passagem da situação de aluguel social ou ainda, da moradia precária sujeita às intempéries da natureza, para um apartamento novo, é um momento de satisfação e conquista de um ideal possível. Conquista do possível diante do anseio de “*casa, ao invés de apartamento*” (Estela). No entanto, o estado de carência da habitação digna dá lugar à reafirmação: “*o meu apartamento*” (Ivone). A novidade nunca antes experienciada, a vida em condomínio, obtém avaliação negativa e é considerada até desnecessária.

Os primeiros sinais de desconforto e insatisfação ocorrem por dois motivos: os problemas de relacionamento entre vizinhos ou a falta de relacionamento no bairro,

e a ausência de infraestrutura básica local. À falta de prestação privada de bens e serviços é atendida pelas improvisadas “barracas”. À ausência de infraestrutura de serviços públicos restam as promessas de novos equipamentos, por parte dos órgãos da Prefeitura Municipal. Os conflitos iniciais são, portanto, administrados. Todavia, nesta fase, o aspecto da novidade ainda estava para ser experimentado, e o fato de haver um “lugar” para morar significava um degrau em comparação com a vida itinerante ou precária anteriormente experienciada. O fato de se ter um endereço, a casa própria, a superação do risco ambiental e a rua asfaltada, são aspectos significativos da primeira etapa.

O segundo momento é caracterizado pela constatação das ausências e das falhas existentes no aspecto organizativo e da urbanização. Inicia-se no período de um a dois anos após a mudança. A ausência transforma-se em necessidade, a comunidade busca se organizar e até mesmo suprir a ação do Estado. Após instalados no espaço físico e social, as pendências da infraestrutura de serviços públicos começam a preocupar e inquietar, como a falta de creche e o atendimento de saúde. O setor de comércio e serviços fica ainda restrito às precárias barracas. Ademais, a mudança não significou nova perspectiva de trabalho e renda: em oposição, novas despesas como as prestações da Caixa Econômica Federal e a taxa condominial começam a se transformar em dívidas. Este novo contexto dá origem a novos conflitos de convivência.

Os problemas construtivos e estruturais do projeto arquitetônico ganham relevância. O transporte público, devido ao excesso de tempo dispendido nos percursos, é questionado. Emerge o sentimento de insegurança nos condomínios e o sentimento de estigmatização pelo fato de o bairro estar relacionado à criminalidade. Por outro lado, a criação do Inter Setorial Bassoli, organização autônoma dos condomínios, dá força ao movimento reivindicatório. O auge deste movimento, com extensa pauta de problemas construtivos e estruturais, ocorre por meio da declaração de uma alta autoridade do governo federal, em 2016, de que a solução definitiva se situava entre 20 a 25 anos, quando os prédios seriam demolidos e outros, mais modernos e eficazes, construídos. O fato se torna um acontecimento capaz de afetar os movimentos e o trabalho de construção da identidade afetiva com o lugar.

O terceiro momento é caracterizado pela consciência e percepção da ausência de urbanização. A percepção da falta será agora recolocada e respondida de duas maneiras. A primeira, frente aos problemas de conflitos entre a vizinhança e

no interior do próprio condomínio, gerados em boa parte pela não funcionalidade do espaço construído, há a necessidade de reforçar normas e regulamentos, formais ou não, para manter a ordem e o sistema de vida condominial. A segunda maneira, frente ao sentimento de insegurança e à necessidade de controle, a proposta de delimitar o espaço privatizado da área comum, por meio da construção do muro, ganha corpo. Tal barreira é uma nomeação ao sentimento de mal-estar e de insegurança, capaz de estabelecer fronteiras, buscando reconstruir uma unidade perdida nos conflitos e desentendimentos.

Neste terceiro momento, há um sentimento de estabelecimento no lugar, desejado ou não. Não se trata mais de indivíduos itinerantes das áreas de risco e “sem casa”. Estabelecidas, as famílias acabam por se adequar às necessidades de serviços públicos, deslocando-se para outros bairros na região de Campo Grande, principalmente para o atendimento de saúde e educação. As lideranças encontram dificuldade de passar à ação direta, organizar-se ou recuperar os movimentos e agendas reivindicatórias. Há neste momento, um retorno para os problemas internos: da convivência, do inadimplemento, da insegurança, e muito fortemente, da questão do lixo. “*Tem casos e acasos que veio acontecer, ao longo do tempo... a gente mudou, né?*”, exclama a moradora Estela ao se referir às condições atuais de vida no condomínio. Há um sentimento de cansaço e esgotamento nas lideranças pela reincidência dos problemas internos, pela ausência de recursos e meios para enfrentá-los e, principalmente, pela marcante ausência do Estado.

Na pesquisa constata-se uma omissão de articulação do PMCMV com a política urbana. A produção do espaço urbano, sua inserção e a conexão com a cidade são regidas por estratégias dos detentores do capital fundiário, produtivo, imobiliário e financeiro que irão, por sua vez, reproduzir as estruturas de desigualdades sociais e de degradação ambiental. O Estado torna-se um dos agentes promotores dos interesses econômicos ao manter os vazios urbanos e ao promover a desterritorialização das camadas pobres da sociedade segregando-as nas periferias, carentes de infraestrutura urbana e de serviços públicos. O PMCMV, com os avanços e retrocessos da política habitacional, não iniciou ou criou este processo de segregação, entretanto o reproduziu, constituindo novas territorialidades como a do Jardim Bassoli.

À política urbana, por meio do planejamento urbano e das políticas públicas habitacionais, cabe, em decorrência da pesquisa, observar: as percepções das

famílias atendidas e sua cultura, posto que pesquisas devem ter lugar antes e não somente após os projetos implantados; o aspecto físico construtivo que atenda o conforto espacial e ambiental, pois não se mora em um produto habitacional e sim em um espaço e ambiente afetivamente significativos; a responsabilidade da administração pública local quanto ao ordenamento urbano e impacto socioambiental; a garantia da infraestrutura urbana, incluindo a arborização como algo inerente ao projeto; a dinamização dos espaços públicos, o inverso da privatização.

A política urbana e habitacional não termina com a oferta das moradias. As vidas das famílias continuam após terem sua realidade interferida e transformada. O desafio após o assentamento urbano é criar mecanismos de sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural e política, criando canais de comunicação e participação da comunidade. Ou seja, mais do que um produto pronto, buscar a reconstrução da cidade articulada numa base ecológica e sustentável, tarefa que não deve ser delegada ao programa habitacional, e sim à política urbana.

Os mecanismos devem ser buscados, no entanto, em uma nova racionalidade que evidencie os conflitos ambientais distributivos a que estão sujeitas as periferias urbanas e que proporcione lugar a novos saberes emergidos no campo da externalidade social e epistêmica. O maior desafio do Século XXI será a construção de uma sustentabilidade ambiental radical, no sentido de questionar a racionalidade econômica que banuiu a natureza do âmbito da produção e da vida urbana, ir até as raízes dos problemas da humanidade para estabelecer os equilíbrios ecológico e ambiental necessários à manutenção da vida humana e do planeta que habitamos.

Soa leve o discurso dominante da sustentabilidade que promove um crescimento econômico dito sustentável, excluindo o processo entrópico que estabelece limites à apropriação e à transformação dos espaços urbanos e da natureza. Desta forma, este crescimento é uma forma de negacionismo que acelera os indicadores do Sistema Terra, acelera a desigualdade social, gerando conflitos distributivos onde os ganhos dos ricos são privados e os danos ambientais e sociais são delegados aos pobres, a parte fragilizada da estrutura. O negacionismo climático não é uma alucinação: representa a manutenção das estruturas de pobreza e de degradação da natureza para além das “fronteiras planetárias”. Neste sentido, o discurso de Thunberg, que abre esta dissertação, contém densidade.

Antes de tudo, a crise socioambiental é uma crise do conhecimento, produto da racionalização da modernidade sob o imperativo da racionalidade

econômica e instrumental, que gera dinamicamente pobreza e degradação ambiental, ambas estruturais. Os instrumentos emancipatórios não derivam daí. Na pesquisa observa-se um traço comum entre os moradores do Jardim Bassoli: a certeza de que o futuro não está dado em seu presente. Esta percepção é, portanto, um ambiente que potencialmente pode emergir como esperança e se se consolidar em utopias daqueles que são os primeiros e os mais atingidos pela degradação ambiental natural e urbana. Nada substitui o peso da população organizada nas ruas para a ação política.

6 REFERÊNCIAS¹⁵⁵

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ALVES, M. C. **Cotidiano e resistência da classe trabalhadora na periferia urbana de Campinas – SP**: expressões manifestas no Jardim Bassoli. 2015. 461 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2019.

AMARAL FILHO, J. do. Prebisch-Cepal: revisitando o “Manifesto de Havana”. **Econ. soc.**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 29-59, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000100029&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2019.

ARRUDA, L.; QUILHAS, O.L.G. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **Boletim Técnico Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v.36, n.3, p. 53-63, set./dez. 2010.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BALBIM, R.; KRAUSE, C.; NETO, V. C. L. Para Além do Minha Casa Minha Vida: uma política de habitação de interesse social? In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento 2014**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.

BAPTISTA, P. S. F. **A privatização dos espaços comuns nas Habitações de Interesse Social**: o caso do bairro Granja de Freitas, em Belo Horizonte. 2011. 167 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2011.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 9.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BATISTA, R. L. **Produção do espaço e controle social**: os espaços residenciais populares fechados como novo modelo de moradia. 2015. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campinas, 2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁵⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BAUMAN, Z. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENESTAD, R. E. *et al.* Learning from mistakes in climate research. **Theoretical and Applied Climatology**, Cham, Switzerland, n. 126, p. 699–703, 2016. Available from: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs00704-015-1597-5.pdf>>. Cited: 18 Sept. 2018.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BONDUKI, N. G. Política Habitacional del Régimen Militar al Gobierno de Lula: desafios e impasse. **Ciudad y Territorio: estudios territoriales**, España, n. 145-146, p. 651-667, 2005.

_____. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998

_____. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, nº 82, maio/jun. 2009.

_____. La nueva política nacional de vivienda en Brasil: Desafíos y limitaciones. **rev.ing.**, Bogotá, n. 35, p. 88-94, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-49932011000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BOUERI, J.; BRANCO PEDRO, J.; SCOARIS, R. **Análise das exigências de área aplicáveis às habitações do programa “Minha Casa Minha Vida”**. Lisboa: LNEC, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/handle/123456789/1004757>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**. Campinas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>>. Acesso em: 1 mai. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004: norma operacional básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 663-686, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 set. 2019.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006, p. 275-304.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade dos Muros: segregação e cidadania em São Paulo**. 2. Ed. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, E. N. de. **Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado**. 2007, 381 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp079413.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CAMPINAS. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Natural Municipal dos Jatobás: caderno de subsídios**. Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/CadernoPNM_Jatobas_25-05.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). **Plano Municipal de Habitação**. Campinas, 2011a. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/habitacao/plano-habitacao.php>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Habitação. Companhia de Habitação Popular de Campinas. **Relatório de Pesquisa Pós-Ocupação: Programa Minha Casa Minha Vida: Jardim Bassoli 1º etapa**. 23 nov. 2011b. 1 Pen Drive.

CAMPINAS, Secretaria Municipal de Habitação. Companhia de Habitação Popular de Campinas. **Manifestação técnica sobre a Gestão Condominial: empreendimento Jardim Bassoli**. Campinas, 2014. 1 Pen Drive.

CARIELLO FILHO, O. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores**. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CARVALHO, A. de A. V. de. **Da moradia à colcha de retalhos: o processo de construção de cidades à luz do Programa Minha Casa Minha Vida**. 2015. 199 f., Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, v. especial, p. 59-79, mar. 2013.

CECHIN, A. D.; VEIGA, J. E. da. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 438-454, set. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 ago. 2019.

CORAZZA, R. I. Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen. **EconomiA**, Brasília, DF, v.6, n.2, p.435–461, Jul./Dez. 2005.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Econ. soc.**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2019.

CRUTZEN, P.J.; STOERMER, E. The “Anthropocene”. **IGBP Newsletter**, n. 41, Stockholm, Sweden, may 2000. P. 17-18, May 2000. Available from: <<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>>. Cited: 18 Aug. 2018.

CUNHA, J. M. P. da. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Rev. bras. estud. popul.**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez. 2004.

CUNHA, J. M. P. da. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 maio 2019.

CUNHA, J. M. P. da; FALCÃO, C. A. (orgs.). **Campinas metropolitana: diversidades socioespaciais na virada do século XXI**. Campinas, SP: Librum Editora, 2017.

DARTIGUES, A. **O que é fenomenologia?** 10. ed. São Paulo: Centauro, 2008

DE NEGRI, F.; ALVARENGA G.V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema, **Boletim Radar**, IPEA, n. 13, p. 7-14, abril, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110509_radar13_cap1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. 2015. 234 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281171>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERRAZ, L.; GOMES, M. H. de A.; BUSATO, M. A. O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.

763-768, 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil** – Referência 2007. Belo Horizonte. 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>>. Acesso em: 4 maio 2018.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1990.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento**: entropia, ecologia, economia. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAEDEL, T. E.; CRUTZEN, P. J. **Atmosphere, climate, and change**. New York: Scientific American Library, 1997.

GUIMARAES, I. B. Periferias e territórios sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 89-104, 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2019.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, dez. 2012. ISSN 2526-3706. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497/13692>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. **GEOUSP - Espaço e Tempo** (on-line), São Paulo, n. 26, p. 09-17, 30 dez. 2009.

HERNÁNDEZ, G., VELÁSQUEZ, S., Vivienda y calidad de vida. Medición del hábitat social en el México occidental. **Revista Bitácora Urbano Territorial** [en línea], n. 24, 2014. Disponível em: <<http://redalyc.org/articulo.oa?id=74830875016>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

HOLANDA, F. de. **Urbanidade: arquitetônica e social**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. I ENANPARQ. 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/163/163-307-1-SP.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

INSTITUTO PÓLIS; DEMACAMP. **Relatório 1**: Projeto DIST - Jardim Bassoli. Campinas, [2014]. 1 Pen Drive.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sustentabilidade ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Ipea, 2010.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro07_sustentabilidadeambienta.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2018.

IPSOS GLOBAL ADVISOR. **Earth Day 2019**: how does the world perceive our changing environment? 5 June 2019. Available from: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2019-05/g_earth_day_2019.pdf>. Cited: 5 June 2019.

LEFEBVRE, H. **Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2011

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, E. E. C. de; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 57-75, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2019.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 11, p. 33-52, jan./jun. 2009.

_____.; AKAISHI, A. G. O Brasil na era das cidades-condomínio. **Outras Palavras**, 25 abr. 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/brasil/o-brasil-na-era-das-cidades-condominio/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, out. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. Metrôpoles desgovernadas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 7-22, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Curitiba, v.3, n.1, p. 203-222. 2008

MARQUES FILHO, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MARQUES, L. M. de. **Minha Casa Minha Vida**: análise da percepção de valor sobre as áreas comuns. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1994.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Campinas: Papirus, 1990.

MITCHAM, C. The Concept of Sustainable Development: its origins and ambivalence. **Technology In Society**, USA, vol. 17, n.3, p.311-326, 1995.

MORAIS, J. M. da S. C.; LABAKI, L. C. CFD como ferramenta para simular ventilação natural interna por ação dos ventos: estudos de caso em tipologias verticais do "Programa Minha Casa, Minha Vida". **Ambient. constr.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 223-244, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000100223&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2018.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, V. de S.; SILVEIRA, S. de F. R.; EUCLYDES, F. M. Minha casa, minha vida” em números: quais conclusões podemos extrair? In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EBAP), IV, 2017, João Pessoa/PB. **Anais...** João Pessoa: Sociedade Brasileira de Administração Pública – SBAP, 2017, p. 594-613.

MOURA, C. A. R. de. **Crítica da razão na fenomenologia**. São Paulo: Nova Estela/Editora Universidade de São Paulo, 1989.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.26, n.74, p.51-64, 2012.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Ed Mackenzie, 2002.

OLIVEIRA, F. de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ORESQUES, N. The Scientific Consensus on Climate Change. **Science Magazine**. 03 Dec. 2004, vol. 306, p. 1689, 2004. Available from: <<https://science.sciencemag.org/content/306/5702/1686/tab-pdf>>. Cited: 13 Aug. 2019.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, dez. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300413&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2019.

PERALTA, C. E.; LEITE, J. R. M. Desafios e Oportunidades da Rio+20: perspectivas para uma sociedade sustentável. In: _____; _____; MELLO, M. E. (Org). **Temas da Rio+20: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2012. p. 12-40

POLYCARPO, C. Campo Grande e Ouro Verde superam 15 cidades da RMC. **Correio Popular**. Campinas, 22 set. 2014. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/09/capa/campinas_e_rmc/208137-campo-grande-e-ouro-verde-superam-15-cidades-da-rmc.html>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PORTELA DE OLIVEIRA, R. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade** [online], v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704003>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PORTELA DE OLIVEIRA, R.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-24, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a02n28>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PROGEN, Projeto Gente Nova. **Diagnóstico – Jardim Bassoli**. Campinas, 2018. 1 Pen Drive.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472-475, 24 Sep. 2009b. Available from: <<https://www.nature.com/articles/461472a.pdf>>. Cited: 7 July 2019.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v.14, n. 2. 2009a. Available from: <<https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>. Cited: 5 July 2019.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 31, nov. 2009. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219>>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100127&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2019.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, M. S. **Crescimento Urbano e Degradação Ambiental**: a ausência de espaços livres no Residencial Novo Tempo em Timon-MA. 2016, 106 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

STEFFEN, W. *et al.* The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Phil. Trans. R. Soc. A**, v. 369, p. 842–867, 2011. Available from: <<https://royalsocietypublishing.org/doi/full/10.1098/rsta.2010.0327>>. Cited: 25 July 2019.

STEFFEN, W. *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science Mag**. 13 Feb. 2015a. Available from: <<https://science.sciencemag.org/content/347/6223/1259855/tab-pdf>>. Cited: 6. July 2019.

STEFFEN, W. *et al.* The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**. p. 1–18. 2015b. Available from: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2053019614564785?journalCode=anra>>. Cited: 25 July 2019.

TEIXEIRA, S. M. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, [online], São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.f14d0b5868424d759a7c5a456738b8ad&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>>. Acesso em: 13 maio 2019.

TORRES-TOVAR, C. A. Hábitat III y la nueva agenda urbana. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 27, n. 2, p. 7-8, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-79132017000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

UEDA, G. S.; FRANCISCO, J.; CASTRO, C. M. P. O papel do capital na desconstrução do espaço social. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 73-82, jan./jun. 2018.

UN-HABITAT. **Nova Agenda Urbana**: United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development. Quito, 17-20 out. 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

UN-HABITAT. **The Vancouver Declaration on Human Settlements**. Vancouver, Canadá. 31 May-11 June 1976. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/The_Vancouver_Declaration.pdf>. Acesso em: 12 dec. 2019.

UNIC RIO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

UNITED NATIONS. DESA / Population Division. **World Urbanization Prospects: the 2018 revision**. 2018. Available from: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-PopFacts_2018-1.pdf>. Cited: 15 Apr. 2019.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR); Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). **The Human Cost of Weather-Related Disasters 1995-2015**. Brussels/Geneve, 2015. Available from: <https://www.preventionweb.net/files/46796_cop21weatherdisastersreport2015.pdf>. Cited: 2 Nov. 2018

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZUPELARI, M. F. Z.; WICK, M. A. L. A incerteza do futuro e a questão ambiental na contemporaneidade. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 447-456, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2019.

WHYTE, A. V. T. **Guidelines for Field Studies in Environmental Perception**. Paris: UNESCO/MAB, 1977. Available from: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000024707>>. Cited: 29 May 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para entrevistas (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título: Desenvolvimento Sustentável e os programas públicos de habitação popular: um estudo da percepção ambiental das comunidades do Programa Minha Casa Minha Vida do Jardim Bassoli em Campinas-SP.

Nome dos responsáveis: Geraldo Estevo Pinto

André Pires (Orientador)

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa através de uma entrevista. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante. É elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra comigo.

Se você tiver alguma dúvida, antes ou mesmo depois de assinar este termo, você poderá me perguntar. Você tem a liberdade de desistir da colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação, e isto não vai trazer a você qualquer prejuízo.

A presente pesquisa tem como finalidade investigar a percepção ambiental que os representantes das comunidades dos condomínios residenciais populares, do programa público de habitação, têm das questões ambientais.

Sua participação consiste em responder uma entrevista com alguns pontos sobre você e seu conhecimento sobre o meio ambiente e a sua convivência com o espaço onde mora: o condomínio, a área comum e o apartamento.

A entrevista será realizada por mim, aluno do curso mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da PUC-Campinas e orientado pelo Prof. Dr. André Pires. A entrevista será gravada em áudio e terá uma duração estimada de 30 a 40 minutos. A entrevista será realizada no seu apartamento, ou no salão comunitário ou em outro local conveniente para você. O conteúdo da gravação será arquivado por um período de cinco anos por mim, quando será destruído. Os dados da gravação serão mantidos em sigilo ao longo dos cinco anos e não haverá divulgação dos dados do entrevistado.

A pesquisa pretende trazer benefícios aos moradores no que se refere a um conhecimento da questão ambiental e das possibilidades de melhorias da sua qualidade de vida. Suas colocações são fundamentais para uma melhor compreensão da importância do meio ambiente na construção de uma vida mais saudável, seja no cotidiano da vida ou através das políticas públicas sustentáveis.

Diante de qualquer incômodo ou imprevisto de ordem pessoal, você terá o pleno direito de interromper a entrevista ou não responder a determinada questão, caso julgue necessário, sem qualquer prejuízo. Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outra pessoa

que não faça parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Para quaisquer dúvidas em relação aos aspectos éticos dessa investigação, você pode entrar em contato com o Comitê pelo telefone (19) 3343-6777, e-mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br, ou no endereço Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1.516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP: 13087-571, Campinas, SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13 h às 17h. Para outras dúvidas você pode se dirigir a mim no telefone: (19) 99635-3654.

Consentimento livre e esclarecido

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos e possíveis incômodos, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do (a) participante: _____

Contato telefônico: _____

E-mail (opcional): _____

_____ Data: ____/____/____

(Assinatura do participante)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares, na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____ Data: ____/____/____

(Assinatura do pesquisador)

APÊNDICE 2 – Carta de autorização do PROGEN



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O Projeto Gente Nova (PROGEN) é uma instituição sem fins lucrativos que tem como finalidade estatutária: I- Realizar ações assistenciais de atendimento, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social e Política da Assistência social, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos de proteção social básica e especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal; II- Realizar atividades de arte, cultura, esporte e outras atividades que utilizem os princípios da Educação Não-Formal.

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição: Projeto Gente Nova

Endereço da Sede: Rua Castelnuovo, 699

Bairro: Vila Castelo Branco **CEP:** 13061-266

Site: www.progen.org.br

E-mail da instituição: progen@progen.org.br

Fone da instituição: (19) 3269-6088 / 3229-1659

Nome do Representante Legal: Sonia Scheffer de Oliveira

Nº do CNPJ: 54.129.002/0001-04

Número da inscrição no CMAS: 2E

Número de inscrição no CMDCA: 088

O PROGEN desenvolve suas atividades em 4 unidades no município de Campinas: I - Vila Castelo Branco, II - Satélite Iris, III - Jardim Garcia e IV - Jardim Bassoli, Parque Floresta e Residencial São Bento.

Atua no Jardim Bassoli desde o ano 2013, data do início do assentamento das 2.380 famílias nas unidades habitacionais do Condomínio do Jardim Bassoli do Programa Minha Casa Minha Vida. O endereço da sede local é Rua Salvador dos Santos, 157 - Parque Floresta. A unidade IV possui meta cofinanciada com a Prefeitura de Campinas para atendimento de 240 crianças e adolescentes através do Serviço de Convivência e Fortalecimento

Projeto Gente Nova Rua: Castel Nuovo, 699 – Castelo Branco Fone: (19) 3269-6088 Campinas / SP CEP: 13061-266
www.progen.org.br progen@progen.org.br
 CNPJ: 54.129.002/0001-04



de Vínculos 06 a 14 anos; 510 usuários no Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

Após tomarmos conhecimento do Projeto de Pesquisa em Sustentabilidade, do mestrando *Geraldo Estevo Pinto*, sob orientação do Prof. Dr. André Pires da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, nos colocamos a disposição para cooperar e apresentar as lideranças dos Condomínios do Jd. Bassoli para as entrevistas, bem como para colaborar com demais informações necessárias à pesquisa. Manifestamos a concordância com relação ao tema do estudo e ao conteúdo da entrevista.

Campinas, 03 de agosto de 2018

Assinatura (s) – Presidente

Sonia Scheffer de Oliveira

APÊNDICE 3 – Roteiro das entrevistas

Roteiro de questões para a entrevista:

a. Perfil do entrevistado e de sua família

Idade: Sexo: Cor/raça (autodeclaração):

Ocupação: Escolaridade:

Composição da família:

Trabalho / escola / saúde:

Qual condomínio reside? Desde quando?

- Fale um pouco a respeito de sua trajetória até vir morar aqui?
- Você participa em alguma atividade no condomínio ou fora, no bairro?

b. Meio Ambiente

- O que vem a sua mente quanto o assunto é meio ambiente?
- Para você o que é meio ambiente?

c. Questões ambientais

- Quais questões ambientais no mundo de hoje preocupa a você?
- Como você imagina o futuro daqui a 20 ou 40 anos? Como viverão os seus filhos ou netos?

d. Espaço do Condomínio

- Como você se sente morando no condomínio?
- Qual é a principal vantagem de morar neste condomínio para você e a família?
- Qual é a principal desvantagem de morar neste condomínio para você e a família?
- Como você considera que o condomínio cuida ou trata do meio ambiente?

e. Espaço comum

- Qual sua opinião sobre o espaço comum do condomínio?
- Como é utilizado o espaço comum?
- Se fosse para melhorar como você faria?

f. Espaço próprio (apartamento)

- Qual a principal vantagem de morar no apartamento?
- Qual a principal desvantagem de morar no apartamento?
- Como você avalia o apartamento quanto ao calor/frio, ventilação, iluminação e ruídos?

g. Conclusão

- Há alguma questão que queira falar sobre o meio ambiente, o condomínio, a área comum ou o apartamento?

APÊNDICE 4 – Aprovação do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Desenvolvimento sustentável e os programas públicos de habitação popular: um estudo da percepção ambiental das comunidades do Programa Minha Casa Minha Vida do Jardim Bassoli em Campinas-SP.

Pesquisador: GERALDO ESTEVO PINTO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 97863018.3.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.984.673

Apresentação do Projeto:

Projeto busca realizar estudo sobre percepção ambiental de comunidades residentes em condomínios populares no município de Campinas. Pretende confirmar o contexto de vulnerabilidade social e ambiental das comunidades colocadas à margem do meio urbano, não seria mera externalidade social e política, mas trata-se de algo que compõe a percepção que os moradores têm do meio ambiente e do espaço construído do qual fazem parte e são por eles constituídos

Objetivo da Pesquisa:

Tem por objetivo principal investigar a percepção ambiental que os representantes dos condomínios residenciais do Jardim Bassoli em Campinas/SP, um programa público de habitação popular, têm das questões ambientais.

Por objetivos secundários, quer (a) analisar o conceito de desenvolvimento sustentável a partir da interface com as comunidades vulneráveis ambiental e socialmente e a sua referência estratégica no âmbito das políticas públicas de habitação popular e na promoção do bem-estar das comunidades; e (b) Identificar o processo e o estado de percepção ambiental, a relação dos sujeitos com o espaço construído externo e interno, a incorporação das práticas sustentáveis e as perspectivas de futuro no contexto da sociedade local e global.

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.984.673

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos mínimos, já que se trata de realização de entrevistas semiestruturadas com universo de 8 pessoas, todas moradoras do conjunto residencial em referência, que podem a qualquer tempo se retirarem da pesquisa.

Benefícios, segundo o pesquisador, estariam na construção de um projeto de desenvolvimento local sustentável, entre outros, para a gestão e destinação do lixo reciclável como para projetos de arborização, questões estas já abordadas pela comunidade. Enfim, a compreensão do objeto das entrevistas colaboraria para o desenvolvimento de projetos sustentáveis futuros.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Há 14 perguntas semiestruturadas previstas na página 14 do projeto de pesquisa, que efetivamente servem para obter a percepção dos moradores sobre questões de desenvolvimento sustentável voltadas à sua realidade.

O pesquisador informa que a pesquisa terá natureza qualitativa e que o universo de 8 pessoas é suficiente para obtenção dos dados necessários à sua análise.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em ordem. Utiliza de linguagem simples e direta, informa sobre o tempo de entrevista e sobre o que fazer em caso de dúvidas tanto sobre a pesquisa quanto sobre questões éticas. Informa que as entrevistas serão gravadas e que o conteúdo será destruído em cinco anos. Deixa claro que o conteúdo da entrevista e os dados do entrevistado são sigilosos.

Recomendações:

Como há versões anteriores de TCLEs no sistema, recomenda-se cautela para usar a versão definitiva, que possui todas as informações necessárias e aprovadas pelo Comitê de Ética

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516			
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida	CEP: 13.087-571		
UF: SP	Município: CAMPINAS		
Telefone: (19)3343-6777	Fax: (19)3343-6777	E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br	



Continuação do Parecer: 2.984.673

acordo com o risco inerente à pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUCCampinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1198500.pdf	18/10/2018 14:00:07		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Jardim_Bassoli.docx	18/10/2018 13:59:36	GERALDO ESTEVO PINTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Jd_Bassoli.docx	08/10/2018 09:11:43	GERALDO ESTEVO PINTO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_assinada.pdf	24/08/2018 09:27:56	GERALDO ESTEVO PINTO	Aceito
Outros	carta_autorizacao_PROGEN.pdf	11/08/2018 11:34:36	GERALDO ESTEVO PINTO	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevistas_Bassoli.docx	11/08/2018 11:33:43	GERALDO ESTEVO PINTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Bassoli.docx	11/08/2018 11:32:11	GERALDO ESTEVO PINTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisaEstevo.docx	11/08/2018 11:30:44	GERALDO ESTEVO PINTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.984.673

CAMPINAS, 26 de Outubro de 2018

Assinado por:
Silvana Mariana Srebernich
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br